

REGINA DA CUNHA ROCHA

**PARLAMENTO E POLÍTICA
EXTERIOR NA REPÚBLICA
(1889-1930):
DA SOMBRA À LUZ, UMA
HISTÓRIA POLÍTICA**

BRASÍLIA, 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IREL

REGINA DA CUNHA ROCHA

**PARLAMENTO E POLÍTICA EXTERIOR NA
REPÚBLICA (1889-1930):
DA SOMBRA À LUZ, UMA HISTÓRIA
POLÍTICA**

**Tese apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da
Universidade de Brasília, Linha
de Pesquisa em História da
Política Exterior do Brasil, como
requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Relações
Internacionais.**

**Orientador: Doutor Estevão
Chaves de Rezende Martins.**

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2009

REGINA DA CUNHA ROCHA

**PARLAMENTO E POLÍTICA EXTERIOR NA REPÚBLICA
(1889-1930):
DA SOMBRA À LUZ, UMA HISTÓRIA POLÍTICA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (Orientador)
Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais, UnB

Prof. Dr. Amado Luiz Cervo
Instituto de Relações Internacionais, UnB

Prof. Dr. Antônio José Barbosa
Departamento de História, UnB

Prof. Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Instituto Rio Branco/MRE

Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur
Departamento de Relações Internacionais, Universidade Católica de Brasília,
UCB

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva
Instituto de Relações Internacionais, UnB (Suplente)

Brasília, 14 de agosto de 2009.

A todos meus antepassados que, deixando a sombra do
temor para trás, criaram uma história de luz.

Agradecimentos

Se no caminho para a realização de uma tarefa grandiosa, como é a redação de uma tese de doutorado, imperativos são os grandes momentos de isolamento e silêncio; sem apoio dos professores, funcionários de bibliotecas e universidades, colegas de trabalho, amigos e família tal empreitada tornar-se-ia ainda mais árdua.

Quando o professor **Amado Cervo** me convidou para aceitar esse desafio, com sua doçura habitual, depositava em mim grande confiança, o que só aumentou minha responsabilidade, mas também minha gratidão: o seu exemplo acadêmico precisava ser seguido. No entanto, foi o professor **Estevão Chaves de Rezende Martins** que me abriu os braços e me incentivou a vencer o desafio, estimulando-me com leituras, idéias e um grande coração aberto. Seu apoio traduziu-se não apenas na liberdade ideológica que me permitiu ter, mas como, principalmente, na atenção constante e ouvido atento, ainda que muitas vezes eu me perdesse em silêncio. Com suas palavras e olhar certos, traduzia as angústias (metafísicas ou não) do processo de pesquisa em saídas simples e eficazes. Na Câmara dos Deputados, enquanto participava do programa de pós-graduação como docente, contei com o apoio paternal do professor **Antônio José Barbosa**, que jamais recusou um convite meu para participar como membro das bancas de avaliação das monografias apresentadas, sempre incentivando a mim e meus alunos a avançar sem medo. Não poderia esquecer também da professora **Tânia Maria Pechir Gomes Manzur** cuja jovialidade e comprometimento serviram-me como modelo a seguir. O professor **Jean Garrigues**, também sempre solícito, foi fundamental em suas indicações e sugestões precisas.

Se o apoio acadêmico com que contei foi do mais alto nível, o apoio que tive do órgão público em que trabalho não foi menor. Graças ao suporte dado pela **Câmara dos Deputados**, representada, entre tantos, pelo **Deputado Osmar Serraglio** (PMDB-PR) e a **Primeira-Secretaria, Centro de Treinamento e Formação da Câmara dos Deputados** (CEFOP) e **Departamento de Pessoal**, pude dedicar-me integralmente à consecução da tese, em seus momentos finais. Entretanto, foi na **Liderança do PMDB**, meu local de trabalho, em que encontrei uma equipe de colegas plenos de boa vontade e que não mediu esforços para auxiliar-me. A enumeração torna-se injusta pelo risco da memória, cansada pelo trabalho, esquecer alguém. Todavia não posso deixar de agradecer ao espírito aberto e irrequieto por conhecimento da Chefe de Gabinete **Helena Maria Barbosa de Freitas**, que tanto acredita em mim e em sua equipe e sem cujo apoio esta tese não seria possível; a **Rui Carlos Privati Cortes**, **José Cirineu de Queiroz**, e **Rosimeire Vieira Gomes** pela mão amiga, e aos meus amigos (irmãos) da Assessoria Técnica: **Oswaldo Ferreira**, exemplo inspirador de força e intelecto; **Aldenir Brandão da Rocha**, a quem devo tanto e tudo, pelo apoio sobre-humano que me deu nas idas e vindas de todo o processo de elaboração e conclusão da tese; **Carlos Luiz Pereira Lima dos Santos**, sempre disposto a ajudar no que fosse preciso e quando fosse preciso; **Nivaldo Ferreira**, que ajudou nos primeiros passos; **Abraham Lincoln Cardoso**, cuja influência cultural enobreceu-me; **Allan Nazário Rosa Oliveira**, que não deixou “a peteca cair”; e **Jamile Faraj**, que compartilhou não apenas os momentos de desabafo, mas também os de celebração, com sua alegria de viver habitual.

O acesso aos **arquivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal** e as inúmeras horas de catalogação e digitalização de documentos não seriam possíveis sem a solicitude constante de seus **funcionários**, bem como os funcionários do **Instituto de Relações Internacionais** da Universidade de Brasília, que proporcionaram suporte em todas as questões administrativas, que não foram poucas.

Os amigos foram os que ficaram mais ressentidos com a ausência dos momentos compartilhados, mas em coro sempre repetiam, incansavelmente: “Vai!Vai!Vai!”. **Breno Rodrigues** perdeu a conta de quantas caixas de documento carregou e ajudou a organizar; **Fúlvio Eduardo Fonseca** me mostrou os passos a seguir; **Thiago Magalhães** deu aquela força no final; **Mariza Moreira** tinha o ouvido e coração sempre atentos; **Lourdes Godoy e família** sonharam junto; **Maria Inês Rufino** sabia que ia dar certo; **Diomar Costa** fez o possível para que desse certo; **Rosa Zanini Antibas**, mais uma vez contribuiu com material; **Marlene Pessoa**, tão longe, tornou tudo tão perto; **Ramiro Contreras Wong**, que, em suas palavras, “ayudó no estorbando”; **Vera Barbieri**, deu um toque de elegância na apresentação; **Jovenília Firmino e as tias do Centrão** não saíram da concentração, nem da torcida e **Daisy Stone**, cuja lealdade e companheirismo alegraram os dias mais mornos, depois de insistir entrar em minha vida.

O agradecimento especial também não pode deixar de ir a **Guillaume Rodenas** que me ofereceu sua casa e seu coração para que eu (re)construísse tantos projetos e sonhos, abrindo as portas de Paris para mim.

Sem **Meishu-Sama** e a crença na Era da Luz, os dias de treva não teriam ficado para trás e eu não teria me levantado no vendaval que me jogou para longe de mim.

É, entretanto, a família a responsável por tudo isso. A lembrança da determinação de meus avós e a certeza de meu sucesso, vinda de meus tios, fortaleciam-me nas quedas e ajudavam-me a levantar. Meu pai, **Francisco das Chagas Rocha**, acalmou a tempestade para me fazer passar. Minha mãe, **Nadicélia da Cunha Rocha**, construiu pontes entre o céu e a terra para eu não me perder. Minha irmã, minha cúmplice, minha amiga e companheira **Carolina da Cunha Rocha**, Mestre em História e Doutora em Vida, acompanhou tudo de perto e assumiu a linha de frente da batalha, comandando o Tempo para que eu pudesse respirar. Não teve medo, arregaçou a manga e ajudou-me a destrinchar páginas infindas de documentos, mesmo deixando sua vida de lado... Todos eles tornaram-se Doutores comigo, mas não perceberam.

“The dogmas of the quiet past are inadequate to the stormy present. The occasion is piled high with difficulty, and we must rise with the occasion. As our case is new, so we must think anew and act anew.”

Abraham Lincoln

“Nous vivons une époque dangereuse et magnifique dans laquelle s’enlacent la fin d’un monde et la naissance d’un autre – une confusion apparente en est l’aspect immédiat. Mais derrière cette figure anxieuse et tourmentée, quelques fleurs timidement sortent de cet amas complexe d’éléments décadents et des primitives réalisations.”

Fernand Léger

Sumário

Resumo, 11.

Abstract, 12.

Resumen, 13.

Introdução, 14.

Primeiro Capítulo.

De rupturas e incertezas, o lugar do Parlamento na República Nascente, 37.

1. Ministério das Relações Exteriores: lugar de incongruências, 42.
2. Um período de incertezas institucionais, 44.
3. Espaço de manobra do Legislativo em Política Externa, uma questão constitucional, 51.
4. Entre as definições de Política Doméstica e Exterior, 60.
5. Parlamento: grupo de pressão ou expressão da opinião pública?, 63.
6. No caldeirão de agitações internas, 71.
7. Política exterior de solução e não de prevenção, 87.

Segundo Capítulo.

O Parlamento na Definição da Política Exterior Brasileira, 100.

1. Entre Republicanos e Conservadores, 103.
2. A ameaça monarquista, 107.
3. Rio Branco no Itamaraty e as reações no Congresso, 109.
4. Aproximação Brasil-EUA e as Conferências Pan-Americanas, 119.

5. Definindo fronteiras e aumentando território: em busca do prestígio continental, 134.
6. O Brasil, o Prata e as relações nascidas de uma convivência desconfiada, 140.
7. O leão britânico na Ilha de Trindade, uma questão de soberania nacional, 148.
8. A República frente à iminência dos imperialismos, o caso do *Bolivian Syndicate*, 155.
9. Relações com o Vaticano, 167.

Terceiro Capítulo.

Exame de Política Externa sob a ótica do Parlamento, 174.

1. Alternativas ao projeto de política exterior de Rio Branco: entre o monroísmo de Nabuco e o multilateralismo de Rui, 181.
2. Da neutralidade ao conflito: o impacto da Primeira Guerra Mundial no Parlamento Brasileiro, 199.
3. Pretensões de prestígio internacional. O Brasil na Liga das Nações, 215.
4. A integração e defesa nacionais como via de acesso ao prestígio internacional, 227.

Quarto Capítulo

Economia: Questão de Política Interna ou Externa?, 232.

1. O pacto dos governadores: além da primazia do modelo agroexportador, 237.
2. Os embates entre o moderado liberalismo agroexportador e o forte protecionismo industrial, 245.
3. Imigração: uma simples questão de mão-de-obra ou um problema de colonização?, 252.
4. Comércio exterior e economia no pós-guerra, 262.

Considerações Finais, 269.

Documentação, 278.

Anexos. Volume II.

Informação sobre Anexos, 297.

Cronologia referente às relações externas do Brasil (1889-1930), 298.

Livros de Sinopses dos Trabalhos da Câmara dos Deputados. Membros da Comissão de Tratados e Diplomacia, 310.

Atos do Poder Legislativo em Matéria de Política Exterior, 322.

Quadros Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre imigração no Brasil, 354.

Lista dos Presidentes da República e Ministros de Relações Exteriores (1889-1930), 357.

Constituição Federal de 1891, 419.

Índice de Discursos Parlamentares, 448.

Discurso Proferido pelo Deputado Pandiá Calógeras em Defesa do Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco em 24 de outubro de 1912, 478.

Discurso Proferido pelo Deputado Dunshee Abranches, acusado de pangermanismo, em 26 de setembro de 1914, 501.

Mídia eletrônica (CD) contendo Lista com informações sobre todos os Deputados eleitos entre 1889 a 1930; *Link* para Lista com informações sobre todos os Senadores eleitos entre 1889 a 1930; Instruções para a consulta de Anais e Diários da Câmara dos Deputados; e Guia dos Anais da Câmara de 1899 a 1930.

Resumo

Esta tese tem por objetivo examinar o papel do Parlamento na discussão e formulação da política exterior no período que compreende os primeiros trinta anos da República no Brasil (1889-1930). Para isso, destaca as discussões dos congressistas brasileiros sobre política externa no período, evidenciando a existência de um pensamento político sobre questões da agenda internacional do país. Se, por um lado, o resultado desse processo intelectual e político estava de acordo a política internacional implementada pelo Executivo, por outro, o poder Executivo harmonizava-se com os interesses agroexportadores das elites representados no Parlamento. O cerne do estudo, não é, assim, nem o Executivo, nem a opinião pública, nem os partidos políticos, nem os tratados internacionais, nem os grupos de interesse tomados em particular. São todos esses elementos em interação dentro do Parlamento, identificados nos discursos parlamentares, nas atas das sessões das Comissões de Relações Exteriores, nos pronunciamentos, depoimentos da época, e arquivos do Congresso, no que diz respeito à política externa. Nesse sentido, são analisadas as discussões parlamentares em relação aos grandes temas de política exterior nos primeiros trinta anos da República, destacando o papel do Parlamento como importante foro de debates sobre o assunto.

Palavras-chave: Parlamento brasileiro, Primeira República (1889-1930), política exterior brasileira, oligarquias agroexportadoras.

Abstract

The main purpose of this doctoral thesis is to examine the role of the Brazilian Parliament in the discussion and making of the foreign policy in the first thirty years of the Brazilian Republic (1889-1930). In order to do so, this work highlights the discussions of Brazilian congressmen about the foreign policy in this period showing the existence of a political thought on the international agenda. On one hand, the result of this intellectual and political process is in accordance with the foreign policy established by the Executive. On the other hand, the Executive walks hand in hand with the interests of the elite of the agribusiness exporters represented in the Parliament. This study does not focus on the Executive alone, neither on the public opinion, political parties, international treaties or groups individually, but on all these elements interacting with each other in the Parliament. Each of them is identified in speeches, minutes of the sessions of the Foreign Affairs Commission, declarations, testimonials and Congress files related to the foreign policy. In this sense, the parliamentary discussions are analyzed according to the main subjects of the foreign policy in the first thirty years of the Republic, emphasizing the role of the Parliament as an important discussion forum.

Key words: Brazilian Parliament, the First Republic (1889 – 1930), Brazilian foreign policy, agribusiness exporter's oligarchies.

Resumen

Esta tesis tiene por objetivo examinar el papel del Parlamento en el debate y la formulación de la política exterior en los primeros treinta años de la República en el Brasil (1889-1930). De esta manera, son destacados los debates del Congreso Nacional sobre la política exterior en el período, evidenciando la existencia de un pensamiento político sobre cuestiones constantes en la agenda internacional del país. Si, por una parte, el resultado de dicho proceso intelectual y político estuvo de acuerdo a la política aplicada por el Poder Ejecutivo; por otra parte, el Ejecutivo estaba en armonía con los intereses de la élite agroexportadora presentes en el Parlamento. El punto central del estudio no es así ni el Ejecutivo, ni la opinión pública, ni los partidos políticos, ni los tratados internacionales o los grupos de interés analizados individualmente. Todos estos elementos están en interacción en el Parlamento y son identificados en las actas de las reuniones de las Comisiones de Relaciones Exteriores, en los discursos, en las declaraciones y en los archivos del Congreso Nacional en lo que respecta la política exterior. En consecuencia, son examinados los debates parlamentarios sobre los principales temas de política exterior en los primeros treinta años de la República, con énfasis en el Parlamento como un importante foro de discusión sobre el asunto.

Palabras clave: Parlamento brasileño, Primera República (1889-1930), política exterior brasileña, oligarquías agroexportadoras.

Introdução

“Se aceitas a comparação, distinguirás o rei e a dama, o bispo e o cavalo, sem que o cavalo possa fazer de torre, nem a torre de peão. Há ainda a diferença da cor, branca e preta, mas esta não tira o poder da marcha de cada peça, e afinal umas e outras podem ganhar a partida, e assim vai o mundo. [...] Fora com diagramas!”.

Machado de Assis. *Esaú e Jacó*, Cap. XIII, A Epígrafe, p.12.
Disponível em Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>.

Quando se propõe o exame da política externa brasileira sob a perspectiva do Parlamento, acaba-se, inevitavelmente, contribuindo para a construção de novos cursos na historiografia política brasileira. Se no Brasil a historiografia tradicional de relações internacionais sempre teve como foco as decisões do Itamaraty e estudos de tendência marcadamente econômica¹, pode-se dizer também que, nos últimos anos, os estudos de história política no país, em especial no campo de relações internacionais, vêm, pouco a pouco, se renovando. Exemplo disso é o número crescente de teses acadêmicas que enfocam novos agentes na perscrutação de temas de política externa, como opinião pública, mídia, discursos, idéias políticas, e não apenas os tradicionais, como tratados, relações econômicas bilaterais e programas de política externa de presidentes específicos².

¹ GARROT, Emmanuel. “Un Regard sur l’Historiographie de la Politique Extérieure Brésilienne” in ROLLAND, Denis. *Le Brésil et le Monde. Pour une Histoire des Relations Internationales des Puissances Emergentes*. Paris: L’Harmattan, 1998. P. 236.

² Para novos temas de política externa ver, como exemplo, as teses de MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Exterior nos Governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000 e NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. *Idéias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), 2005. No que se refere ao estudo de períodos presidenciais específicos, as teses na área de História de Relações Internacionais na Universidade de Brasília tendem a concentrar-se no governo Geisel (1974 a 1979).

A história política de relações internacionais que se vem construindo não foge, assim, ao padrão estabelecido pela tradicional história política: a relação entre história e poder. No entanto, avança no sentido não apenas da análise do poder como agente instrumentalizador do ofício de construção da história, mas também encontra relações com as demais disciplinas como a linguística, o direito, a sociologia e mesmo a ciência política na busca de uma “cultura política”³, inserida em longa duração e que integra os diversos atores na formulação de uma reflexão sobre os fenômenos políticos. É nessa direção que se pretende estudar os primeiros trinta anos da República, investigando o quadro emaranhado e ao mesmo tempo multiangular da política externa brasileira. Para isso, propõe-se o Parlamento como foco do exame, como contrapeso à tradicional história de política externa brasileira centrada no Poder Executivo.

As obras mais tradicionais sobre política externa brasileira no primeiro período republicano que vai de 1889 a 1930, como as de Bueno⁴, são verdadeiros clássicos no campo que se propõe estudar. Todavia, não se tem pretensão, nem ousadia de suplantar tais obras, mas, pelo contrário, levantar novas possibilidades de análise desse quadro, encontrando novos pontos de convergência e novos pontos de projeção possíveis pelo enfoque a perspectivas alternativas dentro do plano examinado. Se a história da política externa brasileira no período republicano é sempre contada do ponto de vista do Executivo, porque este sempre centralizou sua formulação e implementação, isso não significa dizer que os demais poderes não têm importância na composição do conhecimento sobre o tema. Se têm menor destaque é porque não são analisados. Mas, sem dúvida, deveriam ser mais bem analisados para se realmente saber se merecem destaque.

³ REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1993. P. 07. Apresentação de Marieta de Moraes Ferreira.

No caso do Parlamento brasileiro, não há como negar sua importância como estimulador de uma política nacional, não reverberando apenas as discussões levantadas pela opinião pública, mas, em especial, levando à opinião pública questões de interesse nacional, ainda que, contemporaneamente, tais assuntos sejam tratados em proporção direta à projeção individual dos parlamentares na mídia (quanto maior a projeção trazida pelo tema, maior a discussão sobre ele)⁵. Além disso, é preocupação deste trabalho mostrar que, ao contrário do que está estabelecido pela literatura clássica em relação ao tema, o Parlamento não se alijou da formulação da política exterior do país nos primeiros trinta anos da República, mas, ao contrário não deixou de intervir sempre que achava que era assim necessário aos seus interesses.

A análise passa a ser feita, desse modo, ao inverso: o objetivo é descobrir quando o Parlamento não esteve de acordo com o Governo e como reagiu. Se, em vez disso, se fosse analisar o Legislativo como estando apenas em consonância com o Executivo, correr-se-ia o risco de cair na armadilha da redução da importância de tal instituição para a política exterior do Brasil, bem como de reforçar o preconceito que existe sobre sua fraca atuação na República. Não é que a atuação do Parlamento foi fraca, ele apenas não vem sendo o centro das análises existentes até o presente. Como se verá ao longo da tese, se não se pode comparar sua atuação em relação à atuação e liberdade que tinha no Império, também não se pode incorrer na resignação cômoda de acreditar que não teve nenhuma importância na primeira fase da República. Pretende-se mostrar que havia congressistas discutindo e pensando política exterior, mesmo que o resultado desse processo intelectual e político estivesse de acordo com a atuação

⁴ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os Anos de Apogeu: de 1902 a 1918*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003.

⁵ O que acaba por evidenciar a importância que a opinião pública tem sobre as discussões dentro das casas do Congresso Nacional, fazendo-as ser, nos dias de hoje, mais caixas de ressonância dos temas em destaque na política nacional do que propriamente iniciadoras dos debates.

internacional levada a cabo pelo Executivo que, por sua vez, se harmonizava com os interesses agroexportadores das elites presentes no Parlamento, em um ciclo de privilégios que se retroalimentava.

No que concerne à política externa em si mesma, quer-se averiguar o peso das discussões havidas no Congresso Nacional nos primeiros trinta anos da República brasileira com objetivo de se evidenciar como tais temas foram trazidos à discussão no Legislativo. A tarefa não é fácil e exige um enfoque imprescindível na documentação produzida pelos parlamentares à época seja em forma de discursos, pronunciamentos, atas das reuniões da Comissão de Relações Exteriores ou mesmo em depoimentos e memórias. Somente desse modo poder-se-á inquirir possíveis conexões entre as decisões do Executivo e a influência do Legislativo sobre elas. Sendo o Congresso capaz de discutir temas de interesse nacional, ver-se-á que também pode sê-lo quando se trata de interesse internacional do país, uma vez que tais campos não são estanques, nem desconexos, ou ao menos não deveriam ser supostos assim⁶.

O cerne do estudo, dessa forma, não é a opinião pública, nem os partidos, nem os tratados, nem os grupos de interesse tomados em particular. É muito mais do que todos esses elementos em separado, mas ao mesmo tempo são todos eles combinados. São esses componentes em interação dentro do Parlamento, identificados nos discursos parlamentares, nas atas das sessões das Comissões de Relações Exteriores, nos pronunciamentos, depoimentos da época, e arquivos do Congresso, no que diz respeito a temas referentes à política externa. Nesse sentido, por exemplo, não vai se ater à formulação de política externa por partidos políticos em específico, mesmo que se analise sua importância na fomentação do debate. O foco são os debates parlamentares sobre temas de política externa e não o sistema partidário em si, ainda

que seja de fundamental importância sua compreensão no exame do problema. O Parlamento será tomado como parte da opinião pública em seu aspecto político e não como simples caixa de reverberação da opinião pública em seus aspectos social e econômico. Também será considerado grupo de pressão à medida que decide sobre o orçamento da União e tem competência para resolver definitivamente sobre questões fronteiriças, bem como sobre tratados e convenções assinados pelo Governo.

No entanto, não se quer analisar os tratados e seu trâmite no Poder Legislativo uma vez que o enfoque do trabalho não diz respeito ao debate jurídico acerca do tema de política externa e Parlamento. Ainda que esse seja um bom campo a ser estudado e que sirva de subsídio à tese, pretende-se uma história política mais abrangente, que ultrapasse o entendimento do Congresso Nacional apenas sobre tratados, acordos ou atos internacionais estabelecidos pelo Poder Executivo. Não se quer debater sobre a eficácia do exame *ex post* do Congresso e o *referendum in totum* dos atos praticados pelo Executivo, embora a compreensão de tais procedimentos constitucionais seja de extrema relevância à investigação suscitada.

A maior parte das versões de política externa estudadas até hoje pela historiografia brasileira no período em questão preocupou-se em analisar, em especial, o Poder Executivo sem se voltar para o Legislativo como participante da elaboração da política externa brasileira. Além disso, ainda nesse período, o próprio Legislativo não chamava tanta atenção para si por estar quase sempre em consonância com a política decidida pelo Executivo – seja porque o Executivo precisasse agir de forma imediata em determinadas questões, seja porque tenha mais informações sobre o cenário internacional, ou ainda, os poderes tenham funções constitucionais distintas, o que, de qualquer forma, não são justificativas plausíveis para dizer que não houve participação

⁶ MILZA, Pierre. **Política Interna e Política Externa** in REMOND, René (org.). *Op. Cit.* PP. 369-370.

do Legislativo ou que mostrou apatia quanto a temas de política externa. Não é demais repetir que se o Executivo fazia avançar sua política externa é porque tal política tinha o apoio da oligarquia do café que compunha o Congresso Nacional.

É preciso, então, identificar quem são esses agentes que compõem o quadro político ao longo dos primeiros trinta anos da República, quais interesses representam e a que custo o Executivo consegue a centralização e consenso sobre o tema. Conforme os estudos já existentes sobre o assunto, é bastante razoável acreditar que não houvesse alternativas viáveis de programas de política externa fora dos quadros do Itamaraty. Contudo, o exame mais aprofundado da documentação mostrará consonância entre o que está sendo pensado no Parlamento e o que está sendo decidido pelo Governo. Da mesma forma, é somente com o estudo das elites que compunham os partidos políticos representados na Câmara e no Senado é que se pode entender a relação que grupos que passaram a ser representados no Parlamento ao longo do tempo tinham com as políticas interna e externa. Isso porque com o aparecimento da República haverá um deslocamento do poder da velha estrutura colonial e escravocrata a um novo setor que se estabelece especialmente pela produção e comercialização do café⁷.

Cabe lembrar rapidamente aqui a peculiaridade do presidencialismo brasileiro que combina representação proporcional, pluripartidarismo congressional, bicameralismo e federalismo, o que leva à fragmentação na composição das forças políticas representadas no Congresso, construindo, em especial, coalizões tanto no eixo partidário, como no regional-estadual, como se vê na Primeira República⁸. Essa característica singular torna o Poder Executivo um poder centralizador, quase imperial,

⁷ *Revista de Informação Legislativa*. Artigo: “A Política Exterior da Velha República (1889 - 1930)” por Norma Breda dos Santos. Brasília: Senado Federal. Ano 28. N°. 111. Julho a Setembro de 1991. P. 254.

⁸ Conferir MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Mercado Aberto Ltda./FGV: 1999 e AVELAR, Lúcia et CINTRA,

o que faz o estudo do Parlamento, no caso, sob a ótica da política externa, algo bem diferente dos estudos correntes sobre Parlamento e Executivo em sistemas de governo semelhantes como nos Estados Unidos, por exemplo.

Não obstante a literatura sobre o período em questão enfatize o “pacto dos governadores” apenas como resultado das negociações oligárquicas regionais e de articulações políticas pragmáticas, onde as elites políticas relegavam o debate ideológico, refletindo partidos nacionais providos de conteúdo programático, a eleição dos escolhidos obedecia a certas regras que precisavam ser legitimadas⁹. Essas regras precisavam ser aceitas pelas elites que participavam do jogo, fazendo com que o lado legal e institucional do sistema funcionasse satisfatoriamente. É importante que se sublinhe isso para que a tese a ser estudada seja validada como contribuição ao destrinchamento do período e problema em questão.

Conforme José Murilo de Carvalho, o ano de 1930 foi um *turning point* na história do país. Para Carvalho, a partir dessa data, houve uma aceleração das mudanças sociais e políticas e a história começou a andar mais rápido¹⁰. Com a Revolução de 30 e a deposição do presidente da República Washington Luís, põe-se fim ao primeiro período republicano e dá-se início a novos conflitos de interesses entre as dissidências oligárquicas e os militares, principalmente. A crise econômica mundial de 1929 colabora ainda mais para a mudança do cenário nacional. Novos atores são chamados a participar da história política do país, como operários, classe média e industriais. Entretanto, a chegada de Getúlio Vargas ao poder vai trazer uma diminuição

Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma Introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung/ Ed. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2004.

⁹ BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Coleção: O Parlamento em Teses. 2006. P. 26.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 87.

progressiva do Congresso Nacional na vida política do país, até seu fechamento em 1937.

Assim, preferiu-se dar atenção a um período ainda não tão explorado pela bibliografia existente no que diz respeito não apenas ao Parlamento, como também à política externa, uma vez que a literatura existente sobre política exterior nos primeiros anos da República é também bastante escassa. É preciso discutir-se mais o objeto de estudo no período proposto e trazer mais luz ao cenário dos primeiros trinta anos republicanos, já que os períodos posteriores são abordados de forma mais efetiva, principalmente no que diz respeito à fase republicana que vai de 1945 a 1964. Nesse esforço, serão analisadas as questões mais importantes que perpassam os discursos parlamentares, as atas das Comissões de Relações Exteriores e demais documentação levantada, como, por exemplo, os tratados e limites, imigração, navegação, comércio exterior, segurança, sem esquecer-se de temas pontuais como o litígio referente às ilhas Trindade e Martin Vaz, o caso do *Bolivian Syndicate*, a tentativa de assento do Brasil na Liga das Nações e as Conferências Pan-Americanas, entre outros.

Com um olhar contemporâneo sobre a documentação parlamentar elaborada na Primeira República busca-se auxiliar modestamente na construção de uma nova história da política externa no Brasil que não esteja centrada apenas nos atores e temas tradicionais da historiografia brasileira. Tem-se a pretensão de contribuir para o levantamento de alternativas ao quadro interpretativo existente, sem, contudo, exauri-lo. A pretensão pode parecer demasiada, mas não restam dúvidas de que a descoberta de novas perspectivas de análise apenas enriquece o quadro, supostamente finito, que, no entanto, oferece um pluralismo interpretativo sem fim. Assim, esta tese pretende ser apenas um esforço inicial, primeiro, de organização dos documentos referentes ao período e tema em questão dentro do Congresso Nacional e, depois, como mais uma

contribuinte a debates mais aprofundados que, se espera, nasçam do estudo das instituições políticas nacionais.

Pertinência científica e metodológica da tese.

Após a Independência e o estabelecimento do Império do Brasil, o Parlamento brasileiro surgiu como um novo poder que, juntamente ao monarca e ao Conselho de Estado influenciaria na condução da política externa do país. Exercendo tanto medidas de controle direto, próprias do Poder Legislativo – como aquelas referentes às questões alfandegárias, de navegação, tráfico de escravos e imigração – como medidas políticas, ao agir como foro de formação da expressão nacional, o Parlamento brasileiro, no Império, agiu a fim de diminuir a influência europeia, que tinha por objetivo a manutenção de vínculos formais de dependência¹¹.

Nesse sentido, o Parlamento atuou de modo favorável ao estabelecimento de uma autonomia do país, uma vez que permitiu o amadurecimento da consciência pública quanto às relações internacionais. Não apenas fiscalizava as ações do Executivo relacionadas ao interesse nacional, como era atuante como representante da opinião pública da época nos temas concernentes à política externa. Se, por um lado, tal atuação foi positiva para o estabelecimento de uma coerência e determinação de princípios básicos para a atuação internacional do Brasil, por outro, traduzia a imagem de que toda essa autonomia na definição das dimensões do interesse nacional não representava a opinião de todo um país, mas sim de um segmento social que a formulava.

¹¹ CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981. P. 31.

O Império brasileiro teve seu ocaso em 1889. Foi substituído pelo regime republicano sob a égide de uma Constituição promulgada em 1891, amplamente baseada na Constituição dos Estados Unidos no que dizia respeito ao seu sistema formal e legal. A nova Constituição brasileira trazia a figura de um presidente, um judiciário independente e um poder legislativo bicameral. Contudo, o Poder Executivo continuava sendo o poder mais importante do novo governo, não apenas na prática como na divisão dos poderes, mesmo que já não existisse mais o Poder Moderador do Império.

Embora a autoridade e o poder do governo central tenham decrescido em relação ao fortalecimento dos Estados durante a Velha República, o Poder Executivo tornou-se mais forte que o Legislativo e a autoridade presidencial, enorme. O maior obstáculo à existência de um Poder Legislativo forte foi o fortalecimento da política dos governadores, estabelecida no governo de Campo Sales (1898-1902) e mantida por todos os presidentes que o sucederam até a chegada de Vargas ao poder. Por meio de tal política, conciliaram-se os interesses das oligarquias da República, que se revezavam na presidência do país. O presidente oferecia cargos, vantagens e autonomia política, em contrapartida os governadores se comprometiam a dar votos e qualquer outra forma de apoio político.

Além disso, com o advento da República, tentou-se romper, de todas as formas, com os vestígios da monarquia, principalmente no que se referia à política externa. A ordem era incrementar as relações com os países vizinhos da América e com os Estados Unidos, símbolos do ar republicanista que invadia o país. O ideal pan-americano deveria incluir um bom relacionamento com a Argentina e toda a região do Prata. Enquanto o Executivo buscou unir os interesses nacionais e argentinos, com o risco, por vezes, de sacrificar o território brasileiro, o Legislativo reagiu aos

formuladores de política externa acusando-os de falta de meios e eficiência na resolução dos problemas internacionais.

A proposta de extinção da legação na Santa Sé pelo novo governo republicano, em 1891, também é exemplo de como a República tentou eliminar qualquer indício do regime monárquico anterior. Uma das influências do pensamento no novo regime republicano baseava-se no positivismo e cientificismo, contrário à religião. No entanto, o Parlamento reagiu à proposta defendendo a necessidade de salvaguardar os interesses da grande maioria católica no país, exigindo que se mantivesse um representante brasileiro junto à Santa Sé, sem, contudo, que tais relações significassem dependência ou tivessem impedimento pela Constituição.

A idéia de aproximação com os Estados Unidos, país com o qual o Brasil sempre mantivera relações de amizade, não encontrava uniformidade dentre as diversas correntes de pensamento sobre política externa. Enquanto no Parlamento se defendia a idéia de que tal aproximação estaria conforme o sentimento nacional, correntes contrárias alertavam para o perigo de uma dominação americana que poderia vir a tornar-se mais nefasta que a inglesa. Ainda que prevalecesse a idéia contrária ao estreitamento de relações, o Parlamento estava composto por uma elite que defendia o fomento da produção nacional industrial, agropecuária e extrativa e que via nos Estados Unidos o maior dos mercados para os produtos brasileiros. Desse modo, acabou-se por firmar o convênio comercial com o Tratado de Blaine-Salvador de Mendonça, pelo qual se estabelecia preferências tarifárias a ambos os países.

Com a questão da imigração, a fim de incrementá-la para satisfazer às necessidades da economia agrícola brasileira que se fortalecia, as duas casas do Legislativo limitaram-se a legislar sobre a supressão ou manutenção das missões

diplomáticas que estivessem de acordo com as elites agrárias. Apoiavam o governo que, em aliança com os plantadores de café, regulamentava a imigração como solução de mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Os documentos reunidos indicam que os parlamentares não discutiram mais profundamente a formulação, a substância ou mesmo as formas de controle do problema imigratório. A política exterior do país parecia, assim, estar atrelada aos interesses do comércio nacional que, por sua vez, se confundiam com os dos grandes proprietários rurais do café¹².

Contudo, nas questões que ameaçaram a integridade territorial brasileira, percebe-se que o Parlamento debateu de maneira mais acalorada, por exemplo, a ocupação das ilhas de Trindade e Martim Vaz pela Inglaterra, bem como o estabelecimento da empresa norte-americana *Bolivian Syndicate* na região de fronteiras indefinidas do Acre. Na questão inglesa, situação e oposição no Congresso se reuniram contra a ocupação, da mesma forma que pensavam ser a instalação da empresa norte-americana na região amazônica símbolo da cobiça internacional pela região.

Em razão de tais questões, a diplomacia brasileira, por meio do Barão de Rio Branco, passou a expressar uma nova tendência de atuação baseada em um maior realismo. No entanto, passou a ser, também, mais pragmática e centralizada na figura do Barão, o que diminuiu a ingerência do Parlamento nas questões de política externa. Com Rio Branco, a política externa brasileira passava a se preocupar com a demarcação do território nacional e maior aproximação comercial e política, mas sem atrelamento, aos Estados Unidos, com o objetivo de atender os interesses da elite cafeeira. Sua política era pragmática e, pelo que se percebe da análise da documentação, contava com o aval do Congresso Nacional.

¹² BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1995. P. 316.

Apesar do incremento das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos e aprofundamento das relações entre os dois países, dando a impressão aos demais vizinhos latino-americanos de que o Brasil se sentia parceiro privilegiado do gigante norte-americano, a chegada da Primeira Guerra Mundial trouxe sérias e acaloradas discussões sobre a linha de apoio internacional do país. De um lado, havia aqueles que apoiavam de forma incondicional a Alemanha, de outro os que estavam ao lado dos aliados, além, ainda, daqueles que apoiavam a neutralidade do Brasil. Assim, a entrada do país na guerra só se deu após os ataques de torpedo aos navios brasileiros, o que trouxe grandes debates ao Congresso Nacional e, por fim, a adesão aos aliados, como se pode comprovar pelos documentos reunidos nos anais da Câmara dos Deputados. Após o fim da guerra, cresceu o prestígio internacional brasileiro não apenas na América Latina como diante dos países vencedores do litígio. O Brasil participou da formação da Liga das Nações e obteve assento nas negociações de paz. Ainda que o Executivo tenha se empenhado em conseguir um assento permanente no Conselho da Liga, os debates no Legislativo não foram tão substanciais a respeito do assunto.

Dessa forma, o ponto de partida para o estudo sugerido é a República, como uma proposta de continuação à discussão suscitada pelo professor Amado Cervo em sua obra *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Escolheu-se o período da República até a Revolução de 30 pela observação da necessidade de se melhor estudar e questionar a importância do debate parlamentar como formulador de um pensamento de política internacional nesse período. É certo que já existem estudos de grande envergadura acerca da República e sua política exterior como os de

Clodoaldo Bueno¹³, Antônio Barbosa¹⁴ e Tânia Manzur¹⁵, apenas para citar alguns. Entretanto, não há nada mais específico no que se refere aos temas de política externa debatidos no Parlamento na primeira fase da República. A discussão do pensamento político no Brasil no que se refere à política exterior desde um prisma histórico, e, principalmente, com enfoque no Parlamento, é bastante válida para o entendimento das decisões tomadas no país durante toda a República, o que traz relevância não apenas científica, como social ao tema.

Não bastasse isso, apresenta-se também um estudo sistemático das fontes primárias fornecidas pelos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A imensa quantidade de documentos referente ao período não pode ser negligenciada. Se, por vezes, não se atém a problemas de ordem maior da política externa, por outras revelam que existia discussão a respeito do tema dentro do Congresso Nacional e aponta para as direções tomadas pela instituição no que concerne à política exterior. A ausência de temas pode significar, assim, que tais assuntos encontravam consenso entre os parlamentares na condução da política externa do Executivo. O simples fato de se pesquisar documentos adormecidos já aponta para a importância de estudos nesse sentido, não pretendendo a pesquisadora exaurir todas as possibilidades de análise da documentação em modesto trabalho doutoral, uma vez que a leitura e organização das fontes encontradas representaram, em si mesmas, imenso desafio e disposição, além de coragem e comprometimento; trabalho que foi começado, mas não esgotado. Diante a impossibilidade de se exaurir a imensa massa de documentos referentes ao período é que se foi forçado a ater-se às mais representativas, levando a limitação e o alcance do trabalho que aqui se propõe.

¹³ Conferir obras de Clodoaldo Bueno na parte referente à *Documentação* ao final do trabalho.

¹⁴ BARBOSA, Antônio José. *O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961-1967)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000.

Se a reflexão do pensamento histórico emerge do trabalho prático do próprio historiador e baseia-se nele e possui para ele significado¹⁶, pode-se dizer que após ter ingressado profissionalmente na Câmara dos Deputados, o questionamento sobre o debate da política externa nacional pelo Legislativo tornou-se mais premente. Tornou-se necessário um pensamento mais elaborado e um estudo mais sistematizado sobre as relações exteriores brasileiras. O Parlamento, por ser alvo de observação e lugar de trabalho, chamou atenção por não apresentar nenhum exame sério que o coloque como centro da discussão no período proposto.

A importância do estudo histórico sobre a documentação do Congresso Nacional no que concerne política externa pode vir a acrescentar ao que já se discute pela ótica da política comparada, pois pretende por em foco quadros e temas que precisam ser mais bem avaliados. O que se propôs, então, foi tentar assumir a responsabilidade do “pontapé” inicial de um debate que tem muito por incitar no período em questão. Assumiu-se também um dever de casa, nas palavras do professor Cervo, que permitiu, por meio do exame metódico das fontes, contribuir, modicamente, com outros pesquisadores que também pretendem desbravar o mundo pouco explorado dos discursos parlamentares como centro formulador de idéias e ações políticas. O exame detalhado, minucioso e comprometido das fontes primárias produzidas no Legislativo – discursos e debates dos parlamentares registrados pelos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como atas das sessões das Comissões de Relações Exteriores, entre outras – são ponto fundamental para a pesquisa que tenha por objetivo a análise do Parlamento brasileiro no que concerne à política exterior da República.

¹⁵ *Op. Cit.*

¹⁶ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2001. P. 26.

Assim, os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são as fontes principais desse estudo. Uma equipe de pesquisadores liderada pelo professor Amado Cervo empreendeu, no começo da década de 80, um vasto esforço com o objetivo de identificar e organizar os documentos parlamentares referentes às relações exteriores no Império e na República. Tendo em vista o incomparável trabalho produzido pelo professor Cervo no questionamento do papel do Parlamento brasileiro no Império e a existência de documentos da República a serem explorados, e com o desejo de se continuar o debate já começado, é que se buscou pensar uma pesquisa que pudesse enfrentar tal desafio. Por meio do levantamento bibliográfico e a sistematização do período a ser estudado, pretendeu-se contextualizar os documentos parlamentares a que se teve acesso a fim de melhor analisá-los. Todos os documentos estão catalogados por ano, assunto e código¹⁷ e divididos em documentos presentes nos Anais da Câmara e documentos presentes nos Anais do Senado.

Esses documentos são introduzidos de maneira devida no período a que pertencem e confrontados com as realidades nacionais e internacionais de 1889 a 1930. O catálogo dessa documentação foi organizado pela autora e consta da parte de Anexos, que foi organizado como um segundo volume da tese. Da mesma forma, estão presentes no volume referente aos Anexos o texto integral de discursos de maior relevância, lista de presidentes e ministros das Relações Exteriores do período, integrantes da Comissão de Diplomacia e Tratados na Câmara¹⁸, lista de matérias aprovadas em Plenário sobre relações exteriores, quadro cronológico entre outros.

¹⁷ Nesse caso, os códigos são referentes a grandes temas de discussão como tratados e limites, diplomacia, relações exteriores, imigração, navegação, relações bilaterais, comércio exterior, segurança, desnacionalização econômica e brasileiros no exterior.

¹⁸ Infelizmente não se achou seu equivalente no Senado.

Apenas a título de curiosidade, mas que contribui para mostrar a falta de interesse da literatura clássica sobre o Parlamento no período em questão, vale dizer que toda a documentação produzida no Congresso referente ao Império ou ao período que vai de 1945 aos dias de hoje encontra-se digitalizada tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal. Entretanto, o único período que não teve seus discursos e atas de sessões plenárias e de comissões digitalizados no Senado (onde ainda conta com arquivo de fichas manuais) é o período dos primeiros trinta anos da República. Na Câmara, tais documentos já estão digitalizados, porém o motor de busca é artesanal, isso significa dizer que, para encontrar um documento, é preciso ler vários outros antes. Isso se explica, em grande parte, pela falta de interesse dos demais pesquisadores sobre o tema, o que não estimula a disponibilização por meio eletrônico de tais documentos por parte dessas instituições.

Além do mais, o trabalho de pesquisa e organização dos documentos é, em particular, solitário e altamente individual, uma vez que cada documento em si deve ser examinado à luz das hipóteses propostas pela tese, como sendo único, mas ao mesmo tempo, coordenando-se com os demais documentos e bibliografia existentes, por isso a impossibilidade de apoio de pesquisadores auxiliares com o fim de análise das fontes documentais. É bom que se diga que grande parte dessas fontes encontra-se em mau estado, tornando a leitura bastante difícil, fazendo com que grande parte delas tenha sido fotografada (na impossibilidade de copiá-las por qualquer outro tipo de tecnologia disponível à autora).

Desse modo, é grande a importância de uma boa bibliografia referente não só à história da política exterior brasileira, como também à história do pensamento político nacional, para comprovar as hipóteses de que o Parlamento teve sua importância reduzida pelo Executivo. O acervo das bibliotecas da Câmara, do Senado e

mesmo Itamaraty foram essenciais para o levantamento de boas fontes secundárias. A leitura dos documentos e da bibliografia sugerida contribuiu para depreender algumas categorias que auxiliaram na construção de um quadro das relações entre Parlamento, Executivo e cenário nacional e internacional. Dentre elas pode-se citar política oligárquica, interesse nacional, organizações militares, burguesia comercial e industrial entre outras.

Dessa maneira, os procedimentos metodológicos no tratar das fontes resumiram-se a um levantamento detalhado das fontes primárias que tiveram relação com o que se pretende investigar, sua sistematização e posterior inserção no contexto nacional sem ignorar, de maneira alguma, sua ligação com o quadro internacional. Apenas com a análise desses documentos e obras é que se pode definir um esquema de ação do Parlamento no que se refere às relações exteriores do Brasil.

Conforme Cervo¹⁹, as investigações sobre o papel do Parlamento podem tomar três direções: estudo sobre a função do Legislativo como controlador direto das relações exteriores por meio da lei, o exame do Parlamento como vigia e fiscalizador do desempenho dos agentes de relações exteriores e a análise do Parlamento como elaborador do pensamento político. A discussão sobre a primeira direção é válida se analisado o papel exercido por outros agentes e a segunda é apenas subsidiária das outras duas direções. Portanto, como se quer privilegiar o estudo do Parlamento e sua relação com a elaboração de um pensamento político nacional, o que importa são as duas últimas possibilidades de análise, buscando no papel de controle do Executivo o espaço para o debate e a produção de pensamento político que mereça ser estudado.

¹⁹ CERVO, Amado Luiz. *Op. Cit.* Introdução.

Para isso, como já se disse, foi preciso ordenar os dados e proceder de forma empírica no estudo dos debates produzidos no Congresso Nacional durante o período proposto. Nesse sentido, a formulação de uma análise baseada na linha de pesquisa de história das relações internacionais torna-se mais adequada ao resultar em maior objetividade e originalidade, antes do que se perder em uma generalização ou mesmo unificação do conhecimento. Não se quer elaborar uma teoria dos Parlamentos, nem tomar por base a atuação dos Parlamentos mundiais no estudo em questão, mas antes desvendar os debates sobre temas de política externa em um período específico da história republicana – tendo por base a singularidade do Parlamento brasileiro – que, a partir daí, poderão funcionar como subsídios na compreensão do mesmo objeto de análise em períodos posteriores.

O objetivo principal da pesquisa, assim, é o próprio Parlamento no que diz respeito ao tema de relações exteriores; é elaborar uma análise crítica do Parlamento brasileiro na contribuição de um pensamento sobre política exterior no período que vai de 1889 a 1930. Pretende-se contribuir à compreensão da formulação do pensamento político nacional e buscar as bases para o entendimento da ação do Legislativo em relação ao tema no período contemporâneo. Só assim poder-se-á acreditar que houve uma pequena contribuição deste trabalho para a análise da evolução do pensamento político nacional, em questões internacionais, tendo por pano de fundo a República e suas oscilações.

Parece que ao se escolher discutir o tema “Parlamento e Política Exterior” faz-se necessário oferecer também justificativas suficientemente plausíveis que possam despertar o interesse de demais pesquisadores e curiosos sobre assunto. Tem-se a sensação de se estar penetrando em um território a ser explorado com cautela, seja pelo risco de se esbarrar contra o preconceito daqueles que vêm no Executivo o

ponto de partida único para estudos referentes à política externa; seja pela imensa responsabilidade de pôr em evidência, ainda que por ângulo pouco especulado, momentos já tão estudados pela historiografia de relações internacionais. É preciso mostrar-se convicto (e convincente) sobre a tarefa que se propõe, como se, entre as tantas vertentes de estudo da política exterior, analisar o espírito que move os representantes políticos, fosse o mais duvidoso.

O estudo do Parlamento deve ser, assim, de interesse não apenas da academia e dos pesquisadores envolvidos com o tema, mas, sobretudo, da própria instituição parlamentar. É chamando a atenção para temas que envolvam o Parlamento que a sociedade se tornará mais consciente do seu papel de peso na condução das políticas interna e externa do país, como efetiva participante do processo de solidificação e transparência das instituições. Discutir o Parlamento é, igualmente, discutir o acesso à cidadania, a participação na história do país, a formulação de políticas públicas que possam atender às necessidades da sociedade brasileira, o fortalecimento do papel da instituição. É resgatar, enfim, a imagem que se tem e que se faz do país, da nação.

Considerações metodológicas.

A presente tese pretende discutir o tema Parlamento e política exterior dos primeiros trinta anos da República em quatro capítulos. O primeiro capítulo foi consagrado ao exame da política nacional do período, as transformações pelas quais passa a nação com a proclamação da República, a afirmação do novo regime e o período de incertezas em que estava mergulhado tanto no plano doméstico como internacional. São discutidos também os limites constitucionais de atuação do Parlamento no que

concernia à política exterior brasileira, como também são definidos, de forma mais objetiva, as categorias de estudo a serem utilizadas na tese de doutorado.

O segundo capítulo consagra-se à definição da política exterior no primeiro período republicano com a maior aproximação do Brasil aos Estados Unidos e a busca por uma parceria privilegiada, a participação das Conferências Pan-Americanas e as relações com os países vizinhos do sul, as definições de fronteiras, o projeto de política exterior de Rio Branco e o comando do Ministério das Relações Exteriores, além das relações com o Vaticano. Por fim, a análise se volta à maior atuação do Parlamento com as discussões sobre a invasão da Ilha de Trindade pela Inglaterra e a problemática da instalação da companhia norte-americana *Bolivian Syndicate* em território boliviano.

Em complementação ao segundo capítulo, o terceiro capítulo desta tese pretende examinar a política exterior levada a cabo pela República brasileira. Vai se estudar como são definidas as correntes de pensamento dentro do Parlamento, a eclosão da Primeira Guerra mundial e a defesa da neutralidade brasileira por Rui Barbosa. O fim da guerra trará ao Brasil a pretensão de tomar assento na Liga das Nações como forma de buscar o prestígio internacional e tirar o país do anonimato. Serão abordadas ainda as preocupações com a integração nacional e o nacionalismo estimulado pela Semana de Arte Moderna.

Por fim, discutir-se-á como a economia agroexportadora brasileira tornou-se questão de política externa e definiu os arranjos políticos e institucionais internos, assim como as decisões sobre imigração de mão-de-obra, e a decisão sobre o liberalismo ou protecionismo. Nas reflexões finais, será apresentado um balanço histórico dos primeiros trinta anos da República, mergulhado em incertezas, mas

abrindo caminhos para períodos mais definidos, porém não menos conturbados, na história do país.

O fio condutor de toda a análise é, claro, o Parlamento, analisado com iniciais maiúsculas, assim como a República, a fim de definirem categorias autônomas e centrais de análise. A grafia de tais palavras apresentadas na tese é, desse modo, opção da autora para melhor destacar o objeto de estudo. Vale dizer também que a utilização da expressão “República Velha” para se referir ao período de estudo em questão, embora possa ser considerado pejorativo, será empregado apenas quando se fizer referência ao período republicano que se está estudando em comparação aos demais períodos que lhe sucedem. Optou-se, ainda, quando da citação textual de discursos parlamentares, manter-se a grafia utilizada à época e da forma que constam nos anais das duas casas do Congresso Nacional²⁰.

Apenas para esclarecimento, nos primeiros trinta anos da República, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados era chamada de Comissão de Diplomacia e Tratados. No Senado Federal, era chamada de Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Enquanto seu nome indicava na Câmara um escopo bastante específico, dando a impressão de que a Comissão atinha-se em especial à análise de tratados, a sensação que se tem no Senado é bem outra: as suas finalidades são amplas demais, fazendo com que os trabalhos dessa Comissão não tivessem o tema

²⁰ É bom que se ressalte, no que concerne à grafia, que no momento da redação desta tese foi aprovada a reforma ortográfica da língua portuguesa em comum acordo com os países constituintes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas que, no entanto, não se adotaram as novas regras aqui por razão prática: o trabalho já estava bastante avançado quando as novas regras entraram em vigor e uma nova revisão ortográfica exigiria muito mais tempo que o disponível para a conclusão da tese. Acredita-se que não haja problema formal quanto ao atendimento das normas redacionais dos trabalhos acadêmicos, vez que as novas regras começarão a serem realmente efetivas apenas a partir do ano de 2012. Para maiores informações sobre o acordo ortográfico e sua vigência, por favor, consultar a página eletrônica da Comunidade disponível em: <http://www.cplp.org/>. Último acesso em 07 de janeiro de 2009.

de política exterior como foco²¹, reunindo-se para deliberação do tema apenas quando necessário, e não de forma regular.

Não se quer aqui analisar a política exterior do período em questão sob a perspectiva do Executivo, como já se ressaltou anteriormente. Nesse sentido, embora nomes importantes para a implementação do estudo da política externa no período em questão sejam decisivos para a compreensão do tema – como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Olinto de Magalhães, Rio Branco, Domício da Gama, Otávio Mangabeira, entre tantos outros chanceleres que a executaram – serão citados no decorrer do trabalho histórico que se apresenta de maneira incidental e superveniente ao cenário político nacional e internacional, que são traduzidos no Parlamento à época. Vale lembrar também que muitas figuras políticas são citadas ora como Deputado, ora como Senador, em razão do mandato que ocupava à época da discussão analisada. Enfim, a tese será dividida em dois volumes. O primeiro com a discussão sobre o tema em si e o segundo com a apresentação da documentação a qual se faz referência ao longo do trabalho que, por terem, em sua grande maioria, caráter inédito no mundo acadêmico, merecem devido destaque²².

²¹ Em algumas vezes, o nome da Comissão passa a ser apenas Comissão de Constituição e Poderes, ainda que estivesse sob sua responsabilidade a discussão sobre política exterior.

²² No que se refere às notas de rodapé, optou-se por apresentarem notas de referência bibliográfica juntamente às notas textuais, sem para isso serem separadas em notas ao fim de cada página e notas ao fim do capítulo. Tal escolha mostrou-se mais prática tanto para o leitor quanto para a autora da tese, vista a extensão do trabalho proposto. As notas de rodapé seguem o padrão indicado pelo manual de redação de teses da Universidade de Curitiba devidamente indicado nas referências bibliográficas ao final do primeiro volume. Também se optou por recomençar a contagem das notas de rodapé ao começar cada capítulo, a fim de que a leitura não fosse dificultada em razão da numeração ascendente das referências, com o objetivo de se manter, principalmente, a estética visual do conjunto do trabalho.

Primeiro Capítulo

De rupturas e incertezas, o lugar do Parlamento na República Nascente

“Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam o caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dous ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.”

(...)

“Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.”

Esau e Jacó. Machado de Assis.

1. Ministério das Relações Exteriores: lugar de incongruências, 42. 2. Um período de incertezas institucionais, 44. 3. Espaço de manobra do Legislativo em Política Externa, uma questão constitucional, 51. 4. Entre as definições de Política Doméstica e Exterior, 60. 5. Parlamento: grupo de pressão ou expressão da opinião pública?, 63. 6. No caldeirão de agitações internas, 71. 7. Política exterior de solução e não de prevenção, 87.

Era escura a noite daquele 15 de novembro de 1889, como escuros iam ser os primeiros anos da República no Brasil. Apesar da tranquilidade aparente com que foi feita a passagem do Império para a República – sem motins, sedições ou revoltas notáveis – os anos que seguem à proclamação do novo regime serão caracterizados pelo elevado grau de incerteza envolvendo os muitos projetos propostos ao nascente sistema político, a instabilidade inicial e afirmação lenta e posterior das instituições políticas e sociais, como também a definição gradual da política externa do primeiro período da

República. Essa escuridão revela-se na indefinição dos grupos, partidos, concepções políticas e demais dúvidas nas quais estavam mergulhadas as disputas de poder, causando divergências quanto à organização do novo regime nos seus mais distintos aspectos¹.

Talvez o mais evidente entre eles seja a indefinição quanto ao modelo republicano a ser adotado após anos de Império. A propaganda republicana não cessava de enfatizar a prezada idéia de democracia, do autogoverno, do povo governando a si mesmo e de autonomia do país, cortando-se os laços com o domínio imperial europeu, representado pela família real. Havia no Brasil, entretanto, ao menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime e que travaram forte embate entre si nos anos iniciais da República. Eram elas o jacobinismo de influência francesa, o liberal-federalismo de cunho anglo-americano e o positivismo pregado pelo filósofo francês Auguste Comte². Dentre as três, a que atribuía maior protagonismo ao povo era o jacobinismo, inspirado diretamente nos ideais da Revolução Francesa. No entanto, essa participação era utópica uma vez que se baseava na clássica definição de democracia com o governo dirigido por meio da participação direta de todos os cidadãos. Além disso, a corrente jacobina pregava a necessidade de atitudes mais violentas, como revolução pelas armas e conseqüente fuzilamento de integrantes da família real³.

O positivismo comtiano, por sua vez, apresentava um projeto de República que excluía a participação do povo nos negócios políticos, mas não deixava de ser menos utópico. Corrente também de inspiração francesa, o positivismo previa

¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (USP), 1997. P. 245.

que a república brasileira realizar-se-ia como um regime onde os deveres seriam mais importantes que os direitos. O dever que cabia ao povo era o de trabalhar, e aos empresários e ao Estado cabia o bem-estar desses trabalhadores. Nesse estado de coisas, estabelecida assim a ordem, o inevitável progresso viria.

É provável, contudo, que a corrente com maior número de adeptos e, portanto, de maior força, era a de inspiração anglo-americana: o liberal-federalismo. O liberalismo era emprestado da Inglaterra, enquanto o federalismo provinha do lado norte-americano. Ainda que o liberalismo, já presente no Império, admitisse a participação popular em um plano secundário, o braço federalista da corrente era mais reticente a tal idéia. Ambos os ramos, porém, percebiam a sociedade como a formação de indivíduos autônomos, cujos interesses eram ajustados pela mão invisível do mercado. Dessa maneira, poderia haver o autogoverno estadual a ser conquistado pelo federalismo.

No Parlamento, essa última corrente podia ser identificada pelos representantes políticos da classe dominante das principais províncias republicanas de então: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que defendiam a autonomia das unidades regionais e, assim, a idéia de República federativa. Todavia, enquanto o Partido Republicano Paulista e o Mineiro defendiam o modelo liberal, com cidadãos representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo Congresso, o seu equivalente gaúcho agarrava-se à concepção positivista, melhor assimilada pelos militares – com grande influência no Sul –, pela capacidade de coesão da doutrina,

² CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 09.

³ Essa mesma corrente participa da tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes, em 1897.

habilitando-os a lutar contra a corrente política tradicional representada pelo Partido Liberal⁴.

Não bastassem as contradições inerentes aos projetos que se propunha à República nascente, o momento da proclamação não fugia também a tais incongruências. Vale lembrar que não é do Partido Republicano que vem o golpe contra a monarquia, mas sim dos quadros do Exército que, tradicionalmente, não era adepto ao republicanismo. Na verdade, o marechal que profere o golpe final contra a Monarquia era Deodoro da Fonseca, distinto oficial do exército imperial, monarquista e amigo do Imperador D. Pedro II⁵. O golpe em si também foi incerto. Ao entrar no Ministério da Guerra em 15 de novembro de 1889, onde se encontravam líderes monarquistas, Deodoro tinha pretensões de derrubar o ministério do Visconde de Ouro Preto, e, dessa maneira, aumentar o prestígio dos militares, bem mais do que proclamar um novo regime. Como presidente do Clube Militar, e figura bem reputada no Exército em razão da Guerra do Paraguai, Deodoro foi pressionado por seus pares a agir contra a desmoralização crescente das Forças Armadas, determinada pela força centralizadora do Imperador e o natural aumento de insatisfação da classe militar. Acabou por derrubar o ministério e proclamar a República.

As contradições no seio militar não eram menores. Se por um lado o Exército era visto como o autor do novo regime, por outro, a Marinha ainda era fortemente vinculada à Monarquia. Não ficavam longe as diferenças de concepções e formações entre os próprios dirigentes do Exército. Quando Deodoro da Fonseca é instituído presidente do novo regime, contava por vice com Floriano Peixoto. Nenhum

⁴ FAUSTO, Boris. *Op.Cit.* P.09.

⁵ Um ano antes de proclamar a República, o Marechal Deodoro da Fonseca em carta ao seu sobrinho, escrevia que a República seria “uma desgraça para o Brasil” e que “o único sustentáculo [do] Brasil [seria] a monarquia; se mal com ela, pior sem ela”. Expressava ainda sua consternação com o Imperador, na semana que antecedeu ao golpe, ao escrever a Benjamin Constant perguntando qual seria a sorte do

governo poderia ser mais discrepante. De um lado, o marechal presidente representava os veteranos da Guerra do Paraguai reunidos contra a desmoralização do Exército após a Guerra e prontos a defender participação mais relevante dos militares na tomada de decisões do país, em contraposição ao papel desempenhado nos últimos anos de Império. De outro, seu vice-presidente, Floriano Peixoto, também participante da Guerra do Paraguai, atraía, no entanto, jovens formados na Escola Militar, em contato com os ideais positivistas da ordem para construir o progresso, defensores da idéia de soldados atuando como cidadãos e interferindo nos rumos do país; ideais fortemente em embate com a concepção conservadora representada pela ala de Deodoro.

Embora essas diferenças não pudessem passar despercebidas diante uma análise mais detalhada dos fatos, é possível se dizer também que apesar dessa profunda rivalidade, o Exército não representava o interesse de uma classe social como era o caso dos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas, por exemplo, que canalizavam cada vez mais as aspirações da nova oligarquia cafeeira. Os grupos do Exército falavam em nome da própria corporação, “eram porta-vozes de uma instituição – o Exército – que era parte do aparelho do Estado”⁶. Os oficiais do Exército, defensores ou não do positivismo, eram contra o liberalismo, a corrente de pensamento mais forte nos princípios da República. Autonomismo, federalismo e liberalismo iam de encontro à necessidade de um Poder Executivo centralizado e, portanto, forte. Conceder autonomia às províncias seria incorrer no risco de fragmentar o país e servir aos interesses dos grandes proprietários de terra.

Pelo Decreto que constituiu o Governo Provisório com Deodoro da Fonseca como chefe do governo, expulsou-se a família real do Brasil e dissolveram-se

monarca. Conferir BAUSBAUM, Leôncio. *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. São Paulo: Edições LB, 1965. P. 14.

⁶ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.* P. 246.

também as Câmaras municipais, as Assembléias provinciais, o Conselho de Estado do Império, a Câmara dos Deputados, o Senado, conservando-se, porém, os quadros administrativos e da justiça. Um mês depois da estranha proclamação da República, foram convocadas eleições para 15 de setembro de 1900, sendo a posse do novo presidente prevista para 15 de novembro do mesmo ano. Visava-se a estabelecer uma Assembléia Constituinte, com a função de preparar a Primeira Constituição Republicana, a partir de um projeto apresentado pelo Governo Provisório, que tinha por objetivo a execução de reformas administrativas que se faziam necessárias.

1. Ministério das Relações Exteriores: lugar de incongruências

No Ministério do Governo Provisório, mais incoerências. Rui Barbosa, que nunca tivera experiência como financista, foi indicado para ocupar a pasta da Fazenda. Como Ministro da Justiça, o Barão de Lucena, membro integrante do Império recém derrubado e que nunca negara suas simpatias monarquistas. Menos estranhamento, no entanto, veio com a indicação de Quintino Bocaiúva, republicano convicto e futuro Senador pelo Rio de Janeiro, que foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, ainda que não houvesse experiência como tal. Outros propagandistas republicanos, os chamados “republicanos históricos”, também foram chamados para compor o ministério do governo provisório, como é o caso de Benjamin Constant para a pasta da Guerra, Aristides Lobo para Interior e Campos Sales para a Justiça. Propagandistas que, no entanto, não haviam participado do movimento de proclamação da República levado a cabo pelos militares⁷.

⁷ Quintino Bocaiúva, na manhã do dia 15 de novembro de 1889, não sabia ainda se o Exército chegara ou não a proclamar a República e aconselhava os correligionários republicanos a evitar provocações que produzissem resultados contraproducentes. Aristides Lobo, em carta ao *Diário Popular* de São Paulo em 18 de novembro, profere as célebres palavras “(...) a colaboração civil foi quase nula [...] o povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada”. Ver BASBAUM, Leôncio. *Op.Cit.* P. 21.

O Governo provisório reunia, dessa feita, republicanos históricos e figuras expressivas do Império, que não se eximiam de participar da nova ordem como Rui Barbosa, Pandiá Calógeras, Barão de Lucena e Joaquim Nabuco, entre outros. O número de estreantes na política também era grande. Em todo o país, foram eleitos diversos grupos sem experiência de representação. No entanto, é interessante notar que de início, logo após o advento da República, os ministros que ocuparam a pasta de Relações Exteriores não eram ligados à diplomacia ou não tinham muita afinidade com as questões de natureza internacional⁸.

Apenas para que não se esqueça, vale dizer que Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores nesse período (1889-1891), e senador de 1890 a 1900, apesar da efervescência produtiva⁹, por exemplo, não se dedicou ao aprofundamento de suas reflexões sobre política externa. Justo Chermont, paraense e senador pela República no período de 1910 a 1911, enquanto Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros de Deodoro (1891), também não dedicou nenhum escrito ao tema em questão. De 23 de novembro de 1891 a 23 de novembro de 1894, sucederam-se dez ministros na pasta de Relações Exteriores, que tampouco se destacaram como pensadores de política exterior brasileira.

Posteriormente, em 1902, o Barão do Rio Branco assume a pasta, da qual ficaria a cargo até 1912, quando de seu falecimento. Após sua morte, pôde-se contar com expoentes no Ministério como Lauro Müller, senador pela República várias vezes e que deixou vários relatórios relevantes enquanto ocupava o cargo de Ministro; Domício da Gama, sucessor de Joaquim Nabuco como Embaixador dos Estados Unidos e

⁸ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992. P. 142.

⁹ Escreveu entre outras obras *A Crise da Lavoura*, 1868; *Guerra do Paraguai. Nova Fase: Carta a um Amigo*, 1868; *A Batalha de Campo Grande: Quadro Histórico*, 1871; todas escritas antes de ocupar o cargo de Ministro e ainda no Império.

Ministro das Relações Exteriores no final da Primeira Guerra Mundial; Octávio Mangabeira, eleito deputado federal diversas vezes entre 1912 e 1960 e Ministro das Relações Exteriores de 1926 a 1930, que deixou vários escritos sobre a situação política nacional em forma de discursos, principalmente; e Afonso Arinos de Mello Franco, ministro do final do primeiro período republicano que deixa obras importantes voltadas para a compreensão política, econômica e cultural do país. Contudo, seriam nas discussões havidas nos plenários do Congresso que se pretende ir buscar o amadurecimento político dos grandes homens de Estado em relação à discussão de política exterior do Brasil no período em tela.

Entretanto, com o estabelecimento do Governo Provisório, dissolvia-se o Parlamento objetivando-se a reorganização do Estado. Um ambiente hostil era criado pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca ao nomear uma dezena de oficiais, baseado, sobretudo, em laços pessoais, para compor o Congresso Constituinte. Ocupando papel de destaque no Império, o Parlamento era uma das primeiras instituições a serem atacadas pelo novo regime republicano. Se no regime anterior, o poder Legislativo estava em pé de igualdade com o poder Executivo frente ao poder Moderador do rei, na República que se instalava, começava-se a ter indícios que essa relação de forças mudaria, mesmo que teoricamente protegida pelo princípio do equilíbrio de poderes, defendida pela grande parte dos manifestantes republicanos.

2. Um período de incertezas institucionais

Eleito senador pela Bahia para fazer parte da Constituinte de 1890, Rui Barbosa foi um dos principais relatores da Lei Magna de 1891, predominantemente presidencialista e concebida à semelhança do modelo norte-americano. Cristalizava-se,

assim, a idéia de República Federativa. Rui Barbosa revisou o projeto da comissão constituída para elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Tal comissão era composta por Joaquim Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Antônio Werneck, Francisco Rangel Pestana e Magalhães Castro. Dos três anteprojeto redigidos pela comissão, resultava apenas um, representando a fusão dos demais. Rui Barbosa, criticando o plano original, modificou e suprimiu artigos.

Dos noventa artigos que compõem a Constituição, setenta e quatro são atribuídos ao ilustre baiano, em especial no que tange aos aspectos ligados à tributação. A Constituição desenhada por Deodoro, que, por sua vez, também a corrigia em silêncio à noite em seu gabinete, tentava definir uma direção certa no cenário de incertezas do novo regime. De inspiração positivista, ainda que baseada no modelo da Constituição norte-americana, não agradou aos grupos políticos em efervescência presentes naquele primeiro período republicano no poder. Leopoldo de Bulhões, senador pelo Estado de Goiás e antigo integrante do Partido Liberal do Império, levantou a bandeira da revisão constitucional, demandando maior importância ao federalismo, no mesmo dia da promulgação da nova Constituição, em 24 de fevereiro 1891.

Pela nova Constituição Republicana, desmontaram-se os mecanismos estabelecidos no Império e adotaram-se o federalismo e o presidencialismo. O poder do Presidente, exercido pelo Executivo, passou a ser tão importante quanto era o Poder Moderador do Imperador. Poder-se-ia dizer que o antigo poder Moderador fundia-se nas prerrogativas do novo poder Executivo. Buscava-se estabelecer outros parâmetros para o jogo político, com o objetivo de redefinir a estrutura institucional. Contudo, essa redefinição acontecia meio a uma turbulência de processos políticos e sociais paralelos que mergulhavam o novo regime em uma onda de incertezas. Eram muitos os desafios

que se apresentavam a essas novas instituições políticas que pretendiam romper com o *status quo* anterior.

A interpretação desse momento na história do país é mais bem cheia de nuances do que a culminação do sistema político em um pacto entre governadores, à primeira vista, poderia deixar transparecer. O arranjo político que se construiu ao longo do primeiro período republicano e chegou ao auge com o pacto federalista, levado a cabo pelo então presidente Campo Sales, teve seu ocaso ao fim dos primeiros trinta anos da República, quando as demais forças que agitavam o período, representadas pela presença de grupos políticos insatisfeitos com os rumos que se vinha dando à nação republicana, resolveram romper o equilíbrio delicado das energias políticas de então.

Quando se consagraram o federalismo e o presidencialismo na Constituição de 1891, ainda não se havia sedimentado uma nova ordem política no país. Sabia-se o que não se queria mais ser, ou seja, o novo regime republicano implantado não poderia conter traços do rançoso regime monárquico, já exaurido pelo tempo. O novo projeto político do país deveria estar a favor da onda de modernidade que estaria ligada, inevitavelmente, à República. Para isso, o rompimento dos laços era necessário, mesmo que não se tivesse um projeto claro para substituir os vínculos desfeitos. Nesse processo de afirmação da identidade republicana brasileira, a compreensão do que se era, vinha pela negação do que não se queria mais ser¹⁰. Mas as interpretações do que se poderia ser eram muitas e, não raras vezes, conflitantes. Essa situação problemática de definição de rumos e valores políticos é sem dúvida bastante evidente nos primeiros dez anos do novo regime. Todavia, ainda que em aparente estabilidade política nos vinte anos que se seguem, as interpretações conflitantes sobre a República não haviam cessado de existir e encaminham o projeto em vigor à ruptura, no ano de 1930, pondo

em evidência, uma vez mais, a heterogeneidade dos grupos revolucionários envolvidos nesse processo de mudança.

Assim, pode-se dizer que o período que se segue à Proclamação é caracterizado pela desordem do sistema, pelo caos e ausência de rotinização das ações políticas, levando o novo regime a se confrontar com uma série de impasses. Dentre eles, pode-se dizer que as relações entre o poder central e os poderes regionais e os procedimentos de interação entre o Executivo e o Legislativo são os que mais chamam atenção¹¹. É bem verdade também que esses impasses são recorrência comum em períodos de transição de regime. O que, entretanto, ocorreu no período republicano em questão, é que tais impasses não foram solucionados com a publicação da Constituição de 1891.

Pelo contrário, rompeu-se com os canais políticos do Império, mas não se apresentava sedimentada a nova ordem. Por meio da instituição de um sistema político baseado no presidencialismo, na autonomia dos Estados, protegidos pelo federalismo, e aumento das prerrogativas do Legislativo – ao menos em termos constitucionais – pensou-se estar rompendo com a ordem política imperial. Porém, não deixavam de existir as cobranças políticas dos grupos representados no poder e os arranjos informais, que vinham de tempos remotos. A República inaugurou uma “fase de experimentações institucionais”¹², buscando criar mecanismos de organização política capazes de firmar o novo regime.

No Império, o poder Moderador consistia em um conjunto de atribuições políticas exclusivas do Imperador, como a nomeação e livre demissão do poder

¹⁰ Para maior discussão sobre rupturas e continuidades na História conferir ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*. Nova York: Viking Press, 1961. Preface. PP. 5-14.

¹¹ LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. P. 106.

Executivo, a dissolução da Câmara dos Deputados, a suspensão de magistrados e o controle da administração das províncias. Dessa maneira, o poder Moderador nomeava o governo que, por sua vez, promovia as eleições que escolhiam sua base no Legislativo. O poder Executivo conduzia todo o processo eleitoral, garantindo ao seu partido a maioria no Parlamento. Na hipótese de o governo ficar em minoria, dissolvia-se a Câmara dos Deputados e realizava-se nova eleição. Percebe-se, então, que o sistema era altamente centralizado, cabendo ao poder central a nomeação dos presidentes das províncias, que tinham a atribuição de organizar o apoio ao governo e as eleições. Era o governo indicado pelo poder Moderador que elegia a representação, fazendo com que o governo sempre tivesse maioria.

O regime republicano, contudo, não promoveu grandes alterações no eixo de participação popular, perpetuando as restrições censitárias aos analfabetos, ainda que derrubando a Lei Saraiva de 1881, que elevava a renda do cidadão com direito a voto. Também não houve grande mudança quanto à centralização do poder central. Entretanto, a Constituição de 1891 acabou com o poder Moderador e com ele derrubou também a engrenagem de sua organização institucional uma vez que as relações entre o poder central e o local eram baseadas na não-intervenção nos Estados, implicando a cristalização de grupos regionais no poder. Com a República, criou-se, por sua vez, uma solidariedade entre as bancadas estaduais com o poder central, isto é, obtinha-se no plano nacional uma maioria de apoio ao governo que era, todavia, gerada no nível estadual. O novo regime coroava, assim, a verticalização da ordem e o esvaziamento das instituições representativas.

¹² BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Coleção: O Parlamento em Teses. 2006. P.186.

Pela nova Constituição republicana, o Legislativo não governava nem administrava. Pela natureza de suas prerrogativas, reunindo em si antigas características do poder Moderador, era o Executivo que passava a ter condições de esclarecer e dirigir a tomada de decisões. Mas era preciso produzir uma maioria legislativa por meio da legitimação das maiorias criadas nos Estados. Nesse sentido, o Legislativo vai ganhar a missão prática de reconhecer a lisura das atas eleitorais, por meio da *Comissão de Verificação de Poderes*, responsável por dirimir dúvidas a respeito dos candidatos eleitos. O sistema de controle dos eleitos nos Estados seria feito, primeiramente, pelas Câmaras Municipais e supervisionado pelo presidente da Câmara eleito na legislatura anterior, a fim de se evitar surpresas caso viesse se cumprir a praxe de se dar a presidência da Casa ao deputado eleito mais idoso, uma vez que não se poderia prever de que facção viria. Na verdade, a decisão a respeito da composição do Congresso cabia a ele próprio. As eleições eram controladas pelos executivos estaduais, durante as apurações, e pelo Legislativo nacional, no reconhecimento final dos eleitos e “degola” dos inimigos.

Portanto, se no Império o poder Moderador escolhia o partido que iria constituir a maioria, garantindo-se a solidariedade entre Legislativo e Executivo por meio de mecanismos parlamentaristas, no presidencialismo republicano, a constituição de governo se torna mais complexa. Era necessário criar artifícios que garantissem o governismo. No que se referia às relações Executivo e Legislativo no Império, o poder Moderador deveria preocupar-se, em essencial, em escolher o Executivo. A dinâmica do parlamentarismo encarregava-se de harmonizar os dois poderes já que o partido eleito confirmaria formalmente o Executivo. Ana Luiza Backes¹³ fala em “parlamentarismo invertido”, pois era o governo que elegia o partido e não o partido que elegia o governo.

¹³ *Op.Cit.* P. 198.

No Império, a Câmara podia derrubar governos, recusando o apoio a medidas legislativas; mas no caso de algum impasse, o poder Moderador dissolvia a Assembléia, reiniciando o processo, escolhendo novo Executivo que elegeria nova Câmara para apoiá-lo.

Na República, a definição do Executivo passa a depender de um processo mais amplo que o recurso da indicação utilizado pelo poder Moderador. Os poderes Executivo e Legislativo separaram-se, tornaram-se independentes, sem a associação entre si presente no Império. Há, contudo, uma predominância do Executivo, pois o presidente deveria buscar mecanismos para garantir um Legislativo confiável, que lhe permitisse aprovar leis, isto é, governar. Já não haveria mais a simples indicação do Executivo pelo Imperador, mas era essencial que houvesse eleições, ainda que forçadas, garantindo, por sua vez, a independência do Legislativo, que contava com eleições próprias. Era necessário lidar com outro problema, qual seja, a definição de como se daria o acordo entre os dois poderes. “O presidencialismo [abria] a possibilidade de disputa entre os dois poderes – se [houvesse] um confronto entre forças distintas, e essas forças [conseguissem] representação diferenciada nos poderes, o conflito entre elas [poderia] tomar forma institucional, sem solução legítima”¹⁴.

É preciso que se diga que não era fácil ao novo regime lidar com esse recente desenho institucional que se apresentava. O Executivo fortalecera-se e o Legislativo tornara-se mais independente, entretanto, as forças políticas em ebulição buscavam sedimentar alianças ao mesmo tempo em que tentavam definir engenhos capazes de conseguir estabilidade dentro do novo jogo institucional. Situação que remeteria à imagem de placas tectônicas ajustando-se e, nesse processo, causando alguns terremotos e temores na superfície do terreno supostamente plano. Essa

¹⁴ *Ibidem*. P.199.

estabilidade não viria de um dia para outro, nem sua chegada acalmaria os ânimos dos diversos grupos querendo representação no novo regime. Entre eles podem-se destacar, com maior evidência, os militares insatisfeitos com seu lugar no Império e as diversas facções republicanas de jacobinos, positivistas e liberal-federalistas, tradutores de um novo setor que se estabelece, sobretudo, graças à produção e comercialização do café.

Como no Império, a nova Constituição dividiu o Legislativo em duas casas, a Câmara dos Deputados e o Senado. Os senadores deixaram de ser vitalícios, com um mandato de nove anos, renovando-se em um terço a cada três anos. Os deputados, por sua vez, seriam eleitos em cada Estado, proporcionalmente ao número de seus habitantes, por um período de três anos. Os projetos de lei podiam ter início em ambas as casas. Em caso de aprovação, eram encaminhados à sanção do presidente da República, caso contrário o projeto voltava ao Congresso que poderia aprová-lo mesmo sem a assinatura do presidente da República, diante maioria de dois terços entre os presentes à sessão que examinasse o veto presidencial.

3. Espaço de manobra do Legislativo em Política Externa, uma questão constitucional

No que diz respeito ao tema a ser discutido na tese, ou seja, o tema de política externa e sua relação com o parlamento, é preciso que se diga a Constituição de 1891 consagrou a preponderância do Executivo sobre o Legislativo, como foi dito, fazendo com que os congressistas funcionassem, em grande parte, dependentes da orientação política emanada pelo chefe do Executivo. Entretanto, dizer que havia dependência de ação, não significa dizer que o Congresso abdicava de suas prerrogativas, ou, como faz pensar a literatura corrente, que o Parlamento teve pouca ou

nenhuma importância na condução da política externa do país. É possível se dizer sim que o Parlamento seria progressivamente ignorado no processo de decisão em política externa, e não apenas nos primeiros trinta anos da República. Esse movimento terá pontos críticos em diversos momentos da história da República brasileira por meio do fechamento do Congresso por Executivos autoritários, a exemplo do que acontece com Deodoro da Fonseca em 1892, que, com ares ditatoriais, dissolve a Câmara dos Deputados.

Todavia, é preciso lembrar que os dispositivos constitucionais de 1891 em relação à atuação do Parlamento no que diz respeito à política externa eram ainda mais restritivos do que eram no Império. As disposições da Constituição imperial apresentavam uma centralização quase absoluta da política externa nas mãos do Executivo, o que Amado Cervo chamaria de “dispositivos draconianos”¹⁵. O Parlamento encontrava-se alheio do controle da política externa, mas a situação era equilibrada pelas atribuições do Conselho de Estado que funcionava como uma antecâmara parlamentar, onde o Imperador se consultava sobre declaração de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras. Porém, as negociações pertenciam ao Executivo e a celebração de tratados, em teoria, ao Legislativo.

Inaugurou-se no Império, desse modo, o sistema dos tratados, fazendo com que o Legislativo devesse aprovar todos os tratados que estabelecessem prestações do tesouro ou subsídio, tratados de navegação, comércio e postais que alterassem direitos alfandegários e leis administrativas, civis, comerciais, criminais ou de processos; tratados de limites, cessão ou troca de territórios, com exceção dos casos em

¹⁵ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981. P. 06.

tempo de guerra¹⁶. Assim sendo, ao Parlamento restava conformar a ordem jurídica nacional às imposições externas, impossibilitado de legislar internamente.

Refletindo-se nessa direção e levando-se conta a obra clássica de Amado Cervo sobre o Parlamento no Império, é possível que se estabeleça, desse modo, também na República, ao menos três direções para as investigações sobre o papel do Parlamento. A primeira delas seria o estudo sobre a função do Legislativo como controlador direto das relações exteriores por meio da lei; a segunda, o exame do Parlamento como vigia e fiscalizador do desempenho dos agentes de relações exteriores e, por fim, a análise do Parlamento como elaborador do pensamento político nacional¹⁷.

Ao se analisar a Constituição de 1891 e tomando por base a primeira direção proposta por Cervo, pode-se dizer que dito documento manteve o princípio da competência do Executivo na condução da política externa, cabendo ao Legislativo o poder de ratificação posterior – *ex post* – dos acordos internacionais. Dessa forma, o Legislativo foi subtraído do poder de influenciar a agenda de discussão de política exterior, como fazia o Conselho de Estado no Império, não tendo competência para definir os parâmetros das posições negociadoras do país antes dessas negociações, isto é, não havia mecanismos que possibilitassem uma participação *ex ante* do Legislativo em termos de política externa.

Visto isso, o que é mais interessante para o trabalho em questão são as duas últimas direções possíveis de análise do papel do Parlamento, já que não se pretende fazer aqui um estudo sobre a ratificação de tratados pelo Legislativo: a vigilância e fiscalização dos atores condutores de política externa e a produção de um pensamento político nacional, fruto do debate amadurecido, das críticas,

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Ibidem.* Introdução.

posicionamentos e atitudes tomados diante dos fatos que se processaram nos primeiros trinta anos da República. Como a primeira direção citada no parágrafo acima exige um estado paralelo dos outros agentes políticos envolvidos na formulação da política externa, o que não é o objetivo desta tese, embora necessários à compreensão, é que se dará maior ênfase às duas últimas direções sugeridas por Amado Cervo, procurando-se determinar se o papel de fiscalização, delegado pela Constituição de 1891 ao Parlamento, evolui a ponto de criar a geração de idéias, doutrinas e teorias, nível mais elevado da atuação parlamentar.

É certo que por meio de Constituição tão restritiva, o espaço de elaboração política é diminuído, sendo mesmo esvaziado em sucessivos governos de cunho ditatorial da história do país. Isso não significa dizer, contudo, como se verá ao longo do trabalho, que a delegação da condução da política externa determinada pela Constituição de 1891 ao Executivo faz com que o Legislativo renuncie ao direito de fiscalizá-la, debatê-la e pensá-la¹⁸. Isso será feito, em efervescência, em especial nas brechas constitucionais que o permitem atuar em momentos decisivos para o país, como na demarcação de fronteiras, defesa do território, definição do orçamento da União, período de guerra, e, sobretudo, direcionamento do comércio internacional.

Ao se colocar a Constituição de 1891 à luz do exame mais detalhado, percebe-se que são exatamente essas as atribuições privativas do Parlamento, definidas pelo texto constitucional:

“Art. 34. Compete privativamente ao Congresso Nacional:

1º) orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro;

¹⁸ *O Legislativo e a Política Externa*. Seminário: “O Papel do Poder Legislativo na Política Externa Brasileira”, por Maria Regina Soares de Lima. Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, 2002. P. 45.

...

5º) regular o comércio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Distrito Federal, alfandegar portos, criar ou suprimir entrepostos;

6º) legislar sobre a navegação dos rios que banhem mais de um Estado, ou se estendam a territórios estrangeiros;

...

10º) resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes;

11º) autorizar o governo a declarar guerra, se não tiver lugar ou malograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;

12º) resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras;

...

16º) adotar o regime conveniente à segurança das fronteiras;

17º) fixar anualmente as forças de terra e mar;

18º) legislar sobre a organização do Exército e da Armada;

19º) conceder ou negar passagens a forças estrangeiras pelo território do País, para operações militares;

20º) mobilizar e utilizar a guarda nacional ou milícia cívica, nos casos previstos pela Constituição;

21º) declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional, na emergência de agressão por forças estrangeiras ou de comoção interna, e aprovar ou suspender o sítio que houver sido declarado pelo Poder Executivo, ou seus agentes responsáveis, na ausência do Congresso;

...

24º) estabelecer leis uniformes sobre a naturalização;

...

29º) legislar sobre terras e minas de propriedade da União;

30º) legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União;

31º) submeter à legislação especial os pontos do território da República necessários para a fundação de arsenais ou outros estabelecimentos e instituições de conveniência federal;

32º) regular os casos de extradição entre os Estados;

...”¹⁹

Confrontando-se as competências do Congresso Nacional com as do Presidente da República, tem-se que:

“Art. 48. Compete privativamente ao Presidente da República:

1º) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instruções e regulamentos para sua fiel execução;

2º) nomear e demitir livremente os Ministros de Estado;

3º) exercer ou designar quem deva exercer o comando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil, quando forem chamadas às armas em defesa interna ou externa da União;

4º) administrar o exército e a armada e distribuir as respectivas forças, conforme as leis federais e as necessidades, do Governo nacional.

5º) prover os cargos civis e militares de caráter federal, salvas as restrições expressas na Constituição;

6º) indultar e comutar as penas nos crimes sujeitos à jurisdição federal, salvo nos casos a que se referem os arts. 34, n.ºs 28, e 52, § 2º;

7º) declarar a guerra e fazer a paz, nos termos do art. 34, n.º 11;

8º) declarar imediatamente a guerra nos casos de invasão ou agressão estrangeira;

9º) dar conta anualmente da situação do País ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providências e reformas urgentes, em mensagem que remeterá ao Secretário do Senado no dia da abertura da Sessão legislativa;

...

13º) nomear os demais membros do Corpo Diplomático e os agentes consulares;

14º) manter as relações com os Estados estrangeiros;

15º) declarar por si, ou seus agentes responsáveis, o estado de sítio em qualquer ponto do território nacional nos casos, de agressão estrangeira, ou grave comoção intestina (art. 6º, nº 3; art. 34, nº 21 e art. 80);

16º) entabular negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados, celebrarem na conformidade do art. 65, submetendo-os, quando cumprir, à autoridade do Congresso.”

20

Decorre da interpretação dos artigos acima citados que o Poder Executivo tornava-se o principal responsável pela condução da política externa nos primeiros anos da República. A Constituição de 1891 traz uma lista quase exaustiva das competências cabíveis ao Congresso Nacional, deixando pouco espaço de margem para dúvidas ou manobras políticas no que se referia, em exclusivo, à política exterior do país. Era ainda mais draconiana – nas palavras de Cervo²¹ – que a Constituição Imperial. Para a nova república que se instalava, a figura do presidente, dirigente da nação e seu destino, deveria contar com o apoio de um Congresso em consonância com a direção de sua política. Para isso, a conformação política permitida pelo federalismo, ajudando a criar uma maioria governista na Câmara dos Deputados, era essencial na solidificação do presidencialismo previsto na Constituição.

É bom que se note que o Direito sempre debateu a diferença que se faz entre competência exclusiva e competência privativa. Então, enquanto aquela é indelegável, a privativa é delegável no todo ou em parte, a uma entidade ou órgão com

¹⁹ Para texto completo da Constituição de 1891, conferir Volume referente a Anexos. PP. 419-447.

²⁰ *Idem.*

²¹ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981. P.06.

possibilidade de delegação²². Isso significa dizer que, ao definir as competências privativas do Congresso, a Constituição de 1891 define também que tais competências podem ser delegadas a outro órgão, como o Executivo, por exemplo. Dessa maneira, pela Constituição de 1891, ao poder Executivo atribuíam-se a competência privativa para manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, bem como celebrar tratados, convenções e atos internacionais que seriam, mais tarde, referendados pelo Congresso Nacional. Ao Parlamento caberia, fundamentalmente, aprovar os atos internacionais firmados pelo presidente da República e autorizá-lo a declarar a guerra e celebrar a paz, conforme os artigos 11 e 12 do texto constitucional.

De acordo com Francisco Rezek²³, a Constituição de 1891 trazia redundância terminológica ao falar em tratados e convenções internacionais, pois empregava duas palavras para exprimir o mesmo objeto jurídico. A expressão “tratados e convenções” era usada em sentido amplo, significando quaisquer atos jurídicos bilaterais de caráter internacional. Contudo, tal interpretação dava a entender também que os demais atos internacionais que não viessem rotulados como convenções ou tratados ficariam dispensados da fiscalização do Legislativo. João Barbalho – deputado (1891-1893) e senador (1893-1896) pela República, Ministro dos Transportes e, mais tarde, da Agricultura, comentarista da Constituição de 1891 – e Clóvis Beviláqua, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores de 1906 a 1934, sustentaram a inviabilidade do comprometimento externo por obra exclusiva do governo, em qualquer caso.

²² SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999. P. 520-525.

²³ *Revista de Informação Legislativa*. Artigo: “Parlamento e Tratados: o Modelo Constitucional do Brasil” por Francisco Rezek. Brasília: Senado Federal. Ano 41. Número 162. Abril-Junho de 2004. P. 124.

Entre 1891 e 1930 foram aprovadas pela Comissão de Tratados e Diplomacia da Câmara dos Deputados (equivalente à atual Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) mais de duzentas matérias referentes ao tema de relações exteriores, conforme os Anais da Câmara²⁴. Dentre essas matérias, a maior parte dizia respeito à ratificação de acordos, tratados, convenções, resoluções, ajustes, entre outros, assinados pelo Executivo. Na Câmara dos Deputados as reuniões de tal Comissão eram inconstantes e menos freqüentes se comparadas à Comissão de Justiça e Negócios Interiores ou mesmo à Comissão de Guerra. Já no Senado, por exemplo, tal inconstância traduziu-se em uma mudança constante do nome e do escopo da Comissão (envolvendo até a análise de assuntos constitucionais por vezes) e, por contar com apenas três senadores como membros, por muitas vezes ficava sem reunir-se durante um longo período em razão do falecimento ou enfermidade de um de seus membros.

Percebe-se, desse modo, que conforme o dispositivo constitucional sobre negociações e tratados internacionais, era da esfera de competência do presidente da República conduzir as relações com outros países, por meio da aprovação do Legislativo. No entanto, o referendo do Legislativo, normalmente vinha após a celebração do tratado ou o estabelecimento das negociações internacionais. Pode-se ver, assim que, no que diz respeito ao poderes do Congresso, historicamente, seus mecanismos institucionais para participar do processo decisório são limitados. Cabia ao Poder Legislativo aprovar ou vetar acordo internacional negociado pelo presidente e aos tratados internacionais tocava o mesmo trâmite dos projetos de lei.

Destarte, terminada a negociação de um tratado, levada a cabo pelo poder Executivo, cabia ao presidente a faculdade de dar ou não prosseguimento ao processo de

²⁴ Conferir Volume referente a Anexos. PP. 322-353.

sua internalização no direito interno²⁵. Pela Constituição, o chefe de governo poderia mandar arquivar o produto de uma negociação, se o julgasse insatisfatório, ou submeter, quando lhe conviesse, o texto à aprovação congressional. E tal aprovação, sendo requerida, era feita em relação ao texto completo do acordo, e não às suas partes, uma vez que, em o fazendo, entendia-se, implicitamente, que o acordo em si e as negociações entabuladas pelo Executivo, haviam sido rejeitados. Todavia, é bom que se lembre que, de um lado, o presidente não poderia manifestar consentimento definitivo em relação a um tratado sem aprovação do Congresso. Por outro, tal aprovação não conduzia à ratificação. A decisão do Congresso era formalizada por meio de um decreto legislativo. O decreto não rejeitava nem alterava o tratado. Exemplos de rejeição eram raros, mas o Congresso não deixou de desaprovar o Tratado Argentino-Brasileiro, de 25 de janeiro de 1890, sobre a fronteira das Missões, rejeitado pelo Congresso em 18 de agosto de 1891, por cento e quarenta e dois votos contra cinco.

No Império, o Senado não hesitou em rejeitar por unanimidade a renovação do Tratado de Comércio com a Áustria em 1827, assim como a Câmara não hesitou em rejeitar o Tratado de Comércio com Portugal assinado em 1836, que nem mesmo chegou a ir à apreciação do Senado²⁶. A rejeição desses tratados pelo Congresso Nacional exerceu forte influência na formulação da política externa de então pois refreou o governo de celebrar tratados de comércio com as grandes potências do período uma vez que não cumpriam o princípio da reciprocidade e estabeleciam cláusulas desfavoráveis ao Brasil.

A Constituição de 1891 trouxe expresso, ainda, em seu artigo 88, e pela primeira vez, dispositivo voltado à orientação das relações exteriores do país, quando se

²⁵ *Revista Brasileira de Política Internacional*. Artigo: “Os Parlamentos e as Relações Internacionais”, por Lúcio Alcântara. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 44. N.º 01. 2001. P. 14.

referia à proibição do Brasil em participar de guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação. Mais tarde, através de emenda, surgiria o princípio do arbitramento, limitando os desígnios de guerra de pura agressão, primando pelo diálogo entre os Estados antes de se discorrer em hostilidades.

4. Entre as definições de Política Doméstica e Exterior

Vale lembrar que o objeto do presente estudo é a discussão, formulação e controle de política externa pelo Parlamento, como foco principal de uma análise que envolve também as relações internacionais do Brasil como um todo nesse primeiro período republicano. De um lado, o estudo das relações internacionais em termos mais amplos, nem se circunscreve apenas à atuação externa dos Estados – pois ditas relações não se confundem com relações interestatais, embora as contenham –, nem se limita ao estudo de normas que regem essas relações, pois não envolvem apenas o direito internacional, mas também as áreas da política, economia, história e sociologia, entre outras. De outro, além de considerar a existência de outros atores além do Estado e externos a ele, embora seja ele o principal, o estudo de relações internacionais também se debruça sobre a existência dos atores internos ao Estado, em razão dos “liames entre a realidade interna e a política externa”²⁷.

Dentro desse quadro de entendimento estabelece-se a política exterior de um país, que, no caso do trabalho em questão, será o foco da discussão no que diz respeito à participação do Parlamento no seu processo de elaboração e construção. Será levada em conta a análise de política externa como as ações do Brasil frente aos demais Estados internacionais, verificando-se a idéia de nação que tinham os

²⁶ *Ibidem*. P.15.

formuladores de política externa do primeiro período da República, como projetaram tal idéia para o mundo e o modo como inter-relacionaram essas duas idéias²⁸. Esses pressupostos conformam a identidade cultural que condicionaram os desígnios da política exterior de então. Nesse sentido, são importantes as percepções do interesse nacional sejam eles sociais, políticos, de segurança, econômicos ou culturais, e a elaboração política que se dá levando em conta tais interesses. Para isso, a relação entre o interno e o externo é decisiva na formulação e decisão sobre a política externa.

O que se leva em conta nesse estudo é, assim, a política exterior posta a serviço dos objetivos nacionais, a exemplo das formulações propostas por San Tiago Dantas e, mais tarde, Araújo Castro. Dessa forma, pretende-se mostrar que não havia no período republicano em questão, como se acredita que não haverá ao longo de toda a República, separação estanque entre assuntos de ordem interior e exterior. As orientações de política externa seriam influenciadas, assim, pelo quadro interno, levando-se em conta tanto as injunções de tempo longo e influência em curto prazo²⁹. No caso do período em questão, onde a proclamação do novo regime tentava romper com as orientações da política imperial sem, contudo, apresentar projeto definido e ordenado para substituí-la, as influências em curto prazo serão mais visíveis no cenário político de incertezas que se apresentava. Não se falará tampouco de injunções de tempo longo, mas sim em período de maior estabilidade dentro de uma nova ordem política e social que buscava estabelecer-se.

É dessa maneira que se perceberá ao longo do trabalho que elementos que pertenciam, em princípio, à esfera das relações internacionais puderam determinar

²⁷ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2004. P.03.

²⁸ *Revista Brasileira de Política Internacional*. Artigo: “Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático”, por Amado Cervo. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). N.º 02. Vol. 46. Julho-Dezembro de 2003. P. 07.

as inflexões de política interna. Esse foi o caso da ampliação do mercado internacional consumidor do café no final do século XIX e começo do século XX, que pressionou a transferência de poder no Brasil do âmbito de uma oligarquia escravocrata, conservadora e clientelista para uma oligarquia agroexportadora, liberal-conservadora, mas que se beneficiava não menos que a antiga oligarquia imperial do arranjo governamental, e que se conformava com os parâmetros dados pelo regime republicano.

Em um jogo de forças centrífugas no qual se estabelecia o recém proclamado regime republicano, a busca do consenso quanto à política externa se dava por meio do fortalecimento do Executivo que integrava as massas, dissolvia as ideologias antagônicas e as possíveis lutas partidárias e propunha ao país o grande projeto de República federalista liberal – projeto com muitas emendas e interpretações, é bom lembrar – que construiria a unidade da nação. Procurar melhor relacionamento com os Estados Unidos, por exemplo, fazia parte do projeto modernizador que se pensava para o regime que se havia proclamado.

É claro que as oligarquias cafeeiras que se fortaleciam com o aumento da abertura do mercado consumidor norte-americano ao produto tinham sua própria visão de política externa, que eram traduzidas nas duas casas do Parlamento. O que se percebe, contudo, é que tais propostas convergiam com as escolhas elaboradas e decididas pelo governo vigente porque ao mesmo tempo combatiam o adversário comum representado pela crescente insatisfação com a monarquia e vinculavam os interesses cafeeiros ao crescimento do mercado mundial ao produto. Se de um lado o Legislativo foi subtraído do poder de legislar sobre política externa em razão dos dispositivos constitucionais de 1891, por outro, também não chegou a se opor à tal política quando essa era convergente com seus interesses. Seria inocente e incorreto

²⁹ Conferir MILZA, Pierre. **Política Interna e Política Externa** in REMOND, René (org.). *Por uma*

dizer que o Executivo limitou a ação do poder Legislativo sem que houvesse consentimento desse último.

5. Parlamento: grupo de pressão ou expressão da opinião pública?

Pode-se dizer que o Parlamento atuou como um grupo de pressão sobre o Executivo na medida em que tinha competência para autorizá-lo a contrair empréstimos e fazer operações de crédito, regulando também o comércio internacional e orçando a receita, fixando a despesa federal anualmente e tomando as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro. Atuava também na formação da opinião pública ao aprovar leis que permitissem a entrada do capital internacional e de mão-de-obra estrangeira no país com o propósito de desenvolver a exportação do café, cada vez mais preponderante na economia nacional, e, também, mais presente na vida privada do cidadão brasileiro.

No entanto, é importante que se ressalte que não se desenvolveu o estudo proposto por meio do exame dos níveis de análise dos grupos de pressão ou mesmo da opinião pública. Embora sua existência e conceito não possam ser ignorados em um trabalho dessa envergadura, o que se quer dizer é que não são o foco da atenção da presente tese. O Parlamento é tomado como a instituição como um todo. Quando se falar em interesse congressional, tem-se por objetivo dizer que se entende o Congresso Nacional como um conjunto de vários níveis de análise. Isso quer dizer que a divisão do Congresso em duas casas, a existência de Comissões temáticas em ambas, a fragmentação em partidos, além da própria singularidade de cada parlamentar, tornam mais difícil a definição de uma constante comportamental. Ainda que por vezes se dê maior ou menor importância a um desses elementos, é importante se ter em conta que

apesar da sua fragmentação em componentes múltiplos, o essencial aqui é a análise focada no Congresso Nacional como instituição.

Do mesmo modo, pode-se dizer em relação à opinião pública que esta não é focalizada aqui como centro da discussão. Toma-se por base a definição de Tânia Manzur³⁰ que diz que opinião pública é o conjunto de correntes de pensamento expressas em um país em um determinado período. Conforme a pesquisadora, tal noção engloba a expressão de grupos definidos política (como, por exemplo, o Parlamento), econômica (elites, classes populares) e socialmente (movimentos sociais, militares, grupos religiosos entre outros). A vertente importante para este estudo é a análise do Parlamento como uma dessas várias correntes de opinião pública, ou, como se disse, o Parlamento falando unissonamente, como instituição, ainda que comporte diferentes níveis de análise em seu próprio seio. É claro, também, que não se ignorará as relações entre essa corrente expressa pelo Parlamento e as demais correntes, entretanto, não se tomará o Parlamento como simples caixa de ressonância da opinião pública, como se quer fazer crer; mas sim como uma corrente participante dessa opinião tomada em seus níveis político, econômico e social, atuando dentro dos parâmetros constitucionais permitidos, porém expressando um posicionamento, se não original, ao menos particular.

É bem verdade que se pode criticar o Parlamento de estar, na maior parte do tempo, bastante dividido em relação aos problemas de política externa, ou dominado pelos assuntos de ordem interna, o que o impediria de ter autonomia necessária à realização de seus possíveis projetos internacionais. Critica-se a falta dessa autonomia tanto mais forte é o Executivo, com amplos poderes em matéria internacional, sendo

³⁰ MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Exterior nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000. P. 21.

capaz de, por vezes, manter um consenso global apesar das oposições e desacordos pontuais emanados da classe política³¹. Todavia, as divisões do mundo parlamentar, o desinteresse manifestado por vários de seus representantes em relação às questões internacionais, ou mesmo o peso das pressões internas, podem ser diminuídos se levar-se em consideração que muitas dessas decisões parlamentares são tomadas pelo Plenário das casas, isto é, por assembleia dos representantes, “há maior liberdade de movimento para assegurar a condução da política externa que a consideração da relação de forças partidárias permitiria prever – pelo menos enquanto não forem frontalmente contrariados os compromissos fundamentais e as opções consensuais”³² das partes envolvidas nesse processo.

Com o advento da República, pode-se afirmar, de um modo geral, que o ingresso da oligarquia cafeeira na vida política foi reafirmado pelo sufrágio limitado. Sendo a atividade parlamentar uma atividade essencialmente elitista não se pode dizer que houve mudanças profundas na estrutura partidária. Estes partidos reagrupavam um número mais ou menos restrito de pessoas e eram liderados por notáveis locais, aristocratas ou burgueses de alta sociedade, pertencentes à oligarquia cafeeira, que proviam à escolha dos candidatos e ao financiamento da atividade eleitoral.

A identidade partidária desses agrupamentos regionais, assim como a sua expressão nacional, se achava no Parlamento: era o grupo parlamentar do partido que tinha a função de preparar os programas eleitorais e escolher os líderes do partido, além de legitimar nacionalmente aqueles que haviam sido escolhidos em nível regional, pelo uso do dispositivo da “degola”. O poder do grupo parlamentar dos partidos era acrescido do fato de que os deputados tinham um mandato de certa forma livre, pois não eram responsáveis por sua atividade política nem frente à organização que tinha

³¹ MILZA, Pierre. *Op. Cit.* P. 383.

contribuído para sua eleição nem frente aos eleitores, mas, como se afirmava então, eles eram responsáveis “só diante da própria consciência”³³.

Tais partidos agregavam uma camada quase que homogênea, numericamente restrita e não dividida por fortes contrastes de princípios e de interesses. Sua organização e procedimentos deveriam transmitir o questionamento político da própria base social tendo que, com isso, nomear e controlar os seus representantes oficiais. Esses últimos agiam para a satisfação das necessidades do grupo social que representavam, e aos quais organicamente pertenciam, mantendo e protegendo os próprios privilégios sociais. Uma vez que se sabe que a participação política assume várias formas, por meio da participação eleitoral, inscrição nos partidos, freqüência às reuniões e às várias atividades dos partidos, mobilização de grupos e de categorias sócio-profissionais entre outras, percebe-se que a diversificação desses partidos não era intensa, permitindo aos mesmos grupos políticos se perpetuarem e revezarem no poder.

Como foi dito, no novo regime republicano, governo e partido se confundiam, mas, de acordo com Carone, o primeiro estava condicionado ao segundo³⁴ pois as oligarquias regionais conformavam os partidos estaduais, significando predomínio sobre o controle partidário e sobre o controle governamental. Além disso, como os altos cargos do governo eram escolhidos entre as pessoas proeminentes do partido oficial, era mais comum que se exigisse lealdade em relação ao partido que à nação. O governo se confundia com o partido dominante que, por sua vez, confundia-se com as classes agrárias. Havia uma intensa simbiose entre interesses pessoais e partidários³⁵.

³² *Idem.*

³³ BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. P. 900.

³⁴ CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1975. P. 270.

³⁵ *Ibidem*. P. 271.

O Partido Republicano Paulista (PRP), por exemplo, criado ainda no Império e grande responsável pela propaganda republicana no fim do século XIX, tinha organização e quadros bastante estruturados e disciplinados, apesar das intensas crises que sofreu ao longo de sua existência. Dele faziam parte Campos Sales, Rodrigues Alves, Washington Luís, Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Siqueira Campos, Rubião Júnior, Frederico Abranches, Jorge Tibiriçá, Fernando Prestes entre outros, que ocuparam cargos presidenciais ou postos importantes no legislativo estadual ou federal. Havia uma constância dos grupos oligárquicos que pertenciam ao partido, não se dizendo com isso que não houvesse divisões dentro do mesmo. Uma dessas divisões ocorreu em 1926 e daria lugar a um novo partido, o Partido Democrático.

Em Minas Gerais não se notava a continuidade do Partido Republicano como existia em São Paulo. Havia maior estratificação dos grupos oligárquicos em razão de um forte grupo monarquista que dominava a política mineira, apesar da instalação do novo regime. Os republicanos mineiros sofreram contínuas derrotas para o grupo monarquista que dominava a situação e se impunha como governante, como era o caso dos Cesário Alvim, Bias Fortes, Bueno Brandão, Afonso Pena, Artur Bernardes, Antônio Carlos de Andrada e Silva e Melo Franco. Em Minas, seria o Partido Republicano Constitucional que abrigaria os republicanos históricos e seus simpatizantes. O Partido Republicano Mineiro seria fundado apenas em 1897, trazendo consigo a possibilidade de escolher os candidatos à presidência e vice-presidência da República e do Estado, bem como os deputados e senadores estaduais e federais, deixando de lado a escolha pelo Legislativo, que era feita até então. Com isso, acirraram-se as rivalidades entre os grupos oligárquicos mineiros, pois quem comandava as convenções partidárias e deliberações, tinha o direito também de impor a

opinião do grupo dominante, mandando para a “degola” os deputados e senadores que não lhes eram fiéis³⁶.

No Rio Grande do Sul, o novo regime republicano teria que se adaptar à força do positivismo, encampado, principalmente, pelos militares descontentes com a falta de ordem do Império. Para esse grupo, o presidente reunia em si os poderes legislativo, executivo e judiciário. No entanto, tal grupo, organizado em torno no Partido Republicano Rio-grandense (PRR) encontrou forte resistência dos liberais, que fundaram o Partido Federalista em 1892, reunindo figuras importantes do Partido Liberal do Império. Enquanto a Constituição gaúcha era impregnada pelo positivismo, o Partido Federalista defendia a sua revogação e clamava a instauração de um governo parlamentar. Como no âmbito federal, a Constituição estadual do Rio Grande do Sul previa a concentração de poderes no Executivo, ficando o Legislativo responsável apenas de aprovar a legislação financeira.

De 1889 a 1893, dezessete governos se sucederam no comando do Estado gaúcho. De um lado, os federalistas constituíam a elite política tradicional, com raízes no Império e, de outro, os republicanos positivistas encontravam apoio nos imigrantes e na população litorânea. Mesmo o grupo dos militares dividia-se entre os dois grupos. Quando irrompeu a guerra civil entre esses dois grupos, a chamada Revolta Federalista que durou mais de dois anos, Floriano colocou-se ao lado do PRR, mesmo que Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul em 1893, houvesse sido partidário de Deodoro.

Não se pode falar em um Partido Republicano Federal logo após a proclamação da República. O PR desaparece, paradoxalmente, com o surgimento do

³⁶ Para discussão mais aprofundada sobre o assunto conferir MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O Mecanismo das Comissões Verificadoras de Poder*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de

novo regime. A tendência regionalista era dominante e a crise, inevitável. Os partidos republicanos regionais reforçavam o federalismo. Conforme Carone, “os antigos partidos unitários – partidos Republicano, Conservador e Liberal – [eram] substituídos, agora, pelos estaduais. A nova realidade [era] expressão da organização única de uma classe: a aristocracia agrária”³⁷. Os partidos republicanos organizavam-se em épocas e regiões distintas, de forma bastante particular, como já se disse. Apesar das diferenças entre si, os partidos republicanos organizados antes ou depois da proclamação do novo regime, baseavam seus programas e demandas eleitorais no Manifesto Republicano de 1870, enfocando o presidencialismo e o federalismo.

A falta de unidade política na República e o papel das oligarquias regionais eram visíveis. A força dos partidos estaduais minava as tentativas de fundação de partidos nacionais. Normalmente, os partidos que buscaram organizar-se no âmbito nacional, eram criados em razão de interesses e bases pessoais, não sobrevivendo ao longo de tempo, desaparecendo com o desaparecimento do motivo de sua fundação. Esse era o caso dos Partidos Republicano Federal, Republicano Conservador e Republicano Liberal, que se dissolveram com o a frustração dos interesses de Francisco Glicério³⁸, Pinheiro Machado³⁹ e Rui Barbosa⁴⁰, respectivamente. Os programas dos

História da Universidade de Brasília, 1986.

³⁷ CARONE, Edgard. *Op. Cit.* P. 314.

³⁸ Com Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, foi responsável pela escolha dos integrantes do primeiro governo provisório. Ocupou a pasta da Agricultura (1890-1891), liderou na Câmara dos Deputados o movimento *florianista* e foi chefe do Partido Republicano Paulista e o principal organizador do Partido Republicano Federal (1894), que tem por objetivo a indicação do nome de Prudente de Moraes à presidência. Foi senador pelo estado de São Paulo (1902-1916) e no exercício do mandato chegou a presidir o Senado. Em 1910, apóia a candidatura de Hermes da Fonseca para presidente. Foi cotado para compor com Rui Barbosa a chapa presidencial que concorreria ao período seguinte.

³⁹ Em outubro de 1910, o senador gaúcho Pinheiro Machado lançava as bases do Partido Republicano Conservador, numa tentativa de organizar uma agremiação política de âmbito nacional, reunindo as correntes que haviam apoiado o Marechal Hermes da Fonseca contra a Revolta da Chibata. A presidência do novo partido foi entregue a Quintino Bocaiúva, mas quem comandava era Pinheiro Machado. Com o PRC, o líder gaúcho pretendia controlar o jogo político, num momento em que os demais partidos tinham apenas caráter regional.

⁴⁰ Rui Barbosa representava as oligarquias paulista e baiana e contrapunha-se ao conservadorismo de Pinheiro Machado, com quem travou discursos históricos no Senado. Rui Barbosa cria o Partido Republicano Liberal para candidatar-se à presidência da República.

partidos nacionais repetiam-se, girando em torno dos mesmos princípios: defesa da Constituição, da autonomia dos Estados, da liberdade eleitoral, da estabilidade cambial e dos orçamentos equilibrados, da indústria e do comércio, da organização civil e legislação brasileira. No entanto, havia contatos nacionais e até mesmo internacionais entre esses grupos, que, embora diferentes, como já se viu, convergiam quanto à necessidade das idéias modernizantes que enquadrariam o país em posição de destaque no cenário internacional.

Talvez, de todos os partidos existentes no período republicano em questão, o Partido Comunista, fundado em 1919, fosse o único de caráter nacional. Enquanto as oligarquias regionais visavam a traduzir no âmbito nacional suas aspirações federalistas, reforçando os interesses particulares de cada Estado, a massa de operários, que contava com a chegada de imigrantes europeus fugindo da guerra em seu continente e em busca de melhores condições de vida na América, tinha, por sua vez, condições e motivações de cunho mais amplo. Tais massas identificavam-se entre si de norte a sul do Brasil no que se referia às condições semelhantes de trabalho e de vida, além do que buscavam na política externa melhor embasamento para sua luta interna, tornando possível a existência de um programa partidário mais coeso, bem como reivindicações eleitorais mais uniformes.

6. No caldeirão de agitações internas

A tensão entre as diversas forças era grande e o cenário político ainda indecifrável. A primeira crise vinha logo da instalação do Governo Provisório com Deodoro. O problema da revisão constitucional acentuava-se logo após a promulgação da Constituição Federal. Antigos simpatizantes do Império, ainda ativos na política do

novo regime, bem como grupos republicanos descontentes com a centralização exacerbada do poder central pregada pela Lei Magna, insistiam na fragilidade de sua redação e na possibilidade de inúmeras interpretações que poderiam diluir o poder central. Não bastasse isso, a Constituição da nova República implantada não apresentava solução à limitação do poder central frente aos poderes estaduais e locais, resultando na impotência ou indiferença do governo diante da imensa instabilidade política, de golpes e contragolpes, nos Estados.

Em janeiro de 1891, Deodoro excluiu os chamados “republicanos históricos” das pastas ministeriais, provocando, além da renúncia coletiva do Ministério, animosidade de seus opositores, ao privilegiar as nomeações pessoais em detrimento da decisão colegiada do Congresso. Um pouco antes, em 1890, o governo provisório comandado por Deodoro já era atacado no que dizia respeito à política econômica de Rui Barbosa, escolhido para a pasta de Finanças, que liberava as emissões de moeda. Não apenas os republicanos gaúchos e paulistas criticaram a política monetária adotada, como também positivistas de vários Estados puseram-se contra tal medida. Deodoro conseguia intervir nos Estados por meio de intervenções federais contra os republicanos históricos. Por meio de tais manobras, removia os governadores adeptos da oposição esforçava-se, deliberadamente, em anular a influência dos históricos, sobretudo, em São Paulo.

Mas ainda que empreendesse grande energia em intervir nos Estados, Deodoro não controlava o Parlamento. Ainda não haviam sido feitas as novas eleições, quando, em conformidade com as artimanhas constitucionais estabelecidas, os presidentes dos Estados elegeriam representantes afinados com a política nacional. Enquanto esse momento não chegava, a oposição era maioria no Congresso⁴¹. A política

⁴¹ BACKES, Ana Luiza. *Op.Cit.* P. 105.

econômica empreendida por Deodoro, por meio de duas importantes figuras do Império – Rui Barbosa e o Barão de Lucena –, foi rejeitada pelo Congresso. O Legislativo foi dissolvido em novembro de 1891, com apoio dos presidentes de Estado nomeados por Deodoro. A primeira arbitrariedade contra o Legislativo, de uma longa série que se sucederá na República, marcava o período de incertezas institucionais pelo o qual passa a República nos seus primeiros trinta anos.

Logo após o fechamento do Congresso, Deodoro é derrubado do poder. Floriano Peixoto assumiria tendo que lidar com um cenário político tumultuado. Revoltas militares surgem em diversas partes do país, sendo a mais dura dentre elas a Revolta da Armada, movimento surgido nos quadros da Marinha brasileira, contrário ao governo florianista e que durou cerca de dois anos. Uma nova força surgia nesse cenário de incertezas. Os apoiadores de Floriano agregavam os republicanos históricos para quem a defesa da República nascente vinculava-se estreitamente à defesa do governo do Marechal. Nessa direção, o governo de Floriano imprimia um forte nacionalismo, forjado no “patriotismo militante, que expande as limitadas possibilidades de participação da política de então”⁴². A defesa da República passava-se a identificar com a defesa da Nação.

As tropas do governo federal que lutaram na Revolta da Armada com Floriano tiveram o apoio financeiro das elites cafeeiras de São Paulo que viam na organização da força pública a solidificação de seus privilégios. Rodrigues Alves, paulista do Vale do Paraíba e antigo conselheiro do Império convertido à República, era o Ministro da Fazenda de Floriano. A presidência da Câmara e do Senado encontrava-se nas mãos do Partido Republicano Paulista, com Prudente de Moraes como presidente do Senado. Prudente sucedeu a Floriano na presidência da República, em uma eleição onde

⁴² *Ibidem*. P. 106.

Floriano não conseguiu indicar sucessor, opondo-se ao candidato indicado pelo PRP. Romperam-se os laços entre a elite paulista e o representante militar no poder. A partir de então, a participação política militar no governo declinava, com o fechamento do Clube Militar entre 1896 e 1901 e a eleição de um marechal apenas 1910, na figura de Hermes da Fonseca.

O cenário ainda era de tensões. Prudente subia ao poder com a oposição de Floriano e da sua base aliada jacobina, com forte atuação no Rio de Janeiro. Movimentos contra uma possível ameaça monarquista eclodiam por todos os lados e os representantes da velha tradição lusitana eram alvo de virulentos ataques. Eclodia também, no sertão da Bahia, um dos movimentos populares mais controvertidos da história do país: a revolta de Canudos; movimento de forte base religiosa que atçou a ira dos jacobinos por pregar ideais conservadores que, de acordo com os defensores da República, faziam analogia à volta da Monarquia. O movimento foi destruído, após brava e longa resistência dos sertanejos contra um aparelhado exército republicano.

Com a subida de Campos Sales à presidência da República, o PRP conseguia definir sucessão no poder. Os partidários jacobinos, que haviam apoiado Floriano, dispersaram-se após a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, quando os Senadores Manoel Vitorino e João Cordeiro e os deputados Francisco Glicério, Alexandre José Barbosa Lima, Irineu Machado, Torquato Moreira e Alcindo Guanabara tinham sido apontados como co-autores da conspiração que acabou por tirar a vida do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra de Prudente.

Campos Sales encontrava, assim, uma oposição menos acirrada e menos organizada, apesar de forte luta entre grupos rivais políticos nos Estados da federação. O governo federal intervinha em alguns deles, causando ainda maiores dificuldades de acerto político entre tais grupos e a União. Além disso, o Executivo tentava impor-se ao

Legislativo, ao usar de forma controvertida os poderes estabelecidos na Constituição, mas encontrava obstáculos. Foi apenas com a política dos governadores, onde Campos Sales tenta reduzir ao máximo as disputas nos Estados por meio do prestígio aos grupos mais fortes, que se chegou a um acordo básico entre União e Estados. A hostilidade entre Executivo e Legislativo era sanada pela “domesticação” na escolha dos deputados, por meio de reforma no Regimento Interno da Câmara e a criação da *Comissão Verificadora de Poderes*⁴³.

No plano financeiro, a República havia herdado do Império uma dívida externa que afetava principalmente o saldo da balança comercial brasileira. Com o advento da República tal dívida agravou-se com o déficit público decorrente, em grande parte, das operações militares levadas a cabo naqueles anos de incerteza e rupturas que davam o tom do primeiro período republicano. A ampliação da oferta do café no mercado internacional também contribuiu para a desvalorização da moeda nacional e entrada de divisa estrangeira em razão da baixa de preços do produto. O maior credor do Brasil ainda era Londres e, no governo Campos Sales, acertou-se a contração de um novo empréstimo – o conhecido *funding loan* – para pagar os juros da dívida e o restante dos empréstimos anteriores. O Brasil recebeu um empréstimo de 10 milhões de libras para evitar a insolvência, forçando-o a incinerar papel moeda e impedindo-o de contrair novos empréstimos. Essas medidas levaram à queda da atividade econômica brasileira e a falência de muitas empresas e bancos nacionais.

Após Campos Sales e o estabelecimento do pacto dos governadores, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais alternaram-se no poder, conseguindo eleger uma série de presidentes que vinham ora de um Estado, ora de outro. Enquanto São Paulo contava com a União para definir a política monetária e incentivar os negócios

⁴³ FAUSTO, Boris. *Op.Cit.* P. 259.

cafeeiros, Minas era um Estado dividido entre o café, o gado e mesmo a indústria, sem predominância de nenhum deles. No entanto, Minas também dependia dos benefícios da União. Vale lembrar também que as elites gaúchas e nordestinas também exigiam os favores da União. Entretanto, de um lado a política gaúcha estava fortemente ligada aos militares e quando estes se afastaram do poder, os gaúchos também se distanciaram. Já os grupos políticos nordestinos tiveram maiores problemas em realizar uma coalizão de forças políticas regionais, apesar de participação de peso no Congresso Nacional, com número de deputados equivalente ao de São Paulo.

Embora tal política, conhecida como “café com leite”, tenha sido a coroação do pacto dos governadores proposto por Campos Sales, as constantes presentes no jogo de forças no cenário político nacional eram muitas, e uma resultante estável não duraria muito tempo. A ruptura política ocorrida em 1930, com várias forças a romperem o frágil equilíbrio da política estabelecida até então, foi desencadeada, em grande parte, pela quebra do acordo entre Minas e São Paulo, fazendo com que Washington Luís indique outro paulista para a sucessão – Júlio Prestes – e não um mineiro, como era de se esperar.

O primeiro período republicano também foi marcado por forças econômicas, sociais e culturais que agitam o país de 1889 a 1930 e se juntam aos inúmeros acontecimentos políticos nacionais e internacionais em efervescência no novo regime. Nesse período, o Brasil recebe imigração em massa estimulada pela forte demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira e facilidades oferecidas por Estados como São Paulo, que oferece passagens e alojamento para impulsionar a economia em expansão. O nível de imigração cai com a Primeira Guerra Mundial e, a partir de 1930, a crise econômica mundial iniciada em 1929 e as mudanças políticas ocorridas no Brasil

e na Europa vão afetar de forma significativa a entrada de imigrantes estrangeiros no país.

As cidades cresceram e com elas cresceu o número de pequenas fábricas, empregos burocráticos e mesmo o de sede de bancos que passavam a aí se instalar. Do mesmo modo cresciam os portos para proporcionar o escoamento da produção cafeeira. Todavia, a principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses da agroexportação. Isso não significava dizer que não havia incentivo da indústria pelo governo, contudo, tendo o café maior interesse econômico para o país que a indústria nascente, o Estado não se preocupou em promover políticas para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, ainda que tenha, na maior parte das vezes, atuado por meio de política protecionista em relação tais indústrias. Todavia, apesar do relativo avanço na produção industrial nesses primeiros trinta anos de República, nas áreas têxtil, de alimentação e vestuário, havia profunda carência de indústria de base, como cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos⁴⁴. Grande parte do surto industrial dependia de importações que, em razão da desvalorização da moeda ocasionada pela exportação do café e endividamento externo do país, tornavam-se mais caras.

Tal surto industrial ocorria principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, no Rio Grande do Sul também houve uma diversificação da economia. A chegada dos imigrantes estimulou a pequena propriedade de terra, com produção de vinho e cereais, e o desenvolvimento da indústria têxtil. Porém, enquanto São Paulo dedicava-se à agricultura de exportação, a produção gaúcha era voltada, essencialmente, para o mercado interno. No extremo norte do país, explodia a exploração da borracha, resultado da demanda de um mercado mundial cada vez mais

⁴⁴ *Ibidem*. P. 288.

ávido pelo produto e sua utilização, sobretudo, na indústria automobilística em grande ascensão. A borracha chegou a alcançar o segundo lugar nas exportações brasileiras (enquanto o café era responsável por 53% dessas exportações, a borracha correspondia a 26%), causando o crescimento da população urbana e das condições de vida, sobretudo, nas duas grandes capitais da Amazônia: Belém e Manaus. Apesar desse surto econômico na região norte, que atraiu migrantes nordestinos em especial, não houve mudança nas condições de vida dos povos ribeirinhos e dos seringueiros que viviam da extração da borracha. Também não se viu diversificação da economia nortista, uma vez que todas as atenções estavam voltadas para a extração e exportação da borracha. Dessa forma, quando por volta de 1910 começa a se plantar seringueiras na Ásia, a concorrência internacional ao produto aumenta e o país se viu frente a uma crise avassaladora, com enorme queda dos preços e perda de sua posição internacional quanto à comercialização do produto.

No que concerne ao plano financeiro do primeiro período da República, enquanto grande parte dos empréstimos e investimentos brasileiros continuavam a vir da Grã-Bretanha, assim como no Império, a maior parte das exportações era feita aos Estados Unidos, notadamente no que dizia respeito ao café. Os norte-americanos eram os maiores compradores do produto e já na década de 1920 passaram a superar a Grã-Bretanha em exportações para o Brasil, tornando-se os maiores parceiros comerciais do país. Se no Império os investimentos nacionais concentravam-se nas ferrovias, na República a atenção era voltada ao capital inicial das companhias de seguros, empresas de navegação, bancos e empresas de energia elétrica. Os serviços básicos e a infraestrutura das grandes cidades eram dominados por companhias estrangeiras.

O clima de mudanças e incertezas não atingia apenas a política e a economia brasileiras. Movimentos sociais eclodiam nos campos e nas cidades, ajudando

a formar a idéia de um “caleidoscópio enlouquecido”⁴⁵ no cenário republicano que nascia no Brasil, a exemplo do que já ocorria nos demais países vizinhos da América Latina. Canudos foi um exemplo do que aconteceu no sertão da Bahia. Na Paraíba, na década de 1920, fiéis reuniam-se em torno do Padre Cícero, misto de autoridade religiosa e política da região que atraiu, por um lado, o desagrado da Igreja Católica, mas, por outro, a anuência de forças políticas da região que usaram dos fiéis do padre no serviço de atividades diversas. Contudo, não apenas o nordeste do Brasil se via frente a movimentos sociais que acabaram por adquirir força política inexplicável. Em São Paulo, eclodiam movimentos trabalhistas no campo exigindo melhores salários e condições de trabalho. No sul, em 1911, rebeldes da região do Contestado – região litigiosa entre Paraná e Santa Catarina – lutavam contra a expulsão de suas terras em razão da construção de ferrovia por uma empresa madeireira ou contra o desemprego ao final da construção da ferrovia. Foram estabelecidos vários acampamentos que tinham por ideal a igualdade e a fraternidade entre os rebeldes.

Nas cidades, o crescimento era ditado pelo crescimento das aglomerações urbanas e diversificação das atividades. As fábricas e serviços passaram a se concentrar nas cidades, atraindo grande número de trabalhadores que tinham uma condição comum; havia nos centros urbanos maior circulação de idéias e de pessoas, propiciando a discussão sobre as condições de vida em comum, independente das diferenças culturais⁴⁶. Desses centros, São Paulo e Rio de Janeiro presenciaram movimentos trabalhistas mais fervorosos. Enquanto na capital paulista o movimento sofreu influência do anarquismo europeu, na capital federal o movimento operário pregava reivindicações mais imediatas, com menor preocupação com a transformação da

⁴⁵ ROCHA, Regina da Cunha. *Entre o Trono e o Altar: A Política Pendular da Santa Sé no Reconhecimento das Independências Hispano-Americanas*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 2002. P. 05.

sociedade. A partir do fim da primeira década republicana, esses movimentos foram ficando mais proeminentes e começaram a eclodir por todos os lados. Se antes as greves só tinham repercussão quando atingiam setores chaves da economia como ferrovia, portos e agroexportação, a partir de 1917, e a onda revolucionária comunista que vinha da Europa, os movimentos do operariado brasileiro começaram a estar presentes na mídia e a preocupar as elites brasileiras.

Uma das maiores greves presenciadas nesse período foi a greve de 1917 em São Paulo que começou em duas fábricas têxteis e logo atingiu quase toda a classe trabalhadora da cidade. A repressão do governo foi imediata com a mobilização das tropas nacionais e da Marinha, chegando-se a um acordo por aumento de salários e promessas de atendimento das demais reivindicações. A pressão das greves levou o governo a regular as férias trabalhistas, a indenização por acidente de trabalho e o trabalho dos menores. Contudo, não se avançou mais do que isso, uma vez que no Parlamento havia grande resistência à aprovação de uma legislação operária mais abrangente. Além disso, o Congresso aprovou uma lei que previa a expulsão de estrangeiros envolvidos em movimentos que ameaçassem a ordem ou segurança pública e outra que combatia o anarquismo, atingindo em cheio o movimento grevista que contava, sobretudo, com imigrantes europeus descontentes com a vida na América. A partir de 1920, houve um arrefecimento dos movimentos grevistas, fosse pela repressão governamental, fosse pela dificuldade em se alcançar os objetivos reivindicados.

Porém a década de 1920 não começava menos agitada. Em 1922, em razão das comemorações pelos cem anos de independência do Brasil, surgiu a primeira manifestação coletiva e pública da história cultural brasileira. Na busca pelo rompimento com a antiga herança cultural européia do século XIX, assim como a

⁴⁶ FAUSTO, Boris. *Op.Cit.* P. 297.

República viera romper os laços com o Império ultrapassado e instaurar a modernidade, é proposta a Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo, de 13 a 18 de fevereiro, com a exposição de cerca de cem obras e encontros musicais e literários que tinham por objetivo a emancipação artística brasileira. O movimento não tinha um programa estético definido que pudesse estabelecer um novo conceito de arte brasileira, contudo, reunia proposições criativas e oferecia nova linguagem à produção artística brasileira, rejeitando todo conservadorismo estético reinante até então.

Contando com personalidades marcantes para a história da arte brasileira Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manoel Bandeira na literatura; Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Ferrignac, Vicente do Rego Monteiro na pintura; Victor Brecheret na escultura e Antônio Garcia Moya na arquitetura, entre tantos outros, a Semana de Arte Moderna, apesar de não ter representado ruptura profunda na história da arte do Brasil, contou com o apoio de figuras políticas de prestígio, como grandes barões do café, que financiaram o aluguel do teatro onde a manifestação se deu. As obras, assim como o cenário político da época, não apresentavam uma unidade de expressão ou uma estética radical modernista, totalmente desprovida de contatos com as expressões artísticas existentes. Eram muito mais o símbolo das muitas aspirações e interpretações modernistas que se queria dar ao Brasil, no ritmo das mudanças pregadas pelo regime republicano. A Semana de Arte Moderna foi tão efervescente quanto os primeiros trinta anos da República e, apesar da falta de comprometimento político expresso do movimento com essa ou aquela corrente republicana, pode-se dizer que representou, em todas as suas tintas e textos provocadores, todo o processo de incertezas, rupturas e afirmações por qual passava a república nascente e suas instituições.

As mudanças socioeconômicas e culturais no país eram evidentes com o novo regime de governo. Essas eram ocasionadas pelo complexo vetor de forças internas e externas que atingem o país no período. Após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na política não podia mais ser ignorada e uma interpretação liberal da República voltava a destacar-se, opondo-se ao conceito da nova, mas já desgastada, República oligárquica. Os mecanismos políticos de eleição do Congresso, bem como da sucessão presidencial mostravam-se incapazes de responder às novas demandas por eleições limpas, atendendo aos preceitos da Constituição, permitindo-se a participação de novos atores na cena política nacional.

O café viu sua demanda internacional diminuída frente à concorrência latino-americana. Os novos produtores gaúchos de cereais e gado pediam proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Os militares sentiam-se novamente ameaçados e insatisfeitos ao se divulgar a impressão que a candidatura de Arthur Bernardes era antimilitar. Com sua posse na presidência, o Clube Militar, já novamente ativo, acusou o governo de utilizar indevidamente tropas militares na invasão de Pernambuco. Como resposta, Bernardes decretou a prisão de Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e presidente do Clube, e o fechamento da associação. Tais fatos só serviram para agravar a tensão entre as forças políticas e militares no período republicano em questão. Eclodiram as revoltas militares que marcaram os anos de 1922 a 1927, em especial na forma do movimento tenentista.

O tenentismo foi um movimento que contou, em sua grande parte, com os oficiais de patente média do Exército, ou seja, tenentes e capitães. A cúpula das Forças Armadas não participou da agitação tenentista, mantendo-se afastados da luta armada. O movimento tenentista foi um movimento que ocorreu, sobretudo, no Exército. Na Marinha, apesar de incidentes menores, foi a Revolta da Chibata, cujos

participantes eram, em sua maioria, negros e mulatos recrutados entre a classe mais baixa da população e que denunciavam os maus tratos e a violência física a que eram submetidos, que marcou o primeiro período republicano. Inicialmente, o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo da República. No entanto, mais tarde, quando os participantes do movimento começaram a fazer parte do governo, passaram a utilizar o mesmo em prol da causa tenentista.

O movimento não tinha programa político definido, dedicando-se mais à defesa de um poder centralizado no país que proovesse educação ao povo e reafirmasse o sentido de nação. Vários episódios, onde eclodiu o conflito armado, marcaram o caráter do movimento. Entre eles pode-se citar a revolta do Forte de Copacabana, em 1922, quando a repressão contra o Clube Militar acima citada levou os jovens tenentes a se revoltarem a fim de salvarem a honra do Exército. Já em 1924, eclodia em São Paulo uma revolta que tinha por objetivo derrubar o governo de Arthur Bernardes, por representar a oligarquia contra a qual os tenentistas lutavam. Do sul do país partia a Coluna Prestes que, se juntando com os revoltosos paulistas que abandonaram São Paulo, resolvera partir pelo país sob o comando do Major Miguel Costa e do capitão Luís Carlos Prestes propagando a idéia da revolução e da necessidade da luta contra as oligarquias, denunciando o governo central e enfrentando as tropas federais e estaduais.

Entretanto, os tenentes não conseguiram atrair a alta cúpula do exército para sua causa e acabaram enfrentando o governo sozinhos. O governo reage e consegue a aprovação pelo Congresso Nacional da decretação do estado de sítio, conseguindo sucessivas renovações do mesmo, fazendo perdurar a situação de exceção no país. Muitos dos militares envolvidos na revolta são presos e processados. Mesmo com a tensão causada pelo segundo levante tenentista em 1924, o presidente da República não foi impedido de manter o Parlamento sob sua dura vigilância, manobrando as bancadas

e conseguindo a aprovação de seus principais projetos, como a “Lei de Imprensa”, que abriria precedentes para a censura dos jornais e periódicos.

O ano de 1927 teria início com as eleições para a renovação da Câmara e de um terço do Senado, realizadas no mês de fevereiro. Nesse pleito, quase todos os Estados conseguiram empossar membros de suas minorias, fortalecendo assim a bancada oposicionista. No Rio Grande do Sul, o novo governador eleito e antigo ministro da Fazenda de Washington Luís, Getúlio Dornelles Vargas, articulava um acordo entre o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, que dominava o Estado, e os oposicionistas, que continuavam a agir legal e ilegalmente, e que arrebanhavam tanto os antigos federalistas quanto os dissidentes republicanos desgostosos com o PRR. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista também já não conseguia abrigar as distintas e constantes concepções políticas em seu seio. As dissidências eram grandes e, em 1926, surgia o Partido Democrático, com programa liberal e defesa do voto secreto e obrigatório, a representação de minorias, independência dos três poderes e fiscalização eleitoral pelo poder judiciário⁴⁷. A divisão partidária em São Paulo evidenciava a problemática da articulação política paulista ao mesmo tempo em que demonstrava a evolução política que se dava no Rio Grande do Sul.

As regras políticas, por seu lado, mais ou menos claras até então, começavam a ser infringidas quando o presidente da República, Washington Luís, ao tentar dar continuidade à sua política econômico-financeira baseada na austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, lançava como candidato à sua sucessão o presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, e não o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, como era esperado pelo esquema de revezamento. O inconformismo nos meios políticos tradicionais foi inevitável. Preterido, o presidente

⁴⁷ FAUSTO, Boris. *Op.Cit.* P. 317.

do Estado de Minas Gerais ia à busca do apoio do Estado do Rio Grande do Sul para se opor aos planos do governo central. O Rio Grande do Sul, terceiro Estado da Federação em importância eleitoral e em momento de articulação entre as forças políticas opostas internas, passava a tornar-se peça essencial no processo sucessório.

Júlio Prestes era o líder da maioria no Congresso Nacional e havia garantido a aprovação do plano financeiro de Washington Luís. A oposição lançou o nome de Getúlio Vargas para presidente e de João Pessoa para vice. Getúlio contava com o apoio do recém formado Partido Democrático de São Paulo e do Partido Democrático do Distrito Federal, enquanto o indicado pelo presidente contava com o apoio dos dissidentes do Partido Republicano Mineiro. A fim de se fortalecer, a oposição formou a Aliança Liberal que contava com Minas, Rio Grande do Sul, Paraíba e demais oposições estaduais.

A crise econômica mundial eclodiu em meio à campanha eleitoral, em outubro de 1929. Com a crise, os preços internacionais despencaram e muitos cafeicultores que haviam se endividado no objetivo de aumentar a plantação de café, uma vez que os lucros advindos da venda do produto eram certos por serem subvencionados pelo Estado, viram-se frente à retração do consumo ocasionada pela depressão financeira mundial e a expectativa de lucros futuros não se realizarem. Os cafeicultores passaram a pressionar o governo federal para que enfrentasse a crise por meio da concessão de novos financiamentos e da moratória de seus débitos. O governo de Washington Luís não cedeu à pressão já que tentava manter seu plano de estabilidade cambial. O descontentamento foi geral e, em especial, em São Paulo. Os ânimos estavam exaltados nos meios políticos e nos quartéis. A vitória do candidato oficial do governo, Júlio Prestes, promoveu divisões nos grupos regionais dominantes e impediu o projeto de muitos de alcançarem o poder pela via legal.

Um clima conspiratório instalou-se no país contando com o apoio de lideranças civis e militares opositoras, entre elas o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, interessadas dar maior destaque ao Exército no futuro governo. Os tenentes, mesmo divididos após a derrota de seu movimento, atuaram de forma efetiva tanto na preparação como na direção do movimento revolucionário. Com o assassinato de João Pessoa, no mês de julho, a oposição finalmente encontrava a desculpa que buscava para se mobilizar em favor da derrubada do governo constitucional. Após dois meses de articulações políticas e de preparativos militares nas principais capitais do país, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Nordeste em 03 de outubro de 1930. O movimento revolucionário, que contava com velhos oligarcas, lideranças populares e jovens oficiais das Forças Armadas, além da burguesia industrial ainda bastante heterogênea e dependente da força agrária, mas que se fortalecia, tinha a liderança civil de Getúlio Vargas e a chefia militar sob as ordens do tenente-coronel Góes Monteiro. Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará ainda sob controle do governo federal.

Com o deslocamento das forças revolucionárias gaúchas em direção a São Paulo, um grupo de oficiais-generais, liderados por Augusto Tasso Fragoso, exige a renúncia do presidente Washington Luís, porém, diante a sua recusa, os militares determinam a sua prisão e cercam o Palácio Guanabara, no dia 24 de outubro, faltando apenas vinte dias para terminar o mandato presidencial. Constituiu-se uma junta governativa provisória que logo teve que ceder frente às manifestações populares e da pressão política vinda dos revolucionários do sul. Com o desembarque de Vargas na capital federal, precedido de três mil soldados gaúchos, a junta provisória renunciou ao

poder e empossou, na qualidade de Chefe do Governo Provisório, o gaúcho que mudaria a história do país nas próximas décadas ao assumir poderes ditatoriais.

A ruptura revolucionária de 30 apenas expôs as forças contraditórias e bastante agudas que ainda se faziam ouvir no primeiro período republicano. Em um grande caldeirão submetido a fortes pressões externas traduzidas em uma primeira guerra de dimensões mundiais, fortalecimento das massas operárias internacionais e estabelecimento do regime comunista na Rússia, movimento migratório europeu e asiático em direção ao continente americano, crise financeira internacional, baixa da demanda do café em razão do aumento do preço e forte concorrência do mercado externo, novas parcerias estratégicas de investimentos e empréstimos com os Estados Unidos e concorrência com os países vizinhos, entre tantas outras, fazem com que a situação política interna, já bastante instável, agrave-se ainda mais.

7. Política exterior de solução e não de prevenção

A discussão proposta neste primeiro capítulo focando-se no estabelecimento e solidificação do regime republicano brasileiro será de extrema importância para se compreender o cerne do trabalho em questão desvelado nas páginas seguintes. Era necessário traçar o quadro tão imbricado de detalhes e forças sobrepostas, além de se discutir categorias importantes para a compreensão do papel do Legislativo em um cenário tão incerto quanto complexo.

Como se verá mais adiante, a política externa desse primeiro período republicano não possuía diretriz definida. Ela ia sendo resolvida à medida que os problemas iam se apresentando, atentando-se para as demandas da oligarquia cafeeira

que se fortalecia, e não como um instrumento de prevenção de problemas externos e criação de possibilidades para a política interna. É bem verdade que a chegada do Barão do Rio Branco para ocupar a pasta de Relações Exteriores de 1902 a 1912, vai trazer a consolidação de uma rotina à política externa brasileira. Tal política seria assentida pelo Parlamento pois encontra nela um meio de atender aos seus interesses, uma vez que era formado em sua grande maioria por membros da oligarquia do café. O Parlamento sustentava a estratificação do Estado baseada na elite agroexportadora. O interesse nacional ia se confundir com o interesse da elite fundiária. No plano exterior, o importante era buscar prestígio que pudesse fortalecer as oligarquias nacionais que viviam da consideração que tinham fora do país. Entretanto, na busca de tal prestígio o Parlamento confiou a direção da política externa ao Executivo, intervindo sempre que essa importância era posta ameaçada.

Para este trabalho, então, é a política exterior do Brasil discutida no Parlamento que está em evidência. O estudo dessa política é feito de dentro do Parlamento. Assim, questões que, por vezes, são bastante discutidas em obras que dizem respeito ao período em tela, podem não encontrar a mesma ressonância nesta tese se não tiverem tido a atenção devida pelo Parlamento. Mas a ausência desses temas ou mesmo a falta de exame mais profundo sobre eles significaria dizer que o Parlamento se absteve de fazer ou discutir política exterior? A resposta é negativa. A explicação que se dá para essa lacuna é ausência de maiores oposições ou embates entre os interesses representados no Congresso e os interesses perseguidos pelo Executivo.

A resposta não é simplista, ao contrário do que se possa imaginar. O intrincado jogo de forças estabelecido na República entre o poder Executivo e o Legislativo, que tinham por argamassa a continuidade da estratificação política e social assegurada pelas manobras eleitorais, para ter resultado, deveria funcionar em

consonância com os interesses da elite agroexportadora. Se o Executivo avançava em seus propósitos, é porque, em essência, esses não descartavam os intentos representados no Congresso. O que acontece, entretanto, é que o governo às vezes utilizava-se dessa aquiescência para avançar ações sem consulta ao Parlamento e “sonegar informações”⁴⁸.

Outro ponto a se relembrar é que o estudo que se faz aqui é o da política exterior do Brasil e não das suas relações internacionais. Desse modo, as questões levantadas pela tese atêm-se mais especificamente à política externa levada a cabo pelo país e suas relações com o Parlamento do que aos assuntos internacionais pertinentes ao período de análise. É como o Brasil geriu tal política, como a definiu e a avançou, estudando-se o Parlamento, o cerne deste exame. Vale notar ainda que, embora muitos autores definam dois momentos bem claros na política exterior desse período delimitados pela chegada de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, tais momentos serão avaliados dentro de um quadro de análise mais amplo, isto é, não centrado apenas no Itamaraty, mas sim inserido dentro de um contexto histórico nacional de mudanças e de um cenário internacional de novas definições de poder.

Dessa forma, propõe-se um estudo que primeiro discute a definição da política externa brasileira no período em questão, levando em conta as relações bilaterais do Brasil não apenas no eixo sul-sul, mas em relação à crescente importância da parceria estratégica com os Estados Unidos, bem como a participação do país nas conferências pan-americanas, além da definição de fronteiras do país nesses primeiros trinta anos. Nos capítulos seguintes, faz-se um exame da política externa identificando-se as correntes de pensamento presentes no Parlamento da época e os distintos projetos de PEB existentes, assim como a participação do Brasil no conflito mundial de 1914 e

⁴⁸ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed.

as preocupações de integração regional. No último capítulo, o foco do trabalho volta-se para a economia brasileira e sua vinculação com as políticas interna e externa do país, examinando-se, inevitavelmente, o impacto econômico, político e social da opção agroexportadora para a nação. Pretende-se, por fim, concluir o estudo com um balanço dos primeiros trinta anos do regime republicano no Brasil pelo ponto de vista do Parlamento e sua participação na formulação e decisão da política externa do país.

A percepção quanto às origens da nova forma de governo do país a partir de 1889 aponta o lugar do Parlamento em um espaço-tempo em contínua mudança, limitado pelas forças do passado e do futuro, indicando a adoção de atitudes diferenciadas do período monárquico anterior. Enquanto o parlamento era uma força de peso no Império, contribuindo mesmo para sua queda, na República haveria sujeição às incertezas das instituições políticas incipientes, consequência das vicissitudes e instabilidade do próprio regime, principalmente no que se refere aos seus trinta primeiros anos, como se viu.

Dentro desse cenário de incertezas, são revistas as relações com os parceiros externos e são buscadas novas formas de afirmar o republicanismo nascente. Assim, nada mais indicativo do progresso que se afirmava o aprofundamento das relações com os Estados Unidos, amigos de Novo Mundo e donos do dinheiro fácil⁴⁹. A Europa, em especial a Inglaterra, indicava o “imperialismo”, os laços com a monarquia, e não condizia mais com os interesses da elite agrária brasileira que vinha se firmando com a exportação do café, desejosa de maior abertura mundial ao seu produto.

Universidade de Brasília (UnB), 1981. P.12.

⁴⁹ Conferir GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a Política Externa Brasileira na Década de 1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB)/ Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2006.

É claro que as relações entre as nações latino-americanas não estavam totalmente desvinculadas dos interesses materiais dos Estados Unidos⁵⁰. Ao contrário, nas primeiras conferências pan-americanas, as relações entre as nações foram muito mais de caráter econômico do que político. Porém, vale lembrar, que os interesses latino-americanos estavam muito mais orientados à Europa do que aos Estados Unidos e que não era tarefa fácil para os norte-americanos conquistar este território de influência. A Europa, por sua vez, não chegava a incentivar o ideal pan-americanista, no entanto mantinha reserva ao avanço dos Estados Unidos sobre a América Latina por meio da Doutrina Monroe.

No Parlamento, a onda americanista era visível e a defesa dos interesses brasileiros em conformidade com os interesses norte-americanos e contrários à Europa era crescente, os debates havidos em Plenário sobre o assunto não eram tão discordantes entre si. Para o Deputado Silvio Romero, em discussão sobre o projeto que dispunha sobre as despesas com a representação brasileira na Segunda Conferência Internacional que se reuniria no México em 1902:

“aquelles que impugnam a presença, a representação do Brazil no *Congresso Pan-Americano*, mostram desconhecer ou não ligar a devida importância ao considerável papel, decisiva influência da América na evolução da civilização, da cultura, da indústria e da política moderna; voltam inconscientemente à época do regimen colonial em o novo continente: dão braço forte às pretensões do exclusivismo europeu; phantasiam illusoriamente um invencível desaccordo entre as tendências latinas e germânicas no Novo Mundo; lançam, finalmente, mão de pretensos argumentos de direito constitucional, que são verdadeiras e insustentáveis sophisticarias (...) E não é só isto; a América é factor de primeira ordem na evolução das formas políticas modernas,

⁵⁰ PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires: Ed. Universidad de Buenos Aires (UBA), 1965.

tendo fornecido ao mundo contemporâneo o modelo, o paradigma, por toda a parte imitado, do regimen republicano.”⁵¹

O mesmo fervor americanista que se firmava no forjamento de uma identidade republicana brasileira encontrava eco no sentimento de indignação com a dívida brasileira com a Inglaterra, assumida ainda no Império. No Senado, pedia-se, em 1898, que se reajustassem os termos de negociação com a Inglaterra e o montante de £ 10.000.000,00, a fim do bem maior da República. Considerava-se que a antiga parceira comercial do Império, a Inglaterra, impunha o pagamento de dívidas contraídas no regime anterior à República nascente, que tinha por dever insurgir-se contra o antigo imperialismo. Além disso, havia certo ranço quanto à questão da invasão britânica à ilha da Trindade, que no Parlamento era discutida com indignação, como se verá nos capítulos seguintes.

A República norte-americana representava a defesa da paz, da verdadeira liberdade e dos princípios democráticos, valores esses que eram buscados cada vez mais pela República na busca da afirmação de um novo regime onde a preocupação com diferentes bases comerciais – em essencial com a exportação da crescente produção cafeeira – se impunha. Era com esse ânimo que, ainda em discurso, o Deputado Silvio Romero exortava o aumento da produção em geral do principal gênero de exportação do país, o café, e incitava a participação do Brasil nas conferências internacionais pan-americanas⁵², onde se defendia princípios democráticos e se aproximava do convívio com os ideais desvinculados de dominação. Os Estados Unidos não eram vistos como um “império” nos moldes da antiga colonização européia, mas sim como país amigo e defensor de relações mais equilibradas entre nações do mesmo continente. Ao menos a princípio.

⁵¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 20 de agosto de 1901. P.334.

Vale lembrar que com a subida do Barão do Rio Branco ao posto de Ministro das Relações Exteriores, a diplomacia brasileira acompanharia o movimento de nova configuração mundial do desenvolvimento capitalista, saindo do eixo europeu para a órbita norte-americana⁵³. Nessa direção, seriam reafirmados os interesses do Brasil com relação à nova potência americana, fazendo com o centro de gravidade da diplomacia brasileira estivesse mais voltado aos Estados Unidos. A aproximação do Brasil com os Estados Unidos dar-se-ia passo a passo rumo à construção de um sistema hegemônico na América Latina onde o Brasil ocuparia o lugar de país agroexportador e importador de produtos manufaturados, recebendo o apoio norte-americano. Assim, o país iria se abrir cada vez mais economicamente aos países que nele desejassem investir. A influência de Rio Branco nesse processo foi decisiva e dentro do Parlamento encontrava grande apoio.

No que se refere à América Latina, durante o século XIX, sob um regime de governo monárquico e uma economia baseada em escravismo renitente, o Brasil não esteve muito ligado aos seus vizinhos hispano-americanos, chegando mesmo a um isolamento no continente⁵⁴. Com o advento da República, o país tateava por reorientar-se internamente, tratando de renovar e, mais tarde, fortalecer suas novas bases institucionais, como se discutiu mais acima. No plano externo, isso se refletia na busca por uma unidade no continente e a criação de uma imagem mais estável frente aos demais países.

Buscou-se, de modo mais mediato, transformar a desconfiança dos irmãos latinos em relações de base mais políticas que apenas comerciais. Passada a

⁵² PERKINS, Dexter. *Op.Cit.* P.336 e 341.

⁵³ O que não implica dizer, entretanto, que houve alinhamento automático do país com a potência norte-americana, o que seria análise pode demais simplista e já revista pela historiografia das relações internacionais brasileira.

mudança de monarquia para república, e o entusiasmo das demais nações sul-americanas com o surgimento da derradeira república no continente, as antigas rivalidades voltaram à tona, principalmente no que se referia às rivalidades entre o Brasil e o Prata. As preocupações brasileiras com a Argentina voltam-se em especial aos assuntos referentes às relações comerciais, à preocupação com o rearmamento naval argentino e à eventual hegemonia da rival sul-americana na região platina⁵⁵.

Do lado brasileiro, também eram grandes as desconfianças quanto às conferências pan-americanas e seus resultados. Cobravam-se, no Parlamento, os efeitos práticos das recomendações feitas em tais congressos, exigindo-se que as demais nações hispano-americanas também se manifestassem a respeito do que foi acordado durante as conferências. Afirmava o Deputado Galdino Loreto em discussão a respeito de tais congressos:

“a inutilidade dos congressos pan-americanos e poderia, se o quizesse, contestar com os próprios dados históricos. Bastará lembrar que um dos primeiros foi o do Panamá, em que figuraram várias nações americanas, e do qual não adveio o menor resultado prático. Igual efeito teve também o de Washington.”⁵⁶

Exemplo da resistência dos congressistas ao convencionado nas conferências pan-americanas foi o que se deu na Conferência para Proteção Internacional do Café, realizada em Nova York em outubro de 1902. Por essa convenção, acordou-se que o Brasil convocaria uma conferência internacional, sediada na cidade de São Paulo, destinada a celebrar uma convenção que atendesse aos

⁵⁴ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os Anos de Apogeu: de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 54.

⁵⁵ CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992. P. 152.

⁵⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 05 de agosto de 1901. P. 49.

interesses das quinze nações produtoras de café⁵⁷, com vistas a evitar convulsões periódicas do produto no mercado mundial.

Entretanto, muitas foram as reações dentro do Congresso Nacional que, apesar de defender a aproximação com os países do sul do continente, demonstrava-se mais interessado em fazer avançar uma política comercial do café mais brasileira. Assim, o governo brasileiro, por falta de autorização do Legislativo, não convocou a conferência especial do café, tendo o tema sido trazido de volta a debate na conferência pan-americana seguinte, em Buenos Aires, em 1910.

Não aprovou o Congresso também o tratado de Montevideú, pensado por Quintino Bocaiúva, que dividia o território litigioso da região de Palmas. Para o Congresso, se o território fosse brasileiro, não havia porque cedê-lo à Argentina, uma vez que a região pertencente ao Brasil seria estrangulada, pondo em risco a unidade nacional⁵⁸. Dessa maneira, o tratado não foi referendado, voltando-se ao *status quo ante*, ainda no Império, onde se buscou o arbitramento dos Estados Unidos.

Conforme Norma Breda dos Santos⁵⁹, um dos grandes eixos da política exterior brasileira da República Velha foi a preocupação com a regulamentação jurídica de vasta extensão de fronteiras com os vizinhos sul-americanos. Preocupação essa que se assentava no conceito jurídico do *uti possidetis de facto*, pelo qual as antigas colônias herdavam os territórios que pertenciam às potências colonizadoras. Tal posicionamento foi defendido ao longo dos diversos governos republicanos apoiando-se a idéia de que na ausência de títulos *de jure* que estabelecessem a delimitação de fronteiras com seus vizinhos, o Brasil apelaria para a posse efetiva do território.

⁵⁷ Conferir BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 76.

⁵⁸ CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 152.

⁵⁹ *Revista de Informação Legislativa*. Artigo: “A Política Exterior da Velha República (1889 - 1930)” por Norma Breda dos Santos. Brasília: Senado Federal. Ano 28. N°. 111. Julho a Setembro de 1991P. 270.

Não há como negar que foram nos primeiros trinta anos da República que se procuraram no país soluções diplomáticas para resolver as complicadas questões fronteiriças como os países vizinhos de continente. Não há como negar também que na figura do Barão do Rio Branco encontrou-se figura capaz e habilidosa para garantir soluções, em grande parte, favoráveis às demandas brasileiras. No entanto, ainda que do período de 1902 a 1912, quando José Maria da Silva Paranhos ocupou o posto de Ministro das Relações Exteriores, a política externa brasileira tenha sido orientada por seu pragmatismo e tenha se firmado na sua figura, é possível perceber que as questões atinentes à definição do território brasileiro não eram ignoradas no Parlamento.

Desde o advento da República, muitas foram as questões referentes à delimitação do território nacional. Nesses primeiros trinta anos foram resolvidos os litígios do Brasil com a Inglaterra pela posse da ilha de Trindade, do Brasil com a Bolívia pela posse do território do Acre, do Brasil com o Peru quanto ao entendimento sobre o território do Acre, bem como os limites com a Guiana Inglesa, a Guiana Holandesa e a Colômbia⁶⁰. Dentre esses entreveros, os que mais encontraram ressonância nos ânimos da opinião pública e do Parlamento foram sem dúvida a questão da presença britânica na ilha de Trindade e o litígio entre Brasil e Bolívia, além da presença do *Bolivian Syndicate*, no território do Acre.

Quanto à questão de comércio internacional, podia-se perceber que havia no Parlamento um embate entre protecionistas, livre-cambistas e fiscalistas, que influenciavam as modificações das leis alfandegárias⁶¹. A corrente protecionista era a das mais fortes e encontrava grande ressonância dentro do Congresso Nacional, composto essencialmente de coalizões entre interesses das oligarquias regionais. Não obstante a corrente protecionista em voga no Congresso, o Brasil tendia a aumentar sua

⁶⁰ *Ibidem*. P. 269.

dependência comercial em relação aos Estados Unidos, baseado em sua economia especializada e agroexportadora. O crescente mercado norte-americano pressionava o Brasil a dar preferência às importações norte-americanas. A produção brasileira estava atingindo níveis de superprodução, levando ao firmamento do Convênio de Taubaté em 1906, que representava um esquema de valorização firmado pelos maiores estados produtores do café (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

A questão da necessidade de imigrantes para a lavoura do café também não era um assunto novo a ser tratado no Congresso republicano. À época do Império muito se havia debatido a respeito de bases para a atração de imigrantes para o Brasil no Senado. A questão da imigração teria peso fundamental para a economia brasileira nos primeiros anos da República e na afirmação da produção cafeeira. Contudo, não se percebe que haja um consenso quanto ao tema no Congresso, que contava com correntes defensoras da imigração – divididas entre imigrantes europeus ou chineses – e outras contrárias à imigração, mas favoráveis à migração de brasileiros de áreas mais pobres para as áreas produtoras de café.

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, a opinião pública brasileira havia dividido-se entre aliados, apoiadores do Eixo e os defensores da neutralidade do Brasil na guerra. Dentro do Congresso Nacional, a situação não era diferente. Havia representantes das três correntes, sendo que a causa dos aliados era a mais popular, ainda que fosse forte a corrente dos apoiadores da neutralidade, que apenas mudaram seu ponto de vista com o pretexto do bombardeio do navio brasileiro pelas forças germânicas. Encabeçando a lista dos apoiadores dos aliados estava Rui Barbosa, que exortava apoio aos Estados Unidos, grande parceiro comercial, e saída do estado de neutralidade. Seu discurso foi bem recebido na Câmara dos Deputados, embora o

⁶¹ BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* P. 94.

Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, não tenha apoiado o teor do texto. O pronunciamento de Rui Barbosa também causou divisões na opinião pública, onde a corrente neutralista era bastante forte.

Dunshee de Abranches, presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados de então (de 21 de agosto de 1913 a 30 de setembro de 1914), alertava para o perigo de se apoiar uma guerra com fins comerciais e econômicos, e foi acusado por muitos de defender os interesses alemães. O então Deputado Pandiá Calógeras foi um dos fortes críticos às idéias de Abranches sugerindo-o a renunciar o cargo de presidente da referida Comissão (o que realmente fez em seguida). Apesar de a imprensa estar, em geral a favor dos aliados, o governo brasileiro optou pela neutralidade no conflito, encontrando também apoio minoritário dentro do Parlamento, onde muitos parlamentares, exaltados pela opinião pública, defendiam o apoio às forças aliadas, mantendo-se, entretanto, a independência do país. Tais parlamentares preocupavam-se também com a perda nas exportações de café caso não tomassem o partido dos norte-americanos. Era necessário manter uma posição de convergência segura com aquele país que crescia em poder no cenário internacional.

Com o torpedeamento do navio brasileiro e a entrada do país na Primeira Guerra, o Brasil abriu seus portos para os navios de guerra aliados e passou a fornecer alimentos e navios para as forças aliadas. A entrada na Guerra foi exaltada no Congresso Nacional pelos apoiadores dos aliados, que viam na participação mais ativa do Brasil no conflito maior exposição do país frente às demais potências mundiais. Apesar da modesta contribuição brasileira à guerra, o Brasil foi chamado a participar da Conferência de Paz entre as potências vencedoras do conflito em 1919 em Paris. O Brasil conseguiu o pagamento pelo café exportado a Alemanha em 1914 e foi indenizado com navios alemães apreendidos nos portos brasileiros. O Brasil participou,

assim, como membro originário da Liga das Nações, fato exaltado por muitos congressistas, como símbolo de grandeza do país e da excelente situação internacional brasileira.

Os responsáveis pela condução da política externa do país decidiram que a posição do Brasil como membro temporário do Conselho da Liga das Nações não condizia, contudo, à posição adquirida pelo país no cenário internacional. Passaram, a partir daí, na figura de Félix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores de Artur Bernardes, a pleitear assento permanente no referido Conselho, passando a ser meta de política externa do governo brasileiro a obtenção de dito assento. O discurso brasileiro identificava o país como interlocutor da América frente às demais potências européias. A questão passara a ser assunto identificado com a honra nacional, ao menos para os formuladores de política externa no Executivo.

No Legislativo, a paixão pelo tema era bem menor. Ainda que se concordasse em buscar uma posição de igualdade do país com as grandes potências mundiais e com a necessidade da representação americana no Conselho, uma vez que os EUA não mais participavam dele, não se discutiu os meios pelos quais o Brasil deveria buscar atender essa aspiração. Como também não se discutiu a importância real da consecução desse objetivo para a política nacional nem os impactos de um provável aceite como membro efetivo da Sociedade das Nações. Fato é que quando o presidente Artur Bernardes, após tentativas frustradas de pertencer ao Conselho, decide retirar a candidatura do Brasil a membro permanente de dita sociedade, foi criticado por sua inabilidade no Congresso. O objetivo de pertencer a um conselho mundial de nações parecia ser, assim, muito mais fruto do desejo do Executivo em promover a exaltação interna do sentimento nacional do que propriamente um clamor das oligarquias representadas no Parlamento.

Nesse cenário frenético desenhava-se a atuação internacional do país. Um país com fortes comoções intestinas em um período em que o mundo estremecia frente a ameaças internacionais que, pela primeira vez, assumiam caráter mundial. Os rumos da política externa de um país já não podiam mais ser decididos separadamente das razões do Estado no cenário internacional. No entanto, para um país que experimentava uma mudança de regime recentemente, ditada por projetos contrastantes, tornava-se ainda mais difícil acertar o passo com o ritmo dado pelo exterior. Ou aceitava submeter-se ao jogo já existente, ou ficaria isolado a organizar-se internamente. Nesse estado de coisas, onde qualquer escolha comprometeria ora sua política interna, ora a externa, o Brasil decidiu-se pela primeira opção, resolvendo enfrentar a batalha alucinante que se travou entre as mais diversas forças políticas, econômicas, sociais e culturais desse primeiro período republicano que chamado de “velho” pela historiografia, tem que enfrentar todos os desafios de uma infância problemática.

Segundo Capítulo

O Parlamento na Definição da Política Exterior Brasileira

Notre héritage n'est précédé d'aucun testament.

René Char

1. Entre Republicanos e Conservadores, 103. 2. A ameaça monarquista, 107. 3. Rio Branco no Itamaraty e as reações no Congresso, 109. 4. Aproximação Brasil-EUA e as Conferências Pan-Americanas, 119. 5. Definindo fronteiras e aumentando território: em busca do prestígio continental, 134. 6. O Brasil, o Prata e as relações nascidas de uma convivência desconfiada, 140. 7. O leão britânico na Ilha de Trindade, uma questão de soberania nacional, 148. 8. A República frente à iminência dos imperialismos, o caso do *Bolivian Syndicate*, 155. 9. Relações com o Vaticano, 167.

A frase do célebre poeta e resistente francês, René Char, citada por Hannah Arendt em *Between Past and Future*¹ poderia ter sido usada pelos republicanistas mais exaltados com o raiar do novo regime em 15 de novembro de 1889. Ela serviria para expressar a vontade de se cortar os laços com o pesado passado monarquista e poderia definir, talvez, a essência de um movimento que se apoiava na modernidade para justificar o rompimento com todo e qualquer vestígio do antigo regime. Entretanto, tal hipótese mostrou-se improvável. Como se viu, além das muitas interpretações existentes de República, tanto os republicanistas mais exaltados não tomaram parte no movimento de proclamação do novo regime de governo como o poeta francês ainda não havia nascido no momento do surgimento da última república da América Latina.

¹ Conferir ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*. Nova York: Viking Press, 1961.

Também não se poderia dizer que a República brasileira rompeu profundamente com a forma de se fazer política do Império, clamando por um legado político sem precedentes ou continuidades. Conforme Norma Breda dos Santos², o advento da República não trouxe uma verdadeira ruptura na história brasileira, uma vez que o país continuaria fortemente dependente da exportação de produtos agrários e de investimentos estrangeiros. O que acontecia, na verdade, é que tal orientação exportadora atingia o seu apogeu e passava a distribuir de maneira diferente os interesses e forças do cenário político da época. O poder deslocava-se, assim, da velha estrutura colonial e escravocrata para o setor produtor e exportador do café.

Apesar da ausência evidente de transformações radicais e imediatas com a mudança de governo, a política externa da República passou a refletir as alterações no regime político nacional, à medida que o novo jogo de forças e interesses foi se estabelecendo. Embora a proclamação do novo regime tenha se passado sem maiores incidentes internos ou mesmo diplomáticos, o reconhecimento da República brasileira pelos países nos quais o Brasil mantinha representação não foi feito de forma automática. O reconhecimento oficial pela Inglaterra, Espanha e Itália, por exemplo, só veio com o primeiro aniversário do novo regime o que, de certa forma, foi relativamente rápido ao se lembrar que o país se reorganizava internamente com o Governo Provisório e conseqüente reformulação de suas instituições políticas, dado a impressão externa de desordem, a exemplo do que aconteceu com as demais repúblicas latino-americanas.

É bem verdade, como se discutiu no capítulo anterior, que os primeiros trinta anos republicanos foram bastante conturbados. Mesmo que o país tenha sido tomado por um ar de maior estabilidade no período governamental conhecido como

² *Revista de Informação Legislativa*. Artigo: “A Política Exterior da Velha República (1889 - 1930)” por

“café com leite”, é verdade também que esse equilíbrio era bastante frágil vistas as demais forças que começavam a surgir no cenário político nacional. Se com a posse de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores estabeleceu-se um período de maior paz para a política externa brasileira, pode-se dizer também que os anos que antecederam à chegada do Barão ao Itamaraty mostraram a ausência de diretriz mais definida na política exterior republicana, sucedendo-se mais de onze ministros na pasta de Relações Exteriores³.

Além disso, viu-se também que os ministros que ocuparam a pasta de Relações Exteriores não tinham experiência com a diplomacia ou mesmo não tinham ligação com assuntos de natureza internacional. Pelo artigo 34 da nova Constituição de 1891, passou a ser de competência privativa do Congresso Nacional o orçamento da receita, a fixação da despesa federal anual e a tomada de contas da receita e despesa de cada exercício financeiro. Sendo assim, por ocasião das votações do orçamento do Ministério das Relações Exteriores e não existindo um ministro com prestígio suficiente junto ao Congresso, como seria o Barão do Rio Branco mais tarde, coube ao Legislativo, ao receber a proposta orçamentária, passar a suprimir, criar e manter legações e consulados com critérios os mais variados que iam desde a conveniência ou não de se manter representações em países monarquistas, por exemplo, até a excessiva alocação de verbas para diplomatas e outras funções no exterior.

Norma Breda dos Santos. Brasília: Senado Federal. Ano 28. N°. 111. Julho a Setembro de 1991. P. 254.

³ CERVO, Amado Luiz *et* BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992. P. 147.

1. Entre Republicanos e Conservadores

Com o advento da República, houve uma forte corrente de parlamentares republicanos que acreditava que para imprimir-se modernidade e “republicanizar”⁴ as relações internacionais do país dever-se-iam cortar os laços com a velha Europa cheirando a mofo das monarquias e privilegiarem-se as relações dentro do continente americano, não apenas com os vizinhos do sul, mas com os grandes Estados Unidos. A corrente que se opunha a essa forte tendência republicanista dentro do Congresso Nacional é menos retumbante se for comparada aos discursos exaltados nos plenários das casas; discursos esses que viam no corpo diplomático, formado em sua maior parte no Império, razões para trabalharem contra a imagem do Brasil republicano no exterior.

Para o Deputado Francisco Coelho Dante Badaró – advogado mineiro e ministro plenipotenciário da Santa Sé de 1894 a 1898–, em discurso como orador ao parecer da Comissão de Orçamento em 1891 que extinguiu a supressão de várias legações do Brasil no exterior, e em sinal de extremo menosprezo ao corpo diplomático imperial, afirmou que a diplomacia brasileira contava com poucos expoentes de peso no exterior. Chegou mesmo a dizer que eram diplomatas mal preparados e que muitos deles haviam nascido no exterior, não falando nem mesmo português, posição que encontrava o apoio de muitos parlamentares. Embora concordasse que na Europa estavam os grandes interesses de imigração, comércio e finanças, e que ali deveriam estar cônsules de primeira ordem bem remunerados e escolhidos; era na América do Sul onde se encontrava a verdadeira vocação política brasileira e onde deveriam estar os diplomatas

⁴ *Ibidem*. P. 145.

melhor preparados⁵. O discurso do Deputado se afinava com a tendência crescente dentro do Parlamento e trazida com a República do pan-americanismo e da paz americana.

O Deputado Serzedello Corrêa, relator do parecer da Comissão de Orçamento em setembro de 1891, de formação militar e antigo Ministro das Relações Exteriores de Floriano Peixoto⁶, propunha a supressão de várias legações do Brasil no exterior, como a da Rússia, cujo imperador ainda não havia reconhecido a república brasileira. Propunha ainda que o ministro em Berlim cuidasse das legações da Espanha e Suíça, bem como se extinguisse a representação brasileira na Bolívia. A Comissão propunha unir a legação do Peru à da Bolívia e a da Venezuela à do México, dizendo que não haveria grandes mudanças e não oferecendo razões mais substanciais sobre o porquê da decisão, como ficou sem maiores explicações sobre a manutenção ou não da legação do Paraguai, que ainda tinha dívidas de guerra para com o Brasil.

Dentre os defensores da manutenção das representações na Europa, constava o Deputado Frederico Borges que, criticando ferozmente a decisão tomada pela Comissão de Orçamento, dizia estar a Comissão dando “um golpe profundo na política externa” brasileira⁷. Para o Deputado, o país ainda estava fortalecendo suas instituições republicanas e o estado da política externa do país era ainda mais preocupante que a situação da política interna. Em um discurso com certa tendência monarquista⁸, ainda que não defendia explicitamente o antigo regime embora deixe transparecer o constrangimento com a forma pela qual se havia implantado a República, o Deputado alerta para a situação de instabilidade da política interna na qual o embate

⁵ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 25 de setembro de 1891. P. 554.

⁶ Serzedello Corrêa permaneceu no Ministério por efêmeros quatro meses, de 12 de fevereiro de 1892 a 22 de junho do mesmo ano.

⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 29 de setembro de 1891. P. 633.

entre poder Executivo e o poder Legislativo tumultuava o cenário nacional, não podendo se passar a mesma coisa no que concernia à política exterior. Defendeu ainda a excelente capacitação do diplomata brasileiro no exterior, classe que havia trabalhado da melhor forma possível para assegurar a imagem do país no estrangeiro mesmo após a mudança de regime acontecida na política nacional. Pelo discurso do Deputado Frederico Borges, fica clara a tese de que o Brasil não dispunha, no começo da República, de uma linha diretiva em termos de política externa.

Nesse sentido, o Deputado Augusto Montenegro, advogado e deputado pelo Pará, já alertava para a apatia do Brasil em formular uma política externa no começo da República, sendo necessário à Câmara traçar as regras a serem seguidas pelo novo governo. Em um discurso pleno de lucidez, o Deputado fazia uma boa leitura do sistema planetário de nações que se formava lembrando que existia uma “solidariedade internacional” e que as nações já não mais podiam formular suas políticas externas sem levar em conta o cenário mundial em pleno auge da industrialização. Reconhecia ainda que, até então, havia se vivido em um sistema eurocêntrico onde o continente europeu continuava a ser a peça chave no comércio, política e cultura mundiais e que mesmo a união americana fomentada pelos Estados Unidos não poderia romper de vez os laços com a influência européia⁹.

O mesmo Deputado assim denunciava a falta de diretriz na política exterior levada a cabo pelos dirigentes do novo regime republicano:

⁸ O Deputado vinha das fileiras do Partido Conservador do Império.

⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 1º de agosto de 1892. PP. 11-20.

“Mas a verdade é que o Brazil não possui política externa, os casos não são decididos por certas regras geraes de uma politica boa e sã; elles são decididos de uma maneira concreta e à medida que se vão apresentando”.¹⁰

No que se refere à manutenção das representações brasileiras na maior parte dos países da Europa, havia duas claras tendências, sendo a contrária de caráter marcadamente republicanista e a favorável mais conservadora e próxima ao monarquismo. Todavia, os pontos de vista e as razões sobre a continuidade ou não de tais legações, consulados e embaixadas eram os mais diversos. Para alguns, era necessário cortar os gastos públicos, para outros era preciso eliminar os redutos onde diplomatas brasileiros abertamente monarquistas poderiam trabalhar contra a imagem da república, e ainda para certo grupo era necessário voltar a atenção do Brasil para as repúblicas da América do Sul.

De todo modo, para o Legislativo, as representações que mereciam maior destaque continuavam a ser as da Inglaterra e França, seguida pelos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália¹¹. Criavam-se legações no Equador e Colômbia e extinguiu-se a representação mexicana. Em geral, a manutenção de legações na América do Sul seguia interesses, em essência, comerciais e ligados a questões lindeiras ainda pendentes. Tais razões demonstram, por um lado, relativo pragmatismo no estabelecimento dos primeiros passos dessa política exterior republicana em formação, uma vez que consulados de grande importância comercial para o Brasil como o de Liverpool ou de importância política como o da Suíça, país que arbitrava a questão Brasil-França pela posse do Amapá, não foram abolidos. Por outro lado, essa política desorganizada deixava claro que era de menor importância o papel da diplomacia como

¹⁰ *Ibidem*. P. 11.

¹¹ CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* P. 144.

instrumento de ampliação de mercados, estímulo à imigração e atração de capitais. A diplomacia era usada para ir resolvendo os problemas que se apresentassem e não para prevenir ações relativas aos demais países e definir o papel do Brasil no contexto mundial.

Desse modo, diferentemente do que se tem dito na literatura clássica até o presente, o Parlamento não era afeito a acatar as decisões do Executivo em termos de política externa. Quando o fazia, como se verá ao longo do capítulo, era porque o interesse nacional perseguido pelo Executivo estava em consonância com o interesse da elite fundiária representada no Legislativo. Tanto é assim que o Deputado José Ferreira Cantão, filiado ao Partido Conservador paraense, exigia que a reforma do corpo diplomático e consular fosse feita no Legislativo, lembrando que havia grande maioria no Congresso que não era sectária das autorizações incondicionais ao Poder Executivo e das autorizações absolutas que prescindissem o exame pelo Parlamento. Lembrava, no entanto, que ainda que essa reforma não fosse feita pelo Legislativo, porque assim não lhe era cabido constitucionalmente, deveria esse poder apresentar críticas e modificações ao projeto original proposto pelo Executivo¹². O Deputado clamava, dessa maneira, pela participação do Legislativo na política externa brasileira, seja pela autorização ou pela possibilidade de crítica às propostas do Presidente da República. O Deputado Cantão, assim como vários outros, havia atuado como congressista no Império e, talvez, trouxesse de lá maior percepção sobre a participação do Legislativo nos negócios exteriores do país.

2. A ameaça monarquista

Logo nos primeiros anos do alvorecer da República, em 06 de setembro de 1893, a cúpula da Marinha brasileira rebelava-se e exigia a deposição de Floriano Peixoto, alegando o desprestígio da instituição pelo Exército. A revolta, liderada pelo contra-almirante Custódio José de Melo, contou com o apoio do almirante monarquista Luís Felipe Saldanha da Gama. Em 09 de fevereiro de 1894, as tropas rebeldes desembarcaram em Niterói e tentaram cercar a capital fluminense, acabando sendo derrotadas pelas forças republicanas. A revolta, contudo, teve pouco apoio político e popular no Rio de Janeiro, sendo obrigada a descer para o sul do país para escapar ao ataque das tropas governamentais. Antes disso, porém, Saldanha da Gama, além de cerca de quinhentos revoltosos buscaram asilo nos navios portugueses Mindelo e Afonso de Albuquerque, atracados na baía de Guanabara.

O movimento que havia começado para defender os princípios republicanos e a equivalência das forças armadas acabou assumindo um caráter monarquista, em razão de seus líderes. No plano internacional, a revolta era vista como mais um fator de instabilidade na nova República implantada. O bloqueio à alfândega que havia sido interposto por Saldanha da Gama no Rio de Janeiro foi rompido pela marinha norte-americana, comandada pelo almirante Benham, tornando a intervenção americana decisiva para a vitória de Floriano. Na verdade, os Estados Unidos, sob a presidência de Cleveland, já vinham dando apoio ao governo do Marechal antes mesmo de eclodir a revolta. O incidente, todavia, provocara o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, que se recusava a entregar os revoltosos. O entendimento diplomático entre as duas nações só viria em 16 de março de 1895, já no governo de Prudente de Moraes.

¹² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 08 de agosto de 1892. P. 167.

O Parlamento brasileiro não ficou inerte aos acontecimentos na capital federal. Em 19 de maio de 1894, o Deputado Anísio de Abreu apresentava em plenário uma moção de apoio ao governo brasileiro pelo rompimento das relações com Portugal, acusando-o de conspirar contra o Brasil, ao acolher insurgentes que se opunham à cooperação das forças constitucionais, à harmonia entre os poderes, que era posta em dúvida pela sublevação da Marinha. Para o Deputado aliado do governo, era preciso que a República resolvesse com pulso firme os caudilhismos militares e as “veleidades recalcitrantes da restauração monárquica”¹³. A moção foi muito bem recebida pelos demais deputados presentes em plenário, e quase unanimemente aprovada. Nas galerias, o público presente não conseguia conter seu entusiasmo quanto às declarações dos deputados sobre a defesa da soberania nacional.

Cabe dizer, entretanto, que os parlamentares tinham percepção crítica sobre os efeitos de tal ato. Para alguns deputados, a aprovação do documento traria a sombra da ameaça parlamentarista, fazendo o Legislativo intervir em assuntos referentes ao Executivo, o que deveria ser evitado. Entretanto, a maioria dos deputados via na moção uma forma de expressar a vontade nacional por meio dos representantes do povo. Embora soubessem que o documento apresentado não tivesse grande efeito prático sobre as decisões do governo, tinham consciência de que teria uma “importantíssima repercussão moral”¹⁴ sobre o modo de gestão das coisas públicas. Mas era o Deputado Martins Júnior quem melhor definiria a necessidade da apresentação da moção: ela faria saber que não caberia ao Congresso apenas a aprovação automática de leis, mas sim a elaboração de manifestações nobres e conscientes sobre qualquer fato da vida nacional.

¹³ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 19 de maio de 1894. P. 171.

¹⁴ *Ibidem*. P. 172.

3. Rio Branco no Itamaraty e as reações do Congresso

Até a chegada de José Maria Paranhos da Silva Júnior, o Barão do Rio Branco, ao posto de Ministro das Relações Exteriores, percebe-se que o ministro da pasta em questão não contava com o prestígio frente ao Legislativo. Isso porque, como já se discutiu no primeiro capítulo, o Legislativo não concordava com certos privilégios e laços pessoais concedidos a ministros de Estado pelo General Deodoro da Fonseca. Além disso, o Parlamento insistia no déficit orçamentário deixado pela monarquia, destinando, dessa feita, quantia ínfima na definição do orçamento da União ao Ministério das Relações Exteriores.

No entanto, acredita-se que não se pode falar em ruptura na política exterior da República em relação ao Império, ao se levar em conta que nos primeiros anos republicanos evidencia-se uma reorganização das instituições políticas nacionais, sendo mesmo o Congresso dissolvido em 1892. O que parece haver é um ajustamento externo às reações de política interna, com a necessidade de se estabelecer uma herança republicana que não encontrava sua base na falida monarquia. As orientações de política externa vão se definindo ao longo da República da mesma forma que vão se ajustando as instituições políticas.

A chegada de Rio Branco ao Itamaraty coincidiu com política dos governadores implementada por Campos Sales, havendo, assim, maior consonância entre a política externa levada a cabo pelo Executivo e os interesses do Legislativo. Passava-se por um momento de maior estabilidade tanto no cenário político interno como na política exterior dirigida por Rio Branco. Contudo, esse equilíbrio é delicado e

após a morte de Rio Branco voltarão a se suceder vários ministros na pasta de Relações Exteriores, seguindo a tendência de agitação política interna. Porém, nesse momento, as grandes bases da política externa brasileira já haviam sido traçadas e caminhavam em maior convergência com os interesses representados no Parlamento. Além disso, os ministros que se sucederam na pasta de Relações Exteriores resolveram dar continuidade à política pensada por Rio Branco, que prosseguia em direção aos interesses da elite agroexportadora da época.

Conforme Bueno¹⁵, com o Barão do Rio Branco, o Itamaraty conheceu grande autonomia na condução da política externa. Porém, Rio Branco era um homem sintonizado com sua época e, embora tenha tomado a direção do Ministério de Relações Exteriores, dando a impressão de que agia isoladamente, não se pode dizer que estava apartado do meio social e político em que estava inserido, mas, ao contrário, que encontrava meios de interpretá-lo. E sua longevidade no comando do Itamaraty deve-se, em grande parte, a essa perspicácia. Se Rio Branco permaneceu longo tempo na chefia da pasta de relações exteriores, é porque não se opunha aos interesses da poderosa elite ligada à agroexportação. Não bastasse isso, o Barão “tentou por em prática uma *grande politique* que satisfazia o nacionalismo brasileiro, alimentado na vastidão do território nacional, no potencial de suas riquezas, no crescimento demográfico, na **prosperidade da lavoura comercial** e na **estabilidade das instituições políticas**, consolidada no quadriênio Campos Sales (1898-1902)”¹⁶ (Grifo da autora).

O prestígio de Rio Branco só aumentaria ao longo da República, quando passou a resolver quase todos os litígios lindeiros do Brasil, aumentando o território

¹⁵ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os Anos de Apogeu: de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 127.

¹⁶ *Idem*.

nacional e definindo de forma definitiva as fronteiras do país. Com Rio Branco resolveu-se, portanto, a questão espinhosa do território acreano com a Bolívia que já se arrastava desde finais do século XIX, como será discutido mais à frente. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 e a inclusão do Acre no mapa nacional, o ministro das Relações Exteriores ganhou em conceito uma vez que sua atitude contava com grande simpatia da opinião pública.

Sob a égide do Barão, que havia recebido seu título ainda no Império em razão de sua grande lealdade a D. Pedro II, o Brasil consolidou quase todas as fronteiras por meio do arbitramento ou de negociações bilaterais. Foi nessa direção que se deram os entendimentos sobre o Acre entre Brasil e Peru em 1909; que se definiram os limites com a Guiana Inglesa em 1904, ainda que a contragosto do Brasil, uma vez que o arbitramento do rei italiano Victor Emanuel III privilegiou os ingleses ao conceder-lhes três quintos do território guianense; que se estabeleceram as linhas fronteiriças com a antiga Guiana Holandesa (Suriname), em 1906; e que, por fim, se acertaram os enteveros territoriais com a Colômbia, em 1907, com a concessão pelo Brasil em matéria de navegação sobre o Amazonas àquele país.

Rio Branco deslocaria, paulatinamente, o eixo da diplomacia do Brasil que gravitava em volta das trocas de comércio e serviço com a Inglaterra, para os Estados Unidos, crescente potência regional e grande consumidor dos produtos agrícolas brasileiros como café, o açúcar e a borracha. A amizade com os Estados Unidos era incentivada por Rio Branco não apenas por concorrer com os interesses das oligarquias detentoras do sistema político brasileiro, pelo potencial do seu mercado e as oportunidades que oferecia ao seu investimento, mas principalmente porque ajudaria o

Brasil a atingir um dos grandes objetivos de sua política, isto é, a supremacia sul-americana e a restauração do prestígio brasileiro na parte austral do continente.

O Barão do Rio Branco encarnava a idéia de inteligência aliada ao patriotismo e personificava a busca pelo prestígio externo que o Brasil procurava. A tentativa de a República brasileira sair do anonimato e diferenciar-se das suas congêneres latino-americanas encaixava-se perfeitamente na visão de nação diferenciada do continente que tinha Rio Branco sobre o Brasil. Se as demais repúblicas hispano-americanas mostravam-se em plena convulsão tanto doméstica como externamente, era preciso mostrar que o Brasil estava em caminho diferente e, com isso, atrair o interesse das grandes potências para a importância do país. Ainda que sua idéia de centralização fosse dissonante do quadro que se tem no primeiro período republicano, Rio Branco assumia a pasta de Relações Exteriores como um dever nacional em um momento, de certa maneira, mais tranqüilo na história do país, qual seja, a constância da política dos governadores.

Se no Legislativo essa constância era encontrada, aliando-se de forma harmônica, embora frágil, os interesses das oligarquias cafeeiras de Minas Gerais e São Paulo, na política externa, o Itamaraty dava prosseguimento à busca de prestígio internacional para o Brasil. Percebe-se, assim, que antes de serem antagônicos, os interesses das oligarquias encontravam consonância no poder Executivo e na direção que se dava à política exterior. Nessa direção, é que se analisando as discussões havidas no Congresso no período não se encontrarão maiores críticas à política empreendida por Rio Branco, evidência que por si mostra a conformidade entre os interesses em questão.

Não é que não houvesse críticas em relação a Rio Branco dentro do Congresso, contudo tais críticas jamais se dirigiam à figura do Barão. Não se pode dizer

tampouco que o Legislativo fechava os olhos para a política externa empreendida pelo Executivo, acatando todas as decisões tomadas pelo governo, sem as discutir. Tais condenações eram muito mais direcionadas à forma como o Executivo conduzia a política exterior do país sem consulta constante ao Congresso que, se ressentia, em não poder opinar sobre assuntos que comoviam a opinião pública ou que discordassem dos “grandes interesses” representados no Parlamento.

O Deputado Barbosa Lima, militar e homem de confiança de Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada e da Revolução Federalista, via com bastante criticismo o fato do Barão do Rio Branco não enviar os relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores para a apreciação do Congresso Nacional. Foi um dos maiores críticos do ministro, ainda que não negasse a “benemerência incontestável”¹⁷ dos serviços públicos prestados por Rio Branco. A ausência dos balanços anuais de Rio Branco ao Legislativo era tida, entretanto, pelos defensores do ministro no Parlamento, como excesso de zelo do Barão em não querer enviar ao Congresso Nacional relatórios incompletos e defeituosos, requerendo-lhe muito tempo a preparação de tal documentação visto que os fazia pessoalmente e que se encontrava assoberbado entre tantas questões externas pendentes nos primeiros quatro anos de sua administração na pasta de Relações Exteriores. Entre os grandes defensores do Barão no Congresso, encontrava-se o político e diplomata Gastão da Cunha, amigo pessoal de Rio Branco.

Em 1911, em debate na Câmara dos Deputados sobre o ato do ministro das Relações Exteriores que havia cedido ao Uruguai, sem recorrer a arbitragens, o condomínio do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim (como se verá no tópico sobre as relações do Brasil com o Prata, mais adiante), o Deputado Dunshee de Abranches,

¹⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 18 de outubro de 1906.

membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, sai em defesa do Barão, contra as acusações do Deputado Barbosa Lima. Para Dunshee de Abranches¹⁸, ferir o nome e a obra do Barão do Rio Branco era ferir a própria nacionalidade brasileira, não podendo apoiar-se nos rivais de do Barão, como o ministro argentino Zeballos, para apresentar críticas sérias ao trabalho de Rio Branco. Abranches resume as principais críticas de Barbosa Lima ao ministro das Relações Exteriores em doze pontos importantes:

“1°. O caso [da não apresentação] dos relatorios [do Ministério de Relações Exteriores ao Legislativo].

2°. Os mysterios do Itamaraty, nada se publicando sobre tratados e outros actos internacionaes, que vivem inteiramente ignorados pelo Congresso e arranjando-se até, no Ministério do Exterior, uma formula incisiva e secca para os pareceres das Comissões de Diplomacia do Senado e da Câmara dos Srs. Deputados.

3°. A transformação de nossos diplomatas em moços de recado.

4°. O militarismo e as idéias imperialistas do Sr. Rio Branco.

5°. As despesas do Ministério das Relações Exteriores crescendo proporcionalmente ao augmento de renda dos Consulados.

6°. Os ciúmes ridículos de Chancellaria, mantendo uma atmosphaera antipathica entre o Brazil e a República da Argentina.

7°. Ter levado o Sr. Barão ao desespero o Sr. Piza e Almeida [presidente do Supremo Tribunal Federal].

8°. Ao desespero estar levando o Sr. Oliveira Lima [chefe da legação do Brasil em Bruxelas, cumulativamente com a da Suécia e crítico do Barão do Rio Branco].

¹⁸ João Dunshee de Abranches Moura foi deputado pelo Maranhão de 1903 a 1918. Em 1945 lançou o

9°. Trazer *boycottado* (...) em Berna o Sr. Olyntho de Magalhães e ter desgostado o Sr. Assis Brazil, até afastal-o do Corpo Diplomatico.

10°. Haver nomeado o Sr. Dr. David Campista para a legação em Copenhague, apesar de suas idéias civilistas, e, em menos de um anno, transferil-o para Paris.

11°. Subvencionar a Agencia Americana e adoptar para a imprensa o programma do Sr. Campos Salles.

12°. Finalmente ter considerado *persona grata* o Sr. Godoi, que escreveu um livro contra o Brazil a proposito da guerra do Paraguay, esse Paraguay com que o Sr. Visconde do Rio Branco já quiz presentear um dia a Argentina.”¹⁹

Em defesa de Rio Branco, o Deputado Dunshee de Abranches denunciava a campanha constante de Barbosa Lima contra a ausência dos relatórios anuais enviados pelo Ministério do Exterior ao Congresso. Relembrava que a própria Constituição republicana ao impedir o comparecimento de ministros de Estado ao Congresso, tendo seus relatórios enviados por meio do presidente da República, tinha o intuito de evitar o contato dos ministros com o poder Legislativo, fosse vedando o seu comparecimento no Parlamento, fosse tornando-os inelegíveis ao Congresso Nacional ou ainda decretando-lhes a perda de mandato uma vez que fossem investidos de mandato de Senador ou Deputado. Para Dunshee de Abranches, com a proclamação do novo regime, os ministros de Estado tinham sido reduzidos a “simples agentes do Presidente da República, irresponsáveis pelos conselhos a estes dados e apenas passíveis da responsabilidade dos seus actos nos delitos qualificados em lei”²⁰.

livro *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil* publicado no Rio de Janeiro pelas Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.

¹⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 21 de outubro de 1911. P. 681.

²⁰ *Ibidem*. P. 682.

O membro da Comissão de Diplomacia e Tratados lembrava ainda na defesa de Rio Branco que os relatórios ministeriais haviam passado a ser subsidiários às mensagens presidenciais, simples acessórios às comunicações do Poder Executivo, que, por sua vez, se davam uma vez por ano, para inaugurar as sessões legislativas do Congresso Nacional. Desse modo, os Ministros de Estado representariam muito mais secretários do presidente da República, dependendo da confiança desse e não do corpo legislativo. Mas não era só isso. Em justificação dos atos do Barão, Abranches atentava para o papel do Legislativo na República e do regime presidencial, bastante diferentes do sistema parlamentar do Império, onde existiam as Falas do Trono. Nesse sentido, expunha o centralismo do regime presidencial e o papel secundário do Legislativo lembrando que no antigo regime, os ministros eram os depositários da confiança dos parlamentares, mas não na República²¹. É bem verdade que não havia à época, como não há agora, obrigatoriedade do envio de relatórios pelos ministros de Estado ao Congresso Nacional definido por lei, fazendo com que a maioria desses balanços anuais chegassem à Câmara e ao Senado nos últimos dias do ano. Pela Constituição de 1891, caso o assunto do relatório suscitasse sigilo, o presidente da República podia mesmo abster-se de enviá-los, alegando “segredo de Estado”.

Seguindo em seu combate às críticas do Deputado Barbosa Lima ao Barão de Rio Branco, o Deputado Dunshee Abranches explicava que não havia “mistérios” nas ações do Itamaraty e que a Comissão da Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, a qual ele fazia parte e onde atuava em grande parte como relator, havia discutido diversos acordos internacionais submetidos ao Congresso. Entre eles citava o Tratado de Limites com o Peru, firmado em 1909; o Tratado de Comércio e Navegação com o Equador, de 1910; o Tratado de Limites com a Colômbia, de 1907;

²¹ *Ibidem*. P. 686.

além dos Tratados de Lagoa-Mirim e o Tratado do Acre. Todos esses tratados submetidos ao parecer da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara eram tomados como prova da publicidade dos atos do Barão pelo seu grande defensor, Dunshee Abranches. Para os críticos do Barão, todavia, muitos desses acordos haviam sido publicados na Câmara em desobediência ao Parlamento²².

Vale lembrar, entretanto, que até mesmo após a morte do Barão, não se quis lançar dúvidas sobre sua atuação. Para escusá-lo, falava-se em insuficiência de funcionários qualificados no Ministério de Relações Exteriores ou buscava-se comparação com os Estados Unidos ou Inglaterra, onde a apresentação de relatórios anuais do ministro responsável pela pasta do exterior não era obrigatória, sendo usadas, como intermediárias do ministério, as informações constantes nas mensagens presidenciais. Em sessão plenária no Senado Federal, no dia 19 de agosto de 1916, em episódio que bem, ilustra o prestígio que Rio Branco adquirira frente aos parlamentares, levantaram-se dúvidas a respeito da atuação do falecido ministro.

O Senador Mendes de Almeida, advogado e representante do Maranhão, apresentou, oito anos após o episódio do “Telegrama n.º 09”²³, Requerimento de Informação²⁴ ao Ministério das Relações Exteriores sobre o incidente e sua resolução. O pedido mostrava-se obsoleto e ao mesmo tempo refletia a falta de informação do Congresso pelo Executivo, a respeito da versão oficial sobre o assunto. A reação dos

²² Os textos dos acordos só podiam ser publicados na Câmara se não houvesse oposição do Governo ao tratado em questão.

²³ O telegrama de n.º 09 de 17 de junho de 1908 foi dirigido à Legação Brasileira em Santiago do Chile e assinado por Rio Branco. Conforme versão de Estanisláo Zeballos, Ministro das Relações Exteriores argentino e antibrasileiro, o documento referia-se às pretensões imperialistas argentinas sobre a Bolívia, Paraguai e Uruguai mostrava o Brasil como o defensor dos direitos internacionais das irmãs latino-americanas. Rio Branco desmente mais tarde o ministro argentino, publicando o conteúdo original do telegrama no Diário Oficial de 15 de novembro do mesmo ano, acusando-o de violar correspondência oficial de país amigo e adulterar-lhe o conteúdo.

²⁴ Pedido de informação encaminhado pelo Senado Federal ou Câmara dos Deputados, a Ministro de Estado, para esclarecimentos sobre questão em particular no prazo de trinta dias.

senadores rechaçando o requerimento foi imediata. Primeiro, porque não se queria que “pesassem suspeitas”²⁵ sobre a memória de Rio Branco. Depois, porque se entrava em um momento de relativa tranquilidade com a Argentina, fortalecendo-se as mediações no Cone Sul e querendo-se avançar o pacto ABC, aprovado pela Câmara e pelo Senado em 1915.

Mas foi Pandiá Calógeras que, em razão da morte do ministro em 1912, em discurso que traçava a trajetória de Rio Branco e a própria história do Brasil, ofereceu uma das defesas mais substanciais da figura do Barão. Ao discutir o parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas ao projeto que fixava as despesas do Ministério do Exterior para o exercício de 1913, o memorável parlamentar lamentava que não se encontrassem informações atinentes às relações exteriores em si, mas apenas aos vencimentos de funcionários, criações de representações e orçamentos antigos, além de outras generalidades econômicas. Comentava em tom saudosista os grandes feitos de Rio Branco para a política exterior brasileira e deplorava aqueles que o criticavam apenas por não enviar os relatórios anuais ao Congresso; menor das falhas em comparação a todo serviço prestado à nação. Por fim elogiava a continuação do trabalho iniciado no Ministério do Exterior por Rio Branco por seu sucessor, Lauro Müller, no sentido de solidificar, em especial, a atmosfera de concórdia entre as nações da América do Sul. Para Calógeras, a atuação de Rio Branco tinha sido a “mais brilhante phase da diplomacia brasileira”²⁶.

Destarte, ecoava no Congresso, pela voz de Calógeras, o projeto de Brasil como nação diferenciada das demais nações latino-americanas, realizado por Rio

²⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 19 de agosto de 1916. P. 291.

²⁶ CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo e Cia., 1930. P. 449.

Branco no Ministério das Relações Exteriores, traduzindo em política exterior as aspirações das elites fundiárias da época:

“O Brasil precisa estar presente em todas as capitais americanas e ter voz activa em todas as gestões referentes a América, mas precisa estar effectivamente presente e ter voz de auctoridade bastante para se fazer ouvida.”²⁷

Era o país buscando definir seu espaço regionalmente, tanto como liderança política local como grande exportador de produtos agrícolas para o mundo. Era o projeto de prestígio buscado pelo ministro do exterior no continente; afinal, nas palavras de Bueno, “Rio Branco não escapava do espírito de seu tempo”²⁸.

4. Aproximação Brasil-EUA e as Conferências Pan-Americanas.

Na década de 1880, a Europa era o centro da economia mundial e do desenvolvimento capitalista que tomava conta do mundo. O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX presenciaram o declínio de tal imperialismo europeu que cedeu lugar a novas potências no cenário mundial. Estados Unidos, Rússia e Japão passaram a disputar o poder na arena que, até então, tinha a Europa como palco. O estabelecimento de zonas de influência ultrapassava o território europeu e ganhava o mundo, ampliando a esfera das relações internacionais, fazendo com que a velha sociedade internacional européia desse lugar a um sistema internacional de amplitude planetária²⁹. O resultado desse ajuste internacional após o aparecimento de novos atores

²⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 24 de outubro de 1912. Para texto integral do discurso, conferir Volume referente a Anexos. PP. 478-500.

²⁸ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 133.

²⁹ Conferir a obra de WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a Comparative Historical Analysis*. London and New York: Routledge, 1992.

levaria à eclosão do primeiro conflito de ordem mundial, que será abordado no próximo capítulo.

A América Latina iria sentir os efeitos dessa rivalidade entre potências uma vez que a Grã-Bretanha trabalharia por manter a região sob sua influência comercial, tentando, assim, impor obstáculos à crescente presença norte-americana no continente³⁰. A Inglaterra representava o maior exportador de capital, serviços financeiros e comerciais, serviços, transportes e produtos industrializados da época. Com o aparecimento de outras potências concorrentes no cenário internacional, as exportações britânicas caíam a um quarto do que o país exportava antes³¹. No Brasil, o quadro não era diferente.

Apesar do comércio com o Brasil representar parte importante da economia dos EUA com o território americano, não se comparava às trocas comerciais dos brasileiros com a Inglaterra. Entretanto, os EUA cresciam cada vez mais no cenário internacional e publicavam em 1823 a Doutrina Monroe que clamava a América para os americanos, representando, em termos práticos, a manifestação de hostilidade a qualquer tipo de intervenção européia no continente. O reforço de tal doutrina ao longo do século XX estaria estreitamente vinculado ao avanço dos EUA como potência mundial e, sobretudo, regional.

A Inglaterra não se opunha, inicialmente, ao avanço da Doutrina Monroe por acreditar que os EUA, ao zelarem pela manutenção da lei e da ordem no continente americano, protegeriam os interesses ingleses na região. A França também cedia, aos poucos, espaço para as manobras dos Estados Unidos na América uma vez que não

³⁰ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 30.

³¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. P. 80.

representava sério competidor em termos comerciais. Os franceses atuavam mais como financiadores, por meio das instituições bancárias e, em termos de produção industrial, ficavam com apenas seis por cento da fatia do mercado internacional³². Entretanto, as pretensões imperialistas alemãs, de caráter marcadamente expansionista, opunham-se aos ideais pregados pelo monroísmo e representavam séria ameaça aos EUA quanto sua zona de influência nas repúblicas latino-americanas. Esse estado de tensão entre as duas potências estaria presente nas origens da Primeira Guerra Mundial, como se verá mais adiante, bem como ao longo da primeira metade do século XX.

A solidificação da Doutrina Monroe viria com a organização da Primeira Conferência entre os estados americanos organizada pelos Estados Unidos em Washington, em 1889-90, ano em que o Brasil se via às voltas com a proclamação da República. Os diplomatas brasileiros que lá estavam representados, ainda pertenciam aos quadros do Império e tinham várias reservas quanto ao encontro. A política exterior do Império era bastante cautelosa no que se referia a relações mais estreitas com a primeira potência do continente, negando-se, por exemplo, a assinar o convênio aduaneiro de reciprocidade proposto pelos norte-americanos (acordo esse que seria assinado mais tarde, em 1891, pelos republicanos). Nesse sentido, os diplomatas brasileiros representados nesse período de transição na Conferência mostravam-se bastante refratários à possibilidade de submeter as ações internacionais do país ao subsistema de poder norte-americano que vinha sendo desenhado na América.

Como se disse anteriormente, a proclamação da República imprimiu na política nacional o desejo de se cortar os laços com o antigo regime. A política externa republicana, em especial nos trinta primeiros anos do novo regime, refletiu o período de

³² BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 33.

ajustes e incertezas interno. A exemplo do que acontecia internamente, não havia diretriz de política exterior definida, mas sim “determinadas preocupações que informaram de modo constante a formulação [de tal] política”³³. Embora não tenha existido de fato a ruptura política com o Império, bradada pelo novo governo republicano, uma vez que o centro do poder passava das mãos da velha estrutura escravocrata para a nova oligarquia cafeicultora, pode-se perceber que a política externa empreendida pela República ia aproximar-se, gradativamente, dos Estados Unidos.

Um dos motivos para explicar tal aproximação pode ser encontrado no desejo de colocar o país em sintonia com os ares republicanos que sopravam por todo continente americano. Se com o Império o Brasil dava sinais de que não tinha intenção de divorciar-se da Europa, na República buscava-se estar mais perto do continente, dentro do espírito pan-americano. Outro motivo relevante pode ser encontrado na chegada de Rio Branco para a pasta de Relações Exteriores em 1902, onde ficou por dez anos. O período Rio Branco, como bem se sabe, marcaria o momento decisivo para a política externa brasileira, não apenas pela definição de quase todas suas fronteiras, mas, principalmente, pela maior aproximação com os Estados Unidos, levando o Brasil a fazer parte do sistema de poder dos norte-americanos no continente.

O Brasil imperial recusou-se a fazer parte de todas as conferências regionais que tiveram lugar antes de 1889: Congresso do Panamá em 1826, Congresso Americano em Lima em 1847, Congresso Continental em Santiago em 1856, Convenção de Washington também em 1856 e o Segundo Congresso Americano realizado em Lima em 1864. O Brasil evitava tomar parte nessas conferências, de caráter essencialmente político, tanto por estar em guerra contras as Províncias Unidas

³³ CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 148.

do Rio Prata pela região da Cisplatina, e mais tarde contra o Paraguai, como por saber que o caráter pan-americano pregado a partir do Congresso do Panamá envolvia o desejo de instalação do regime de governo republicano em todo continente, com a extirpação da última monarquia sobrevivente em terras americanas, isto é, a monarquia brasileira. É apenas em 1881 que o Brasil aceitaria participar da Primeira Conferência Pan-Americana a ser realizada em Washington – e que vai ser adiada em oito anos quando, novamente, o Brasil reitera sua participação –, visto que tanto já mantinha relações mais cordiais com o gigante norte-americano, seu principal mercado consumidor de borracha e café à época. Além disso, já haviam passado os tempos difíceis da Guerra da Cisplatina e do Paraguai.

No Congresso do Panamá convocado por iniciativa de Bolívar, em 1826, lançaram-se as bases para o pan-americanismo, isto é, a confederação e união das recentes repúblicas latino-americanas. Apesar de, inicialmente, terem sido convocados apenas quatro países latino-americanos (México, Peru, Colômbia e as Províncias Unidas da América Central³⁴), mais tarde abriu-se espaço, a título de observadores, para Grã-Bretanha, Holanda e Estados Unidos, em razão do comércio, finanças e possessões que tinham no continente americano. Tal congresso acabou transformando-se em palco de disputas entre a preponderância comercial e o prestígio que norte-americanos e ingleses tentavam ter sobre as novas repúblicas latino-americanas. Tais disputas davam-se menos por confrontos claros do que pelo aproveitamento das lacunas comerciais deixadas por uma e outra potência.

³⁴ Também conhecidos como Estados Unidos da América Central. Dessa união participavam Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua. Tal Federação foi criada em 1823 e durou até 1840, quando Honduras decidiu deixar a União. Sua Constituição foi proclamada em 1824.

A concepção de pan-americanismo foi reforçada com a Primeira Conferência Internacional Americana – ao todo seriam oito, sendo que a última teria lugar em Lima, em 1938 – que aconteceu entre dois de outubro de 1889 e dezenove de abril de 1890. Ao incentivarem os governos latino-americanos a participarem da conferência em Washington, os Estados Unidos pretendiam iniciar uma nova etapa nas relações interamericanas, reafirmando seu subsistema de poder, fortalecendo a Doutrina Monroe e expandindo o seu capital por todos os países do continente. Ao invocarem o conceito de pan-americanismo, os norte-americanos evocavam também a necessidade de ampliação do intercâmbio comercial com os países latino-americanos, imprimindo a tais conferências um caráter mais econômico.

No entanto, ao tentar-se encontrar convergências entre o pan-americanismo e o monroísmo, pode-se caminhar apenas em direção à percepção que ambos tinham sobre a existência de algo diferenciado no sistema de vida e nos ideais dos países pertencentes ao continente americano. Fosse em maior ou menor grau, ambas doutrinas baseavam-se na concepção de dois campos definidos no hemisfério: o continente americano e o resto do mundo. Contudo, bastante clara era a diferença entre os ideais por trás de cada preceito. Se de um lado o pan-americanismo pregava o sentimento de igualdade e entendimento amistoso entre as nações americanas e havia sido levantado como bandeira já por Bolívar no Congresso do Panamá em 1826; por outro, a Doutrina Monroe estava fortemente arraigada na defesa de um direito de liderança, de poder superior, de hegemonia dos Estados Unidos frente aos demais Estados do continente americano, criando uma esfera de poder sob o jugo dos norte-americanos. O que faziam os Estados Unidos era usar o conceito de pan-americanismo em função da Doutrina Monroe.

Como, entretanto, os interesses políticos, culturais e mesmo econômicos da América Latina estavam muito mais orientados à Europa do que aos Estados Unidos no raiar do novo século, não era tão evidente para os norte-americanos expandirem sua influência sobre o continente, como se poderia pensar. Na América Latina havia uma grande desconfiança em relação ao grande “Colosso do Norte”³⁵ e pregava-se bem mais o ideal de um pan-hispanismo do que um pan-americanismo.

O Brasil encontrava-se em plena agitação política quando da Primeira Conferência. Com a proclamação da República, o chefe da delegação brasileira na Conferência, Lafaiete de Rodrigues Pereira, foi substituído pelo republicano Salvador de Mendonça. O Ministro que assumia a pasta de Relações Exteriores à época, Quintino Bocaiúva, modificaria as instruções para o representante brasileiro na conferência, pedindo-o que ajustasse ao “espírito americano” às instruções para a ação do Brasil na conferência, que datavam do Império. Esse “espírito americano” representava o acordo com o ar republicanista presente no continente e a conseqüente aproximação com os países americanos, em especial os Estados Unidos³⁶.

O sentimento de pan-americanismo foi sendo fortalecido por meio das Conferências Pan-Americanas. Entretanto, mostrava-se um instrumento débil como contrapeso ao avanço da Doutrina Monroe, que pregava a América para os americanos, não podendo permitir que o continente sofresse interferência de qualquer tipo, caso em que tal agressão seria considerada uma agressão também aos Estados Unidos. Todavia, a partir da Quinta Conferência Pan-Americana realizada em Santiago, em 1923, cem anos após o lançamento da Doutrina Monroe, vai-se percebendo a necessidade de diminuir de alguma forma a influência norte-americana no continente, mediante

³⁵ PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires: Ed. Universidad de Buenos Aires (UBA), 1965. P. 260.

modificações estruturais na União Pan-Americana, que havia sido estabelecida com a Primeira Conferência em 1889.

Por ocasião da quinta reunião, o representante uruguaio chegou mesmo a propor a universalização do monroísmo. Obteve como resposta dos EUA que os princípios pregados pela Doutrina eram originais e essencialmente nacionais e que os Estados Unidos não tratavam de estabelecer um protetorado sobre os Estados latino-americanos, mas sim que reafirmavam o direito de defesa própria de que tudo que considerasse ameaça à sua integridade e segurança. Desse modo, justificavam também suas ações para territórios mais além do continente americano. Tal atitude já havia sido reforçada anos antes, em 1904, por ocasião do pronunciamento do presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, que por meio de corolário à Doutrina criada pelo presidente James Monroe, dizia ser o monroísmo referente apenas à aquisição de territórios por potências estrangeiras na América e não a casos de violência, como havia acontecido em ocasião do bombardeio à costa venezuelana por navios de guerra alemães, ingleses e italianos, como pressão ao pagamento das dívidas daquele país.

Em clara reação ao corolário norte-americano, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis María Drago, sustentou em nota ao governo norte-americano o protesto de que a dívida pública não poderia dar lugar à intervenção armada e muito menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência européia. A Doutrina Drago, como ficou conhecida a reação do ministro argentino, indicava a reação pan-americana às pretensões hegemônicas dos EUA que começava a fortalecer-se. Por ocasião da Sexta Conferência Pan-Americana realizada em Havana, em 1928, a comissão do Instituto Americano de Direito Internacional redigiu um projeto contendo artigo que negava o direito de intervenção nos países

³⁶ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 155.

membros da União Pan-Americana. Os EUA contra-atacaram com a defesa da existência de certo direito de intervenção como princípio mesmo do Direito Internacional³⁷. Entretanto, ainda que os EUA não recuassem ou cedessem frente às pressões estabelecidas pelo pan-americanismo, começavam a compreender que era necessária uma reorientação com relação à velha Doutrina Monroe.

Os EUA tentaram redefinir a Doutrina Monroe rejeitando a idéia do corolário Roosevelt pelo qual prestariam auxílio financeiro e outros tipos de ajuda aos países latino-americanos enfraquecidos a fim de que os governos europeus não tivessem espaço para intervir em territórios americanos. Com a rejeição do corolário Roosevelt, os EUA não renunciavam ao direito de intervenção, mas antes anunciavam que já não mais baseavam esse direito nos princípios lançados em 1823, pela Doutrina Monroe. Essa redefinição de orientação da política monroísta dos EUA não chegou a colocar por terra a desconfiança que se tinha ainda na América Latina em relação aos Estados Unidos.

As conferências interamericanas, entretanto, não tiveram aplicação prática. Primeiro porque tais conferências não tinham poder deliberativo, sendo mais um foro de debates animados pelo idealismo de um continente unido. Segundo, porque os Estados Unidos estavam fortalecendo sua esfera de poder no continente americano e utilizavam-se de tais conferências para expandir seus interesses comerciais, sobretudo. Os EUA em ascensão utilizavam-se do conceito de pan-americanismo para justificar o avanço da sua Doutrina Monroe.

Do lado brasileiro, após a proclamação da República e a adoção de uma nova postura em relação aos Estados Unidos que, até então, eram tratados com

³⁷ PERKINS, Dexter. *Op.Cit.* P. 278.

“negligência amistosa”³⁸ pela Monarquia do Brasil, percebe-se um período de relações mais próximas aos vizinhos latino-americanos e aos Estados Unidos. São os seus pares americanos que reconhecerão a República brasileira bem antes da Europa fazê-lo. Com relação aos Estados Unidos, o Brasil mudava sua orientação e passava a outorgar vantagens comerciais aos produtos dos norte-americanos que, por sua vez, tornavam-se seus maiores importadores de café, borracha e açúcar, principais elementos da pauta exportadora brasileira. A aproximação brasileira ao grande vizinho do norte, que seria bastante explorada por Rio Branco na pasta de Relações Exteriores, era vista com desconfiança pelos demais vizinhos americanos que percebiam nesse contato uma maneira de o Brasil conseguir o apoio dos Estados Unidos para tornar-se um líder regional e, dessa forma, estabelecer uma nova esfera de poder na América Latina.

Ainda que Rio Branco tenha insistido para que a Terceira Conferência Pan-Americana se desse no Rio de Janeiro em 1906, como forma de estimular ainda mais o contato e o comércio com os Estados Unidos, ficava bem claro que o resultado prático da conferência era insignificante, como o das demais conferências. Não fosse pelo prestígio que o Brasil conseguiu angariar para sua política exterior ao desfazer antipatias em relação aos seus congêneres latino-americanos, a recepção de tais conferências não eram bem recebidas pelo Congresso Nacional, que denunciava a inexistência de fins práticos para a política e economia nacionais.

Apesar dos congressos fomentarem o ideal pan-americano, para uma parte dos membros do Congresso Nacional, todavia, nada justificava a participação dispendiosa e inútil em tais conferências, uma vez que elas eram palco para o estabelecimento do sistema de poder norte-americano sobre o continente. Como os

³⁸ BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966. P. 262.

resultados dessas conferências, em geral, eram traduzidos em recomendações ou conselhos, a aplicação prática desses efeitos era posta em dúvida. Tais recomendações não possuíam o valor de tratados que pudessem impor-se ao direito constitucional nacional. E o mais importante, a percepção dos parlamentares convergia para o que quer que fosse decidido nessas reuniões não poderia ter valor obrigatório sem a devida aprovação pelo Congresso Nacional.

Não era unanimidade no Congresso a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, assim como não o era na imprensa e opinião pública. Para alguns homens públicos, a Doutrina Monroe era considerada como uma abdicação da soberania ou uma armadilha imperialista. Embora essa corrente fosse de menor expressão frente à corrente que apoiava o monroísmo, uma vez que os laços de amizade com os Estados Unidos eram de certa forma bem acolhidos no Brasil, o temor da aproximação era justificado pela expansão territorial e econômica colossais dos norte-americanos em direção à América meridional a partir do final do século XVIII.

Os adversários dessa aproximação tendiam a focar sua atenção em relação à Europa ou à Hispano-América, fortalecendo um pensamento contrário à política oficial que se estabelecia desde a proclamação da República. Em geral, essa resistência vinha, sobretudo, das fileiras de homens públicos formados ainda na Monarquia e críticos do novo regime. Presentes no Congresso Nacional, como não poderia deixar de ser, os denunciadores dessa aproximação irrestrita e temerosos do aumento da influência norte-americana no país, formavam uma corrente contra o monroísmo no Legislativo, permitindo ao estudioso contemporâneo a definição de duas vertentes claramente definidas dentro do Parlamento: os defensores da Doutrina Monroe e os demais, sustentadores de um multilateralismo fundado no pan-americanismo real

sem a enorme preponderância dos Estados Unidos, ou na continuação das relações com os países europeus.

Do lado dos críticos à participação do Brasil em ditas conferências e a aproximação com os Estados Unidos, discursava o Deputado Galdino Loreto, advogado, deputado pelo Espírito Santo de 1894 a 1905, condenando o isolamento do continente americano e clamando pela realização de um congresso onde não apenas as nações da América estivessem representadas, como também os países europeus. Lembrava que se não houvesse cordialidade e vontade de resolver os problemas entre as nações latino-americanas em termos bilaterais, de nada adiantariam congressos que forçassem ações contrárias às vontades nacionais, que, a seu turno, por vezes passavam sobre as resoluções de Direito Internacional³⁹. Pandiá Calógeras, então deputado pelo Partido Republicano de Minas Gerais, apesar de não ignorar o crescente relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, pregava a vinculação inevitável do Brasil à Europa e criticava a aplicação da Doutrina Monroe, que, ao seu ver, era uma “regra basilar, internacional, pan-americana [não podendo ser usada como] simples norma nacional e de auto-proteção dos Estados Unidos”⁴⁰.

Mas os defensores das reuniões pan-americanas e da prevalência das relações com os Estados Unidos viam nesses congressos a oportunidade para se livrar do exclusivismo europeu e de fornecer ao mundo o modelo de regime republicano. Para o Deputado Sylvio Romero, por exemplo, a não-participação do Brasil nos congressos pan-americanos representava o desconhecimento da importância de todo o continente na política moderna, impedindo a formação de um espírito geral americano capaz de dar novas interpretações ao Direito Internacional, livre dos preconceitos monarquistas.

³⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 05 de agosto de 1901.

⁴⁰ CALÓGERAS, Pandiá. *Op.Cit.* P. 406.

Isolar-se seria fazer recuar o Brasil aos tempos coloniais, perpetuando a idéia da Europa como “mentora da humanidade”⁴¹ a despeito do continente americano.

Os congressos eram vistos pelo Parlamento, assim, ou como instrumento de submissão aos Estados Unidos, ou como símbolo de modernidade. É certo, contudo, que em ambas as correntes de pensamento presentes no Congresso à época e também na imprensa e na opinião pública, talvez não existisse maior compreensão da utilização dos foros internacionais como lugar de avanços diplomáticos. Rio Branco, em seu pragmatismo, no entanto, conseguiria ver tais foros com uma percepção mais acurada quanto à sua utilidade, como quando em 1906, por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, aproveitou-se da realização do congresso no Brasil para elevar o prestígio internacional do país no continente, não deixando de levar em consideração as imensas críticas quanto a uma política de maior atrelamento à potência norte-americana. Na verdade, Rio Branco admirava os Estados Unidos com reserva, mais como inspiração à ação do Brasil na América do Sul⁴².

Enquanto Joaquim Nabuco (como se verá no próximo capítulo) e Rio Branco, entre outros homens públicos, viam na aproximação com os Estados Unidos motivo de exaltação ou pragmatismo para a política exterior brasileira, vozes como as de Eduardo Prado e Oliveira Lima insurgiam-se contra tal aproximação, que era vista com desconfiança. Prado, monarquista convicto e amigo de Rio Branco, denunciava em sua obra *A Ilusão Americana*, de 1895, o absurdo da cópia das instituições norte-americanas pelas instituições brasileiras, incentivadas por uma forçada identificação histórica e cultural. Denunciava a mentira da “fraternidade americana”, existindo mais rivalidades entre as nações hispano-americanas que amizades. Já Oliveira Lima só via

⁴¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 20 de agosto de 1901. P. 336.

⁴² BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* PP. 127-144.

utilidade na doutrina Monroe se ela ganhasse um caráter multilateral e perdesse a atitude interventora que havia conseguido com Roosevelt. O pan-americanismo só se tornaria uma realidade quando não mais fosse utilizado como instrumento ideológico para a ascendência norte-americana⁴³.

O tratado recíproco de comércio entre os dois países, conhecido como tratado Blaine-Salvador de Mendonça, firmado em 1891 e que quebrava a tradição brasileira de não assinar tratados dessa natureza, foi duramente criticado pelos monarquistas na imprensa e no Congresso. O convênio comercial, que contemplava os Estados Unidos com uma enorme lista de produtos com tratamento diferencial, foi incentivado por Quintino Bocaiúva no intuito de se estabelecer uma aliança mais íntima com o vizinho norte-americano e de se dar vazão ao açúcar e café brasileiros, mas foi tomado como acinte por Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, que deixou o ministério antes da assinatura do tratado.

No Congresso Nacional, eram maioria os parlamentares que apoiavam as relações de aproximação com os Estados Unidos, e, mais especificamente, as relações comerciais que permitiam aumentar o mercado consumidor do café brasileiro. No entanto, as críticas existiam e se faziam ouvir nos plenários das duas casas. Quando das agitações que culminaram com a Revolução Mexicana em 1910, com a sucessiva troca de presidentes mexicanos e a “mediação” norte-americana com apoio a Venustiano Carranza, tal divisão entre pró e antiamericanistas, ou entre monroístas e multilateralistas, fortaleceu-se no Congresso.

Tendo chegado ao fim a direção do Itamaraty por Rio Branco, com a morte deste em 1912, a política do ministério não mudou muito no que se referia às suas

⁴³ PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a*

relações com o Parlamento. Ainda que se tenham sucedido vários ministros na pasta de relações exteriores, o ministério era acusado pelo Congresso de sonegar informações e de não esclarecer as ações tomadas em política exterior como devido. O ministro Lauro Müller era criticado pelos antiamericanistas por sua atuação na mediação norte-americana no México em plena revolução e acusado de colaborar com os Estados Unidos, e em proveito deles, no estabelecimento não de ajuda mediadora, porém muito mais de intervenção. Mais grave do que a falta de relatórios, que poderiam ser forjados, era a negação de informações para o conhecimento do Congresso e do público⁴⁴. Entretanto, ainda que o embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, fosse resistente à idéia de intervenção, somando-se à lista dos descontentes com a situação, tais críticas encontravam menos espaço entre os congressistas do que a corrente que pregava uma “aliança coletiva dos povos latinos com a grande República do norte, numa ação moral para a pacificação do México”⁴⁵, que acabou por prevalecer, fazendo com que o governo de Carranza fosse reconhecido em 1915, por meio da mediação norte-americana e dos países do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

A aproximação com os Estados Unidos levada a cabo, sobretudo, por Rio Branco, na direção do Ministério das Relações Exteriores, era entendida pelo Parlamento, em sua maioria, como uma política não apenas de defesa territorial do continente, ajudando na resolução dos problemas fronteiriços com os vizinhos latino-americanos, mas principalmente como uma política em sintonia com um mercado produtor de café, açúcar e borracha em expansão. Estar sob a proteção da potência norte-americana e buscar relações privilegiadas com ela significava mais do que a exaltação de um pan-americanismo oposto à monarquia decadente; representava a

Atuação de Joaquim Nabuco em Washington. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005. P.197.

⁴⁴ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 27 de agosto de 1915.

modernidade impressa pela nova oligarquia cafeeira, desejosa de avanços tecnológicos, de prestígio internacional, de tratamento exclusivo ao seu produto mais importante e do estabelecimento de mercado consumidor certo.

Se de um lado, Rio Branco vendia a idéia de prestígio brasileiro no continente sul-americano, a de glória ansiada pela nova elite agrária; de outro, tal elite dava seu aval para consecução de tal política que lhe era favorável, exigindo, diversas vezes, entretanto, o devido acerto de contas, com reiteração constante das demandas de informação ao Ministério das Relações Exteriores. Cabe dizer, contudo, que ainda que tenha sido palco para a expressão de distintas correntes de opinião, presentes também em outras esferas da opinião pública, o Parlamento viu, na aproximação com os Estados Unidos, seus anseios atendidos pela política exterior encabeçada pelo Itamaraty.

5. Definindo fronteiras e aumentando território: em busca do prestígio continental

Apesar da falta de diretriz que se percebe na política exterior do Brasil nos primeiros anos de República, como já se viu, pode-se dizer que um dos grandes eixos de tal política passou a ser a demarcação legal de todas as fronteiras do país⁴⁶. Na verdade, essa já era uma antiga tendência desde o Império, mas foi mantida com a chegada dos republicanos ao poder, em especial com o comando da pasta de relações exteriores pelo Barão do Rio Branco. Sob a direção deste, o Brasil pôde encontrar solução jurídica definitiva das questões fronteiriças pendentes com quase todos os países vizinhos. Baseado no conceito de *uti possidetis de facto*, sempre defendido pela diplomacia brasileira, isto é, a idéia de que o território pertenceria a quem tivesse a sua

⁴⁵ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 28 de setembro de 1915. P. 521.

⁴⁶ Para lista de todos os tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro com os países vizinhos e aprovados pelo Congresso Nacional, por favor, conferir volume referente a Anexos PP. 322-353.

posse real e efetiva no momento da independência, o Brasil conseguiu demarcar suas fronteiras, com a prevalência da idéia da nacionalidade, o que conferiu à política brasileira coerência, racionalidade e continuidade.

Já no Império, o Brasil havia buscado assegurar sua soberania sobre a Amazônia, antes de abrir o rio à navegação internacional, a fim de evitar que as repúblicas do Pacífico fossem induzidas pelos Estados Unidos a atacá-lo ao norte, aproveitando seu envolvimento na guerra contra o Paraguai (1864-1870). Com a chegada de Rio Branco ao Itamaraty, período que vai de 1902 a 1912, tratou-se de consolidar as fronteiras do Brasil, com todos os seus vizinhos. A política exterior do Barão baseou-se em diretrizes similares às do tempo da Monarquia, ao considerar o continente uma espécie de condomínio onde o Brasil exerceria livremente sua influência sobre a América do Sul, enquanto as Américas do Norte e Central, bem como o Caribe teriam nos Estados Unidos seu centro de gravitação⁴⁷.

Nenhuma das questões lindeiras resolvidas por Rio Branco, no entanto, foram resolvidas pela força. As pretensões brasileiras encontravam sua base na geografia, na história e no direito. Mesmo antes de assumir a pasta de Ministro das Relações Exteriores em 1902, o Barão já havia atuado em questões de definição de fronteiras como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto aos Estados Unidos, árbitros no litígio que envolveu o Brasil e a Argentina sobre o território das Missões em 1895, logo no início da República. Rio Branco também havia sido nomeado para atuar como ministro plenipotenciário em missão especial junto ao governo suíço para decidir a questão dos limites entre o território do Amapá e a Guiana

⁴⁷ *Revista Espaço Acadêmico*. Artigo: “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior” por Luiz Alberto Moniz Bandeira. Ano VIII. N.º 91. Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>. Último acesso em 07 de janeiro de 2009.

Francesa, em 1899. Em ambos os casos, o Brasil o ponto de vista brasileiro saía vencedor.

Na questão de limites com a Argentina, apesar do Tratado de Montevideú assinado entre Quintino Bocaiúva, ministro das relações exteriores brasileiro e Estanislao Zeballos, ministro plenipotenciário argentino, em 1890, a opinião pública e a imprensa brasileiras não se contentavam com as concessões feitas aos argentinos. Quando Rio Branco assume o encargo de resolver a questão, o Tratado ainda não havia sido ratificado pelo Congresso Nacional. O governo brasileiro, então, sensível à opinião pública nacional que reclamava arbitramento sobre a questão, comunicou ao governo argentino que recorreria à solução arbitral caso o Congresso não aprovasse os termos do acordo. Como esperado, em sessão plenária em 18 de agosto de 1891, o rechaço ao tratado pelos parlamentares foi massivo e decisivo (contado com cento e quarenta e dois votos contrários a cinco favoráveis à aprovação do texto no plenário da Câmara dos Deputados⁴⁸), forçando o governo brasileiro recorrer à decisão arbitral junto ao governo dos Estados Unidos, escolhido para tal.

No que concerne os limites com a Guiana Francesa, esses já haviam sido estabelecidos em 1713, em razão do Tratado de Utrecht. Entretanto, desde o advento da Revolução Francesa e a corrida imperialista que se veria a partir do século XIX, além da descoberta de ouro na região do Amapá, renasceriam os interesses franceses na região fronteira com o Brasil. Com o arbitramento do presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hauser, a sentença seria favorável ao Brasil, que manteria a fronteira histórica pelo Rio Oiapoque. A popularidade de Rio Branco, indicado como ministro plenipotenciário para resolver a questão à época, atingiu tão fortemente o sentimento

⁴⁸ REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 1991. P. 70.

nacional que foi escolhido para comandar a pasta de relações exteriores do governo de Rodrigues Alves.

Ao final do século XIX, com o incremento da produção da borracha e a imigração em massa de trabalhadores vindos do Brasil e da Bolívia, o extenso território do Acre passa a chamar a atenção dos governos dos dois países. Em 1901, a questão fronteiriça tornava-se mais complexa com a instalação de uma empresa norte-americana – *Bolivian Syndicate* – em território boliviano. A questão foi amplamente debatida no Congresso, como se terá oportunidade de ver mais adiante, onde se clamava pela defesa da soberania. A Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados dedicou-se fervorosamente ao estudo da questão que atingia os brios nacionais e, em plenário, chegou-se a apresentar requerimento de informação ao poder Executivo a respeito das negociações entabuladas pelos dois países quanto à demarcação de suas fronteiras, os trabalhos realizados pela comissão brasileira para a determinação de uma linha divisória e sobre a existência de relações entre Bolívia e Estados Unidos quanto à exploração do vale do rio do Acre⁴⁹. Diante tal comoção nacional, a questão foi resolvida pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, favorável ao Brasil que, no entanto, pagou dois milhões de libras como indenização à Bolívia e comprometeu-se com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Os trabalhos de construção de tal caminho férreo, entretanto, só começariam quatro anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis, o que causou indignação em muitos parlamentares, que a consideravam uma ilusão⁵⁰.

Nas negociações com a Bolívia, o Brasil comprometeu-se ainda a acordar com o Peru a propósito de inexactidões na definição de suas respectivas soberanias na

⁴⁹ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 16 de abril de 1902.

região. Em 1909, mediante a permuta de terra com os peruanos e assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, o Brasil completou a determinação de fronteiras com aquele país e estabeleceu princípios gerais sobre comércio e navegação na região litigiosa. Em debate no Congresso, os parlamentares ressentiam-se, mais uma vez, na falta do envio de informações pelo Executivo. Os defensores do Governo, contudo, defendiam o Itamaraty dizendo que dava conta de suas ações por meio das mensagens presidenciais enviadas ao Parlamento no começo de cada legislatura⁵¹.

A definição de fronteiras com a Guiana Inglesa, tendo por representante brasileiro primeiramente Rio Branco e, mais tarde, Joaquim Nabuco, causou descontentamento não apenas aos membros do Congresso Nacional, mas como sobressalto geral em todo Brasil. Escolhido para arbitrar o litígio entre Brasil e Inglaterra, o rei da Itália Victor Emanuel III, a 06 de junho de 1904, concedia mais terras aos ingleses do que haviam reivindicado. Apesar de contrariados, os brasileiros aceitam a sentença, mas o episódio fazia nascer em Nabuco o sentimento de que o Brasil corria o risco de ser recolonizado e que por isso era necessária maior aproximação com a grande potência da América, os Estados Unidos. Brasil e Inglaterra já haviam se disputado anteriormente pelo território da Ilha de Trindade (1895-1896), como se discutirá mais à frente, e no Congresso, bem como na imprensa e na opinião pública, havia restado um ressentimento pelos ingleses que haviam tomado posse de território incontestemente brasileiro.

As demais questões de demarcação de fronteiras se passariam sem maiores problemas. Em 05 de maio de 1906, o governo brasileiro assinava tratado com o governo holandês sobre os limites com a Guiana Holandesa, atualmente Suriname.

⁵⁰ Em sessão plenária em 1906, o Deputado Barbosa Lima já denunciava: “Pelo Tratado de Petrópolis tínhamos dado dous milhões esterlinos. Onde as estradas de ferro? O Tratado era um engodo”. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 18 de outubro de 1906. P. 497.

Também concluía acordo com a Colômbia, em 1907, por meio de tratado no qual o Brasil fazia concessões na bacia amazônica em troca do reconhecimento das reivindicações territoriais brasileiras na região. Entre 1928 e 1930, já no final do primeiro período republicano, novos acordos entre os dois países foram assinados a fim de regulamentar as decisões de 1907.

No que tangia às suas fronteiras mais ao sul, o Brasil cedeu, ainda sob a direção de Rio Branco no Itamaraty, em livre determinação e sem requerer compensações, a região referente à lagoa Mirim e ao rio Jaguarão ao Uruguai. Isso se deu muito mais ao fato de se envidar esforços para uma concórdia sul-americana, mantendo o relacionamento com os vizinhos em bom nível e contribuindo para aumentar o prestígio do Brasil na região do Prata⁵². No Congresso, a decisão não encontrava entrave, mas ao contrário, era apoiada mesmo pela oposição ao governo.

Em 20 de julho de 1918 aprovava-se requerimento que congratulava os ministros do exterior de ambos os países pela assinatura do tratado pelo qual se liquidava a dívida do Uruguai com o Brasil, segundo os altos interesses e princípios da democracia e paz americanas. O perdão da dívida era visto como uma “solução brasileira”⁵³, uma solução ditada e inspirada pelos altos princípios que governavam a nação fazendo do Brasil a melhor garantia do continente sul-americano, sinônimo de solidariedade e paz na região. Além disso, a cessão de territórios ao Uruguai sintonizava-se com a política moderna empreendida pela República brasileira, confraternizando-se com os povos na América. Em outros termos, a política brasileira no sul do continente contribuía para o aumento do prestígio brasileiro no continente, prestígio esse que sustentava a elite agro-exportadora no poder.

⁵¹ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 18 de outubro de 1906.

⁵² CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 179.

O perdão das dívidas de guerra do Paraguai, no entanto, apesar de ser também pedida pelo Congresso em nome da modernidade republicana, não encontrava a mesma recepção pelo governo brasileiro⁵⁴, que só a renuncia sob a presidência de Getúlio Vargas. O governo brasileiro chegou mesmo a reprová-la na ocasião da Quinta Conferência Pan-Americana, sediada no Chile, por entender que o foro se transformaria em tribunal para apreciar questão de economia interna brasileira⁵⁵. Os críticos ao governo viam nessa decisão a perpetuação da política monarquista que tinha a necessidade de manter a influência brasileira sobre o Paraguai, interferindo tanto em sua política interna como em sua conduta internacional no continente, perturbando, assim, a harmonia americana.⁵⁶ Tais críticas dirigiam-se à “concepção paternalista”⁵⁷ que tinha o Itamaraty a respeito de seu vizinho sul-americano, arrogando-se o direito de proteção e vigilância da soberania e independência paraguaias.

6. O Brasil, o Prata e as relações nascidas de uma convivência desconfiada

A rivalidade entre Brasil e os países da região da Bacia do Prata, notadamente a Argentina, data ainda dos tempos coloniais quando Espanha e Portugal disputavam-se pelo controle do Rio Prata e seus afluentes, excelente via que dava acesso às riquezas minerais do continente americano. Depois, já independentes, Brasil e Argentina disputar-se-iam pelo território da Cisplatina entre 1825 e 1828, dando origem ao Uruguai. Durante o Império, o Brasil avançou sua política expansionista na região, interferindo muitas vezes em assuntos internos da Argentina, Paraguai e Uruguai,

⁵³ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 20 de julho de 1918. P.243. Conferir ainda ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 11 de setembro de 1917.

⁵⁴ Rio Branco, em correspondência a Joaquim Nabuco, então embaixador em Washington, exalta a posição do Brasil no contexto sul-americano, mas ressentido das relações com o Paraguai, dominado por uma “minoridade despótica”. *Apud* CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 179.

⁵⁵ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 450.

⁵⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 11 de setembro de 1917.

causando imensa tensão entre os vizinhos e um forte sentimento de desconfiança entre eles.

Mesmo quando da eclosão da Guerra do Paraguai e da aliança feita entre Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu para repelir os ataques de Assunção, a desconfiança existente entre os aliados persistiu. A cooperação entre os exércitos argentino e brasileiro era freqüentemente prejudicada pelo clima de mútuo receio entre os vizinhos, que viam um no outro, por ocasião de fracassos ou demoras nas ações bélicas, uma política deliberada para contribuir para seu enfraquecimento; manobra essa que contribuiria para o domínio do rival na região platina.

Quando a República era proclamada no Brasil, ainda não se havia resolvido a antiga questão fronteiriça com a Argentina referente à região de Palmas. Diante o clima de euforia com que foi recebido o novo regime brasileiro pelo governo argentino, Quintino Bocaiúva, então Ministro das Relações Exteriores, viajou até o país vizinho com objetivo de tentar resolver por acordo direto e definitivo a questão lindeira pendente entre os dois países. Todavia, não faltaram protestos no Brasil quanto à ação do ministro que era acusado de pôr em risco a soberania nacional, cedendo à Argentina território que era brasileiro por direito. Em face de tanta comoção nacional e de uma opinião pública que via o Tratado de Montevideu de 1890 como uma extrapolação de Bocaiúva quanto à concessão territorial brasileira, como já se viu mais acima, o Congresso Nacional brasileiro rejeitou os termos do acordo, forçando a questão ao arbitramento do presidente norte-americano Grover Cleveland.

O clima de reserva e prevenção entre os dois países voltava a instalar-se após a efervescência da instalação do novo regime republicano do lado brasileiro. Apesar de não ter acontecido nenhum episódio grave que fomentasse o sentimento de

⁵⁷ BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* P. 451.

suspeição recíproco, nem a existência de motivo para abalar a relação entre os dois países, a atmosfera era de “cordial desconfiança”. Entre 1889 e 1902, as comunicações entre o Ministério das Relações Exteriores brasileiro e sua legação em Buenos Aires concentravam-se em três assuntos principais: as relações comerciais com a Argentina, a preocupação brasileira com o rearmamento naval argentino e a eventual hegemonia daquele país na região do Prata⁵⁸, indicando que as questões não resolvidas no Império subsistiam ainda na República como herança irrenunciável.

Durante o Império, a Argentina encarava a força naval brasileira como poderoso elemento da preponderância da monarquia brasileira no Prata e a sua destruição quando por ocasião da Guerra do Paraguai ou ao seu final seria um motivo a ser celebrado por Buenos Aires⁵⁹. Embora a situação da marinha brasileira ao final do Império não fosse a das melhores, ainda era considerada a primeira da América do Sul. Entretanto, com a instauração da República pelo Exército, as dificuldades financeiras e a Revolta da Armada inseridas em um contexto de crises políticas e instabilidade das instituições, a Marinha do Brasil perdeu grande parte do seu poder. Enquanto se falava em reorganização naval na Argentina, o assunto era acompanhado com extremo interesse do lado brasileiro, da mesma forma que na Argentina não se ficava imune às discussões a respeito da necessidade do reequipamento náutico brasileiro.

Enquanto Argentina e Chile rearmavam-se a fim de enfrentar um possível conflito pela região da Patagônia, causando tensões que se arrastaram entre os dois países durante todo o século XIX, o Brasil, receoso de seus vizinhos, tentava evitar comprometer-se com qualquer tipo de acordo que envolvesse desarmamento. Em 1889, recusou-se mesmo a participar da Conferência sobre desarmamento que se organizou

⁵⁸ CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 152.

⁵⁹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. PP. 302-303.

em Haia, substituindo progressivamente o idealismo republicano de irmandade com as nações sul-americanas por uma atitude mais realista, preocupada com o equilíbrio de forças no cone sul⁶⁰.

Ao mesmo tempo em que a Argentina continuava “umbilicalmente”⁶¹ ligada à Inglaterra entre 1889 e 1930, tanto na área de investimentos, comércio exterior e empréstimos internacionais como na área cultural, o Brasil, como já se viu, foi deslocando o eixo de sua política exterior, de forma gradual, em direção aos Estados Unidos. Após a visita de Campos Salles à Argentina, em 1900, para retribuir a visita do presidente argentino Julio Roca ao Brasil no ano anterior, os dois países puderam negociar um convênio sanitário que pôs fim às longas batalhas de quarentena que a Argentina impunha ao Brasil, aumentando o ônus sobre as exportações brasileiras dirigidas ao Prata e contribuindo para uma campanha negativa contra o Brasil na disputa pela atração de imigrantes europeus.

No entanto, a Argentina sempre temeu cair em confronto militar que a deixasse encerrada entre Brasil e Chile, e, por conseqüência, desamparada em suas duas frentes em caso de conflito armado. Desse modo, suas relações com Brasil eram bastante dirigidas pelas relações de maior aproximação ou tensão com o Chile. Nos anos de 1907 e 1908, a escalada militar entre Brasil e Argentina complicou-se. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanislao Zeballos, grande rival de Rio Branco, propôs um ataque preventivo ao Brasil, baseando-se no engrandecimento nacional por meio da guerra e em certo telegrama enviado por Rio Branco às demais legações brasileiras na América do Sul que as incitava contra a Argentina⁶².

⁶⁰ CERVO, Amado *et* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 153.

⁶¹ FAUSTO, Boris *et* DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. P. 227.

⁶² Conferir nota de pé de página n.º 23, deste capítulo.

A atmosfera de suspeição entre Argentina e Brasil ficou mais densa quando a legação brasileira em Washington foi promovida à embaixada, ganhando sua congênere no Brasil, tratamento recíproco. A situação de aproximação entre Brasil e Estados Unidos apenas aumentava a desconfiança argentina, que começava a perceber uma vontade de o Brasil ocupar uma posição de supremacia na América do Sul. A conjuntura agravou-se quando a Santa Sé – como se verá oportunamente – resolveu criar um cardinalato no Brasil muito menos por questões políticas do que por prestígio internacional⁶³, causando indignação na opinião pública argentina que reclamava ser a América do Sul mais abrangente do que um só país.

As ações de aproximação do Brasil com os Estados Unidos levadas a cabo por Rio Branco no Itamaraty, a fim de perseguir o prestígio internacional do Brasil no continente americano, apenas reafirmaram as suspeitas dos países do Prata quanto a uma possível hegemonia brasileira, em sintonia com a hegemonia norte-americana no continente. Contudo, Rio Branco, para amenizar a situação com os vizinhos hispano-americanos, tentava firmar o Tratado do ABC, firmado entre Argentina, Brasil e Chile em 1915. O tratado buscava aproximar os três países e criar uma área de influência compartilhada, com equilíbrio de poderes. Ao propor tal acordo, o Brasil agia com pragmatismo. A amizade entre as três nações contratantes manteria o equilíbrio, impediria intervenções mútuas e, principalmente, deixaria o Brasil mais à vontade no contexto sul-americano⁶⁴. O tratado, que previa “discreta equivalência”⁶⁵ entre as forças navais dos três países, porém, não prosperou, pois o acordo não foi ratificado pelo Parlamento argentino, temeroso das ligações brasileiras com o gigante norte-americano.

⁶³ FAUSTO, Boris *et* DEVOTO, Fernando J. *Op. Cit.* P. 232.

⁶⁴ BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* P. 291.

⁶⁵ *Ibidem.* P. 292.

E como se comportava o Parlamento brasileiro frente ao Prata? Pode-se dizer que, em geral, de forma bastante crítica, porém amistosa. Apesar da euforia republicana que é vista no Congresso Nacional nos primeiros anos do regime, paulatinamente vai se cedendo espaço a uma visão menos idealista das relações com os países platinos e mais baseada na soberania e prestígio brasileiros na região sul do continente americano. Assim, apesar das inúmeras trocas de congratulações entre o Brasil e os países platinos quando da instalação da República naquele país, vale lembrar o que o Congresso Nacional brasileiro teve papel decisivo na rejeição dos termos do Tratado de Montevideú (1890) firmado entre Argentina e Brasil, forçando o arbitramento da questão pelo rei Eduardo VII da Inglaterra.

Logo nos primeiros anos da República, as felicitações entre os países do Prata e o Brasil se faziam inevitáveis. A queda da monarquia brasileira representava, ao menos em um primeiro momento, a ruptura da reserva com os vizinhos sul-americanos e a aproximação do Brasil às nações irmãs da Hispano-América. Nessa direção, por ocasião da visita ao Brasil do recém-eleito presidente argentino ao Brasil, Saenz Peña – político advindo de uma família de partidários de Rosas, com que o Império brasileiro, nunca chegou verdadeiramente a um acordo – o Senado Federal propunha, em sessão plenária no ano de 1910, o estabelecimento de uma comissão encarregada de dar as boas-vindas ao novo presidente “amigo da paz e da liberdade”⁶⁶. Compunham a comissão os senadores Francisco Glicério por São Paulo, Antônio Azeredo pelo Mato Grosso, João Luís Alves pelo Espírito Santo, Mendes de Almeida e Urbano Santos pelo Maranhão, Generoso Marques pelo Paraná, Jonathas Pedrosa pelo Amazonas, Felipe Schmidt por Santa Catarina e Melchíades Mário de Sá Freire como representante do Distrito Federal. O grande número de senadores compondo a comissão indicava que o

⁶⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 07 de novembro de 1910. P. 262.

requerimento apresentado pelo Senador Francisco Glicério não sofria oposições, sendo aprovado unanimemente pelo plenário daquela casa.

Em 25 de agosto de 1910, o presidente argentino proferia discurso no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, exaltando a amizade sem desconfianças entre os dois países e relembrando que a razão deveria ser a solução para possíveis conflitos, não podendo haver espaço para políticas intransigentes. Esse discurso do presidente argentino tornou-se memorável pela célebre frase que proferiu e que mais tarde ficou conhecida como fórmula Saenz Peña: *todo nos une y nada nos separa*. Tal declaração era indicadora da pretensão da diplomacia argentina em resolver os conflitos com o Brasil de forma harmoniosa e da boa vontade em colaborar com a gestão diplomática de Rio Branco. Ao publicar na íntegra o discurso do presidente argentino em seus anais, como “homenagem devida ao eminente estadista”⁶⁷, o Senado Federal também indicava que a política de boa vizinhança buscada por Rio Branco na região do Prata contava com seu apoio. Nesse sentido, o Senado aprovava unanimemente em 1912, um requerimento formulado pelo Senador Antônio Azeredo para enviar as congratulações à Argentina pelo aniversário de sua independência, tendo a Mesa a presidência de Quintino Bocaiúva e a presença de mais da metade dos senadores em plenário⁶⁸. E em razão dos cem anos da independência argentina, tanto o Senado Federal como a imprensa felicitavam a nação irmã pela forma como havia instalado sua República e conduzido o progresso⁶⁹.

Mas não cabe pensar que a questão do rearmamento naval chileno e argentino era ignorada no Parlamento. Ao contrário, o assunto era encarado com

⁶⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 25 de agosto de 1910. P. 352.

⁶⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 03 de maio de 1912.

⁶⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 10 de julho de 1916. *O Jornal do Brasil*, citado na sessão em questão, exaltava o progresso assombroso da República Argentina, que a fazia receber a admiração universal.

seriedade e bastante crítica pelo Legislativo, que via na supremacia marítima uma questão de soberania. O assunto era delicado e as razões para defender o rearmamento brasileiro frente aos vizinhos do Prata eram distintas. Se para alguns parlamentares, a questão do rearmamento era crucial na defesa do território, para outros o rearmamento suscitava a defesa da soberania muito mais para equilibrar a balança de poder na parte sul do continente americano. Em todos os casos, porém, não se excluía a soberania como ponto central do debate.

Em 1922, em meio à reorganização de mentes e Estados que se dava após a Primeira Grande Guerra, assinava-se em Washington um tratado naval que limitava o armamento de cinco grandes nações: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão. Tendo o Brasil participado dos momentos finais da guerra e tendo feito parte da Liga das Nações, foi chamado a ser signatário do tratado, o que negou de imediato. Para os deputados e senadores brasileiros tal atitude mostrava que o Brasil estava em guarda na defesa da sua soberania, uma vez que os interesses navais brasileiros, superiores ao de qualquer outra nação sul-americana, era posto em nível inferior ao de seus vizinhos.

Essa queixa se devia ao fato de que pelo artigo 4º do Tratado Naval de Washington estabelecia-se que a tonelage total dos navios de combate para os efeitos de substituição brasileiros não passaria de 45.000t, quantidade claramente inferior permitida à Argentina (87.000t) e ligeiramente superior à permitida ao Chile (35.000t)⁷⁰. Para os parlamentares, a assinatura desse tratado significava que se manteria o *status quo* brasileiro após a guerra, ficando evidente o reconhecimento expresso da sua inferioridade naval, que não poderia ser aceita de livre arbítrio, e nem imposta por nenhuma convenção, o que traria limitação dos direitos do país⁷¹. A situação de inferioridade deveria ser revista, mas procurando-se os meios sensatos para fazê-lo. Na

⁷⁰ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 08 de dezembro de 1922. P. 87.

Câmara, entendia-se que as críticas feitas ao Brasil por não ter aceitado a proposta do tratado eram exageradas, pois o país buscava um entendimento franco entre os interessados, sem, contudo, atentar aos direitos de cada um.

Definitivamente, não escapava aos membros do Congresso Nacional o fato de que o orçamento naval argentino excedia o brasileiro em duas vezes. Embora o desequilíbrio militar entre Argentina, Brasil e Chile fosse evidente, era consenso parlamentar que o Brasil, a fim de criar ambiente de confiança no continente, não deveria ter iniciativa no que se referia ao assunto, embora não devesse também abdicar da superioridade de discuti-lo. Tal entendimento era uma crítica dirigida diretamente à política entabulada pelo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Pedro de Toledo, sob as ordens do ministro da pasta do exterior, Domício da Gama, de tentar uma concordância entre Argentina e Chile sobre o desarmamento antes da Conferência Pan-Americana em Santiago, em 1923. A atitude brasileira foi vista com maus-olhos pelos argentinos, que não queriam excluir os demais países americanos da discussão sobre o assunto. O Brasil viu-se isolado em suas tentativas e duramente criticado pelo Congresso descontente com a desconfiança internacional que prejudicaria o país⁷².

7. O leão britânico na Ilha de Trindade, uma questão de soberania nacional

Entre 1895 e 1896 a recém proclamada República brasileira ver-se-ia às voltas com o problema da ocupação da Ilha de Trindade pela Grã-Bretanha. A Ilha de Trindade é uma ilha vulcânica, afastada de cerca de 1.170 km do litoral do estado do Espírito Santo. Foi alcançada pela primeira vez por portugueses em 1501 que, desde

⁷¹ *Ibidem*. P. 90.

⁷² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 12 de dezembro de 1922. P. 282. Conferir também *Revista Brasileira de História*. Artigo: “A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923” por Eugênio Vargas Garcia. São Paulo: Vol. 23. N.º 46. 2003.

então, incluíram-na em suas possessões territoriais na América do Sul, juntamente com as ilhas Martim Vaz, com quem formam um arquipélago. Todavia, no final do século XIX, na onda imperialista que abalava as fronteiras do mundo conhecido, o reino da Grã-Bretanha resolveu apoderar-se de território que considerava “abandonado”.

Em 1700, a ilha já havia sido motivo de disputa entre Portugal e Inglaterra, pois foi ocupada pelo militar inglês Edmond Halley – astrônomo célebre pela descoberta do cometa que leva seu nome – que a considerava sem soberania. Mas Portugal ao evocar a posse sobre a ilha, no final do século XVIII, logo teve seus direitos reconhecidos pelo reino britânico⁷³. Ao tentar uma nova invasão da ilha já no século XIX, os ingleses argüiam que teriam ocupado o território para estabelecer uma estação telegráfica para um cabo anglo-argentino, caracterizando interesses comerciais e não militares. A ilha teria sido ocupada pelos ingleses em janeiro de 1895 e Arthur de Sousa Corrêa, ministro plenipotenciário do Brasil em Londres, havia sabido da ocupação por telegrama enviado pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, apesar do fato já ser de conhecimento da imprensa inglesa⁷⁴.

O Congresso Nacional tomaria conhecimento sobre a ocupação em 22 de julho de 1895. O Deputado Belisário Sousa havia enviado ao ministério do exterior uma solicitação de esclarecimento a respeito da presença estrangeira na ilha. O governo britânico, até então, ainda não havia dado nenhum tipo de explicação sobre a posse ilegal do território brasileiro, alegando, com a ausência de contestação, que o Brasil não era soberano sobre a ilha. No entanto, quando o governo brasileiro decidiu comunicar a Inglaterra, por meio de seu ministro de relações exteriores, Carlos Carvalho, que

Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200008&script=sci_arttext&tlng=pt. Último acesso em 07 de janeiro de 2009.

⁷³ *Revista de Informação Legislativa*. Artigo: “A Presença Britânica na Ilha de Trindade: a Reação do Parlamento Brasileiro” por Virgílio Caixeta Arraes. Brasília: Senado Federal. Ano 38. N.º 153. Janeiro-Março. 2002. P.251, notas.

enviaria um navio de guerra para averiguar a situação no local, o ministro plenipotenciário inglês no Brasil, Constantin Phipps, respondia que necessitava de um prazo de 48 horas para receber instruções do seu governo. Para a Inglaterra a ilha era “território abandonado [não havendo nela] vestígio algum de posse de qualquer outra nação”⁷⁵. Entretanto, o ministro brasileiro insistia no longo histórico de ocupação luso-brasileira sobre o território, desde o século XVI, utilizando-o como assim conviesse ao Brasil e informando que o governo brasileiro não havia manifestado por ato expresse a vontade de abandonar a ilha, pertencente ao Espírito Santo, no momento de sua independência.

Na Câmara dos Deputados, o apoio às decisões brasileiras quanto à soberania sobre a ilha reunia aliados e opositores ao governo. Em votação à moção de repúdio apresentada pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro e opositor do governo, Nilo Peçanha, o Deputado Belisário de Souza lembrava:

“Nada direi em relação à moção que acaba de apresentar o nobre deputado o Sr. Nilo Peçanha; S. Ex. não tardou, em seu patriotismo, a tomar a palavra para afirmar que, si há alguma divergência que o afastava do governo, essa divergência desaparece deante da Nação unida em torno do governo para prestigial-o. (*Apoiados geraes; muito bem*). Devo apenas dizer que a Camara, affirmando os seus sentimentos por uma moção de confiança ao governo, corresponde aos votos de todo o Brazil. (*Muito bem; apoiados geraes*). (...) A Camara demonstra neste voto a sua confiança no governo; e demonstra ao povo que ella está com a Nação”.⁷⁶

Cabe lembrar que o Deputado Belisário Augusto Soares de Souza (pai) foi o mesmo que havia comunicado ao plenário, três dias antes, a expedição ao Ministério das Relações Exteriores de solicitação para que fosse explicado à Câmara o motivo da presença

⁷⁴ *Ibidem*. P. 244.

⁷⁵ *Ibidem*. P. 245.

⁷⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 25 de julho de 1895. P. 284.

estrangeira na ilha, confiante na resolução da questão por meio do então presidente Prudente de Moraes. A moção foi aprovada por unanimidade no plenário da Câmara por cento e cinquenta e dois votos, por meio de votação nominal⁷⁷.

Um mês após da tomada de conhecimento pelo Congresso da situação de litígio na ilha de Trindade, iniciavam-se as negociações diplomáticas para a desocupação do território pela Grã-Bretanha. Embora as negociações se processassem de maneira amigável, a Inglaterra insistia em manter o cabo telegráfico que ligaria a Europa à Argentina, como condição para a retirada. Em meio ao furor de vários partidários republicanos, que buscavam sua herança na vinculação com a América e no rompimento dos laços com a Europa, alguns deputados, como Lamenha Lins, membro da Comissão de Tratados e Diplomacia da Câmara dos Deputados, exaltavam a necessidade de se fazer uma política mais americana oposta à intervenção européia⁷⁸.

Para complicar a situação e animar ainda mais os ânimos contra os ingleses, em 14 de outubro do mesmo ano, o Senador Joaquim Catunda denunciava no Senado Federal a ocupação inglesa discreta que ocorria ao norte do país, nos limites fronteiriços com a Guiana. Nesse mesmo dia, o Deputado Francisco Machado alegou a falsificação de tais limites pelos ingleses, que faziam mesmo concessão de terras em área brasileira, e pediu maiores informações ao governo brasileiro sobre a situação. O avanço britânico sobre terras brasileiras era visto como parte do imperialismo inglês executado no resto do mundo.

Em novembro de 1895, após os documentos de posse brasileiros terem sido estudados pelo Executivo, Legislativo e Judiciário ingleses, a Grã-Bretanha informava ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil que divergia dos títulos de

⁷⁷ *Ibidem*. P. 285.

⁷⁸ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 25 de agosto de 1895. PP. 665-669.

comprovação de posse e que sugeria, desse modo, o arbitramento da questão. O ministro plenipotenciário brasileiro em Londres recomendava ao Brasil a aceitar o arbitramento que, provavelmente, seria favorável ao Brasil e que não feriria os ânimos britânicos. O ministro aconselhava também a escolha do árbitro, caso o Brasil decidisse pela arbitragem sobre o litígio. Todavia, no dia 16 de dezembro, ao receber o comunicado de que a Grã-Bretanha proporia formalmente o arbitramento para a questão, o ministro brasileiro do exterior opôs-se ao governo inglês. Ainda que o presidente Prudente de Moraes fosse a favor da arbitragem que, a seu ver, contaria com o apoio dos Estados Unidos, o ministro Carlos Augusto de Carvalho manteve sua posição contrária ao assunto.

No Congresso, o arbitramento era considerado desnecessário uma vez que ao se concordar com tal situação, estar-se-ia negando a soberania do Brasil sobre seu território. O Deputado Nilo Peçanha chegava mesmo a criticar o presidente Prudente de Moraes por ter se oposto ao não-arbitramento e ter-se mostrado indeciso à proposta que merecia imediato repúdio. Em fevereiro de 1896, o Brasil comunicava oficialmente à Inglaterra a sua posição: a ilha de Trindade era brasileira por direito. O primeiro-ministro britânico, marquês de Salisbury lamentou a decisão e declarou que contava encontrar um meio para a solução da divergência. Vendo a decisão irrevogável do Brasil em não ceder ao arbitramento, os ingleses propõem a mediação como alternativa. No Senado, Quintino Bocaiúva denunciava o interesse comercial determinante da invasão da ilha de Trindade pela Inglaterra e o avanço cultural britânico que se dava o norte do país na fronteira com a Guiana Inglesa⁷⁹.

No entanto, a Grã-Bretanha já havia constatado que o desembarque na ilha de Trindade era bastante difícil, pois era um território muito árido, o que tornaria

⁷⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 20 de novembro de 1895.

ainda mais complexa a instalação de cabos telegráficos. Os ingleses começavam a buscar outras soluções para a instalação da sua linha telegráfica, porém não desistiam da questão da mediação com o Brasil a fim de não abrir precedentes em caso de eventuais litígios futuros. Destarte, em maio de 1896, Brasil e Inglaterra aceitariam a mediação de Dom Carlos I, rei de Portugal.

Em sessão plenária na Câmara dos Deputados, em 13 de julho de 1896, o Deputado Holanda de Lima apresentou Projeto de Lei, contando com o apoio de mais de vinte e cinco parlamentares, a fim de extinguir a representação diplomática brasileira na Grã-Bretanha, em razão do descaso com que aquela nação tratava o Brasil. Apesar da crítica de muitos deputados ao projeto, o Deputado Holanda Lima foi apoiado no que concernia o protesto contra a inércia do Executivo na questão. O Deputado Alberto Torres considerou o projeto inconstitucional uma vez que

“[a] Camara não tem o direito, ou melhor, o Poder Legislativo não tem o direito de extinguir a legação em Londres, justificando esta extinção como acto de represália ou como solução à questão da Ilha de Trindade. E não tem direito, porque, (...) o Poder Legislativo, à vista dos principios constitucionaes que nos regem não tem a faculdade de iniciativa em matéria internacional e diplomática. (...) todas as relações internacionaes, todas as questões sujeitas à administração das autoridades, dos representantes diplomáticos do paiz, só devem entrar no conhecimento do Congresso quando elas se convertem em ajustes, convenções ou tratados. (...) O *ad referendum* não é uma questão de elaboração do acto, não é uma questão propriamente de legislação, é uma questão de aprovação ou reprovação. O Legislativo, portanto, em negociações diplomáticas só tem competencia para aprovar ou desaprovar o acto geral praticado pelo Executivo. [No entanto] quando a ocupação teve logar, foi o Congresso talvez nos seus proprios debates quem levou a questão para o terreno da discussão jurídica. Foi o proprio

Congresso quem, com o governo e toda a opinião publica, levou para esse terreno a questão, nesse terreno ella se acha collocada.”⁸⁰

Prevalecia, por fim, a expressão moderada de apoio ao Executivo⁸¹. Em 20 de julho de 1896, Portugal reconhecia a soberania brasileira sobre a ilha de Trindade. E, em 05 de agosto do mesmo ano, o Presidente do Senado Federal, Manuel Vitorino, da Bahia, lia mensagem presidencial comunicando o reconhecimento oficial do direito brasileiro sobre o território, pela Grã-Bretanha. Apesar da boa notícia, ainda restavam discussões a respeito dos métodos empregados para a resolução do conflito e o descaso com que a Inglaterra havia tratado o Brasil⁸². Na Câmara dos Deputados não havia ilusões quanto ao processo de negociação. Para o Deputado Tomás Cavalcante, a devolução da ilha só havia acontecido em razão do desinteresse da Inglaterra pela ilha e não propriamente pelo firme propósito brasileiro e pela mediação portuguesa. Em 11 de agosto, o Deputado José Carlos Carvalho apresentava Projeto de Lei sobre a ilha de Trindade e de Fernando de Noronha, reconhecendo que eram pontos estratégicos na eventualidade de uma guerra e de alta importância para os interesses do comércio da navegação e da telegrafia internacionais, fazendo com que devessem pertencer à jurisdição privativa da União e não mais dos respectivos Estados⁸³.

Lembra Arraes⁸⁴ que o desfecho favorável ao Brasil da ocupação estrangeira da ilha de Trindade ajudou a sustentar a unidade interna, perturbada com o aparecimento do novo regime, à medida que um desequilíbrio na ação da política exterior poderia conduzir a movimentos populares, ou a um novo golpe militar, ou a mais incertezas no cenário nacional. A manutenção do território de Trindade

⁸⁰ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 13 de julho de 1896. P. 259.

⁸¹ ARRAES, Virgílio Caixeta. *Op.Cit.* P. 249.

⁸² *Idem.*

⁸³ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 11 de agosto de 1896. P. 204. Apenas em 1957 a ilha passa a estar sob guarda e administração do Ministério da Marinha.

⁸⁴ *Op.Cit.* P. 251.

representou a sustentação da soberania nacional, ainda que a prolongada negociação diplomática não tenha merecido os aplausos da opinião pública. Exemplo disso é a exoneração do ministro de relações exteriores, Carlos Augusto Carvalho, logo após a decisão do litígio.

Vale lembrar, contudo, que são por demais simplistas as análises que vêm no Congresso uma simples caixa de ressonância da opinião pública sobre o tema em questão. Toda a sociedade estava atingida pelo assunto que punha em risco a soberania nacional e o questionamento do próprio regime republicano. A questão da Trindade era um assunto que datava dos tempos do Império e resolvê-lo na República significava não apenas uma questão de honra, como de dever público para as instituições do novo regime, em plena afirmação. Se fosse o Congresso apenas caixa de ressonância limitar-se-ia a repetir idéias pré-concebidas ou mal formuladas pela imprensa. Entretanto, dedicou-se a fundo ao estudo da questão, debatendo mesmo a constitucionalidade de sua ação frente ao Executivo, como se viu mais acima. Ao aprovar uma moção de repúdio à ação do Executivo na Câmara dos Deputados, por unanimidade, mostrou que poderia atuar com efeito moral sobre o Presidente da República, exigindo também explicações sobre a ação brasileira em Trindade, lembrando ao Executivo que o Congresso estava atento às ações governamentais tomadas também no cenário internacional. É bom que se diga que para compreender o verdadeiro papel das instituições brasileiras, é necessário um olhar sério e com consideração sobre elas. Interpretações eivadas de preconceito e concepções mal desenvolvidas dizem mais respeito ao senso comum, do que a estudos acadêmicos.

8. A República frente à iminência dos imperialismos, o caso do *Bolivian Syndicate*

Embora a questão do Acre tenha tomado maiores proporções na República Velha, tem sua origem ainda no período do Império, e tornou-se objeto de uma das mais difíceis contendas territoriais negociadas pela diplomacia brasileira. A região foi durante o século XIX e início do século XX palco de diversas comissões exploratórias e de demarcação, da luta armada entre brasileiros e bolivianos e da cobiça do capital estrangeiro. Somente a partir da conclusão do Tratado de 17 de novembro de 1903 é que se determinou a posse brasileira e definitiva da vasta área.

A questão do Acre pôs em evidência, como caso único na América do Sul, a tentativa de introdução do sistema das *chartered companies* (companhias privilegiadas) no continente, ou seja, por meio do chamado *Bolivian Syndicate*, investidores europeus e norte-americanos arrendaram do governo boliviano os direitos de exploração e administração dessa região. O então chamado território do Acre, ou Aquiri, correspondia a uma área situada ao noroeste do Brasil, que compreendia duas grandes e principais bacias fluviais, dos rios Juruá e Purús. Esse vasto território, com 191 mil quilômetros quadrados, delimitando a fronteira brasileira com o Peru e a Bolívia em linhas provisórias e constantemente discutidas, possuía as maiores reservas de seringais do mundo. No momento em que a borracha se tornou uma das mais importantes matérias-primas para a indústria, em fins do século XIX, a região do Acre passou a atrair um crescente interesse das nações mais industrializadas do período.

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco desejava resolver o caso do Acre o mais rapidamente possível. A gravidade da situação acentuara-se quando a Bolívia tentou impor sobre o território litigioso, ocupado em grande parte por brasileiros vindos do nordeste, uma sede administrativa de efeitos fiscais em Puerto Alonso, hoje, Porto Acre. Diante da inocuidade da medida para

controlar a região⁸⁵, o governo boliviano decidiu arrendar a região a um consórcio de capitalistas norte-americanos que pretendia explorar a região. Ao aceitar a instalação da companhia em uma região “sem limites definidos”⁸⁶, a diplomacia brasileira acabaria por abrir precedente para outros interesses imperialistas na região. Rio Branco decidiu adotar, assim, uma postura mais firme em relação às pretensões do governo boliviano e à linha de conduta traçada anteriormente pelo seu predecessor, Olyntho de Magalhães, pois discordava da orientação de manter, e declarar, a região do Acre como território da Bolívia. Há muito o Barão defendia que o Acre deveria ser considerado litigioso pelo governo brasileiro e chegou mesmo a trocar, com Magalhães, algumas notas sobre o assunto.

Rio Branco resolveu contrariar a conduta da gestão da política exterior precedente e interpretou diferentemente o art. 2º do Tratado de Ayacucho de 1867, que estabelecia a fronteira entre Brasil e Bolívia entre os rios Beni e Mamoré (sentido leste-oeste). Pela interpretação de Rio Branco, que alegava não ter conhecimento do mapa manuscrito de Ponte Ribeiro de 1860⁸⁷, transferia-se a linha divisória do território em questão para o paralelo 10º20' latitude sul, tornando-se a área do Acre – incluindo o Alto Purús e Alto Juruá – por consequência, oficialmente litigiosa. Em momento posterior, Rio Branco tratou primeiro de isolar o sindicato norte-americano mediante

⁸⁵ Em 1867, um grupo de acreanos liderados por José de Carvalho se rebelava e conseguia a retirada do delegado boliviano do território. Mais tarde, em 1899-1900, o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias dirigia uma expedição com o objetivo de controlar a região, conhecida como “terras não descobertas”. Arias se autoproclamou presidente da república do Acre em 14 de julho de 1899, mas a independência da região durou apenas um ano. Em 1902, uma nova rebelião toma lugar e o gaúcho Plácido de Castro insurgiu-se contra o *Bolivian Syndicate*, fazendo surgir o Estado independente do Acre.

⁸⁶ A diplomacia brasileira à época não reconhecia litígio sobre a região, mas a considerava território sem limites formalmente estabelecidos.

⁸⁷ Segundo Hélio Vianna, uma carta geográfica traçada por Duarte da Ponte Ribeiro e pelo major Isaltino José Mendonça de Carvalho acompanhava as instruções para a negociação da qual este encarregado João da Costa Rego Monteiro e, posteriormente, Felipe Lopes Neto. Tratava-se do célebre mapa da linha verde, onde figuravam três hipóteses para a localização da nascente do rio Javari, daí partindo a dúvida incluída no art. 2º do Tratado de Ayacucho. Conferir VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1961. P. 232.

indenização e manter as relações bilaterais com a Bolívia, deixando os acordos com o Peru para outra ocasião.

Em 28 de fevereiro de 1903 o *Bolivian Syndicate* assinava recebendo o valor de £114.000 do governo brasileiro, a título de indenização, inclusive com as despesas com advogado e comissão para o intermediário das negociações, a fim de retirar-se da região. Para os críticos, Rio Branco havia comprado, na verdade, uma concessão praticamente caduca e sem exequibilidade uma vez que as constantes agitações de brasileiros na região, com o triunfo revolucionário de Plácido de Castro, havia demonstrado a inviabilidade da empresa, contribuindo para acelerar as negociações para sua retirada⁸⁸. Após o isolamento da companhia norte-americana, Rio Branco passou às negociações com a Bolívia, a fim de afastar qualquer risco de confronto com aquele país. O governo boliviano havia aceitado a ocupação militar e administrativa da região litigiosa enquanto se buscava uma solução diplomática e Rio Branco, por sua vez, não desarmou os revolucionários comandados por Plácido de Castro, a fim de evitar possíveis represálias bolivianas. A parte sul do Acre ficou sob o controle de Castro que acatou a autoridade brasileira, pela a qual havia lutado.

Assis Brasil e Rui Barbosa foram os ministros plenipotenciários encarregados de negociar a questão com a Bolívia. Entretanto, alegando sensibilidades pessoais e não aceitação de concessão de território à Bolívia, visto que a opinião pública era contrária a qualquer tipo de concessão que afetasse a soberania nacional, Rui Barbosa pede para retirar-se das negociações. Com a retirada de Rui Barbosa, Rio Branco e Assis Brasil concluem o entendimento com o vizinho boliviano por meio do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. Todavia, a questão acreana só foi definitivamente encerrada após tortuosas negociações com o Peru, que

⁸⁸ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 323.

tentou buscar o apoio dos Estados Unidos a fim de manter seus interesses na região. Como os norte-americanos resolveram ficar neutros, a margem de manobra e atuação de Rio Branco foi maior e mais ampla, tendo a liberdade de agir de forma mais autônoma. Dessa maneira, em 08 de setembro de 1909, Brasil e Peru assinaram o Tratado do Petrópolis, que completava a questão de fronteiras e estabelecia os princípios gerais que facilitassem as relações comerciais entre os dois vizinhos.

O Congresso Nacional, assim como a imprensa, não ficou alheio ao desenvolvimento da questão acreana. No entanto, as duas casas tiveram participações distintas e importantes, em diferentes momentos, ao longo da discussão sobre a questão. O Senado foi o primeiro a manifestar-se, ainda em 1900, discutindo a interpretação sobre o Tratado de Ayacucho de 1867 e cobrando do governo federal maiores informações a respeito. A Câmara manifestou-se um pouco mais tarde, em 1902, quando o contrato Aramayo-Whitridge foi divulgado e a administração Campos Salles pediu a retirada de pauta do acordo de comércio e navegação firmado com a Bolívia, pendente de aprovação⁸⁹. A discussão dos deputados destacou o Tratado de 1867 e a situação dos acreanos. Quando Rio Branco assumiu o Itamaraty, as duas casas do Congresso estavam amplamente informadas sobre o assunto e cobravam do Executivo uma atitude mais firme⁹⁰.

Em setembro de 1900, o senador Lauro Sodré submeteu à deliberação do Senado Federal um requerimento de informação onde questiona se o governo federal ignora que o exército boliviano ocupa zona fronteiriça e está impondo legislação estrangeira a cidadãos brasileiros. O senador paraense defendia o Tratado de 1867, que

⁸⁹ O contrato Aramayo-Whitridge foi um contrato de arrendamento pela Bolívia ao grupo capitalista *Bolivian Syndicate*, pelo período de trinta anos sobre a região do Acre. Felix Aramayo era o representante boliviano em Londres e Withridge integrante do consórcio entre as empresas *Cary & Withridge*, *United States Rubber Company* e *Export Lumber*.

havia sido realizado sobre a demarcação de uma linha limítrofe traçada pelo paralelo de 10° 20' sul. Conhecedor profundo da questão, Sodré demonstra uma postura diferente à postura adotada pelo governo quanto ao território do Acre, antes da chegada de Rio Branco ao Itamaraty e a mudança de interpretação sobre o assunto. O senador já antecipava que a posse do Acre não poderia ser vista como de direito boliviano. O Acre deveria ser considerado brasileiro. A decisão do governo brasileiro em defender a posse boliviana da região por meio de protocolos assinados com esse país, era ato pouco patriótico, devendo o Tratado de 1867 ser questionado e mesmo revisto⁹¹.

Lauro Sodré tomava como base de sua defesa a obra do também senador pelo Pará, Serzedello Corrêa, que tratava sobre a questão do Acre. No trabalho, intitulado *O rio Acre*, Corrêa defende o pertencimento da região ao Brasil, fornecendo informações detalhadas sobre o território e o tema. Para os senadores paraenses, o litígio existia e prova disso eram os inúmeros antecedentes de conflito entre bolivianos e brasileiros na região. Para Sodré, parecia irônico não se defender os brasileiros que reclamavam um território que a própria Bolívia afirmava ser litigioso⁹².

A matéria volta a ser destaque no Senado em 1903, quando da análise do Tratado de Petrópolis, que contou com o voto contrário dos senadores paraenses. O Senador Ramiro Barcellos do Rio Grande do Sul, e que já havia atuado como ministro plenipotenciário no Uruguai, além de também defender a revisão do Tratado de 1867, relembra que o ponto mais delicado da questão era a ocupação brasileira da região e que isso não poderia ser ignorado. As negociações não poderiam ser feitas apenas com base nos protocolos, havia que se lembrar que aquela terra já era povoada e explorada

⁹⁰ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *Filibusteiros, não. Brasileiros. Uma visão interna da Questão do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília, 2002. P. 109.

⁹¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 05 de setembro de 1900. P. 31.

⁹² *Idem*.

havia muitos anos por brasileiros, detentores do direito de posse. Assim, o que deveria importar ao espírito público não era a determinação do ponto geográfico – no caso a nascente do Javari – mas, principalmente, a ocupação do território por brasileiros⁹³. Já Rui Barbosa, então senador pela Bahia, criticava o fato dos governos do Brasil e da Bolívia não terem procedido até então a uma interpretação aprofundada sobre o Tratado de 1867, considerando impossível a revisão do Tratado nas condições vigentes no momento, sendo muito mais fácil uma ratificação de atas de chancelaria⁹⁴. Rui Barbosa, contudo, defendia o *uti possidetis* do Brasil na região e era contra qualquer liberalidade em termos de concessão de terras ao país vizinho.

A discussão sobre o Tratado de Petrópolis acabou por evidenciar duas correntes no Senado Federal: a dos revisionistas do Tratado, liderada por Lauro Sodré, e a dos não-revisionistas, sustentando a aplicação estrita do texto acordado, encabeçada por Rui Barbosa⁹⁵. Em contribuição ao debate, o Senador pelo Estado de Alagoas, Bernardo de Mendonça Sobrinho, apresentava ao Senado um estudo aprofundando sobre a questão fronteiriça entre Brasil e Bolívia, bastante rico em dados, informando que o governo boliviano já havia mesmo pedido ao Brasil revisão do Tratado de 1867, no ano de 1872. Porém, o Brasil havia negado a revisão do acordo por acreditar que já havia feito inúmeras concessões à Bolívia, o que inviabilizava um novo pedido de revisão no momento. Mendonça Sobrinho defende ainda o fato de que o acordo vinha sendo seguido à risca pelo Brasil, o que tornava o pleito de Rui Barbosa inócuo⁹⁶.

Quando, em 1902, chega à Câmara dos Deputados o ofício do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando mensagem do presidente da República em que pedia a retirada do tratado de amizade, comércio e navegação firmado com a Bolívia em

⁹³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 06 de setembro de 1900. P. 57.

⁹⁴ *Ibidem*. P. 58.

⁹⁵ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *Op.Cit.* P. 22.

1896 (e que ainda estava pendente de aprovação), permitindo à Bolívia o acesso ao oceano Atlântico por meio dos rios amazônicos, a questão do arrendamento já havia atingido a opinião pública. Segundo Antibas, são as discussões havidas no Congresso que iriam pautar as discussões havidas nos jornais⁹⁷. Pode-se afirmar que a imprensa assumiu uma postura crítica sobre o assunto, questionando a ação do governo e o abandono dos brasileiros seringueiros do Acre. Mesmo a imprensa conservadora publicava artigos onde as críticas davam o tom das notícias veiculadas. Esses artigos eram assinados por grandes entendedores do assunto, como o parlamentar Serzedello Corrêa que, além de cobrarem atitude mais firme do governo sobre a questão, explicavam a situação ao leitor.

Assim, em 16 de abril de 1902, os deputados da oposição Bueno de Andrada, Antônio Cajado e Edmundo da Fonseca assinavam um requerimento no qual pediam informações ao Poder Executivo sobre as transações para demarcação da fronteira entre Brasil e Bolívia, sobre os trabalhos executados pela última comissão brasileira de limites e sobre o conhecimento de qualquer transação projetada para exploração industrial do Acre⁹⁸. No momento de apresentação do requerimento, os deputados não dispunham, contudo, de dados exatos sobre o assunto, embora a imprensa desse grande cobertura ao caso, discutindo o tema e questionando o governo. Na verdade, o Deputado Bueno de Andrada apresenta seu requerimento baseado nas informações veiculadas pela imprensa. Segundo o deputado, a população estava alarmada com as notícias do arrendamento nas terras acreanas a empresa norte-americana. Dessa feita, o Legislativo não poderia ficar indiferente a esses graves acontecimentos e às reações da opinião pública, uma vez que afetavam a integridade

⁹⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 10 de setembro de 1900. P. 78.

⁹⁷ ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *Op.Cit.* P. 53.

⁹⁸ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 16 de abril de 1902. P. 352.

territorial e a paz da nação. O requerimento de Bueno de Andrada foi aprovado na sessão de 07 de maio de 1902. Nessa ocasião, o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, Lamenha Lins, declarou seu voto favorável, por acreditar na diplomacia brasileira e, com isso, colaborar com o governo brasileiro.

O tema sobre os limites entre Brasil e Bolívia vinha sendo seguido com bastante interesse pela opinião pública. A formulação de um Requerimento de Informação pelo Parlamento indicava que no Congresso o interesse sobre a questão não era menor. No entanto, o Deputado Serzedello Corrêa, em apoio ao pedido de requerimento, criticava o poder Executivo por não submeter ao Congresso todas as ações que eram realizadas no que diz respeito ao litígio com a Bolívia, uma vez que

“si só [poderia] crear direito acto que tenha sagração dos poderes publicos do paiz, e si jamais em assumpto que é da privativa competência do Congresso Nacional que, por assim dizer, profere a ultima palavra, a conducta boa ou má, do governo, isto é, do Executivo, poderá firmar doutrina ou compromisso immodificavel, nesta questão ainda não pertence, ainda não é da Bolivia o território que a nossa chancellaria do Exterior assim o tem considerado.”⁹⁹

Quando o Tratado de Petrópolis chega ao Congresso Nacional, acompanhado da exposição de motivos de Rio Branco, no último dia útil de 1903, já havia se avançado as negociações com o *Bolivian Syndicate* e sido proposta a indenização à companhia norte-americana. No entanto, pelo acordo ainda não se considerava a área sujeita à soberania brasileira, pois o Brasil encontrava-se em contenda com o Peru. A fim de melhor analisar o texto e os termos desse Tratado cheio de particularidades, a Câmara dos Deputados convocou uma série de sessões extraordinárias durante os primeiros meses de 1904. O deputado Barbosa Lima alertava,

⁹⁹ *Ibidem*. P. 358.

entretanto, para o fato de que o governo remetia o tratado de limites nas últimas horas do prazo regimental¹⁰⁰. Na verdade, a intenção de Rio Branco era exatamente dar a conhecer o documento pelo Congresso Nacional brasileiro quando já tivesse sido aprovado pelo Congresso boliviano, a fim de dar rápida tramitação ao documento¹⁰¹.

A Câmara dos Deputados reuniu-se em sessões secretas entre os dias 13 e 25 de janeiro de 1904. Em mais de dez sessões secretas para deliberar sobre o Tratado, os Deputados resolveram por fim aprová-lo e enviá-lo ao Senado. De um lado, como apoiador do governo, Serzedello Corrêa chamava atenção para a separação da questão em duas partes: a primeira, a questão de limites em si, e a segunda, a questão do arrendamento da região pelo sindicato norte-americano. Pregava cautela quanto à definição exata dos limites e clamava o apoio da opinião pública contra o arrendamento. De outro, Bueno de Andrada, opositorista militante, dizia que a instalação de um sindicato estrangeiro pela Bolívia, em terreno manifestadamente litigioso, deveria ser motivo para a declaração de guerra e denunciou o imperialismo internacional.

Na verdade, os deputados opositoristas viam na cessão de território, seus interesses prejudicados visto que grande parte desses parlamentares era da bancada do Mato Grosso. Contudo, não se chegou a criticar o valor pago pela indenização. O Deputado Gastão da Cunha, defensor de Rio Branco, e que mais tarde abandonaria a carreira política para dedicar-se à diplomacia, ao lembrar o parecer favorável da Comissão de Diplomacia e Tratados, criticou a decisão dos deputados que se opuseram à aprovação do texto do Tratado, conclamando a necessidade de paz mundial e de

¹⁰⁰ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 28 de dezembro de 1903. P. 1173.

¹⁰¹ Rio Branco teria escondido o mapa real da situação no Acre dos parlamentares. Pressionado pelo Congresso, no entanto, teve que publicar as informações quanto ao assunto. Conferir *Clio*. Artigo: “Fronteiras: o Estilo Negociador do Barão do Rio Branco como Paradigma da Política Exterior do Brasil” por Synesio Sampaio Góes Filho. Lisboa. Vol. 06. 2002. P. 100.

colaboração mútua entre Brasil e Bolívia¹⁰². Por fim, sendo pedida votação nominal, o texto do Tratado foi aprovado por 118 votos contra 13¹⁰³. Entre os opositoristas ao Tratado constavam Angelo Pinheiro, Barbosa Lima, Benedicto Souza, Brício Filho, Costa Neto, Diogo Fortuna, Felisberto Freire, Germano Hasslocher, Homem de Carvalho, Juvenal Miller, Lindolfo Serra, Soares dos Santos e Thomaz Cavalcanti.

O texto do acordo também foi bem acolhido no Senado Federal, recebendo nove votos contrários e 35 a favor. Entre os Senadores contrários à matéria constavam Antônio Azeredo, Barata Ribeiro, Joaquim Murtinho, João Cordeiro, Júlio Frota, Lauro Sodré, Metelo, Manuel Barata e Pinheiro Machado. Rui Barbosa, que havia combatido ferozmente o documento, preferiu abster-se da votação, deixando registrado, todavia, o seu descontentamento em um texto intitulado “Exposição de motivos do plenipotenciário vencido”, que integra o Apêndice dos Anais do Senado Federal. Nesse texto, Rui Barbosa critica duramente Rio Branco, apresenta uma defesa de princípios e uma explicação pessoal quanto à questão do Acre, chegando mesmo a apresentar nova versão para os fatos¹⁰⁴.

Para Bueno¹⁰⁵, porém, apesar dos inúmeros debates pela opinião pública e dentro do Congresso Nacional, a tentativa de instalação da *chartered company* norte-americana na região litigiosa da Bolívia, revelou, mesmo para aqueles que não acreditavam, que o Brasil não estava isento das investidas imperialistas internacionais. Prova disso, é o incidente diplomático que se passa com a Alemanha, logo após a resolução do caso na Bolívia, em 27 de novembro de 1905. Nessa data, oficiais alemães da canhoneira *Panther* desembarcaram no litoral de Santa Catarina, sem autorização das

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 25 de janeiro de 1904. P. 108.

¹⁰⁴ Conferir S/A. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XXXI, Tomo I, 1904. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975. PP. 229-299.

¹⁰⁵ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 326.

autoridades locais, com o pretexto de prender um desertor. O que era para ser um simples incidente diplomático assumiu dimensões de situação grave quando o Ministério das Relações Exteriores reclama a entrega do prisioneiro, ameaçando mesmo a capturar a canhoneira.

Como se viu mais acima, a Alemanha disputava com os Estados Unidos a ruptura da hegemonia inglesa e sua conseqüente influência sobre a América Latina. Os pangermanistas acreditavam que deveriam contar com os mais de 300 mil colonos alemães estabelecidos no sul do Brasil no intuito de estabelecer suas ambições imperialistas comerciais na América do Sul¹⁰⁶. Apesar de essa não ser uma posição oficial do governo alemão, as pretensões da corrente pangermanista causavam grande apreensão na opinião pública brasileira. O ministro plenipotenciário brasileiro em Washington, Assis Brasil, externava sua preocupação ao então ministro do exterior, Olyntho Magalhães, quanto à expansão germânica, visão essa que era corroborada pelo Itamaraty. Em 1902, por ocasião da discussão do orçamento para o ministério do exterior, Barbosa Lima, manifestar-se-ia na Câmara dos Deputados contra os imperialismos e denunciaria o *Bolivian Syndicate* e o incidente com o *Panther* como provas cabais de que o Brasil era uma nação acuada e que os estrangeiros presentes em território nacional deveriam ser olhados com desconfiança¹⁰⁷.

O incidente contribuiu para despertar os defensores dos princípios norte-americanos no país, dentro e fora do Congresso Nacional. Mais duro foi o fato de ter sido o Brasil tratado como colônia a ser disputada do que como um país civilizado que era. A posição do Itamaraty, principalmente após a direção de Rio Branco, era bastante enérgica com relação ao caso, exigindo o atendimento de sua demanda, o que, em caso contrário, deflagraria o conflito armado. No entanto, a situação resolveu-se da melhor

¹⁰⁶*Ibidem*. PP. 328-329.

forma para o Brasil, com as escusas oficiais do governo alemão e a garantia de que os responsáveis pelo incidente passariam por julgamento militar.

Nos dois casos, pode-se perceber que a tanto a reação do Parlamento brasileiro, quanto da opinião pública foram bastante ativas, visto que a soberania nacional era colocada em risco pelo imperialismo internacional. O Congresso dedicou-se a estudar com profundidade a questão acreana, chegando mesmo ao ponto de informar a opinião pública sobre o assunto, como se viu. Se o Brasil não estava imune aos imperialismos, também não ignorava que deveria defender sua soberania. O Parlamento não assistiu à discussão alheio aos acontecimentos, mas, ao contrário, pressionou, exigiu, demandou informações e ações do governo na proteção dos interesses nacionais e no conseqüente fortalecimento das instituições republicanas. Ao discutir a questão da ameaça dos imperialismos à nação brasileira, o Congresso mostrava que sua importância era mais ampla e sentida do que as análises tradicionais sobre o assunto querem fazer crer.

9. Relações com o Vaticano

Um dos assuntos que sempre tomou grande atenção dos parlamentares foi a manutenção da representação diplomática brasileira em Roma. Por toda a Hispano-América, após o período de independências e proclamação do regime republicano, buscou-se manter contato com o Vaticano. Embora tenha se combatido o padroado, isto é, o direito do rei espanhol de apresentar candidatos a ocupantes de cargos de hierarquia eclesiástica, como o de bispos, por exemplo, além do direito de conferir benefícios e vantagens pertencentes à soberania temporal no que dizia respeito a assuntos da Igreja e à própria Igreja, os países hispano-americanos sempre buscaram um reconhecimento

¹⁰⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 14 de outubro de 1902. P. 235.

papal de suas independências¹⁰⁸. Tais países sempre acreditaram que o reconhecimento papal traria a legitimidade à Igreja hispano-americana, mesmo que esta estivesse separada do Estado.

Com a proclamação da República brasileira, o que entrou em discussão não foi o reconhecimento do regime buscado pelo governo brasileiro junto ao papa, mas sim a manutenção do representante brasileiro em um Estado símbolo do catolicismo. De acordo com o art. 72 da Constituição de 1891, nenhuma igreja poderia ter relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. Assim, a discussão que se dá no Congresso Nacional sobre a manutenção ou não da legação brasileira na Santa Sé girava em torno da compreensão da entidade jurídica do Vaticano, ou seja, se deveria ser tratado como Estado ou como Igreja.

O assunto, que sempre vinha à baila com a discussão do orçamento para o exterior, apesar de levantar polêmica, não chegou a interromper as relações do Brasil com a sede da Igreja Católica em Roma. Na verdade, as relações diplomáticas entre o Brasil e Santa Sé foram iniciadas formalmente ainda no Império, logo após a independência brasileira, em 23 de janeiro de 1826. Naquela ocasião, o ministro plenipotenciário enviado por D. Pedro I a Roma, monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, entregou suas cartas credenciais ao papa Leão XII. A tendência da política exterior adotada pela Santa Sé em relação aos países da América Latina expressava-se pela assunção de neutralidade no reconhecimento até que a Espanha houvesse reconhecido formalmente a independência de determinado país¹⁰⁹. No caso do Brasil não foi diferente. A Santa Sé declarou o reconhecimento do Império do Brasil, apenas após o reconhecimento por Portugal, em agosto de 1825.

¹⁰⁸ Conferir ROCHA, Regina da Cunha. *Entre o Trono e o Altar: a política pendular da Santa Sé no reconhecimento das independências hispano-americanas*. Dissertação de Mestrado. Brasília:

Em 1827, o Parlamento já se ocupava das relações do Brasil com a Santa Sé, fazendo com que o pensamento liberal se opusesse à ingerência européia. Para os deputados liberais do Império, as relações com a Santa Sé deveriam ser analisadas no mesmo quadro das relações com as outras potências européias. Pregava-se no Parlamento, então, a independência com relação a Roma, reivindicando-se a separação absoluta entre os poderes temporal e espiritual. Todavia, não existia no Império o sentimento de anticlericalismo entre os parlamentares, mas sim a necessidade de se tratar a política com a Santa Sé com “grande cautela”¹¹⁰.

O primeiro núncio na América Latina, monsenhor Pedro Ostini, foi acreditado no Brasil, antes de qualquer outro país hispano-americano, em 1829, e designado Delegado Apostólico para todo o continente latino americano. A situação causou furor nos vizinhos brasileiros, que viam na indicação do núncio para o Brasil a defesa do regime monárquico pelo Vaticano. O padroado formalizado na Constituição Imperial de 1824 foi eliminado pela constituição republicana, que além da separação entre Igreja e Estado estabeleceu também a liberdade religiosa. Em 1893, regulamentou-se artigo constitucional reconhecendo a personalidade jurídica das igrejas e assegurando-lhes o direito à propriedade.

Em discussão na Câmara dos Deputados sobre as emendas oferecidas ao projeto que fixava as despesas do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1898, o debate sobre a emenda que suprimia a legação no Vaticano foi acirrado. Os defensores da supressão alegavam sua inutilidade e sua inconveniência, devendo o Ministério das Relações Exteriores fazer economias. Assim se pronunciava o Deputado Thimotheo da Costa, representante do Distrito Federal, em sessão plenária no dia 02 de

Departamento de História da Universidade de Brasília, 2002. P. 02.

¹⁰⁹ *Ibidem*. Introdução.

julho de 1897:

“A legação da Santa Sé não significa sinão um luxo descabido da representação do governo junto de uma autoridade que nada tem de correlata com a autoridade governamental do Brazil (...) em face da Constituição brasileira a representação do Brazil junto ao Summo Pontifice não é justificada (...) desde que o Ministério das Relações Exteriores apresenta o orçamento sem preocupação da despesa, sem cortar os luxos de verdadeiras representações inúteis, como a manutenção da legação brasileira junto a Santa Sé, e antes apresenta muitas despesas, que procurarei apresentar à consideração da Camara para pedir-lhe que os corte.”¹¹¹

O deputado Costa representava a minoria presente no Congresso que acreditava que o papa, por não ter a equivalência de um chefe de Estado – e por não representar um Estado – não deveria ser reconhecido como tal e, por isso, não deveriam ser continuadas as relações com a Santa Sé. Para os republicanos mais fervorosos tais relações representavam um vínculo com as tradições monarquistas do padroado.

Para os defensores da manutenção da legação, a continuação das relações diplomáticas com a Santa Sé estaria levando em conta a maioria católica do país, não implicando relações de independência com o Vaticano, uma vez que o relacionamento atinha-se aos termos diplomáticos e não a uma subvenção oficial. O Deputado Ferreira Pires de Minas Gerais evocava o direito internacional para lembrar que não havia submissão da República brasileira ao Vaticano, mas sim uma relação equânime, baseada em poderes iguais. Para Ferreira Pires, o fato de se ter um Estado leigo não excluía o relacionamento com um Estado que representasse um poder espiritual, já que o papa tinha direito à soberania eclesiástica, pois era soberano de um pontificado universal e internacional. Defendia a idéia, apoiada pela maioria, de que o papa era uma pessoa de

¹¹⁰ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981. P. 36.

¹¹¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 02 de julho de 1897. P. 76.

direito internacional, pois não era súdito de rei algum nem muito menos simples cidadão de nação alguma¹¹².

No governo Campos Sales, foi reaberta a discussão sobre a instalação de um cardinalato pela Santa Sé no Brasil. Olyntho de Magalhães, antecessor de Rio Branco no Itamaraty, já havia reivindicado a criação do primeiro cardinalato sul americano no Brasil. Na gestão Rodrigues Alves e a chegada de Rio Branco ao ministério do exterior, o empenho para a criação do cardinalato no Brasil cresceu. Tal ímpeto se deveu menos à maioria católica brasileira, mas, muito mais no fomento e consolidação do prestígio brasileiro no mundo e entre os países vizinhos. A criação do cardinalato no Brasil representaria, portanto, um esforço a mais no sentido de estabelecer um lugar diferenciado do Brasil no cenário internacional, evocando a imagem de um país prestigiado por inúmeras representações diplomáticas, um país representante da modernidade e grandiosidade de seu tempo.

Rio Branco concorria com os países do Prata pela instalação do cardinalato no Brasil, apesar de não dar mostras públicas disso. Ao contrário, fazia acreditar que pleiteava a criação de cardinalatos na Argentina e no Chile, apenas para aumentar as chances de vitória do Brasil na questão. Em Roma, os vizinhos platinos trabalhavam contra a pretensão brasileira junto à Santa Sé. Entretanto, “não há como não reconhecer que o cardinalato foi um ato em prol do prestígio brasileiro tanto no mundo quanto entre sua vizinhança, conforme reconheceu o próprio chanceler junto à orientação passada ao ministro do Brasil no Vaticano”¹¹³.

Na Câmara dos Deputados, o obstinado oponente do governo, o Deputado Barbosa Lima, denunciava a insistência pela busca do cardinalato no Brasil,

¹¹² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 31 de julho de 1897. P. 705.

¹¹³ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 140.

quando da ocasião da votação do orçamento para o exterior do ano de 1907, como uma tentativa levada a cabo por Rio Branco para aproximar a República da Igreja. Para Barbosa Lima, tal aproximação representaria uma “tutela mal disfarçada”¹¹⁴, isto é, uma submissão do poder temporal ao poder espiritual. Ironizava ainda a falta de convicção dos fiéis católicos que não conseguiam manter a Igreja, precisando que essa se mantivesse seus cultos suntuosos com as cotas orçamentárias, fazendo com que todo o povo, católico ou não, tivesse que contribuir com a verba necessária para pagar as magnificências do culto. Ironias à parte, a discussão sobre a personalidade jurídica internacional do Vaticano gerou grande debate no Congresso. Se os opositores apoiavam-se no texto constitucional para combater as relações com o Vaticano, interpretando-as como impossíveis uma vez que o papa não representava o poder temporal¹¹⁵; os defensores dessas relações viam na Igreja Católica uma individualidade própria, com capacidade jurídica universalmente reconhecida¹¹⁶.

A indicação do cardinalato brasileiro em detrimento dos vizinhos sul-americanos gerou revolta nos países do Prata, que também criticavam a política de Rio Branco, aumentando sua desconfiança em relação ao Brasil. Em Buenos Aires, a imprensa, embora reconhecesse o direito de o Brasil trabalhar para ter o cardinalato, entendia que a Argentina merecia mais do que aquele país. Criticavam o Vaticano pelo pouco tato político e pelo escasso conhecimento dos interesses dos países latino-americanos¹¹⁷. A Argentina aceitava o cardinalato brasileiro, mas não aceitava o fato de o cardinal representar toda a América do Sul, pois como já se viu¹¹⁸, não se poderia identificar a parte sul do continente americano com apenas uma entidade política. Ao se

¹¹⁴ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 17 de outubro de 1906. P. 457.

¹¹⁵ Conferir discurso do Senador Lopes Gonçalves nos ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 18 de dezembro de 1915. PP. 519-532.

¹¹⁶ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 06 de julho de 1907. PP. 172-192.

¹¹⁷ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 141.

¹¹⁸ Ver página 144 deste mesmo capítulo.

invocar todo o processo político no qual as nações hispano-americanas passaram para ter reconhecidas suas independências, é natural esperar que a presença de um cardeal em suas terras representaria não só prestígio político na região como a benção espiritual que legitimava a Igreja católica na América Latina. A não-indicação de um cardeal para a região, apesar de não ser nem uma honra nem uma desfeita, não contava com o júbilo platino. Para os argentinos, o cardeal era brasileiro e não sul-americano, o que expunha a situação desprivilegiada em que ficaram as Igrejas do Prata.

Mas para Rio Branco, e para a maioria dos parlamentares, o fato mesmo do cardeal ser identificado como brasileiro e não como sul-americano marcava o prestígio do país no continente e no cenário internacional. As críticas existentes às despesas do Ministério das Relações Exteriores, como já se discutiu no começo deste capítulo, levavam em conta os mais diferentes motivos. No que concerne o assunto da manutenção da legação da Santa Sé, em especial, as críticas baseavam-se nos conceitos primários da República entre separação do poder temporal do poder espiritual, mesmo que grande parte dos parlamentares fosse representante das tradicionais famílias católicas, com grande poder regional. Mas como lembrava Rio Branco em anotação a ofício vindo da legação de Buenos Aires¹¹⁹, tal separação entre Estado e Igreja no Brasil, não foi razão impeditiva para a instalação do episcopado brasileiro.

A manutenção das relações com a Santa Sé simbolizava o espaço de prestígio buscado por Rio Branco, que via no Brasil, um país muito mais perto de Roma do que Argentina e Chile e com número maior de católicos, o que o fazia ter, naturalmente, maior atenção do Vaticano¹²⁰. Para a grande parte dos congressistas que apoiavam a política de Rio Branco, defender o prestígio do Brasil no cenário internacional era, em grande medida, defender os interesses da nova elite nacional; uma

¹¹⁹ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 142.

elite do tempo presente, sintonizada com os ares de modernidade que sopravam no mundo inteiro, mas que, subterraneamente, rearranjava o jogo de forças das antigas oligarquias escravistas em um delicado equilíbrio de forças entre as oligarquias regionais, representantes dos interesses agroexportadores. Continuar as relações com a Santa Sé significava, também – por que não? – contar com a benção papal na legitimação do poder governante, assim como os antigos príncipes cristãos contavam com a legitimação do sumo pontífice para confirmar a incorporação de novas terras e povos ao seu patrimônio.

¹²⁰ *Idem.*

Terceiro Capítulo

Exame de Política Externa sob a ótica do Parlamento

Tupi or not tupi - that is the question.
Manifesto Antropófago. Oswald de Andrade.

1. Alternativas ao projeto de política exterior de Rio Branco: entre o monroísmo de Nabuco e o multilateralismo de Rui, 181. 2. Da neutralidade ao conflito: o impacto da Primeira Guerra Mundial no Parlamento Brasileiro, 199. 3. Pretensões de prestígio internacional. O Brasil na Liga das Nações, 215. 4. A integração e defesa nacionais como via de acesso ao prestígio internacional, 227.

Se durante seus primeiros trinta anos a República brasileira teve que lidar com um quadro político de incertezas no qual a necessidade de solidificação das instituições se fazia necessária para ajustar o poder da nova elite agroexportadora, era preciso também, nesse processo, romper os vínculos com o passado imperial e instalar no país os novos ares de modernidade, que vinham do mundo afora. No começo do século XX, a Europa respirava um pouco mais tranqüila após a guerra franco-prussiana no final do século XIX e experimentava um período prolongado de paz, inédito até então. Na América, os Estados Unidos conheciam grande prosperidade comercial com um mercado consumidor interno que já se encontrava bastante desenvolvido.

No Brasil, o final do Império e o início da República colocavam em destaque a elite cafeicultura sedenta de um espaço no cenário político nacional e convencida da importância do prestígio internacional do país, cujos frutos só poderiam acarretar maior progresso aos negócios e fortalecimento das oligarquias regionais. Nesse sentido, fazia-se mister acertar o passo com o ritmo universal no intuito de firmar

a posição brasileira no continente americano, de maneira diferenciada dos vizinhos latino-americanos, e, com isso, conquistar o espaço do país em um mundo dividido por imperialismos.

Para tanto, a formação cultural e nível educacional dessas novas elites no poder tinham papel capital na criação da imagem de um país moderno, republicano e próspero. Era preciso atrair os olhos do mundo para o progresso brasileiro. Nesse sentido, a educação da jovem elite nacional era completada em Paris, uma vez que os hábitos e costumes franceses eram sinônimos de refinamento, de desenvolvimento. A vida urbana tornava-se cada vez mais intensa alterando padrões e valores. Enquanto em São Paulo modernizavam-se as construções, com linhas de bondes elétricos, criação de livrarias e bibliotecas¹, além de intensificar-se o comércio de produtos importados; no Rio de Janeiro, capital federal da recente República instalada, abriam-se ruas e avenidas, demoliam-se cortiços, construía-se prédios públicos inspirados na arquitetura francesa, estendiam-se e eletrificavam-se linhas de bonde e mudava-se a conduta social, com a finalidade de transformar o Brasil em um país modernista, deixando para trás a idéia de cidade colonial insalubre e sombria.

A remodelação dos hábitos generalizava-se por todos os aspectos da vida social brasileira, marcando uma época de renovações por meio do republicanismo e manutenção das elites agrárias e de seus aliados no poder. Embora não houvesse clara consciência de que se vivia um clima de *belle époque* nos primeiros anos da República, uma vez que ela não existiu como movimento, pode-se dizer que esse sentimento vivia

¹ Na primeira metade do século XX foram fundados em São Paulo a Pinacoteca (1905), o Conservatório Dramático e Municipal (1906) e o Teatro Municipal (1911).

no espírito da época, marcando a “redenção definitiva da situação colonial”² brasileira. A elite de então, presa ao conservadorismo político, apostava no jogo social como forma de imprimir o cosmopolitismo à nova vida urbana que se impunha. Entretanto, esses centros urbanos, inspirados no modo de viver francês, não levavam em conta os operários sem condições de trabalho, as feiras livres, as favelas, os analfabetos, o mundo rural e tudo aquilo que impedisse a “civilização” do espaço urbano nas grandes capitais da República, ocultando-os e segregando-os do espaço público das elites.

Se, no entanto, o Brasil republicano celebrava a modernidade como símbolo do novo conceito de nação que se intencionava dar ao país, é preciso recordar que os primeiros trinta anos do novo regime também seriam perturbados por inúmeras revoltas sociais. Entre elas pode-se citar a Revolta de Canudos, com o messianismo de Antônio Conselheiro, que eclodia no interior da Bahia, no governo de Prudente de Moraes, durando quatro anos (1893-1897). Na capital federal, em 1904, por sua vez, era sancionada a lei que tornava obrigatória, em todo território nacional, a vacinação e a revacinação contra a varíola, causando diversos atritos entre a população não esclarecida e os policiais que impunham a vacinação à força. Estourava a Revolta da Vacina, seguida mais tarde, em 1910, pela Revolta da Chibata, iniciada nos quadros da Marinha contra os maus-tratos sofridos pelos marinheiros. Em 1917, na onda da revolução socialista que levava os operários ao poder na Rússia, imigrantes estrangeiros no Brasil e operários brasileiros, que sofriam com as péssimas condições de trabalho impostas à época, se lançavam em greve nacional, paralisando fábricas em todo país e sendo reprimidos com violência pelo governo de Wenceslau Brás.

² *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Artigo: “*Flirts no footing da Avenida Central*” por Robert M. Pechman e Walcler de Lima Júnior. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ano 01. N.º 05. Novembro de 2005. P. 36.

A preocupação com a modernidade e a precaução com o clima de turbulência na nova República não escapavam à atenção dos homens públicos presentes no Parlamento. A legislação ia sendo adaptada às necessidades das oligarquias regionais, ao mesmo tempo em que ia tentando ajustar as reivindicações trazidas pelos movimentos sociais que vão se apresentando ao longo dos primeiros inquietos anos do novo regime. Dessa maneira, em 1907, logo após a aprovação da Lei n.º 1.264 que reformava a legislação eleitoral em 1904, prescrevendo os casos de inelegibilidade para o Congresso Nacional, Presidência e Vice-Presidência da República, o Legislativo brasileiro aprovava a lei de autorização para a criação de sindicatos profissionais, cinco anos depois da criação do Partido Socialista do Brasil (PSB). Em 26 de dezembro de 1915, em discussão à redação final do projeto de Código Civil no plenário da Câmara dos Deputados, em sessão extraordinária e especial, aprovava-se a proposição por unanimidade, em meio ao momento de comoção internacional com a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

A partir de 1914, a sede da Câmara dos Deputados seria transferida do antigo prédio da Cadeia Velha para o Palácio Monroe, sede do Senado Federal mais tarde, em 1925³. A mudança das instalações físicas da Câmara sintonizava-se, também, com o espírito de *belle époque* presente no mundo até a eclosão da primeira grande guerra e com o qual o Brasil pretendia mostrar-se em concordância. O Palácio Monroe havia sido construído para abrigar o pavilhão do Brasil na exposição *Louisiana Purchase Exposition*, realizada em 1904, nos Estados Unidos e, em razão de sua estrutura metálica desmontável, foi reerguido no Brasil, no final da Avenida Rio

³ O Palácio do Conde no Rio de Janeiro foi sede do Senado Federal desde sua criação no Império, em 1824, a 1925, quando foi transferido para o Palácio Monroe. O antigo Palácio do Conde dos Arcos é hoje ocupado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a inauguração de

Branco. Foi, aliás, o próprio ministro das Relações Exteriores quem batizou o palácio, em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe e sua propalada doutrina. A transferência da sede da Câmara, assim, representava mais do que mudança do espaço físico em razão das precárias instalações da Cadeia Velha⁴; simbolizava, materialmente, a harmonização do Parlamento com a onda de modernidade presente no cenário internacional e a busca pela nivelção da posição do país com as potências mundiais. Representava, no contexto mental, a adaptação do Brasil aos padrões estabelecidos pelas elites mundiais da época.

O movimento cultural da época não ficava atrás dos valores burgueses perseguidos pelas elites agroexportadoras. Ao contrário, mostrava-se em sintonia com os acontecimentos políticos nacionais e internacionais do período. Dessa maneira, como se viu no primeiro capítulo, quando despontava a Semana de Arte Moderna em São Paulo, de 13 a 17 de fevereiro de 1922, surgia no quadro nacional uma manifestação artística que se vestia de simbologia elitista. Não era intenção do movimento, entretanto, a denúncia da situação de miséria que vivia a camada popular ou das inúmeras revoltas que tomavam conta do país nos agitados primeiros anos republicanos.

O movimento modernista, planejado dentro das mansões dos seus patrocinadores, ligados ao comércio do café, era acompanhado pelas camadas mais pobres da população pelos jornais e revistas por se tratar de um evento da elite, um evento “grã-fino”. Não existia um engajamento do movimento com as preocupações do

Brasília, o Senado Federal é transferido para o Palácio do Congresso Nacional, no mesmo ano em que a Câmara dos Deputados.

⁴ Em 1922, com os preparativos para a “Exposição Internacional do Centenário da Independência”, a Câmara dos Deputados iria ocupar, no período de 18 de junho de 1922 a 05 de maio de 1926, o edifício da Biblioteca Nacional. Enquanto isso, construía-se no local da antiga sede da Cadeia Velha o Palácio Tiradentes, que serviria de sede à Câmara dos Deputados de 06 de maio de 1926 a 20 de abril de 1960, quando ocorre a transferência da capital federal para Brasília.

mundo real dos operários, que reivindicavam melhores condições de trabalho e fundavam, no mesmo ano, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e clamavam pelo voto secreto, a legislação social, a luta contra as leis de exceção, a anistia aos presos políticos e a autonomia do Distrito Federal⁵. A arte de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Cândido Motta Filho, Tarsila do Amaral entre outros não se comprometia com qualquer militância, nem evocava ideais políticos atrelados às suas formas de expressão. O único compromisso era com a renovação do cenário cultural brasileiro.

O modernismo era fruto da urbanidade, da vida social das elites moldadas pela cultura parisiense. Todavia, surgia como crítica ao cosmopolitismo eurocêntrico que predominava na cultura da elite brasileira no início do século XX, denunciando a cidade que começava a incomodar com seus barulhos insuportáveis de buzinas, dos bondes elétricos e da multidão que exibia pressa no começo do novo século⁶. A palavra de ordem era modernizar, mas para tanto a modernização deveria ter uma identidade brasileira, diferenciada. A ambição dos pensadores do movimento era “educar o Brasil, curá-lo do analfabetismo iletrado, e, sobretudo, pesquisar uma maneira nova de expressão compatível com o tempo do cinema, do telégrafo sem fio, das travessias intercontinentais”⁷.

⁵ NETO, Casimiro. *A Construção da Democracia: Síntese Histórica dos Grandes Momentos da Câmara dos Deputados*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2003. P. 362.

⁶ MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Grande Transação. 1500-2000, a Experiência Brasileira*. Vol.2. São Paulo: Senac, 2000. P. 60.

⁷ *Vanguarda e Modernidade nas Artes Brasileiras*. Seminário: “A Semana de Arte Moderna e a Crítica Contemporânea” por Maria Eugênia Boaventura. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Artes e do Departamento de Artes Plásticas da Universidade de Campinas (Unicamp), 2005. P. 05. Disponível em: http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos_pdf/maria_eugenia.pdf. Último acesso em: 07 de janeiro de 2009.

Apesar de não haver no movimento modernista uma vinculação direta com a política nacional em plena efervescência – às voltas com as imigrações e transformações econômicas advindas do maior processo de industrialização, colocando as classes trabalhadoras em destaque dentro de um redemoinho ideológico onde circulavam idéias anarquistas e comunistas –, ele era a representação cultural do quadro social, econômico e político da época. Assim como a República não apresentava um programa claro quando da sua proclamação, o movimento cultural modernista não apresentava um projeto estético definido e coerente quando surgiu. A exemplo do quadro político nacional, a manifestação artística foi amadurecendo e ganhando maior identidade ao longo das gerações de artistas que foram transformando a semana modernista em movimento cultural, com linguagem brasileira e como expressão dos anseios da elite nacional. Impressionava como

“essa elite acolheu o convite modernista, não apenas patrocinando o movimento, mas tomando-o como inspiração para planos ambiciosos de fazer do seu Estado ‘o berço de um futuro racial, industrial e econômico’ (...). O surto de progresso [presenciado nas principais capitais brasileiras, e em especial São Paulo, tinha a ver] com aquela aliança entre empresários, políticos, escritores e artistas, iniciada por ocasião da Semana ou pouco antes. [Para isso,] basta conferir a imponência social, financeira e econômica dos patrocinadores do evento e a simpatia discreta dos seus dirigentes políticos (prefeitos e governadores). Acionados pelos líderes modernistas, os chefes políticos locais [apadrinhavam] novos artistas em dificuldades financeiras, com bolsas de estudo no exterior (...) e com a aquisição de suas obras.”⁸

O modernismo representava, em suma, a sintonia com o progresso mundial, mas de forma bem brasileira. Atraía para o Brasil a atenção dos estrangeiros,

⁸ *Ibidem*. PP. 08-11.

para que viessem conhecer o “ouro negro” e comprar a idéia de um país em concordância com sua época. Para as elites, o movimento era a oportunidade de mostrar ao mundo a posição particular do Brasil no continente americano, em relação aos países vizinhos. Era a continuação do projeto que Rio Branco tentara imprimir à imagem internacional do país, porém, com traços menos eurocêntricos ou norte-americanos e bem mais nacionais. Contudo, o movimento marcava também o prenúncio das inúmeras mudanças que iriam acontecer no final do primeiro período republicano – como o rompimento do frágil equilíbrio da política café com leite, o movimento dos 18 do Forte de Copacabana, o movimento tenentista e a Coluna Prestes – e que acabariam de vez com a *belle époque* brasileira, mas também com as várias incertezas do primeiro período republicano, abrindo caminho para a revolução de 30 e o começo de uma nova era na história brasileira.

1. Alternativas ao projeto de política exterior de Rio Branco: entre o monroísmo de Nabuco e o multilateralismo de Rui.

Como já se teve oportunidade de discutir, no que concerne à história política da República, em meio a muitos projetos e programas para o novo regime, não havia, no entanto, diretriz definida para a política exterior brasileira, ao menos nos anos iniciais do governo republicano. As soluções à política externa iam apresentando-se conforme cada situação exigia, observando-se, porém, a necessidade de modernização do país, o ajustamento das novas elites agroexportadoras ao poder e a ruptura com imagem monárquica brasileira, ainda que de maneira formal, uma vez que apenas modificavam-se os privilégios, mas não se acabavam com eles. A chegada de Rio

Branco ao Ministério das Relações Exteriores, a estabilização relativamente duradoura da política nacional com o pacto dos governadores e o aumento do mercado internacional de café permitiram ao Brasil traçar linhas de política exterior mais claras, onde o prestígio mundial tinha grande peso na definição da agenda do país.

Nesse período, embora de forma um pouco mais retraída que no Império, outros homens públicos também pensaram sobre os caminhos internacionais do Brasil, além de Rio Branco. Ainda que também estivessem sintonizados com a mentalidade da busca do prestígio internacional do país, ofereciam outras interpretações à forma como tal conceito deveria ser alcançado. Entre esses homens, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, parlamentares em momentos distintos, destacaram-se pela contribuição que deram à política exterior do país, ainda que, por vezes, indo de encontro às orientações formuladas pelo Ministério de Relações Exteriores. Após Rio Branco, oito ministros sucederam-se na pasta de relações exteriores até 1930: Enéas Martins (interino por dois dias, 1912), Lauro Müller (1912-1917), Nilo Peçanha (1917-1918), Domício da Gama (1918-1919), Augusto Cochrane de Alencar (interino por um dia, 1919), José Manuel de Azevedo Marques (1919-1922), Félix Pacheco (1922-1926) e, finalmente, Otávio Mangabeira (1926-1930). Dentre eles, o único sem carreira política era Domício da Gama que, apesar de ter sido homem de confiança de Rio Branco, divergiu da política exterior de continuidade do Barão que se adotou após 1912.

Entretanto, a contribuição mais substancial à discussão de política externa nos primeiros trinta anos da República veio, sem dúvida, de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Ambos eram, assim com Rio Branco, homens de seu tempo, mas entendiam a inserção internacional do Brasil de forma diferenciada daquela proposta pelo ministro das Relações Exteriores. Nabuco e Rui haviam convivido na Academia,

no Parlamento e na campanha abolicionista, além de terem defendido juntos o federalismo como regime político-administrativo para o Brasil. A proclamação da República iria, no entanto, separá-los. De um lado Nabuco, monarquista, colaborador constante do *Jornal do Brasil*, um “estadista do Império”, conforme sua autobiografia; de outro, Rui Barbosa, impaciente pela reforma federalista, adere à República, desembaraçando-se dos velhos setores conservadores e envolvendo-se no processo político, como personagem principal do novo regime⁹.

Quando da resolução do conflito de fronteiras com a Guiana, entre 1899 e 1904, Nabuco foi convidado pelo governo brasileiro para atuar como seu representante. Apesar de suas “conhecidas idéias monarquistas”¹⁰, Nabuco aceitou contribuir com o novo regime por se tratar de uma questão de defesa do território, o que, segundo ele, não ia de encontro às suas idéias políticas. Na ocasião, Rui Barbosa saudou o governo por assumir postura antipartidarista e conquistar uma grande força a serviço do país. Resolvida a questão fronteiriça com a Guiana, e tendo o Brasil sofrido grande perda territorial em razão da arbitragem do rei da Itália – algo que surpreendeu não apenas a opinião pública como ao ministro plenipotenciário brasileiros, que esperavam confiantes resultado favorável ao Brasil –, Nabuco seria convidado pelo já ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, a assumir a recém-criada embaixada do Brasil em Washington, como recompensa por todo trabalho que havia empreendido junto ao governo italiano em defesa do interesse nacional.

Nabuco ocupou o posto de embaixador brasileiro em Washington de 1905 a 1910 e sua ação política influenciou, em grande parte, os rumos da atuação

⁹ ALENCAR, José Almino *et* SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Meu Caro Rui, Meu Caro Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999. P. 11.

externa pensada por Rio Branco. Nesse período, como pôde se discutir no capítulo anterior, vivia-se uma reestruturação do sistema internacional. Novos atores, como Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Japão e Itália, ganhavam peso no cenário mundial, questionando o antigo equilíbrio do concerto europeu e acirrando os conflitos imperialistas. No continente americano, os Estados Unidos avançavam sua doutrina monroísta, por vezes disfarçada de pan-americanismo, a fim de projetar nessa parte do hemisfério seu poderio político e comercial. Viu-se no segundo capítulo que o caminho da americanização das relações internacionais do Brasil, com foco nos norte-americanos, parecia ser a alternativa mais coerente ao modelo agroexportador brasileiro, visto que o processo imperialista aprofundava a divisão internacional do trabalho entre os países periféricos, exportadores de mercadorias agrícolas e matérias-primas e os países considerados centrais, receptores desses artigos e exportadores de manufaturados¹¹. Na embaixada do Brasil nos Estados Unidos, Nabuco iria incorporar tal paradigma fazendo com que os conceitos de monroísmo, pan-americanismo, sistema, aliança, progresso e desenvolvimento ganhassem forte dimensão¹².

Ao aceitar o cargo de embaixador em Washington, Nabuco entrava no cenário internacional por meio da via diplomática, o que, de certa forma, o distanciava das tensões entre os partidos regionais e do jogo político republicano. Contudo, Nabuco assumia a causa da luta por uma aproximação com os Estados Unidos, por acreditar, assim como outros homens de sua época, integrantes de uma elite agroexportadora, que esse era o caminho mais adequado para a inserção do Brasil no contexto mundial.

¹⁰ *Ibidem*. P. 13.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. P. 66.

¹² PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a Atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005. P.11;

Enquanto a interpretação que Rio Branco dava a essa aproximação não era a de um fim em si mesmo, mas o de fomento de uma imagem que serviria para aumentar a capacidade do Brasil no jogo diplomático sul-americano por meio da percepção criada do poderio brasileiro com a amizade ao norte; Nabuco exortava a aproximação com os Estados Unidos com um objetivo definido, a fim de buscar no vizinho norte-americano a proteção contra os avanços imperialistas europeus.

Foi assim que os conflitos com Rio Branco tornaram-se inevitáveis. Nabuco trabalhava nos Estados Unidos para a aproximação com o Brasil, de forma relativamente autônoma e pessoal. Quando da preparação da Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906, que iria ser sediada no Rio de Janeiro, graças em parte aos seus esforços¹³, o monroísmo havia sido reanimado e os Estados Unidos procuravam aumentar sua influência no continente americano. Joaquim Nabuco presidiu a Conferência, sublinhando o consenso e o conagraçamento geral entre as nações americanas em seu relatório final¹⁴. Para Nabuco, Rio Branco não tinha planos concretos para a solidificação das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, após a criação da embaixada em Washington. Essa, talvez, fosse uma de suas maiores reservas ao ministro do exterior: o sentimento de falta maior profundidade nas relações com o vizinho norte-americano. Na verdade, é mais certo dizer que, Rio Branco e Joaquim Nabuco tinham concepções políticas diferentes e a relação entre os dois tornou-se, de certa forma, cheia de susceptibilidades por causa da relação hierárquica que havia sido estabelecida entre os dois diplomatas em 1902. Até então, ambos eram representantes

¹³ Nabuco tornara-se próximo de Elihu Root, Secretário de Estado de Theodore Roosevelt, em quem havia causado forte impressão por seu gosto pela literatura e por sua cultura refinada. Quando os Estados Unidos aceitam participar da Terceira Conferência Pan-Americana no Brasil e enviam Root como seu representante, é a primeira vez que se fazem representar oficialmente por um Secretário de Estado em um país latino-americano, o que, por sua vez, só aumentava o prestígio dado à Conferência.

do Brasil no exterior, tendo sido cogitados, ao mesmo tempo para assumir a pasta de Relações Exteriores do Brasil. Com a nomeação de Rio Branco para o ministério, passara a haver a submissão necessária do embaixador às decisões do Itamaraty.

Nabuco sempre foi, no entanto, um homem de grandes ideais. Na ausência de uma política mais aprofundada com os Estados Unidos, conforme sua percepção, o embaixador brasileiro em Washington resolveu agir de maneira autônoma, formulando concepções próprias e avançando sua política de aproximação irrestrita com os norte-americanos. Quando do incidente com a canhoneira alemã *Panther*¹⁵, em 1905, e da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, em 1906, momentos em que uma atuação internacional mais enérgica do Brasil tornou-se necessária, Nabuco imprimiu um tom mais drástico às idéias de Rio Branco no que se referia ao relacionamento com os Estados Unidos, incentivando a idéia de “quase aliança”, ou buscando que as relações entre Brasil e Estados Unidos fossem percebidas como tal¹⁶. A aliança com os EUA era vista como um escudo protetor para o Brasil e Nabuco apostava bastante nessa idéia. O embaixador brasileiro defendia a aproximação dos dois países pelas características comuns que os diferenciavam dos demais países do continente: tanto o Brasil como os Estados Unidos estariam isolados das demais nações do hemisfério por diferenças lingüísticas, raciais e sociológicas, o que conferia ao Brasil situação privilegiada frente aos demais vizinhos da América Latina no fortalecimento de uma aliança com a grande potência do norte¹⁷. Para Rio Branco, a relação com os

¹⁴ ALENCAR, José Almino *et* SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Op. Cit.* P. 18.

¹⁵ Conferir Segundo Capítulo, página 148.

¹⁶ PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. Cit.* P. 209.

¹⁷ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os Anos de Apogeu: de 1902 a 1918.* São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 167.

Estados Unidos era algo mais pragmático: convergia com os interesses da política nacional, comandada pela elite rural.

Nabuco levava para o seu cargo de embaixador concepções políticas formuladas em torno de um liberalismo humanitário, conferindo à sua ação um grande idealismo, como aquele presente na sua defesa contra a escravidão no Brasil, marca maior de sua obra. Usava a retórica como elemento importante de mobilização política na defesa do seu americanismo. Ainda que sua ação relativamente autônoma frente à embaixada brasileira em Washington, forçando aproximação com os norte-americanos, fosse bastante criticada por seus opositores, como Eduardo Prado e Oliveira Lima, Joaquim Nabuco contava com o apoio de parlamentares como Quintino Bocaiúva, que desde o começo republicano já trabalhara para a maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos. A transferência de Londres para Washington permitiu a Nabuco reformular sua concepção sobre os Estados Unidos, de quem era bastante crítico. Em Washington, o brasileiro teve a oportunidade de ver o crescimento de um jovem país americano, atrelado ao progresso e transformando-se em potência no cenário internacional. Esse, na verdade, era o caminho que Nabuco também queria desenhar para o Brasil.

Dessa maneira, quando os atos de Nabuco em defesa dos norte-americanos ganhavam projeção internacional e chegavam ao conhecimento da opinião pública, causando grande repercussão, sua ação acabava por representar a política externa brasileira em tom oficial, ainda que tal ação não estivesse em consonância com as intenções do governo brasileiro, o que gerava repercussões de caráter oficial, mesmo que desmentidas pelo Executivo mais tarde. Na direção da embaixada em Washington, Nabuco não poupava, entretanto, crítica à política e aos políticos norte-americanos,

evidenciando sua formação parlamentar, feita ainda no Império, mas continuamente reformulada e repensada após a queda da Monarquia e a proclamação da República. Dessa maneira, a diretriz que iria dar sentido à ação política de Nabuco nos Estados Unidos, era baseada na percepção cada vez mais clara das limitações que encontrava o Brasil, no meio dos conflitos imperialistas, como um país inexpressivo no cenário mundial. A aproximação com os Estados Unidos significava, assim, a necessidade de redesenhar um novo papel para o Brasil no quadro internacional¹⁸.

Para Nabuco, defender o monroísmo significava afastar a ameaça imperialista européia para longe do Brasil. Na concepção do embaixador, o monroísmo parecia ser uma boa estratégia para proteger as independências dos países do continente contra as investidas estrangeiras, além de convergir com o conceito de pan-americanismo, com um sistema americano, que deveria ter, no entanto, os Estados Unidos como líder – uma vez que era o país mais bem evoluído e inserido no contexto internacional como uma potência emergente – e que atuaria como um único ator internacional¹⁹. Nesse sentido, a convivência pacífica entre as nações americanas seria essencial, assim como o alcance do mesmo nível de desenvolvimento político e material entre todas elas, tendo por base os Estados Unidos.

O papel do Brasil nesse concerto pan-americano, todavia, deveria ser o de maior proximidade com o líder do bloco, no caso os Estados Unidos, a fim de que se garantisse um eixo de segurança estável, para que, então, pudesse servir como interlocutor privilegiado da América Latina. Essa subliderança sugerida por Nabuco adviria da condição diferenciada natural do Brasil na América do Sul e colocaria o país

¹⁸ PEREIRA, Paulo José dos Reis. *Op. Cit.* P. 211;

¹⁹ *Ibidem.* P. 212.

como aliado preferencial, e mesmo histórico, do gigante norte-americano em direção da unidade dos dois mundos americanos, o norte e o sul. Embora Nabuco possa ser criticado por não pôr em evidência os problemas que uma possível adesão incondicional à política externa norte-americana traria para o Brasil, em especial no que se refere às relações com os países sul-americanos, não se pode dizer que o embaixador não considerava, ao menos, imperativo manter as relações de cordialidade com a Europa, principal fonte de investimentos à época e forte poder mundial. Nabuco percebia o meio internacional no qual o Brasil estava inserido e “enxergava a evolução de longa duração no qual estava imerso”²⁰. Tentava improvisar uma ação mais duradoura de forma autônoma, mas sempre sendo interlocutor de parte da elite e da opinião pública. Como representante político que fora no Brasil e como representante do país que era, fora dele, Joaquim Nabuco defendia a política continental que entendia ser a melhor para o Brasil em um período de grandes transformações mundiais.

A escolha de Joaquim Nabuco como embaixador do Brasil em Washington por Rio Branco alinhava-se também à idéia que cultivava o ministro de Estado de que a representação brasileira no exterior deveria ser feita de “homens não só inteligentes, cultos e políticos, como altos, belos e eugênicos: homens que completados por esposas formosas, elegantes e bem-vestidas, dessem aos estrangeiros a idéia de ser o Brasil – pelo menos sua elite – país de gente sã e bem conformada”²¹. Nabuco, com seu porte nobre e ar europeu, vindo de família pertencente à elite nacional, encarnava o modelo de homem público cultivado e bem apresentado que Rio Branco queria associar à imagem do Brasil.

²⁰ *Ibidem*. P. 216.

²¹ FREIRE, Gilberto *apud* CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas. Rui Barbosa: O Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 96.

Rui Barbosa, por sua vez, apesar de ter estudado com Rio Branco e Nabuco, era o oposto da imagem nobre e européia encarnada por ambos. Rui representava a classe média, a figura do herói da burguesia nascente, em torno do qual havia o culto social ao homem inteligente, nas palavras de San Thiago Dantas²². Para o Ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros, Rui Barbosa incorporava o ideal ético da classe média, tendo criado sua trajetória social em razão do próprio esforço e inteligência, sem os favores e facilidades das classes privilegiadas, em um meio social já consolidado. As idéias e a personalidade de Rui encontravam identidade nas correntes mais aplaudidas pela opinião pública da época, fazendo com que ele simbolizasse o exemplo da ascensão esperada pela burguesia de então.

Embora fosse um grande conhecedor das instituições políticas e jurídicas norte-americanas, tendo inclusive se inspirado nelas na redação de suas sugestões à Constituição Republicana de 1891, Rui Barbosa, diferentemente de Nabuco, mantinha visão crítica quanto a determinados posicionamentos tomados pela diplomacia dos Estados Unidos. Rui censurava a política intervencionista norte-americana no continente, sendo grande crítico do corolário Roosevelt, da diplomacia do dólar, da intervenção feita na Nicarágua em 1911²³, dos incidentes ocorridos em Tampico e Vera

²² DANTAS, San Thiago *apud* CARDIM, Carlos Henrique. *Op.Cit.* P. 37.

²³ Em 1909, uma revolta de cunho conservador eclodiu na Nicarágua, contra o ditador liberal José Santos Zelaya. Suas ações e interferência na política de outras repúblicas centro-americanas eram questionadas pelos Estados Unidos. O auge da tensão com os EUA foi atingido quando dois cidadãos norte-americanos, lutando ao lado dos revoltosos, foram capturados e executados, causando um protesto inflamado do Secretário de Estado norte-americano, Philander C. Knox. Zelaya foi forçado a renunciar em 16 de dezembro de 1909, deixando o país em pleno caos, engendrado pela luta entre as facções liberais e conservadoras. Em maio de 1911, o presidente provisório da Nicarágua, Adolfo Diaz, requereu ajuda dos Estados Unidos e um tratado foi assinado entre os dois países, pelo qual bancos norte-americanos prestavam fundo de auxílio ao capital nicaraguense e era estabelecido uma coleta de impostos para combater as dívidas interna e externa. O tratado foi recusado pelo Senado dos EUA e os créditos foram restringidos.

Cruz em 1914²⁴, que levaram às complicações na fronteira do México em 1916, com a eclosão de inúmeros conflitos entre os países vizinhos²⁵.

Rui Barbosa era contrário à doutrina Monroe e à sua implementação pelos Estados Unidos, chegando a escrever inúmeros artigos para os jornais e denunciando a enfermidade do continente americano. Rui apoiava as idéias de Eduardo Prado e afirmava que a doutrina proposta pelos Estados Unidos continha “caráter exclusivamente americano [e] que a face por ela apresentada ao resto da América era puramente uma limitação da soberania de outras repúblicas”²⁶. Para o parlamentar baiano, o fato de os Estados Unidos defenderem a América para os americanos nada mais significava que queriam afastar a cobiça européia para protegerem seus interesses no continente.

No entanto, Rui, assim como Nabuco e Rio Branco, acreditava na singularidade da nação brasileira e na posição privilegiada que deveria ocupar no continente. Apesar de denunciar as mazelas da política nacional, acreditava na solidificação da prosperidade doméstica por meio da restauração do regime constitucional, da seriedade das leis, da descentralização do poder, das reformas populares, do trabalho, da iniciativa privada, da associação e da imigração.

²⁴ Por ocasião da Revolução Mexicana, Victoriano Huerta elegeu-se presidente ao depor e assassinar o presidente Francisco Madero. Huerta tentava manter o controle do país lutando contra as incursões de Emiliano Zapata ao sul e de Venustiano Carranza ao norte do México. A deposição de Madero desagradou os Estados Unidos e em fevereiro de 1914, o presidente norte-americano Woodrow Wilson autorizou um carregamento de armas para suportar as forças contra Huerta no México. Quando as forças de Huerta prenderam marinheiros norte-americanos na região petrolífera de Tampico, rica em investimentos e cidadãos vindos dos EUA, Wilson reagiu ordenando o bombardeio e a ocupação parcial da cidade de Vera Cruz. A ocupação durou até novembro do mesmo ano e levou à deposição de Huerta e à ascensão de Carranza que, no entanto, também não agradava aos Estados Unidos.

²⁵ Em janeiro de 1916, um grupo de mexicanos e de mexicanos-americanos elaborou o plano San Diego de recuperação do sudoeste norte-americano pelo México por meio de uma guerra racial, exterminando todo norte-americano maior de 16 anos, à exceção de mulheres, idosos e crianças, planejando-se estabelecer uma república independente na região.

²⁶ CARDIM, Carlos Henrique. *Op.Cit.* P. 49.

No início de 1907, a comunidade internacional preparava-se para a Segunda Conferência de Paz, prevista para ser realizada entre 15 de junho e 18 de outubro, na Haia²⁷. Após a comentada atuação de Joaquim Nabuco na Terceira Conferência Pan-Americana, cogitava-se que seria ele o indicado de Rio Branco para representar o Brasil na Conferência. O ministro das relações exteriores chegou a convidá-lo, contudo, declinou de sua decisão e acabou por convidar Rui Barbosa, então vice-presidente do Senado, como representante brasileiro. Apesar da polêmica causada pela indicação, Joaquim Nabuco alegava problemas de saúde como o impedimento para a aceitação da posição proposta²⁸. Em 1º de abril, Rui concorda em participar da Conferência. A atuação conjunta de Rio Branco e Rui Barbosa iria inaugurar uma nova etapa na diplomacia brasileira, marcando o início de novos paradigmas na inserção internacional do país, em especial no que dizia respeito ao princípio da igualdade entre nações e à perspectiva universalista. Rio Branco tinha consciência do descompasso da agenda internacional do Brasil, e a participação na Segunda Conferência de Paz fincaria a posição do país no cenário mundial como ator consciente e não como objeto de decisões externas²⁹.

A atuação de Rui Barbosa na Conferência seria fundamental, pois conferiu à política externa outro eixo de ação. Rui criticaria o sistema vigente mundial,

²⁷ As Conferências de Paz foram organizadas pelo czar Nicolau II, e com o apoio do governo da Holanda, ambas na cidade da Haia. A Primeira Conferência teve lugar em 18 de maio a 25 de agosto de 1899. O Brasil, apesar de convidado, não compareceu à reunião, alegando dificuldades internas. O objetivo das reuniões era encontrar mecanismos internacionais que favorecessem a negociação e o entendimento entre as nações. Foi em concordância com esse espírito que foi criada a Liga das Nações em 1919.

²⁸ Ao mesmo tempo em que escolhia Nabuco para ser o representante brasileiro na Segunda Conferência de Paz, Rio Branco lançava o nome de Rui Barbosa como potencial candidato para o cargo. Chegou a propor a Nabuco uma representação conjunta, ao que Nabuco declarou: “não posso ir como segundo, e Rui só pode ir como primeiro”. Rui Barbosa, entretanto, leva quarenta e dois dias para aceitar o convite e o faz por intercessão do então presidente da República, Afonso Penna. Em efeito, porém, Nabuco passava por problemas de saúde, vindo a descobrir que padecia de surdez progressiva.

²⁹ CARDIM, Carlos Henrique. *Op.Cit.* P. 89.

mas assumindo a concordância brasileira em fazer parte dessa reforma. Ao defender tal posição, Rui reconhecia o Brasil como um igual, como membro de uma comunidade internacional e não apenas como uma peça do jogo manipulada por atores mais poderosos. Ao defender o princípio da igualdade jurídica entre os Estados, de maneira veemente, Rui Barbosa lançava as bases da diplomacia multilateral, implantada por Rio Branco.

Deixadas de lado as divergências havidas entre Rio Branco e Rui Barbosa por ocasião da negociação da difícil questão do Acre – como se pôde discutir no capítulo anterior, quando esse último resolveu abandonar o posto de plenipotenciário brasileiro encarregado de discutir os termos do litígio por acreditar que o Brasil estava fazendo mais concessões territoriais do que devia –, o chanceler brasileiro trabalharia pela aceitação do convite feito a Rui, juntamente com o apoio de Nabuco. Para tanto, Joaquim Nabuco aconselhava ao eminente baiano a atuar na Conferência não como um diplomata de carreira, mas sim dando vazão ao seu perfil de político; na missão de um estadista que poderia liberar-se das regras tolas e anacrônicas dos protocolos e formulários³⁰. Por esse conselho de Nabuco, ficava claro que o que se esperava da atuação de Rui Barbosa no cenário internacional era a atuação política do Brasil, na defesa do interesse e prestígio nacionais, conferindo ao homem público, ao político, ao parlamentar, o espaço de atuação na diplomacia brasileira.

Como não poderia deixar de ser, Rui Barbosa desempenhou-se muito bem em sua função, mesmo em vários pronunciamentos técnicos e complicados, que davam o tom da agenda especializada da Conferência. Em todos os momentos, não deixava de atentar para a discriminação político-ideológica das grandes potências contra

os países menores. A grande questão da Conferência foi, porém, a criação de um Supremo Tribunal Arbitral, proposta por uma comissão anglo-germânico-americana, composto por dezessete membros, de países escolhidos com base na população. A Alemanha, a Áustria, a Hungria, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, o Japão, a Rússia e os Estados Unidos teriam direito a designar, cada um, um juiz permanente enquanto os demais países seriam representados por grupos, cabendo à América Latina um só representante.

As divergências da delegação brasileira com as demais delegações começaram, no entanto, com a proposição do Tribunal das Presas, isto é, o estabelecimento de uma jurisdição internacional com poder de decisão sobre o destino das presas de guerra. O Brasil temia que a formação do dito Tribunal influenciasse o sistema de representação do Supremo Tribunal Arbitral, o que de fato ocorreu. O projeto vitorioso do Tribunal das Presas, ao qual o Brasil opôs-se inutilmente, previa a formação de dois grupos: um com assento permanente e formado pelas nações citadas no parágrafo anterior e outro, composto pelos demais países, divididos em classes e cujos juízes teriam mandatos variando de um a quatro anos, dependendo se o posto ocupado era de juiz ou de suplente. Rui Barbosa denunciava o caráter de falta de imparcialidade da questão, decidida sob as paixões da guerra, ferindo-se o princípio da igualdade entre as nações. Nabuco interpretava tal decisão como um retrocesso ao que havia sido deliberado na Primeira Conferência de Paz, sendo o sistema de rotação a “mais pobre invenção”³¹ que havia visto. Apesar de o projeto ter saído vitorioso, o Tribunal das Presas nunca foi instalado, mas, como previra o parlamentar brasileiro, seu sistema de representação influenciou a criação do tribunal de arbitragem.

³⁰ *Ibidem*. P. 101.

Rui Barbosa defendia o princípio da igualdade absoluta tanto de direito quanto de exercício no Supremo Tribunal Arbitral. Para a delegação brasileira, o tribunal deveria possuir quarenta e seis juízes, divididos em ordem alfabética, em três grupos, com mandatos de três anos cada. A proposta de Rui Barbosa, amplamente inspirada em sua vida parlamentar, contemplava o princípio da maioria, onde as partes litigantes decidiriam se submeteriam suas questões ao plenário do tribunal ou aos juízes por elas escolhidos, uma tradição da diplomacia brasileira. O Senador baiano foi tão contumaz na defesa do princípio da igualdade entre nações, que conseguiu atrair o apoio de outras delegações, causando, assim, um verdadeiro impasse na Conferência.

A falta de consenso conduziu os participantes da Conferência à criação de uma pequena comissão para discutir o sistema de representação. Faziam parte dela Léon Burgeois (França), Tornielli (Itália), Joseph H. Choate (Estados Unidos), Marschall von Bierberstein (Alemanha), Mérey Von Kapos-Mère (Império Austro-Húngaro), Nelidow (Rússia), Sir Edward Fry (Inglaterra) e Rui Barbosa. Embora não tenha se chegado a uma conciliação, o grupo chegou a três resoluções, que foram vistas com entusiasmo por Rui Barbosa: eliminação da proposta anglo-germânico-americana, inviolabilidade do princípio de igualdade entre os Estados e rejeição do sistema de rotação dos juízes. Sem um acordo sobre sua composição, a criação do tribunal estava frustrada e a Segunda Conferência de Paz condenada ao fracasso³². A fim de salvaguardar os esforços feitos, contudo, o representante inglês propunha a apresentação de uma declaração que ressaltasse a importância de criação de um tribunal de arbitragem internacional, a despeito do sistema representativo.

³¹ ALENCAR, José Almino *et* SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Op. Cit.* P. 22.

³² *Ibidem.* P. 23.

A proposta sobre o princípio da igualdade entre nações elaborada por Rui Barbosa havia sido feita em comum entendimento com Rio Branco. Apesar disso, a relação entre o parlamentar o chanceler não estava isenta de momentos de tensão e mesmo discordância, decorrente do volume de trabalho e natureza da temática em discussão. Se Rui Barbosa, já no Congresso, tendia a atuar de forma mais individual do que articulando esforços com outros parlamentares, Rio Branco, por seu lado, acompanhava todos os passos da delegação brasileira na Haia, minuciosamente, telegrafando orientações diárias e exigindo informações constantes.

A atuação do parlamentar baiano na Conferência foi, sem dúvida, obstinada e considerada brilhante pela opinião pública brasileira, que lhe aclamou com o título de “Águia de Haia”. Não se pode negar que a atuação de Rui Barbosa obstruiu a iniciativa de criação do tribunal de arbitragem internacional, fazendo com muitos internacionalistas vissem na figura do parlamentar brasileiro o responsável pelo fracasso do mesmo, ao defender a igualdade de soberanias. Se sua oposição aos Estados Unidos havia lhe valido o apelido de “águia”, também impediu que representasse o Brasil, mais tarde, em Versalhes, uma vez que a grande potência norte-americana opôs-se à sua presença, acusando-o de opor-se à organização da justiça internacional. Porém, seria Rui Barbosa o pioneiro de uma visão sem barreiras entre as políticas interna e externa, na aplicação dos princípios da democracia³³. Seria Rui também que defenderia o princípio da neutralidade brasileira, no sentido de imparcialidade, e não de impassibilidade, na Primeira Guerra Mundial, como se verá oportunamente ainda neste capítulo.

³³ CARDIM, Carlos Henrique. *Op.Cit.* P. 222.

Se Joaquim Nabuco e Rui Barbosa foram os maiores expoentes da atuação parlamentar na formulação da política internacional brasileira na Velha República, não foram, certamente, os únicos. Até a chegada de Rio Branco ao Itamaraty, muitos homens de formação política sucederam-se na pasta de relações exteriores como Quintino Bocaiúva, Justo Chermont, Serzedello Corrêa e Olyntho de Magalhães entre outros. Porém, se sua importância não pode ser diminuída, uma análise mais detalhada sobre a atuação desses políticos na condução do Itamaraty não foi tomada aqui em conta em razão do curto período em que passaram como ministros efetivos. Além disso, não se nota maior uniformidade entre as políticas levadas a cabo por tais parlamentares na pasta de relações exteriores, sendo levados a atuar ao sabor dos acontecimentos turbulentos do primeiro período republicano brasileiro, a exemplo do que já se discutiu antes³⁴. O que se privilegiou aqui foi a atuação de dois homens parlamentares que ofereciam alternativas de formulação de política externa, sejam elas dissonantes ou consonantes, àquela propagada por Rio Branco.

Pode-se dizer que após a era Rio Branco no Itamaraty, a política internacional do país assumiu mais identidade, tratando de se continuar a trilhar o caminho aberto pelo Barão. Os sucessores de Rio Branco privilegiaram a política exterior pragmática, onde as relações econômicas, com a preponderância do café, tiveram grande peso. As relações com os Estados Unidos eram vistas, desse modo, como necessárias à consolidação da imagem do Brasil como produtor rural próspero, mas sintonizado com a modernidade mundial.

³⁴ Sugere-se, inclusive, o tema como objeto de pesquisa ulterior, dando-se atenção aos parlamentares que ocuparam o posto de ministro das Relações Exteriores do Brasil antes do período Rio Branco, assim como se sugere maior aprofundamento da política internacional formulada por parlamentares ocupando o cargo de chanceler brasileiro após Rio Branco, como Lauro Müller, Domício da Gama e Otávio Mangabeira.

Lauro Müller, deputado e senador, foi o sucessor imediato de Rio Branco, ocupando o cargo de ministro das Relações Exteriores de 1912 a 1917. Apesar da historiografia corrente não apresentar grandes inovações feitas pelo político catarinense no campo das relações internacionais, conferindo-lhe um caráter de continuador da política de Rio Branco, Müller foi responsável pela resolução da questão do “truste do café” com os Estados Unidos (a ser discutido no próximo capítulo) e pela reticência da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, que será analisada no próximo tópico. Müller seria sucedido por antigo presidente da República, Nilo Peçanha e, mais tarde, por Domício da Gama, que de formação diplomática, não sendo ligado à política e tendo atuado como embaixador brasileiro em Washington, assumiria uma postura mais crítica e pragmática de aproximação com os Estados Unidos, levando o Brasil a se representar em Versalhes, quando do fim da Primeira Guerra e a discussão da constituição da Liga das Nações³⁵.

Otávio Mangabeira, baiano de longa carreira política, seria o último parlamentar a assumir a cadeira de chanceler do ministério do exterior no primeiro período republicano. Sob sua gestão o país definiu por completo suas fronteiras, por meio de tratados, acordos demarcatórios e fixação dos limites já estabelecidos. Definiram-se, desse modo, as fronteiras com a Argentina, Paraguai, Colômbia e Venezuela. Apesar das grandes mudanças administrativas que empreendeu no ministério das Relações Exteriores³⁶, Mangabeira conduziu a política externa do país de

³⁵ Domício da Gama, como já se teve oportunidade de dizer, foi muito próximo do Barão do Rio Branco. Embora tivessem algumas discordâncias em relação à aproximação brasileira com os EUA, em correspondência ao Barão sintonizava-se com a idéia de que o Parlamento não deveria formular uma política exterior própria. Ver *História*. Artigo: “O Cotidiano no Processo de Elaboração das Decisões em Política Exterior e o Início da República no Brasil” por Clodoaldo Bueno. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Vol. 05-06. 1986-1987. PP. 16-17.

³⁶ Como a reforma da biblioteca, arquivo e mapoteca, a organização do pessoal e do serviço, além da criação dos Serviços Econômicos e Comerciais, responsáveis pela centralização da coleta, fornecimento e

forma discreta. O Brasil participou da Sexta Conferência Internacional Americana realizada em Havana em 1928, mas resolveu não lutar pelo assento na Liga das Nações, saindo do grupo; não aderiu ao pacto Briand-Kellog assinado em Paris em 1928 pelo qual os quinze países signatários³⁷ renunciavam à guerra como instrumento de política nacional em suas relações mútuas; manteve-se neutro na guerra entre Bolívia e Paraguai pela região do Chaco³⁸ e privilegiou a aproximação com os Estados Unidos. Para Otávio Mangabeira, os assuntos econômicos e comerciais assumiam importância cada vez maior para a pasta do exterior, e é nessa direção que vai guiar sua política. Mas antes que se discutam os aspectos comerciais predominantes na cena nacional (e mundial) no primeiro período republicano, como se fará no próximo capítulo, é importante que se discuta o papel do Parlamento na entrada do Brasil na Primeira Grande Guerra europeia, bem como na tentativa brasileira de fazer parte do concerto mundial denominado Liga das Nações, ao fim do conflito.

2. Da neutralidade ao conflito: o impacto da Primeira Guerra Mundial no Parlamento Brasileiro

Quando no dia 28 de julho de 1914 o Império Austro-Húngaro declarava guerra à Sérvia em razão do assassinato do arquiduque herdeiro do trono da Áustria, Francisco Ferdinando, o grande edifício da civilização do século XIX desmoronava-se

divulgação de assuntos de interesse comercial e de desenvolvimento econômico do país para dar suporte à ação diplomática.

³⁷ Foram eles África do Sul, Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Polônia e a, então, Tchecoslováquia.

³⁸ O conflito armado entre Bolívia e Paraguai estendeu-se de 1932 a 1935, motivada, sobretudo, pela descoberta de petróleo na base das montanhas andinas. A questão, no entanto, já se apresentava tensa a partir de 1920, quando o Paraguai promoveu algumas ocupações na região. A Bolívia, por sua vez, desejava ter acesso ao oceano Atlântico através do Paraguai.

nas chamas da guerra de dimensões mundiais ao ver seus pilares caídos por terra³⁹. A partir de então, o século XX seria marcado por trinta e um anos de guerra mundial. Até 1914, gozava-se de relativa tranquilidade no cenário internacional, sendo os principais atores desse quadro as grandes potências europeias: Grã-Bretanha, França, Rússia, Império Austro-Húngaro, Prússia (transformada em Alemanha após 1871) e Itália, pós-unificação. Junto a elas, mais duas potências relevantes: Estados Unidos e Japão. À exceção da Guerra da Criméia, que durou apenas dois anos (de 1854 a 1856), não havia existido uma só guerra que opusesse mais de duas potências. As guerras se contavam em semanas e, raramente, os exércitos das grandes potências ultrapassavam as fronteiras inimigas. Não havia existido até o momento nenhuma guerra mundial, na verdadeira acepção do termo, que envolvesse todas as nações, dos diferentes continentes.

A guerra de 1914 mudou esse quadro ao implicar todas as grandes potências e todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, Holanda, Finlândia, Noruega, Suécia e Suíça⁴⁰. Tropas do além-mar foram deslocadas para combater na Europa: canadenses, australianos, neozelandeses, indianos, africanos e norte-americanos vieram combater no Velho Continente. O que começou com uma guerra essencialmente europeia entre a Tríplice Aliança (França, Grã-Bretanha e Rússia) e as potências centrais (Alemanha e Império Austro-Húngaro), acabou por envolver a outros países ao longo do conflito. Enquanto Sérvia e Bélgica uniram-se aos aliados, ampliando a coalizão da Tríplice Aliança, a Turquia e a Bulgária acabaram por aliar-se às potências centrais. Itália, Grécia, Romênia e, mesmo, Portugal acabaram igualmente implicados, assim como o Japão recorreu em auxílio da Alemanha e os Estados Unidos intervieram

³⁹ HOBSBAWM, Eric J. *L'Age des extrêmes. Histoire du court XX^{ème} siècle*. Bruxelles : André Versaille Éditeur, 2008. P. 44.

⁴⁰ *Ibidem*. P. 46.

a favor dos aliados, em 1917, de forma decisiva, após a saída da Rússia do conflito, às voltas com as mudanças na sua política interna. A partir de 1914, ficava longe o prolongado período de paz anterior à guerra, a bela época de estabilidade internacional e celebrada nas exposições universais, centros de prosperidade e inovação tecnológica.

No Brasil, a postura adotada logo após a eclosão do conflito mundial foi a de completa neutralidade. Para isso teve que gerar as dificuldades advindas do estado neutral e a pressão exercida pelas grandes potências, em especial a Alemanha, que tinha interesses comerciais no país. Quando em 1917 a Alemanha decide pela guerra submarina, por meio de operações sem restrições ou avisos prévios, com o objetivo de bloquear a Inglaterra e seus aliados, põe a América Latina em uma situação bastante complicada. Logo após a declaração alemã, feita em janeiro de 1917, os Estados Unidos entram no conflito europeu, com a aprovação do Congresso norte-americano à proposta do então presidente Woodrow Wilson de romper relações diplomáticas com a Alemanha. Os Estados Unidos exortavam a todos os neutros, em especial os países latino-americanos, que acompanhassem a decisão norte-americana.

Em telegrama ao embaixador Domício da Gama em Washington, solicitando informações sobre qual o melhor procedimento a adotar no Brasil, o então ministro do exterior, Lauro Müller tinha intenções de adotar uma atitude uniforme com a América do Sul, se isso fosse possível⁴¹. O embaixador aconselhava cautela, sem o reforço à posição norte-americana, para não parecer que o Brasil havia precedido sob influências sentimentais ou interessadas, passando para a história como o país que romperia relações com a Alemanha por influência dos Estados Unidos⁴². A decisão de

⁴¹ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 458.

⁴² *Idem.*

não acompanhar o posicionamento do poderoso vizinho do norte, rendeu ao ministro Lauro Müller a fama de pró-germanista pelo governo norte-americano que o acusou de ser contrário à deflagração do conflito com a Alemanha em razão de suas origens teutônicas.

Com a mudança de chanceler no comando da pasta de relações exteriores, passando a ser dirigida por Nilo Peçanha, a situação do Brasil perante o conflito mudaria bastante. Enquanto Lauro Müller insistia em não declarar guerra à Alemanha, mesmo após de ter rompido as relações com aquele país⁴³, a opinião pública nacional exaltava-se e pedia, por meio do Congresso e da imprensa, a renúncia do ministro ao cargo; o que de fato aconteceu em 03 de maio de 1917. A chegada de Nilo Peçanha ao ministério das Relações Exteriores traria maior proximidade ao posicionamento dos aliados, uma vez que Peçanha havia assessorado Rui Barbosa, defensor do conceito de neutralidade ativa, em questões de assuntos internacionais. Peçanha mudaria a posição brasileira em face ao conflito.

Ao final de maio de 1917, dois vapores brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães⁴⁴, o que levou o Executivo brasileiro a pedir e obter do Congresso Nacional uma autorização para revogar a neutralidade do Brasil face ao conflito, podendo receber em seus portos os navios de guerra dos aliados sem violar a Convenção da Haia. No entanto, o Brasil ainda não declarava guerra ao Império Alemão. A cautela brasileira era grande e a pressão dos aliados, somada à pressão da opinião pública, era traduzida em ações em etapas quanto ao litígio. É apenas em

⁴³ Em abril de 1917 um submarino alemão torpedeou, sem aviso prévio, na costa ocidental francesa, o vapor brasileiro *Paraná* e não prestaria auxílio às vítimas. Após o incidente, Müller declarou sem efeito os atos dos funcionários consulares alemães no Brasil e rompeu as relações diplomáticas e comerciais com o Império Alemão.

outubro daquele mesmo ano, que, em seguida ao torpedeamento do vapor mercante *Macau*, às proximidades do Cabo Finisterra na França, o Congresso Nacional, a pedido do Executivo, decretou o reconhecimento do estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil.

É claro que o conflito mundial provocou grande polêmica na opinião pública e política brasileiras. Discutia-se não apenas a natureza do litígio, como o posicionamento do Brasil na nova conjuntura internacional que se desenhava. As correntes que apoiavam a neutralidade no conflito, ou a associação aos aliados ou às potências centrais definiram-se naturalmente na imprensa nacional. No Congresso brasileiro, a divisão de opiniões e a formação de distintas correntes não eram menos significativas.

Entre os defensores da posição de neutralidade do Brasil no conflito mundial estavam nomes importantes para a imprensa nacional como Oliveira Lima, Assis Chateaubriand, Azevedo Amaral, Vicente de Carvalho e Alberto Torres entre outros. Para esse grupo, o Brasil não poderia entrar no conflito sem o risco de tornar-se ainda mais dependente dos Estados Unidos. Oliveira Lima, declarou-se neutral e chegou a ser visto com maus olhos pelo governo britânico por denunciar o imperialismo norte-americano, o que lhe valeu a perda do posto de embaixador em Londres e a acusação de simpatia aos alemães. Alberto Torres, por sua vez, via no desgaste das nações litigiosas uma conjuntura da política internacional que poderia ser de interesse para o Brasil, que

⁴⁴ O vapor mercante *Tijuca*, na entrada do porto de Brest, em 20 de maio de 1917, e o vapor *Lapa*, no trajeto das ilhas Canárias para Marselha, dois dias depois.

se fortaleceria com a debilitação das nações em guerra. Para Torres, entrar na guerra e combater ao lado do imperialismo norte-americano só enfraqueceria o Brasil⁴⁵.

Se havia aqueles que defendiam a neutralidade absoluta do Brasil no conflito, como o Deputado Fonseca Hermes que na deliberação sobre o voto de solidariedade à França pedido pelo Deputado Irineu Machado⁴⁶ mostrou-se resistente a qualquer ação que pusesse a neutralidade do Brasil em risco; para outros, como Rui Barbosa, o conceito de neutralidade assumia um tom mais ativo, próximo à postura de defesa dos aliados, que, de fato, acabaria sendo defendida pelo político baiano. Na Haia, ao se pronunciar sobre a reforma das regras de neutralidade das nações em caso de guerra, Rui já defendia que

“[a] reforma a que urge submetê-la deve seguir (...) a orientação pacificadora da justiça internacional. Entre os que destroem a lei e os que a observam, não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade entre o direito e a injustiça. Quando entre ela e ele existem normas escritas, que os definem e os diferenciam, pugnar pela observância dessas normas não é quebrar a neutralidade: é praticá-la. Desde que a violência calca aos pés, arrogantemente, o código escrito, cruzar de braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio.”⁴⁷

⁴⁵ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 456.

⁴⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 08 de agosto de 1914. PP. 95-97. O Deputado Irineu Machado se diz neutro em seu discurso de defesa do requerimento apresentado, mas atenta para a impossibilidade de apresentar indiferença ao resultado da luta que poderia atingir o Brasil política, moral e financeiramente. O voto de apoio à França seria um voto pelo pacifismo. O requerimento foi aprovado em plenário.

⁴⁷ CARDIM, Carlos Henrique. *Op.Cit.* P.241.

Rui defendia ainda que nos tempos de internacionalização dos interesses nacionais e com a interdependência entre as nações, a guerra não poderia isolar-se nos Estados sobre os quais se abria o conflito, fazendo com que a neutralidade devesse receber interpretação mais atual, diferente de outrora⁴⁸.

O conceito de neutralidade vigilante defendido por Rui Barbosa na Haia iria ser tomado como base para a defesa dos aliados no Congresso. Na verdade, a causa aliada iria ser a causa mais popular não só dentro do Parlamento brasileiro, como para a opinião pública do país, que viam na Grã-Bretanha a defensora das liberdades democráticas e na França o berço da civilização cultural moderna. Chegou-se mesmo a criar uma Liga Brasileira dos Aliados, fundada um após o início da Guerra, em 1915, e contando com nomes importantes como Antônio Azeredo, Barbosa Lima, Olavo Bilac, entre outros. Tal associação pró-aliados era presidida por ninguém menos que o próprio Rui Barbosa que, por ocasião de visita a Buenos Aires como representante do Brasil na celebração dos cem anos do Congresso de Tucumán, proferiu o discurso sobre o dever dos neutros, no qual defendeu a comunhão de ações dos países latino-americanos com os Estados Unidos, mas por meio da preservação da independência desses países. O discurso foi não só bem recebido no exterior, como no Brasil e dentro mesmo do Congresso Nacional, onde foi publicado nos Anais da instituição.

A corrente defensora dos germanófilos no Congresso encontrava seu grande expoente no Presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, Dunshee de Abranches. Em discurso proferido no plenário da Câmara em 26 de setembro de 1914, o deputado e escritor, embora defendesse e “mais estrita e

⁴⁸ *Idem.*

inquebrantável neutralidade”⁴⁹, traçava um panorama da tensa situação europeia oculta sob a mirífica fórmula do *equilíbrio continental*. Na análise de Abranches, que sempre foi um defensor de Rio Branco e bastante dedicado aos estudos da política internacional, o que estaria perturbando e comprometendo seriamente os países europeus, a ponto de arriscar sua estabilidade interna e convênios internacionais por meio de uma guerra, seria a crise social. Era a revolução social que determinara o fim do indeciso século XIX e levara ao choque inevitável e terrível das novas idéias que convulsionavam a época, conduzindo, fatalmente, senão ao desmembramento, ao menos à remodelação institucional do Velho Continente⁵⁰.

Abranches, assim como outros políticos de seu tempo, entendia que a disputa mundial tinha razões comerciais e econômicas. No entanto, compreendia que a guerra dava-se no sentido de abalar a “destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha e a sua incontestável supremacia no comércio mundial”, havidas no último quarto de século⁵¹. Assim, não podendo mais Inglaterra e França lutarem no terreno econômico contra Alemanha, tiveram que recorrer às armas para vencê-la e sobrepujá-la. De acordo com o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, o perigo alemão havia se tornado sucedâneo do perigo americano.

A reação ao discurso, ouvido com desmesurada atenção em plenário, foi imediata. Sobrevieram inúmeros apartes de deputados que acusavam Abranches de pôr em risco a neutralidade brasileira ao entoar elogios ao Império Alemão beligerante. As

⁴⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 26 de setembro de 1914. P. 575. Para texto integral do discurso, conferir Volume referente a Anexos. PP. 501-532.

⁵⁰ *Ibidem*. P. 579.

⁵¹ *Ibidem*. P. 581. Para tanto o deputado apresentava dados que comprovavam a extensão do comércio exterior da Alemanha: o valor do comércio de máquinas saltara de 52 milhões de marcos em 1887 para 630 milhões em 1914; o dos ferros grossos e finos de 96 milhões para 580 milhões no mesmo período; o da hulha, de 79 contra 436 milhões; o do *coke*, de 09 para 426 milhões.

acusações de apologia à Alemanha foram rebatidas por Dunshee de Abranches, que dizia apresentar apenas um estudo da organização econômico-social da Alemanha. Porém, a polêmica já havia sido lançada. As correntes dos neutros e aliados inflamaram-se contra Abranches e questionaram sua permanência como presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, após o proferir pronunciamento tão sério⁵².

Nos dez minutos restantes daquela mesma sessão, Calógeras ocuparia a tribuna do plenário para mostrar sua indignação quanto ao discurso proferido por Abranches. Para Calógeras, naquele momento de guerra, um deputado não deveria ocupar a tribuna para exprimir sentimentos pessoais, como havia feito Abranches ao exaltar a Alemanha, principalmente sendo esse deputado o presidente de uma comissão permanente da Casa. Conforme Calógeras, em razão da neutralidade declarada pelo Brasil, a Câmara não poderia emitir nenhuma manifestação de apoio a qualquer dos países beligerantes. A quebra dessa postura de neutralidade, assim interpretada após o discurso de Abranches, deveria levar o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados a deixar o cargo. A sugestão de Calógeras foi ovacionada pelo Plenário.

Em 30 de setembro, em reunião da Comissão de Diplomacia e Tratados, contando com as presenças dos deputados Lamenha Lins, Celso Bayma, José Tolentino, Nabuco de Gouvêa, Coelho Netto, Natalício Camboim e Alberto Sarmiento, era comunicada a renúncia de Dunshee de Abranches da presidência da Comissão⁵³. Em seu lugar assumia Lamenha Lins. Como a pressão política para a renúncia de Abranches havia sido intensa, Celso Bayma propunha que se consignasse em ata nota de louvor e

⁵² Entre os Deputados que se manifestaram imediatamente contra o discurso de Abranches encontravam-se Victor Silveira, Sérgio de Magalhães, Nabuco de Gouvêa, Floriano de Britto, Carlos Maximiliano e Pandiá Calógeras. Raphael Pinheiro defendeu o direito de Abranches em expor a situação da Alemanha, mas não apoiou seu discurso.

agradecimento deputado maranhense pela brilhante direção dos trabalhos daquela Comissão, devendo tal nota ser comunicada ao deputado⁵⁴.

A opção pela neutralidade do Brasil frente ao conflito mundial, contudo, não deixava de enfrentar as pressões advindas das nações beligerantes. Em outubro de 1914, o Deputado Celso Bayma denunciava no plenário da Câmara o incidente ocorrido com o navio mercante alemão *Prussia*, que, atracando nos portos brasileiros, fez provisões para sua tripulação, sem informações ao governo, violando, assim, o estado neutral do país. O navio acabou sendo retido pelo governo brasileiro, que foi elogiado por Bayma no Parlamento⁵⁵. Mas as pressões não eram apenas externas. O ministro do exterior, Lauro Müller, foi duramente criticado pela ala dos “aliados” no Congresso Nacional. O Deputado Corrêa Defreitas cobrava atitude mais neutra do chanceler que expunha suas origens germânicas sendo mesmo recebido com honrarias em Berlim, além de ligar-se a associações alemãs no país. Defreitas lembrava que não se podia esquecer a situação especial do Brasil perante as nações em luta e que Inglaterra, França e Bélgica eram as grandes fornecedoras de capital ao Brasil, atentando para o fato de que o Brasil não poderia descuidar dos seus interesses comerciais internacionais. O deputado pelo Paraná propunha, dessa maneira, um requerimento de informação ao poder Executivo que, concorde à situação de neutralidade do Brasil, deveria esclarecer, entre outras coisas, se o ministro do exterior era membro do Clube Germânico no Brasil e se existiam no sul do país (principalmente em Joinville e Blumenau) estações

⁵³ Abranches estava na presidência da Comissão desde 1913 e havia sido reeleita unanimemente para o cargo já na nova legislatura, iniciada em 1914.

⁵⁴ ATAS DA COMISSÃO DE DIPLOMACIA E TRATADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Vol. 01. 1913-. P.08.

⁵⁵ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 07 de outubro de 1914. PP. 208-216.

radiográficas que se comunicariam com o exterior e com as nações beligerantes, recebendo informações acerca do conflito europeu antes mesmo dos órgãos oficiais⁵⁶.

Em agosto de 1916, o Deputado Dunshee de Abranches, ainda simpático à causa alemã denunciava os esquemas e pressões utilizados pela Inglaterra com os bloqueios comerciais pela criação das *black lists*, arbitrário rol de nações as quais a Inglaterra acreditava colaborar com as potências centrais. A fim de denunciar a ingenuidade dos “aliadófilos” que estariam sendo parciais na apreciação dos excessos da guerra, cometidos por ambos os lados, e estariam ignorando o avanço do imperialismo britânico e francês, Abranches apresentou uma proposta de lei que impedisse que fossem representados junto ao governo brasileiro todos agentes diplomáticos ou consulares que, por publicações na imprensa, circulares, cartas ou qualquer outro meio, procurassem direta ou indiretamente cercear a atividade de comércio do Brasil com outras nações, garantida pela Constituição⁵⁷. O projeto polêmico reforçava o apoio de Abranches ao modelo econômico alemão, mas colocava em risco as relações tradicionais com Inglaterra e França, que usavam a imprensa para pressionar a quebra da neutralidade brasileira. O projeto acabou sendo retirado pelo próprio Abranches, em razão da pressão feita pela corrente favorável à Tríplice Aliança e pelos defensores da neutralidade nacional no conflito, ciosos da importância dos interesses comerciais internacionais brasileiros com as potências aliadas.

As denúncias contra o imperialismo alemão também existiam e eram usadas pelos aliados para apontar não apenas a tendência comercial imperialista alemã, como também a imposição do ideal de domínio do mundo, traduzido em seu modelo

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 07 de agosto de 1916. P. 465.

cultural. Essa era a postura defendida por Calógeras que chamava atenção para o fato de que apesar de desastrosa para os interesses comerciais mundiais, a Alemanha agira de modo a tornar a guerra inevitável⁵⁸.

Quando os navios brasileiros são torpedeados em 22 e 24 de maio de 1917, o Brasil resolve, enfim, sair do estado de neutralidade em que se encontrava, revogando o Decreto presidencial de número 12.458 de 25 de abril daquele mesmo ano. Por aquele decreto, o Brasil afirmava sua neutralidade diante da declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha. A revogação do decreto foi primeiro discutida em sessão secreta na Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, no dia 26 de maio de 1917. O parecer do Deputado Alberto Sarmiento, então presidente da dita comissão, sobre a revogação do decreto foi unanimemente aprovado⁵⁹, com exceção do Deputado Maurício de Lacerda que pediu para constar em ata seu voto separado. Lacerda alegava ser contrário à quebra de neutralidade pelos riscos da aproximação com os Estados Unidos que a situação traria ao Brasil:

“Tenho sido dela divergente todas as vezes que a procuraram implantar contra as soberanias americanas, *exempli gratia* no caso do México. Não [poderia], porém, desconhecer, no momento, as mensagens de uma eventual mais íntima aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil, feita do sabor das circunstâncias internacionais do tempo presente e destinadas, tão somente, à melhor difusão das soberanias americanas. Desejo, de um modo geral, frisar desde logo essa minha discordância com o parecer.”⁶⁰

⁵⁸ CALÓGERAS, Pandiá *apud* BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 455.

⁵⁹ Eram membros da Comissão à época: Alberto Sarmiento, Souza e Silva, Augusto de Lima, Nabuco de Gouvêa, José Tolentino, Coelho Neto, José Maria Tourinho, Manoel Villaboim e Maurício de Lacerda.

⁶⁰ ATAS DA COMISSÃO DE DIPLOMACIA E TRATADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Vol. 01. 1913-. P. 15.

Ao chegar a plenário o parecer da Comissão de Diplomacia e Tratados, em 28 de maio de 1917, Maurício de Lacerda lembra que havia sido votado no âmbito da Comissão um requerimento a ser apresentado em plenário para que a sessão que decidisse sobre a quebra de neutralidade brasileira fosse secreta. Entretanto, a votação de tal requerimento não havia sido anunciada, o que causou indignação em Lacerda ao ver, nessa omissão, o esvaziamento dos poderes da Comissão. Tal indignação revelava que a imposição da votação da quebra de neutralidade pelo Executivo e o atendimento ao clamor da opinião pública estavam sendo mais determinantes na decisão do Parlamento do que as próprias decisões do Congresso. A Mesa da Casa invocou, então, regras regimentais⁶¹ para que a apreciação do parecer fosse pública, o que, de fato, acabou acontecendo.

Dunshee de Abranches, em votação ao requerimento, pediu que fosse registrado nos Anais da Casa seu voto contrário à quebra da neutralidade brasileira no conflito europeu por acreditar que os interesses do Brasil não eram os mesmos dos Estados Unidos, que tinham na guerra duplo objetivo, o político e o comercial. Em sua justificação de voto, Abranches invocou a figura do Barão do Rio Branco, de quem fora muito amigo, alertando para o desvio “deplorável e perigoso” na linha tradicional da política exterior brasileira. Para o deputado maranhense, ainda que o Brasil aderisse à Doutrina Monroe e cultivasse a amizade com os Estados Unidos, não poderia abrir mão de sua independência, pondo em risco os efetivos interesses nacionais. Na sua justificação, o Brasil deveria procurar o mais possível fortalecer-se economicamente

⁶¹ A época, para requerimento de sessão secreta, era necessário o apoio de quarenta deputados ou a manifestação por escrito de alguma Comissão, ou ainda por iniciativa dos deputados, mas ouvidos em reunião secreta, os presidentes das comissões permanentes. A Mesa alegou que não havia recebido nenhum requerimento por escrito e por isso a sessão seria pública.

durante o conflito ultramar, a fim de salvaguardar, depois da paz, sua soberania de qualquer surpresa ou eventualidade perigosa⁶².

Quando seis meses depois da quebra de neutralidade brasileira o encouraçado *Macau* é torpedeado por submarinos alemães, aumentando a pressão externa sobre o Brasil, elevam-se, à mesma medida, as pressões internas dos diversos setores da sociedade, que levam o governo a declarar guerra à Alemanha. Em 26 de outubro de 1917, chegava ao Senado Federal a proposição de n.º 147 da Câmara dos Deputados reconhecendo o estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil e autorizando o governo a tomar as medidas de defesa nacional e a fazer operações de crédito que entendesse necessárias.

Em defesa à proposição de discussão em turno único, Rui Barbosa declarava, com o apoio de todos os senadores, que a entrada do Brasil na guerra significava a defesa dos seus próprios interesses, quer morais, políticos ou jurídicos. Relembrava o conceito de neutralidade que havia defendido até então: a reação, pelo menos moral, contra o direito exclusivo, assumido pela força, de governar o mundo⁶³. Para Rui, era natural que o Brasil não se esquivasse a participar da guerra, visto que fora forçado pela Alemanha a dela tomar parte. Apesar do apoio que dá à decisão do governo brasileiro, Rui, como grande jurista que era, chama atenção para o fato da impropriedade da redação da proposição enviada pela Câmara dos Deputados. Conforme o senador baiano, o art. 34, n.º 11 e o art. 48, n.º 08 da Constituição Federal⁶⁴ dispunham que em nenhuma hipótese a guerra poderia ser declarada pelo Congresso Nacional. A guerra era sempre declarada pelo Poder Executivo, ou por ato de sua

⁶² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 28 de maio de 1917. PP. 667-668.

⁶³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 26 de outubro de 1917. P. 441.

espontaneidade diante das circunstâncias que a legitimassem, ou por autorização do Congresso Nacional. Assim sendo, para Rui havia impropriedade textual ao se dizer que o Congresso reconhecia e proclamava a guerra contra a Alemanha; o correto seria dizer que o Congresso Nacional autorizava o Poder Executivo a proclamá-la.

Apesar do preciosismo jurídico e lingüístico de Rui Barbosa, ficava claro que o Congresso exigia que fosse tratado com o deferimento necessário, não se limitando a reconhecer pura e simplesmente os atos do Executivo, mas sim permitindo que eles se concretizassem. Em sessão em setembro de 1916, um ano antes da declaração de guerra à Alemanha, o Senador Miguel de Carvalho ao discutir o parecer da Comissão de Finanças, que abria crédito extraordinário para a manutenção do estado de vigilância de neutralidade de então, denunciava a situação de desconfiança política em que incorria todo aquele parlamentar que se posicionasse publicamente contra o governo federal⁶⁴. Na Câmara também ressoavam insatisfações quanto ao lugar reservado ao Parlamento na discussão de política exterior. Declarava o Deputado Miguel Lacerda na discussão sobre o polêmico projeto do colega Dunshee Abranches sobre o rompimento de relações com as nações beligerantes que tentassem impedir a atividade comercial brasileira:

“Em primeiro lugar, contesto formalmente, em face de qualquer doutrina, que o Poder Executivo tenha sobre o Legislativo a preeminência no exame das questões internacionaes. O Poder Executivo é o representante do Paiz na practica dos actos internacionaes. O exame das questões, porém, pertence ao Parlamento. Nenhuma questão, nem mesmo essas cuja iniciativa como desse parecer de todo em todo cabível ao Poder Executivo, pertence-lhe unicamente, porque estas mesmas, que são suas mais

⁶⁴ Conferir texto completo da Constituição de 1891 no volume referente aos Anexos. PP. 419-447.

⁶⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 26 de outubro de 1917. P. 445.

ou menos privativas, perdõem-me a expressão um pouco paradoxal de accções com o que vou concluir della, vêem, por força da preeminência do Legislativo, ao seu exame e à sua aprovação.”⁶⁶

Deixadas de lado as críticas ao Poder Executivo, Rui Barbosa, assim como outros homens de sua época, via na entrada do Brasil na guerra um motivo para considerar o país como igual a outras nações liberais do mundo, solidificando os laços com os vizinhos latino-americanos e unindo forças com o colosso norte-americano. É desse modo que em 26 de outubro de 1917 o Senado aprovaria, por votação nominal e unânime, a entrada no Brasil no conflito mundial, com a declaração de estado de sítio no país e com a tomada das devidas medidas de exceção contra estrangeiros residentes em território nacional.

É certo que a entrada do Brasil na guerra foi o resultado da convergência de múltiplas causas com as pressões internas e externas, além do próprio contexto da época. A opinião pública pressionava por reações mais enérgicas do governo frente ao torpedeamento dos navios brasileiros. Para Bueno⁶⁷, além do pan-americanismo e da solidariedade continental, a entrada na guerra para o Brasil significava libertar o comércio exterior brasileiro das restrições impostas pelos aliados. A neutralidade do Brasil não melhorava as condições de seu comércio exterior. A entrada dos Estados Unidos no conflito teve forte impacto na decisão de quebra de neutralidade do Brasil que adotou tal posicionamento não apenas pelos navios torpedeados, mas como “em honra” dos vizinhos do norte. Afora os navios mercantes que haviam sido retidos nos portos brasileiros, o país poderia lucrar também na construção de sua posição de prestígio mundial ao fazer parte das negociações de paz, como se discutirá em seguida.

⁶⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 07 de agosto de 1916. P. 482.

3. Pretensões de prestígio internacional. O Brasil na Liga das Nações.

A participação do Brasil na guerra se deu quando o conflito caminhava para seu fim. A contribuição brasileira foi modesta se comparada às demais potências envolvidas no litígio, mas nem por isso foi menos cara. Da América do Sul, o Brasil foi o único dos países a tomar parte na Primeira Guerra e também das conferências de paz e da estruturação da Sociedade das Nações, organizadas pelos vitoriosos. Em 16 de janeiro de 1920 teve lugar em Paris, a primeira reunião do Conselho da Sociedade das Nações, organizada pelos Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, Bélgica, Grécia e Brasil lá estavam representados.

A Sociedade das Nações, como resultado dos tratados de paz, respondia às necessidades sentidas pelos povos vítimas da guerra segundo o objetivo de estabelecer paz estável e duradoura. Várias organizações privadas e homens políticos de diversos países tinham por preocupação principal o estabelecimento e consolidação desse estado de paz. O presidente norte-americano Woodrow Wilson, apesar de não se interessar no início pela Sociedade, ao aderir à idéia em 1916, tornou-se um de seus adeptos mais fervorosos já que via nessa associação de países uma forma de combater o princípio do equilíbrio europeu, ao qual ele era fortemente hostil por acreditar que tenha sido esse o motivo da eclosão do conflito; Wilson não acreditava em um diretório de potências que impunham sua vontade aos países mais fracos⁶⁸.

O objetivo principal dessa Liga de Nações era, portanto, regulamentar pacífica e democraticamente os problemas antes que eles se agravassem, de preferência

⁶⁷ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 463.

⁶⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste et KASPI, André. *Histoire des Relations Internationales de 1919 à 1945.* Paris : Armand Colin, 2001. P. 50.

por meio de negociações públicas, de “alianças abertas concluídas em pleno dia”⁶⁹, uma vez que a guerra havia tornado suspeitos a diplomacia secreta e os processos habituais de negociação internacional. A Sociedade representava, assim, uma reação contra os tratados secretos havidos no decurso da guerra pelos Aliados, que haviam recortado a Europa e o Oriente Médio, sem levar em conta os interesses dos habitantes daquelas regiões.

Os membros da Sociedade ou Liga das Nações, como ficou conhecida no Brasil, eram os signatários do Tratado de Paz de Versalhes, de 1919 (e outros menores negociados entre 1919 e 1920). Isso significava dizer que dela faziam parte, além dos países aliados, treze outros Estados neutros durante a guerra, mas que aderiram ao pacto quando da sua criação e todo e qualquer Estado independente que houvesse aceitado as obrigações internacionais decorrentes do pacto, uma vez admitidos pela assembléia da Sociedade com uma maioria de dois terços. Os países vencidos estavam, provisoriamente, excluídos da Liga. Para ser expulso da Sociedade das Nações, um país deveria contar com um voto do Conselho e de todos os outros membros da Sociedade. Em caso de retirada por vontade própria, como será o caso do Brasil em 1926, deveria haver um aviso prévio de dois anos⁷⁰.

Para que se entenda, todavia, em que ambiente processaram-se as ambições brasileiras no pós-guerra, é preciso que se fale, rapidamente, da estrutura organizacional da Liga das Nações. A Sociedade era composta por três organismos principais: a Assembléia, o Conselho e o Secretariado. A Assembléia era composta de

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric J. *L'Age des extrêmes. Histoire du court XX^e siècle*. Bruxelles : André Versaille Éditeur, 2008. P. 59.

⁷⁰ DUROSELLE, Jean-Baptiste et KASPI, André. *Op.Cit.* P. 52.

três delegados ou mais por Estados membros, com cada Estado dispondo de um voto. Ela contava com um comitê executivo formado por um presidente e seis vice-presidentes e seis comitês permanentes, especializados por temas e onde todos os Estados eram representados. Era responsável pela votação das resoluções ou recomendações e pela eleição dos membros não-permanentes do Conselho, além dos juízes para a Corte de justiça internacional. O Conselho, por sua vez, era composto por cinco membros permanentes, reduzidos a quatro, em razão da abstenção norte-americana, e de quatro membros provisórios (seis, a partir de 1922 e nove, a partir de 1926), escolhidos por meio de sistema de rodízio de cadeiras. Era o órgão central da Sociedade, ocupando-se com todas as questões concernentes à paz mundial. Já o Secretariado possuía tarefa mais modesta de preparar os documentos e relatórios para a Assembléia e o Conselho, contando com cerca de seiscentos funcionários, vindos de cinquenta países⁷¹.

Quando da Conferência de Paz de Versalhes, o Brasil, contando com o apoio norte-americano, fez-se lá representar com três delegados⁷², enquanto as grandes potências – Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão –, foram representadas por cinco delegados e os Estados menores por um ou dois delegados. A boa representação do Brasil em Versalhes deu-se pela habilidade do então chanceler brasileiro, Domício da Gama, que desfrutava de grande prestígio entre as autoridades norte-americanas. Seria pela mesma razão que o Brasil estaria representado na Liga das Nações, como membro temporário, com um mandato de três anos.

⁷¹ *Ibidem*. P. 53.

⁷² O Brasil foi o único país da América Latina que atuou no conflito mundial, afora Cuba que, então, estava sob tutela norte-americana.

A primeira reunião da Assembléia da Sociedade das Nações deu-se entre 15 de novembro e 18 de dezembro de 1920, em Genebra, sem a presença dos Estados Unidos. Apesar da ausência norte-americana, o Brasil permanece leal à Liga, por nela fazer parte como membro temporário, reeleito inúmeras vezes. O Brasil foi representando por quatro delegados no Conselho: Pandiá Calógeras, Olyntho de Magalhães, Epitácio Pessoa e Raul Fernandes. Desde Calógeras⁷³, o Brasil reclamaria da injustiça da representação dos Estados no Conselho da Sociedade das Nações, baseando-se no princípio já defendido por Rui Barbosa na Conferência de Paz da Haia, treze anos antes. Para Calógeras era ilógico proclamar o princípio de igualdade na Liga das Nações e negar sua aplicação de fato, o que conferia às grandes potências o direito de julgar as pequenas⁷⁴. Com a pressão de Calógeras e Olyntho de Magalhães, então ministro plenipotenciário em Paris e integrante da comissão brasileira, a favor da proteção dos países de interesses limitados (distintos das grandes potências, que eram consideradas como possuidoras de interesses gerais), a representação brasileira conseguiu a aceitação da presença das potências menores nas diversas comissões da Sociedade das Nações.

O debate interno sobre a adesão do Brasil à Liga acabou ocorrendo sem maiores problemas políticos. Desde a participação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes, o Congresso, assim como grande parte da opinião pública, via na ação internacional do país motivo de prestígio no plano internacional, pois “o Brasil, país novo, [ia] firmando a sua autoridade no seio dos Congressos, das Conferências e

⁷³ Em 1915, Calógeras havia substituído interinamente o Ministro da Fazenda de Wenceslau Brás. Por acusações de má administração e corrupção foi reconduzido à Câmara dos Deputados em 1918. Com o término da Primeira Guerra Mundial, Calógeras integrou a delegação brasileira na Conferência de Paz em Versalhes, chefiada por Epitácio Pessoa. Com o retorno de Pessoa ao Brasil para assumir a presidência da República, Calógeras passou a chefiar a delegação.

ultimamente junto à Sociedade das Nações”⁷⁵. Quando ainda da votação na Câmara da redação final do projeto n.º. 515, de 1919, em 07 de novembro do mesmo ano, que aprovava o Tratado de Paz celebrado em Versalhes; muitas foram as manifestações de apoio ao texto do Tratado, apesar das reservas quanto às cláusulas financeiras e outras imperfeições jurídicas⁷⁶ de um tratado realizado em um período imediatamente posterior ao término da guerra.

Na verdade, no Parlamento, a maior preocupação dava-se em torno de três problemas que ficaram por ser resolvidos quanto ao Brasil no fim da guerra. O primeiro deles referia-se à questão do café. Ainda em Versalhes, nas discussões sobre os temas de reparações de guerra, a delegação brasileira voltou sua atenção ao reajuste do valor do café depositado em bancos alemães. Em 1914, antes do início da guerra, o Estado de São Paulo havia cerca de dois milhões de sacas de café em portos alemães e belgas, como garantia de dois empréstimos tomados em bancos europeus. Com o início da guerra e o Estado de São Paulo, temendo o confisco, determinou sua venda e depositou o valor da venda, em marcos alemães, no banco Bleischroeder de Berlim. O dinheiro depositado foi confiscado pela Alemanha, que se comprometeu restituí-lo ao final do conflito. Ao fim da guerra, além de reivindicar o valor integral do depósito e os juros correspondentes, o Brasil pediu a atualização cambial da dívida, o que, a princípio foi recusado pela Conferência de Versalhes. No entanto, com o apoio do presidente norte-americano, prevaleceu a tese brasileira de correção cambial.

⁷⁴ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. P. 09.

⁷⁵ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de setembro de 1924. P. 65.

⁷⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 07 de novembro de 1919. PP. 562-575.

O segundo problema a ser resolvido pelo Brasil tinha a ver com os setenta navios alemães apreendidos em portos brasileiros durante a guerra. O Brasil havia apreendido as embarcações sem, todavia, declarar seu confisco, como faziam os outros países beligerantes. A intenção brasileira era obter sua propriedade por meio do pagamento de uma indenização. O fato do Brasil nunca ter pretendido apropriar-se dos navios durante o período do conflito foi usado como motivação por Epiácio Pessoa para embasar os interesses brasileiros⁷⁷. Pessoa esperava que no acerto de contas com a Alemanha, o Brasil pagaria apenas o saldo restante existente, depois de efetuados os pagamentos das dívidas alemãs para com os Aliados. A tese defendida pela França, que arrendara trinta das embarcações retidas pelo Brasil, era a da partilha dos navios mercantes alemães entre os vencedores da guerra, na proporção de suas perdas marítimas. Essa tese era prejudicial ao Brasil que, assim, perderia todos os navios que retivera. O Brasil insistiu em sua posição, lembrando à França que ela havia reconhecido a cessão definitiva dos navios aos brasileiros, no momento de sua compra. O presidente norte-americano serviu de temporizador da contenda entre França e Brasil e o Conselho Supremo da Conferência de Paz acabou por aceitar grande parte das teses brasileiras, mediante o pagamento de indenizações. A França assinou o protocolo com reservas⁷⁸.

Por fim, restava ao Brasil solucionar a questão do desarmamento militar prevista pelo Tratado de Versalhes. O Brasil opunha-se à limitação de sua capacidade militar, principalmente a naval. A delegação brasileira em Paris recebeu a orientação de

⁷⁷ *Missões de Paz: a Diplomacia Brasileira nos Conflitos Internacionais*. Artigo: “Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações” por Fernando de Mello Barreto. Edição comemorativa dos cem anos de paz nas fronteiras do Brasil. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo6.html. Último acesso em 07 de março de 2009.

⁷⁸ *Idem*.

atuar de forma a inibir a segurança no litoral nacional. No Congresso Nacional a questão causou alvoroço. No final do ano de 1920, era apresentado na Câmara dos Deputados um requerimento ao Poder Executivo que pudesse explicar as ações do embaixador brasileiro em Paris, Gastão da Cunha, que, conforme notícias veiculadas no cotidiano *O Paiz*, estaria de acordo com o monopólio da fabricação de material bélico pelas potências vencedoras, excluindo as potências menores, alegando o medo de o Brasil ser privado da compra do material pela oposição à proposta dos Aliados na Conferência de Paz⁷⁹. A Câmara exigia que se combatesse o monopólio da indústria de armamentos pedindo ao governo federal que procurasse todos os meios e por todos os modos evitar que semelhante proposta pudesse ser aceita definitivamente na Liga das Nações. Levando em conta a insistência dos argumentos brasileiros, a Assembléia da Conferência de Paz acabou por concordar no exame de casos especiais de países sem segurança suficiente.

O governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) estimulou a participação do Brasil na Liga, sendo mesmo acusado de grande aproximação com os Estados Unidos. Mas foi no governo de Arthur Bernardes que a participação do Brasil na Liga foi associada à conquista de prestígio no cenário internacional. Em mensagem presidencial dirigida ao Congresso em 1924, Bernardes ressaltava a importância da Sociedade que, a seu ver, era o ponto central da vida política internacional de então. Além disso, Bernardes voltou a atenção da opinião pública nacional para a política exterior e o assento na Liga das Nações, a fim de desviar os olhares da tumultuada situação doméstica de então. Nem mesmo a não-adesão dos Estados Unidos ao pacto realizado em Genebra – alegando não aprovação pelo seu Senado e fortalecendo sua política

⁷⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 07 de dezembro de 1920. PP. 870-874.

isolacionista – não impediu o Brasil de continuar integrando a Liga das Nações, nem de fazer diligências no sentido de conquistar o posto de permanente no Conselho da Liga.

O desejo por um assento como membro permanente da Liga das Nações começou a tomar forma quando surgiu a expectativa de que o Brasil poderia perder seu posto de temporário em razão de não-reeleição, ocasionada pelo rodízio de cadeiras no Conselho. Durante a presidência de Bernardes, arvorando-se como representante da América Latina, o Brasil lançou sua candidatura e, com isso, as bases de um projeto de prestígio internacional. Para o delegado brasileiro em Genebra, Afrânio de Melo Franco, o assento permanente no Conselho é que daria ao Brasil a consideração devida uma vez que, na realidade, só gozavam de prestígio e autoridade os países que impunham respeito pelo poderio militar e pela situação econômica e financeira. Em 13 de março de 1924 foi promulgado o decreto que criava representação permanente do Brasil em Genebra, a fim de alcançar o objetivo do assento permanente; objetivo primordial na agenda internacional estabelecida pelo ministro do exterior de Bernardes, Félix Pacheco.

Durante os anos que permaneceu na Liga das Nações, o Brasil deu mostras de uma política multilateral ao tratar de assuntos de “interesse geral”. Garcia⁸⁰ destaca como exemplo disso a atuação de Raul Fernandes nos trabalhos de organização da Corte Permanente de Justiça Internacional criada no âmbito da Liga. Foi Fernandes o autor da fórmula da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória que tornou possível, mediante declaração soberana dos Estados, a jurisdição obrigatória da Corte, tanto incondicionalmente ou sob condição de reciprocidade; cláusula essa que preservou o

⁸⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. *Op.Cit.* PP. 49-65.

princípio da igualdade jurídica entre todos os Estados, já pregado por Rui Barbosa em 1907 na Haia.

O papel de mediador do Brasil entre as grandes e as pequenas potências foi uma vitória na Liga que não pode ser menosprezada. Na Câmara dos Deputados, em discussão ao projeto de n.º. 142 de 1924 que aprovava o tratado relativo à solução judicial das controvérsias a surgirem entre Brasil e Suíça, o Dep. Fonseca Hermes chamou atenção para a atuação de Raul Fernandes na Sociedade das Nações:

“O nosso Delegado junto á Sociedade das Nações fez triumphar o ponto de vista brasileiro, inscripto desde 24 de fevereiro de 1891, na nossa lei por excellencia, cogitação que fora expressa pelo Governo Provisorio ao projecto de Constituição enviado ao Congresso Constituinte. Medida liberalissima, o arbitramento como solução obrigatoria das controvérsias entre o Brasil e outros Estados é preceito consagrado de nosso Direito Institucional.”⁸¹

Entretanto, a vitória almejada pelo Brasil era pertencer ao Conselho permanente da Sociedade. O ponto crítico da situação ocorreu logo após os Acordos de Locarno, em 1925, que tiveram como objetivo a distensão do princípio dos membros permanentes a fim de integrar politicamente a Alemanha, conferindo a ela, e apenas a ela, o direito de integrar o Conselho com assento permanente. O Brasil, que pleiteava a posição, vetou o ingresso da Alemanha em reunião do Conselho em 1926. Entretanto, viu-se isolado em sua política pois não era apoiado pelos vizinhos latino-americanos como representante da América. Para as nações latino-americanas, o que se deveria ter em vista era a reconciliação das potências européias. O delegado argentino, Honório Pueyrredón, havia proposto a admissão automática na Liga para os Estados que a

⁸¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de setembro de 1924. P. 65.

pleiteassem, assim como a eliminação da distinção entre membros permanentes e temporários nas eleições. O Brasil opôs-se fortemente à proposição lembrando que a Argentina havia adotado postura neutra durante o conflito mundial, enquanto o Brasil lutava ao lado das potências aliadas, o que apenas corroborava a imagem de busca de prestígio internacional desejado pelo Brasil.

Internamente, a opinião pública encontrava-se dividida quanto à crise em Genebra. De um lado estavam os defensores da política autoritária de Bernardes, chamados de “patriotas”, e, de outro, os opositoristas, ou “derrotistas”⁸². O *Jornal do Commercio* era comandado pelo ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, e liderou o trabalho de convencimento da opinião pública em favor da posição brasileira na busca do assento permanente no Conselho da Liga das Nações. No Congresso, o deputado pelo Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor, então presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados era o grande defensor da política exterior de Bernardes. A oposição apontava a política externa isolacionista perseguida pelo Brasil, dissonante dos princípios defendidos na Liga. Não bastasse isso, defendia-se ainda a idéia de que a participação na Liga era bastante dispendiosa para o país e que o organismo internacional representava, na verdade, uma associação de fortes contra os fracos, sob o comando da Grã-Bretanha. Insistir na permanência na Liga era visto como ato de megalomania do Itamaraty, devendo o Brasil retirar-se imediatamente do organismo internacional. Entre os opositoristas encontravam-se nomes como Assis Chateaubriand e Azevedo Amaral.

A entrada da Alemanha no Conselho da Liga das Nações levou o Brasil a pedir a sua retirada como membro temporário em 10 de junho de 1926. O Brasil

responsabilizou as potências signatárias do Tratado de Locarno por terem discutido as mudanças do Conselho em reuniões secretas e não de modo aberto no Conselho ou na Assembléia da Liga e também denunciou a situação de desigualdade e inferioridade em que se encontravam os países americanos no seio da Sociedade das Nações. Na fundamentação de seu pedido de retirada declarava que o continente americano estava pouco representado na Liga com a não-participação dos Estados Unidos e o afastamento da Argentina. Lembrava ainda que o Brasil havia dado contribuição significativa à Sociedade e que as sucessivas reeleições como membro provisório deveriam ter como resultado justo, a integração do Brasil ao Conselho não sendo imparcial, portanto, a decisão de acolher a Alemanha como membro permanente⁸³.

O Brasil deixava a Liga com grande ressentimento. Entre suas duras críticas ao órgão internacional, denunciava o caráter não-universal da Liga, acolhedora apenas das grandes potências em seu quadro permanente. Para o Brasil, a Sociedade das Nações estava distante do ideal americano pois perpetuava o passado e não se preparava para o futuro⁸⁴. Na análise brasileira, o organismo mundial transformara-se em associação dominada pela força e fugindo à sua missão pacificadora. O órgão havia tornado-se uma liga de grandes potências, em grande parte, européias. Para o governo de Arthur Bernardes, que havia lutado às raias da obsessão pela inclusão do Brasil entre as grandes potências, a retirada da Liga trazia uma grande chaga ao prestígio brasileiro no cenário internacional e comprometia o orgulho nacional. No dia 12 de junho o Brasil apresentava sua notificação de retirada definitiva da Sociedade das Nações. Em 1928, na gestão de Washington Luís o Brasil confirmou sua retirada definitiva da Liga.

⁸² GARCIA, Eugênio Vargas. *Op.Cit.* P.109.

⁸³ CERVO, Amado Luiz *et* BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992. P. 205.

Naquele momento, por meio do ministro do exterior Otávio Mangabeira, o Brasil não se curvou à demanda feita pelo Conselho para voltar ao organismo internacional. Todavia, o Brasil dispunha-se a participar, quando convidado, das conferências internacionais e dos trabalhos promovidos pela Liga, no que julgasse de seu interesse. O Brasil assumiu a postura de “colaborador desinteressado”⁸⁵ e concentrou os esforços da diplomacia nos seus interesses econômicos e comerciais.

Calógeras criticou a falta de habilidade do Brasil, a pouca discrição da diplomacia brasileira ao tratar da questão e congratulou a saída do Brasil da Liga das Nações. Na verdade, a saída do Brasil não comprometia os interesses maiores do país muito além do brio nacional. As relações do Brasil com a Alemanha continuaram intactas, tornando-se mesmo essa potência européia um dos maiores parceiros comerciais do país no começo da década de 30. Se Brasil foi acusado pela Europa de ter contribuído para o malogro das negociações levadas a cabo dentro da Sociedade das Nações, a acusação recaiu sobre um bode expiatório, uma vez que aquele organismo, já caminhava para o fracasso em razão dos desentendimentos e rivalidades entre as potências européias em seu seio. A não-participação dos Estados Unidos havia retirado, desde o princípio, a verdadeira significação do organismo. Os princípios não equânimes estabelecidos pelo Tratado de Versalhes para os participantes da guerra não poderiam ser a base para uma paz estável. Ao contrário, condenaram o mundo a uma nova guerra, praticamente certa desde o princípio dos acordos de paz em 1919, visto que novos atores de peso entravam no cenário internacional, antes dominado apenas pelas potências européias.

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ GARCIA, Eugênio Vargas. *Op.Cit.* P. 14.

4. A integração e a defesa nacionais como via de acesso ao prestígio internacional

Após a Primeira Guerra e os tratados de paz que desencadearam o segundo conflito mundial, ficou mais claro para o Brasil a necessidade de integração do território nacional como maneira de se afirmar como potência regional e de ganhar maior espaço no cenário internacional. Não é à toa que após sua retirada da Liga das Nações, o advento da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, o Brasil insistiria por muitos anos nos argumentos contrários à limitação de sua capacidade bélica reduzida em relação à extensão do país, de suas fronteiras e costa marítima.

Durante a transição do Império para a República, como se pôde discutir no capítulo anterior, o Brasil firmou uma série de tratados de limites fronteiriços, em sua maioria na região amazônica. Forjou-se um novo mapa do Brasil, com regiões inacessíveis, fronteiras indivisas e antigas áreas de conflito passando a integrar o território nacional. A República recém instalada conseguiu estabelecer novas políticas de colonização e conquista do território, demarcando fronteiras e consolidando o desenho geográfico do país. Em um quadro histórico, o ambiente político desenhava-se entre uma herança territorial desarticulada política e economicamente e a constatação empírica da dimensão territorial do país, recém constituído com imensas porções isoladas e desconectadas do centro dinâmico no Brasil. Assim, sobre essa estrutura política, o novo regime conseguiu efetivar, regular e repetir seu domínio sobre o território brasileiro, em processo de composição.

A sucessão de acordos realizados pela gestão de Rio Branco no ministério das Relações Exteriores trouxe a consolidação da República por meio da afirmação das fronteiras. Essa consolidação deu-se, principalmente, pela modernização econômica, por meio da industrialização, urbanização, tecnologia, e pela remodelação das instituições, como as forças armadas. Avançou-se o conhecimento sobre o perímetro e realidade territorial brasileiros, construiu-se a estrada de ferro Madeira-Mamoré e pensou-se mesmo na possibilidade de integração americana com a criação da estrada de ferro pan-americana. Era preciso incorporar o território nacional, conhecê-lo e divulgá-lo, a fim de melhor administrá-lo. Após Rio Branco, cresceria a cooperação entre diplomacia, engenheiros e militares (algo que já havia sido tentado com as explorações feitas pela Comissão Rondon no começo do século XX).

A preocupação brasileira com a integração do território nacional trouxe também inquietações a respeito da segurança de suas fronteiras e litoral. Assim, pouco depois da Primeira Guerra, o Brasil adotou postura polêmica no cenário internacional, principalmente entre os vizinhos sul-americanos, por acreditar que estava em desvantagem estratégica quanto às suas forças armadas, se comparado à Argentina e o Chile. Na Conferência Pan-Americana de 1923, ocorrida em Santiago, o Brasil empenhou-se em defender sua modernização militar, causando desconforto nos países vizinhos e levando o país a um isolamento virtual na região⁸⁶. Desde o Tratado de Versalhes, os brasileiros eram resistentes a toda e qualquer proposta de desarmamento que limitasse sua capacidade de defesa, em especial naval.

⁸⁶ *Revista Brasileira de História*. Artigo: “A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923” por Eugênio Vargas Garcia. São Paulo: ANPUH. Vol. 23. N.º. 46. 2003. P. 02.

Internamente, o assunto do desarmamento era tratado como “questão muito delicada”, como lembrava o Dep. Gilberto Amado em 1922⁸⁷, exaltando em plenário a compreensão mútua entre os vizinhos sul-americanos. Mas a corrente que realmente encontrava apoio no Parlamento brasileiro era a de defesa da posição tomada pelo Brasil na Liga das Nações e, posteriormente, na Conferência Pan-Americana no Chile, de não limitação do poderio militar brasileiro. O Dep. Armando Burlamaqui, com apoio geral dos deputados presentes em plenário, defendia a honestidade do Brasil na política internacional por defender sempre os mesmos princípios e não aceitar que a tonelagem total dos navios de combate brasileiros ficasse aquém dos da Argentina e um pouco superior aos do Chile⁸⁸. Ficava claro na fala de Burlamaqui o clima de corrida armamentista que havia se instalado na parte sul do hemisfério americano, mas também a importância que o Congresso dava ao congraçamento dos vizinhos sul-americanos⁸⁹. Era de entendimento geral, no entanto, que nunca se chegaria a nenhuma resolução definitiva enquanto as grandes potências, presumidas mais fortes, não tratassem as demais potências com equanimidade. Entendia-se que o prestígio no cenário

⁸⁷ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 08 de dezembro de 1922. P. 93.

⁸⁸ Pelo Tratado Naval de Washington, de 1922, à Argentina era permitido contar com 87.000 toneladas, ao Chile com 35.000, enquanto que ao Brasil caberiam 45.000. Dados: Anais da Câmara dos Deputados. Sessão em 08 de dezembro de 1922. P.87.

⁸⁹ Em discurso em sessão de 08 de dezembro de 1922, afirmava Burlamaqui: “A República Argentina, entretanto, e digo de passagem, cujo orçamento já excede ao nosso, augmentou o seu em uma proporção quase dupla daquela da redução que lembrei para nós. E isto não tem motivado de nossa parte, Governo, parlamento e povo, através de quaesquer meios, o menor reparo. Se assim procede a Argentina é porque assim exigem suas conveniências, aconselham seus interesses. Não nos inquietamos, nem devemos nos inquietar com estas medidas, mas não desejamos que olhem para as identicas que viermos a tomar com suspeição”. E ainda: “(...) venho affirmando o meu propósito, que é estou certo, o proposito de toda a Camara dos Deputados, que é o proposito do Governo, como é o da Nação, de que todas as nossas preocupações e todos os nossos esforços visam tornar cada vez mais consistente a harmonia do continente para vivermos em paz com todas as nações, praticando com ellas a política da porta aberta, clara e sem mysterios, das discussões livres e francas, como permite ou antes exige o espírito moderno. (...) E ninguém sabe melhor do que os illustres membros da Commissão de Diplomacia e Tratados do firme desejo em que nos encontramos, de continuar estreitando cada vez mais as relações entre os paizes, não direi apenas do continente sul-americano, mas do mundo inteiro, firmando-as pela confiança recíproca, pela estima entre todos, pelo respeito mutuo aos direitos de todos elles (*Muito bem; muito bem. Apoios geras. O orador é vivamente cumprimentado pelos Deputados presentes*).” ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 08 de dezembro de 1922. PP. 88, 94-95.

internacional viria apenas quando o Brasil fosse colocado no mesmo patamar das grandes potências que dominavam a cena mundial. O Brasil queria sintonizar-se com a modernidade e ganhar espaço como igual entre os demais atores internacionais, defendendo a particularidade geopolítica de sua grande extensão territorial e as necessidades de um grande país agro-exportador.

O Brasil tinha, assim, dois objetivos que pareciam irreconciliáveis entre si: preservar a paz com seus vizinhos e ao mesmo tempo salvaguardar sua autonomia para modernizar e reequipar suas forças armadas no interesse da defesa e da integridade nacionais⁹⁰. Por meio dos foros multilaterais, o Brasil tentava fazer perceber às demais nações a insuficiência e inadequação das forças militares que possuía, levando-se em consideração a extensão do território nacional e o número da população; colocando-o apenas atrás do Panamá em termos de exército mais reduzido da América Latina. Mas as discussões sobre a questão mostraram-se ineficazes até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Se por um lado as grandes potências mostravam-se pouco dispostas a desarmarem-se, por outro, os vizinhos sul-americanos do Brasil mostravam sua incapacidade financeira em continuar fazendo investimentos pesados nessa área, aumentando os gastos militares. No Brasil, as dificuldades políticas e orçamentárias também impediram a nação de continuar seu projeto de reaparelhar a Marinha (algo que só vira a acontecer mais tarde, no Estado Novo)⁹¹. De qualquer forma, em relação às grandes potências, as nações sul-americanas possuíam capacidade militar bastante inferior. Seria apenas com a eclosão do segundo conflito mundial que o Brasil

⁹⁰ *Revista Brasileira de História*. Artigo: “A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923” por Eugênio Vargas Garcia. São Paulo: ANPUH. Vol. 23. N°. 46. 2003. P. 196.

⁹¹ *Ibidem*. P. 197.

começaria a organizar suas forças de maneira mais eficiente e condizente com o tamanho da nação.

Quarto Capítulo

Economia: Questão de Política Interna ou Externa?

“Essa falsa noção da genialidade brasileira é a mesma do Brasil, primeiro país no mundo. Não há cidadão perdido em São Luiz do Paraitinga ou São João do Rio do Peixe que não esteja convencido disso. E porque o Brasil é o campeão do universo e o brasileiro o batuta da terra, tudo quanto aqui nasce e existe há de ser forçosamente o que há de melhor neste mundo de Cristo e de nós também. Todos os adjetivos arrebatados e apoteóticos são poucos para tamanha grandeza e tamanha lindeza. Ninguém pode conosco. Nós somos os cueras mesmo.”

Qualquer coisinha assume aos nossos olhos de mestiços tropicais proporções magnificentes, assustadoras, insuperáveis, nunca vistas. O Brasil é o mundo. O resto é bobagem. Castro Alves bate Victor Hugo na curva. O problema da circulação em São Paulo absorve todas as atenções estudiosas. Sem nós a Sociedade das Nações Unidas dá em droga. Vocês vão ver. Wagner é canja para Carlos Gomes. Em Berlim como em Sydney, em Leningrado como em Nagasaki só temos admiradores invejosos. O universo inteiro nos contempla. Êta nós!

É por isso que seria excelente de vez em quando uma cartinha como aquela de Rémy de Gourmont a Figueiredo Pimentel. Um pouco de água gelada nesta fervura auriverde. Para que o trouxa brasileiro caia na realidade. E deixe-se dessa história de gênio, grandeza, importância e riquezas incomparáveis que é bobagem. E não é verdade.”*

Genialidade Brasileira. Alcântara Machado.

1. O pacto dos governadores: além da primazia do modelo agroexportador, 237. 2. Os embates entre o moderado liberalismo agroexportador e o forte protecionismo industrial, 245. 3. Imigração: uma simples questão de mão-de-obra ou um problema de colonização?, 252. 4. Comércio exterior e economia no pós-guerra, 262.

Nos primeiros trinta anos da República, talvez não haja tema de política exterior que mais tenha ocupado a atenção do Congresso Nacional do que a questão do

* Enquanto Rémy de Gourmont (1858-1915) era um escritor e dramaturgo francês preocupado com o decadentismo da sociedade moderna e crítico do classicismo literário, principalmente em sua obra *Le Livre des Masques*, Alberto Figueiredo de Pimentel (1869-1914) era personagem destacado na cena da *belle époque* carioca. Poeta, romancista, escritor de literatura infantil e ganhou destaque por ser o autor da máxima “o Rio civiliza-se”. O *slogan*, lançado em 1904, na *Gazeta de Notícias*, ganhou dimensão de palavra de ordem do reformismo conservador que provoca mudanças na urbe carioca, interferindo em hábitos e costumes de seus habitantes. A comunicação teria como foco a coluna *Binóculo*, assinada pelo

autor, identificado como o primeiro cronista social da capital. Era ele quem ditava as novidades da moda, do bom gosto, do *chic* em voga em Paris e que deveria ser adaptado ao Brasil.

comércio internacional. Como se pôde perceber ao longo deste trabalho, a conexão entre economia e política na República Velha está presente e explica, em grande parte, o funcionamento da sociedade agroexportadora do começo do século XX. Se essa conexão teve seu ápice com o pacto estabelecido no governo de Campos Salles, entre a elite cafeeira e o governo, não se pode dizer que tenha se dado sem maiores agitações – a Revolução levada a cabo em 1930 iria ser prova disso. Dentro dessa própria elite agrária existiam diferentes interpretações às políticas doméstica e exterior, delineando-se em distintas alternativas, construídas com base em diferentes acordos políticos que eram traduzidos em propostas institucionais variadas.

A construção da hegemonia da elite agroexportadora deu-se, assim, por meio de um processo contínuo e amplamente sofisticado pelo qual deveriam calar-se as demais interpretações existentes para a República, subordinando-se as alas corporativas dos cafeicultores e edificando o predomínio da ortodoxia econômica da opinião pública, seja pela propaganda na imprensa, pela repressão ou por acordos políticos para obter a maioria legislativa¹. Apesar de o Parlamento brasileiro não ser eleito à época por representação popular direta, perpetuando as elites no poder, era uma instância de poder, que abrigava uma corrente atuante de defensores dos interesses nacionais. Em outros termos, o Congresso Nacional abrigava uma elite cafeeira necessitada de assegurar mecanismos institucionais que pudessem controlar poder político do país, por meio de aprovação de medidas de ajuste econômico, garantidoras de estabilidade e credibilidade e possibilitadoras de abertura de créditos e capitais internacionais².

¹ BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Coleção: O Parlamento em Teses. 2006. P. 29.

² *Idem*.

Para os dirigentes políticos da República instalada de então, a questão política nacional apresentava-se fortemente imbricada aos aspectos econômicos do mercado internacional, fazendo com que tanto a política doméstica como a exterior fossem impactadas pelo peso da economia mundial. Ainda que o Brasil estivesse longe de desempenhar um papel de relevância na dinâmica do capitalismo mundial, não se pode dizer que não fosse afetado por ele. O que se verificava era uma disritmia entre a evolução histórica brasileira e os acontecimentos do capitalismo mundial, que acabavam por atingir o país com certo retardo.

Se o capitalismo mundial passara por mudanças profundas em 1870 (com a hegemonia do capitalismo industrial, fim da primazia inglesa na economia mundial, surgimento dos Estados Unidos e Alemanha como novas potências) e 1918 (com o retrocesso da expansão capitalista mundial, eclosão do movimento operário na Rússia e também movimentos nacionalistas em outras partes do mundo como na Índia, fim da Primeira Grande Guerra e preparação do cenário para o segundo conflito mundial), algumas dessas transformações atingiriam o Brasil já bem mais tarde. Durante esse período o país tornar-se-ia produtor especializado de café e, também, de borracha, que, no entanto, logo seria produzida em outros países. Mesmo como produtor primário, o Brasil teve que lidar com uma série de acontecimentos desfavoráveis ao seu comércio exterior ao longo desse tempo: foi superado pelos Estados Unidos duas vezes na produção mundial de algodão (uma durante a guerra pela independência norte-americana e outra após a Guerra de Secessão); foi superado pelas antigas colônias espanholas como Cuba e Antilhas na produção de açúcar; e finalmente foi desbancado do comércio internacional da borracha, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, pelo Extremo Oriente. Dessa forma, o Brasil dedicou-se à produção do café, do qual

conservou o predomínio ao longo três primeiros decênios da República, assim como manteve certa importância na produção do cacau³.

Na verdade, a abolição da escravatura e a proclamação da República recolocaram o Brasil, paulatinamente, em posição de maior destaque no cenário econômico mundial e no caminho dos fluxos de capital e força de trabalho que partiam do Velho para o Novo Mundo. Com o início da imigração em massa de europeus como força de trabalho para o Brasil, as exportações brasileiras cresceram 31,6%, sendo que o café representava mais da metade dessas transações⁴. A partir de 1890, o Brasil começaria sua industrialização por meio da substituição de importações. Esse processo seria acelerado com a eclosão da Primeira Guerra em razão da incapacidade de abastecimento pelas potências fornecedoras habituais, fazendo com que o país deixasse de ser dependente do mercado externo como supridor exclusivo da necessidade dos bens manufaturados consumidos em território nacional. De maneira convergente a esse processo, o Brasil teve que recorrer de forma crescente ao capital exterior fosse para financiar as manobras de valorização do café, fosse para financiar déficits governamentais e obras de infra-estrutura como serviços de eletricidade, de ferrovias, de portos, de linhas telegráficas, de bondes entre outras. Para cumprir os compromissos do endividamento externo era preciso criar um superávit na balança comercial, fazendo com os saldos positivos fossem produzidos por meio de uma política cambial e tarifária e de sustentação de preços e de produtos de exportação que protegessem a indústria nacional e assegurasse divisas para o pagamento da dívida externa.

³ *Revista Mexicana de Sociologia*. Artigo: “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional. 1889-1930” por Paul Singer. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Vol. 36. N.º 03. Julho-Setembro de 1974. P. 550.

⁴ *Ibidem*. PP. 551-552.

A implantação da República não foi, entretanto, acompanhada de grandes mudanças econômicas em termos estruturais com relação ao regime anterior. As transformações ocorridas, tanto quanto ao uso da mão-de-obra, quanto às áreas de produção, foram sendo ajustadas com o sistema federativo trazido pelo regime republicano. A República foi, em grande parte, uma adequação do sistema político ao quadro econômico que se desenhava a partir da segunda metade do século XIX. Até a Primeira Guerra Mundial o setor externo iria exercer na economia e nas relações internacionais do Brasil uma influência extremamente significativa, sem comparação com outros momentos históricos do país⁵.

Seria com esse cenário como pano de fundo o palco em que o Congresso Nacional desenvolveria um intenso debate sobre comércio exterior nas três primeiras décadas de regime republicano, assim como sobre as questões intimamente ligadas a ele, a exemplo da industrialização e imigração de mão-de-obra. Desse modo, é bem provável que se sugira se começasse o presente trabalho pelo exame do tema de comércio exterior, uma vez que este último capítulo estará voltado para a compreensão da lógica agroexportadora que regeu a República em seus primórdios, bem como da organização política e social de então, à luz dos debates parlamentares e não da análise do comércio exterior em si. No entanto, optou-se por se apresentar o tema em questão ao final do trabalho, uma vez que as conexões entre política e economia ficarão mais evidenciadas ao se retomar alguns pontos anteriormente discutidos, já que muitos dos debates havidos pelos homens políticos da Velha República basearam-se em sua compreensão e percepção sobre o comércio exterior, permeando, de forma indelével, as

⁵ O percentual das exportações brasileiras foi superior ao Produto Interno Bruto do país em dois momentos de pico: em 1870, quando as exportações atingiram o percentual de 11,8% a mais que o PIB e

suas ações. O capítulo espera ser, destarte, uma proposta de exame entre as conexões entre Parlamento e política exterior do ponto de vista do comércio internacional, sugerindo-se que possa ser tomado como idéia para outros trabalhos que pretendam estudar o tema de maneira mais pontual.

1. O pacto dos governadores: além da primazia do modelo agroexportador

Quando Campos Sales assumiu o cargo de presidente da República em 15 de novembro de 1898, resolveu afastar-se da estratégia política de seu predecessor, Prudente de Moraes, e apresentar-se como candidato da República, reunindo em sua base de governo antigos adversários de Prudente e distanciando-se parcialmente do grupo que o apoiou como candidato (do qual grande parte era monarquista). Campos Sales havia participado da fundação do Partido Republicano Paulista, em 1873, sendo, portanto, um republicano histórico. Nos quatro anos que passou no governo conseguiu dissolver a divisão que havia no Partido Republicano Federal entre os “concentrados”, que reuniam os partidários de Floriano, e os “republicanos legalistas”. Sem alterar a Constituição, eliminou o conflito com o Parlamento por meio de uma simples reforma no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Se, por um lado, a Constituição de 1891 era formalmente liberal, por outro, as manobras políticas feitas com alteração do regimento da Câmara iriam dar espaço à prática autoritária do Executivo, minimizando os conflitos com o Legislativo.

Pelas novas mudanças do regimento, o reconhecimento do mandato parlamentar, anteriormente considerado mera formalidade, tornou-se instrumento

em 1913, quando esse percentual foi de 9,5%. Conferir BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os Anos de Apogeu: de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. PP. 92-124.

deformador da representação. O Parlamento passava a atuar menos como centro da negociação entre interesses conflitantes, do que como mecanismo de sanção de disposições providas do Executivo, a fim de manter fachada constitucional. O poder de fato centralizava-se na figura do Presidente da República. O mecanismo de influência dos governos estaduais passava pela composição das bancadas parlamentares, fortalecendo, assim, o poder das oligarquias regionais.

Campos Sales encontrava o momento político e econômico nacional mergulhado em uma crise onde as propostas industrialistas e protecionistas apareciam bastante desgastadas após todos os impactos do encilhamento: de 1870 até 1895 a tendência era de baixa de preços no comércio mundial⁶. Os militares nacionalistas estavam enfraquecidos após o episódio de Canudos, passando a predominar no Exército a ala legalista. No Congresso, as discussões sofriam um deslocamento fundamental em seu eixo: deixavam de lado o nacionalismo e passavam a ater-se à crise econômica⁷. As distintas correntes políticas existentes no Parlamento passam a convergir na idéia de que a revalorização da moeda e o restabelecimento do crédito internacional deveriam ser a prioridade absoluta do governo. A preocupação com a crise econômica era tão grande que mesmo os nacionalistas presentes no Congresso passaram a admitir a necessidade de ceder, ao menos em parte, às pressões internacionais sobre a regulamentação financeira⁸.

⁶ Calógeras afirmava à época: “Nestas condições, é evidentíssimo que a verdadeira crise que soffremos no Brazil é a crise de produção. (*Apoiados*). [Tenho] ouvido dizer e repetir que os efeitos de duas crises se superpoem entre nós: crise política e crise economica. Não [sigo] a opinião dos que assim pensam. [Acredito] que, entre nós, o que se chama de crise política, é mais do que política, é crise de administração. (...) É evidente que não é ao Congresso que cabe a missão de procurar melhorar a posição dos productores do paiz.” ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 24 de maio de 1897. P. 391.

⁷ BACKES, Ana Luiza. *Op.Cit.* P. 247.

⁸ O Deputado Serzedello Corrêa do Pará e conhecido defensor do protecionismo expressaria esse sentimento: “O bom senso nos está aconselhando a que adoptemos uma tarifa fiscal, mas também de

Nesse contexto, é certo que a elite cafeeira paulista, como um dos grupos hegemônicos do primeiro período republicano, percebia a importância de ultrapassar seus interesses diretos e assumir a preeminência política do país. Para isso, esse grupo, que se estabilizaria no poder com a chegada de Campos Sales à presidência, iria propor a formulação de uma política econômica que beneficiasse os interesses da cafeeira; mas não apenas isso. A oligarquia paulista não impôs simplesmente ao Estado brasileiro a formulação de uma política econômica que atendesse apenas aos interesses da cafeeira. Mesmo que a condução da política nacional estivesse nas mãos dos cafeeiros, a construção dessa hegemonia foi um processo bastante complexo. Muitas das medidas tomadas para combater a crise contemplavam um conjunto bem maior de interesses que aqueles exclusivos dos produtores e exportadores de café. Tanto era assim, que seriam aplicadas medidas ortodoxas quanto à política monetária, fiscal e cambial que, por muitas vezes, se opunham ao interesse imediato da elite paulista. Em um aparente paradoxo, os políticos paulistas – em especial – em vez de se reunirem para uma reivindicação comum que levasse em conta uma baixa cambial e a desvalorização da moeda, para favorecer os produtores, defendiam uma política econômica supostamente antiexportadora.

No entanto, na defesa dos interesses da produção cafeeira convergiam articulações bem mais complexas do que as interpretações historiográficas tradicionais sugerem. Isso não significava, contudo, que não houvesse primazia da agroexportação sobre a economia brasileira, que continuava a contar com grande apoio do governo, uma vez que esse tipo de economia primário-exportadora apresentava

defesa, tanto quanto possível, dos legítimos, dos justos, dos santos interesses da riqueza nacional, da produção, que constitui a grande força, o alicerce seguro da prosperidade da nossa pátria.” ANAIS DA

vulnerabilidades que iam desde variações climáticas ao mercado consumidor de café, oferta do produto e receita das exportações. O café continuava a receber maior atenção do governo porque seu peso na pauta de exportações representava mais da metade da receita⁹, embora se privilegiasse também a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Além disso, havia a redução de direitos alfandegários, concedida pelo governo brasileiro a determinados países e a título de reciprocidade, que visava não apenas ao favorecimento do café, mas como também de outros produtos como a borracha, o cacau e o fumo. O que a elite agroexportadora defendia, assim, era uma política essencialmente agrícola, baseada não na ajuda a banqueiros, mas no apoio à fazenda solvível, articulada com o comércio exterior¹⁰.

Cincinato Braga, deputado pelo Partido Republicano Paulista, em discussão sobre a necessidade de adoção de uma política econômica ortodoxa e a defesa do café, expressaria muito bem o posicionamento da elite agroexportadora de São Paulo:

“Em primeiro lugar, devemos ao café mais de metade das mercadorias estrangeiras, que não produzimos, mas de que gosamos. Hoje ninguém mais ignora que, no commercio internacional, mercadoria se paga com mercadoria e não com dinheiro. E ai de nós que tivéssemos de pagar com dinheiro as utilidades que recebemos do estrangeiro... Onde iríamos buscar esse dinheiro? Nosso papel-moeda, sem lastro-ouro, não tem valor de dinheiro fora de nossas fronteiras. Só dentro do paiz é que, por força de necessidade, o despotismo é que, por força de necessidade, o despotismo econômico do poder publico lhe dá curso obrigatorio ou forçado. Todas as facturas dos particulares, dos commerciantes e dos industriaes só podem ser pagas ao estrangeiro ‘em ouro’. Não

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Apêndice. *Apud* Discurso pronunciado pelo Sr. Paula Ramos na sessão de 03 de agosto de 1907. P. 04.

⁹ Na década de 1881-90 este produto contribuía com mais de 60% para a receita de exportação brasileira. Conferir SINGER, Paul. *Op.Cit.* P. 556 (Tabela II).

temos ouro, como nos arranjamós? Offerecendo nossa produção á venda em troca de ouro, para que deste ouro (letras de cambio) se sirvam os particulares, os commerciantes e os industriaes, para pagarem ao estrangeiro as utilidades que de lá vêm. Si, como vimos, é o café que constitue mais de metade de nossa exportação-ouro, é indiscutível que ao café devemos mais de metade dos recursos de que a Nação se utiliza em sua capacidade de consumo, isto é, em suas necessidades e em seu conforto de povo civilizado. A defesa do café é, pois, problema nacional e não local. (*Apoiados*). Em segundo lugar, devemos ao café mais da metade dos recursos que o Thesouro Nacional obtem por meio dos impostos alfandegarios que cobra. A União vive principalmente dos impostos de importação. Sem ouro dentro do paiz, como poderíamos importar mercadorias nossas? O desenvolvimento da nossa exportação é que tem permitido grande augmento de rendas alfandegarias, ocorrido a contar da elevação de nossa exportação de café e borracha, principalmente de café. Isto quer dizer que affectar-se a existencia dessa cultura, é tocar mesmo directamente nos recursos pecuniarios do Thesouro Nacional para satisfacção de nossa divida externa. (...) Em terceiro e ultimo lugar, devemos ao café mais da metade dos elementos que podemos contar para o progressivo saneamento de nossa moeda corrente. Todo o mecanismo do plano financeiro, que instituiu o fundo de resgate e o fundo de garantia do nosso papel-moeda, basea-se substancialmente nos nossos elementos de riqueza agricola exportavel. Consequentemente na defesa da produção do café e da borracha não estão interessados exclusivamente os filhos de São Paulo e da Amazônia. Cada brasileiro que tiver no bolso uma cedula de 1\$, banqueiro no Rio de Janeiro, ou sertanejo em Goyaz, tem directo interesse na defeza da produção daquellas mercadorias. (*Muito bem*) (...) Recordo-me agora de que preciso responder á critica do meu illustre amigo, Deputado pelo Rio Grande do Sul [Sr. Pedro Moacyr], a propósito da lei paulista que reduz a exportação do café. A observação de S. Ex. Não procede. O interesse nacional está em exportar maior 'valor-ouro' e não 'maior tonelagem' de mercadoria. Ora, si o Estado de S. Paulo emprega medidas que visam augmentar o preço-ouro do café *ipso facto*, o

¹⁰ BACKES, Ana Luiza. *Op.Cit.* P. 252.

Estado vem ao encontro do interesse nacional, sem embargo diminuir-se o numero de saccas de café exportado.”¹¹

Apesar de haver uma grande divisão entre protecionistas, livre-cambistas e fiscalistas dentro do Parlamento, Campos Sales conseguira maioria no Congresso Nacional a favor da restrição de emissões da moeda em busca do equilíbrio orçamentário. Na verdade, o arranjo político conseguido por Sales foi o de coadunar os distintos projetos de República na defesa de uma política econômica considerada ortodoxa. Pelo acordo do *funding loan* com o governo britânico, Sales conseguiu renegociar a dívida externa brasileira, suspendendo pelo prazo de três anos os juros do débito e por treze anos o pagamento da própria dívida. Com isso, a conjuntura econômica nacional seria invertida e presenciaria uma recuperação, fazendo com que o período de 1900 a 1913 fosse considerado como a era de ouro do primeiro período republicano, apesar do café ter sofrido uma crise entre 1901 e 1907, quando os preços do produto caem em razão da superprodução¹².

Mesmo destacados adversários da política emissionista de Rui Barbosa e o Barão de Lucena, como Alcindo Guanabara e Serzedello Corrêa (importantes líderes do grupo dos “concentrados”) uniram-se na defesa da austeridade econômica. Quando em 1908 se discute na Câmara o pedido de empréstimo de São Paulo à União, Corrêa, relator do projeto, defende a aprovação do pedido, destacando a importância central do café para a economia brasileira, não podendo o poder público desinteressar-se da cafeicultura, o que seria um crime, vez que tal decisão afetaria toda a Nação, a federação e demais células do organismo social¹³. Já Guanabara, em seu discurso de

¹¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 18 de novembro de 1907. PP. 611-612/619.

¹² BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 92.

¹³ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de novembro de 1908. P. 152.

apoio ao mesmo projeto, usaria os mesmos argumentos que havia utilizado para defender a indústria nacional uma década atrás a favor do intervencionismo na proteção do café, lembrando que os governos constantemente intervinham na economia, auxiliando as organizações comerciais e bancárias¹⁴. O liberalismo de ambos os parlamentares não os impedia de defender a intervenção do Estado na economia, evidenciando a tese da articulação entre correntes contraditórias no Parlamento no sentido de adoção de medidas que protegessem a economia agroexportadora nacional.

É claro que a pressão da bancada cafeeira, em especial a paulista, foi intensa dentro do Congresso Nacional. Tanto foi assim que em fevereiro de 1906, reunir-se-iam na cidade de Taubaté os governadores dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro para assinar um convênio que estabelecesse as bases de uma política conjunta de valorização do café, condicionada à aprovação do presidente da República. O acordo foi transformado na Lei n.º 1.480 de 06 de agosto de 1906 e por ela foi estabelecido que os preços do produto seriam mantidos artificialmente, garantindo a receita dos cafeicultores, que em vez de diminuir a produção do café, continuaram a produzi-lo em larga escala, obrigando-o o governo federal a adquirir o excedente¹⁵. O Brasil chegaria ao fim do primeiro período republicano com o seu setor de mercado externo mais especializado do que nunca: 72,5% das receitas de exportação, entre 1924 e 1929, proviriam de um único produto: o café¹⁶. A política de valorização

¹⁴ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 20 de novembro de 1908. P. 82.

¹⁵ Apesar da grande polêmica causada pela assinatura do Convênio, foi recebido por muitos parlamentares como uma medida da mais alta importância na busca da resolução do problema da superprodução cafeeira. Entretanto, alternativas complementares eram também levadas em conta como o incentivo à propaganda do café brasileiro na Europa, o combate ao café *mélangé* (café misturado com ervas ou outros produtos) e mesmo renegociações bilaterais de comércio como com a França (onde a desvalorização do café brasileiro à época havia sido elevada) e a Alemanha (crescente parceiro comercial). Além disso, propunha-se ainda um conjunto de medidas simultâneas que envolvesse transporte, ensino agrícola, distribuição de sementes, além da elevação das tarifas aduaneiras. Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessões: em 25 de maio de 1907 (PP. 309-317) e 03 de agosto de 1907 (PP. 03-88).

¹⁶ SINGER, Paul. *Op.Cit.* P. 562.

do café levou a uma grande mobilização da elite agroexportadora, fazendo com que, primeiro, se articulassem em seus estados, defendendo diretamente seus interesses, e depois partindo para articulações nacionais que lhes garantissem apoio no Congresso¹⁷.

O que fica claro é que a partir de Campos Sales e a política dos Estados que implantou – o Executivo obtinha apoio do Legislativo por meio de relações de favorecimento político mútuo entre o presidente da República e os governadores dos Estados, preservando-se a autonomia e independência dos governos que apoiassem a política do governo federal – a mediação política passava a ser feita pelos governadores e não mais pelas facções dos partidos defensores da República. Campos Sales conseguiu angariar o apoio de parlamentares que se destacavam no Congresso como defensores do protecionismo, do industrialismo e do intervencionismo do Estado. A austeridade financeira, o saneamento da moeda o orçamento equilibrado, nesse estado de coisas, não se mostravam totalmente irreconciliáveis com as plataformas industrializantes ou modernistas, ao contrário, mostravam-se de acordo com os interesses das elites regionais. As regras eleitorais e regimentais que garantiram o poder dos governadores faziam parte de um sistema mais amplo focado na necessidade de um acordo entre Executivo e Legislativo, necessidade básica para um sistema presidencialista. Se se conseguiu um período de maior estabilidade política e mesmo econômica a partir do pacto entre os Estados, efetuado a partir do governo de Campos Sales, foi porque se permitiu fossem preenchidas as expectativas das elites por meio de um acordo que, ainda que aparentemente prejudicial aos interesses diretos desses grupos, tinha por fundo a garantia desses mesmos interesses.

¹⁷ BACKES, Ana Luiza. *Op. Cit.* P. 276.

2. Os embates entre o moderado liberalismo agroexportador e o forte protecionismo industrial

Nos últimos anos do Império, havia uma atmosfera de insegurança advinda da queda do preço do café no mercado internacional, agravando a instabilidade econômica do país. As manifestações nacionalistas, defensoras de medidas protecionistas e intervencionistas multiplicavam-se e falava-se mesmo em intervenção estatal que pudesse restabelecer uma liberdade econômica. Em paralelo a esse cenário, multiplicaram-se também os argumentos favoráveis à necessidade de industrialização nacional, lutando contra as profundas resistências oferecidas pela economia agroexportadora de então.

Entre os argumentos favoráveis à criação de indústrias nacionais, destacava-se a idéia de que por meio da industrialização o Brasil poderia obter sua independência econômica, mas não apenas isso. Como conseqüência, o país atrairia imigrantes e capitais estrangeiros; resolveria o problema da população urbana desocupada, que passaria a ser ocupada na indústria; desafogaria a dependência nacional da lavoura monocultura, fortemente vulnerável e causa da instabilidade econômica nacional; abasteceria o mercado interno; diminuiria a importação e aliviaria o desequilíbrio da balança de pagamentos. Para os defensores da necessidade da industrialização nacional, o desequilíbrio econômico adviria das remessas do lucro dos comerciantes e produtores para o exterior. De acordo com essa corrente, o

protecionismo nacional deveria adaptar-se à situação real do país, atingindo apenas indústrias viáveis e atentando à estabilidade aduaneira¹⁸.

Nos primeiros trinta anos do novo regime republicano, os argumentos em defesa da industrialização iriam evoluir de um otimismo inicial, na proteção exclusiva da indústria, a um desenvolvimento industrial consonante a um desenvolvimento da produção nacional do país, explicado pela crise econômica de 1895. O Senador Amaro Cavalcanti, representante do Rio Grande do Norte, foi um dos grandes expoentes da proteção exclusiva da indústria, defendendo não apenas o amparo às tarifas alfandegárias, mas também os empréstimos feitos pelo Estado e as emissões de moeda. Para Cavalcanti, o capital era de extrema importância na fase inicial da industrialização, até que a indústria nacional alcançasse a robustez completa de sua organização. O senador utilizava a idéia corrente na tradição econômica brasileira de invocar o protecionismo por meio do crédito público¹⁹.

Ainda que a idéia defendida pelo Senador Amaro Cavalcanti encontrasse grande oposição principalmente entre os representantes da lavoura, ele não estava isolado na defesa do nacionalismo econômico. Com a crise econômica, que teve seu auge em 1895 com a baixa dos preços do café, as idéias nacionalistas fortaleceram-se, na tentativa de explicar a pobreza econômica de um país, aparentemente, rico em recursos naturais. Tais idéias evoluíram e passou-se a defender um protecionismo não apenas industrial, mas também um amparo em defesa da produção nacional, incluindo uma aliança entre indústria, pequena lavoura e pecuária, uma vez que, para os

¹⁸ LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. P. 62.

¹⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão de 15 de agosto de 1892. PP. 34-35.

protecionistas, a drenagem da riqueza nacional para o exterior resultava de uma economia essencialmente agrícola²⁰.

O baque ocasionado pela crise econômica sobre a lavoura cafeeira, atingida pela superprodução e baixa dos preços, fez nascerem argumentos que estimulavam o desenvolvimento econômico de outras culturas e atividades produtivas, surgindo um protecionismo agrícola paralelamente ao protecionismo industrial. Um dos maiores defensores desse tipo de nacionalismo mais aprofundado era o Deputado Serzedello Corrêa, do Pará. Como argumento em favor do protecionismo, Corrêa invocava a situação de dependência econômica na qual o Brasil encontrava-se submerso, colocando em risco sua soberania em razão de sua fragilidade econômica. O deputado paraense invocava um conceito mais amplo de protecionismo e nacionalismo, incluindo uma visão de conjunto do problema econômico que, a seu ver, consistia em desenvolver as forças produtivas nacionais de modo harmônico, por meio de proteção razoável, não só da indústria, como da agricultura, com o objetivo de garantir a independência nacional e aumentar o trabalho no país²¹. Nessa direção, defendeu, como se viu mais acima, uma política de proteção alfandegária mais moderada, sem descuidar do saneamento fiduciário, da eficiência da arrecadação, da reorganização do crédito, do desenvolvimento dos transportes e, principalmente, do incremento do comércio exterior²².

A defesa do protecionismo gerou reações das forças contrárias à industrialização nacional. É dessa maneira que nos primeiros anos da República haveria a discussão sobre a indústria natural, isto é, a indústria cuja matéria-prima poderia ser

²⁰ LUZ, Nícia Villela. *Op. Cit.* PP. 70-72.

²¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 31 de julho de 1907. P. 158.

produzida pelo país e que deveria contar com proteção da política econômica governamental; e a indústria artificial, que não deveria receber nenhum auxílio direto do Estado, uma vez que poderiam desenvolver-se sozinhas se encontrassem certas condições para tanto, como capital suficiente, mão-de-obra adequada e facilidade econômica²³. Os argumentos a favor da indústria artificial baseavam-se na noção de liberalismo econômico, defendida amplamente no Congresso Nacional²⁴. Conforme essa corrente, o aumento da produção do país e o desenvolvimento das indústrias deveriam dar-se de modo natural, sem intervenção estatal, fazendo-se sentir o governo apenas por ações indiretas – como na atração de capitais e imigrantes estrangeiros – que, por sua vez, só poderiam ser alcançadas com o saneamento da moeda nacional. Para os protecionistas da indústria, entretanto, não se fomentava a solidariedade entre a indústria e a agricultura. Porém, para isso, era essencial que a tarifa alfandegária atuasse como reguladora da balança de pagamentos.

O embate entre essas correntes mostrava, contudo, que o país não passava por um momento favorável a um industrialismo puro. A vertente que mais agradou à opinião pública era a da proteção da produção nacional, não apenas industrial quando extrativista e agropecuária. Iniciou-se, então, uma campanha pela elevação da quota-ouro sobre os direitos de importação. Dita campanha foi incentivada pelas dificuldades acarretadas à indústria brasileira, em especial em razão da alta cambial do início do século, sobretudo em 1905. A alta do câmbio atingiria os interesses industriais brasileiros, já que embora existissem algumas indústrias protegidas pela pauta de

²² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Apêndice. Sessão de 03 de agosto de 1907. (Discussão entre o Deputado Paula Ramos e o Deputado Serzedello Corrêa). PP. 30-35.

²³ LUZ, Nícia Villela. *Op.Cit.* P. 78.

²⁴ O Senador Joaquim Murtinho, de Mato Grosso, foi um dos grandes formuladores do conceito de “indústria artificial”, condenando a marcha anônima, irregular e plena de vícios do processo industrial

importação nacional, a maior parte delas vivia graças à depressão cambial responsável pelo encarecimento dos produtos manufaturados estrangeiros (o que criava uma barreira alfandegária)²⁵. A elevação do imposto-ouro, em vez de contrariar a política financeira nacional, agia ao seu favor ao contribuir para a satisfação dos compromissos externos do governo. Todavia, o aumento dos direitos alfandegários, em razão da elevação da quota-ouro, encareceu bastante o custo de vida, levando a opinião pública a responsabilizar a indústria nacional pelas dificuldades por que passava, desenvolvendo-se mesmo uma campanha contra a proteção que o governo dispensava às indústrias, consideradas onerosas.

Tal insatisfação, crescente não apenas nas áreas rurais, como também urbanas, serviu apenas para reforçar a resistência do setor agroexportador contra o protecionismo industrial, aumentando os interesses regionais e a preocupação com o fisco. A indústria nacional entraria em fase essencialmente defensiva, por meio da qual ela tentaria conservar os avanços conseguidos diante da pressão crescente para o estabelecimento de uma tarifa alfandegária mais liberal. A opinião pública condenava a indústria pelo aumento do custo de vida, por causa do protecionismo alfandegário, e os imensos lucros dos industriais. O Deputado Barbosa Lima, grande crítico do governo, percebia a importância de medidas mais populares. Em 27 de outubro de 1908, apresentou um projeto na Câmara dos Deputados com o objetivo de reduzir em vinte por cento as taxas de importação sobre algumas mercadorias de consumo popular, reservando aos Estados interessados no protecionismo alfandegário – e, nesse caso, falava especificamente de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – o direito de

brasileiro que levava o Brasil a importar caro aquilo que poderia produzir barato e produzir caro aquilo que poderia importar barato. Conferir LUZ, Nícia Villela. *Op.Cit.* PP. 79-81.

²⁵ LUZ, Nícia Villela. *Op.Cit.* P. 129.

manter essas tarifas em seus territórios e de se por em acordo com os demais membros da federação²⁶. Entretanto, o problema da revisão da tarifa alfandegária continuava sem solução.

Na verdade, apesar das discussões intensas sobre as questões relativas à política protecionista brasileira, não havia uma diretriz traçada, com base em esforços sérios e em estudos objetivos sobre o assunto. Patinhava-se entre posições contrárias, mas o impasse continuava. Após a era de prosperidade que se deu com o afluxo de capitais estrangeiros e a elevação dos preços do café, em 1913 haveria uma nova crise internacional, de forte depressão econômica. O capital estrangeiro retrair-se-ia e provocaria a baixa dos produtos brasileiros de exportação, revelando a fragilidade da estrutura econômica nacional. A indústria brasileira sofreu forte impacto e continuava sem o apoio da opinião pública²⁷. No Congresso, os partidários de um maior liberalismo econômico exaltavam-se e denunciavam o protecionismo industrial brasileiro como responsável pelo excesso de produção nacional. Além disso, os industriais recorriam ao governo para pressionar uma política emissionista que pudesse combater as dificuldades de crédito²⁸.

Seria apenas com a eclosão da Primeira Guerra Mundial que a indústria brasileira tomaria novo fôlego, ao se substituir a importação de produtos que não podiam mais ser fornecidos pelas potências em guerra. A partir desse momento, seriam

²⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 27 de outubro de 1908. PP. 455-456.

²⁷ LUZ, Nícia Villela. *Op.Cit.* P. 143.

²⁸ Em discurso proferido no plenário da Câmara em 1913, o então Deputado Pandiá Calógeras exaltava-se e apontava a falta de uma política econômica de âmbito nacional, bem como os efeitos nefastos da política protecionista adotada pelo Brasil: “Um dos grandes erros em matéria econômica tem sido legislar para o sul, para o Rio de Janeiro, principalmente. (...) Que o Amazonas deu muito mais que recebeu é um fato. (...) Nenhum problema se avanta ao problema das tarifas alfandegárias, porque na solução d'elle, se acha, talvez, o problema muito maior da unidade do Brasil. (...) O maior fermento da desintegração que possuímos é essa maldita política proteccionista que faz do norte do Brazil, principalmente da Amazonia,

retomadas as discussões sobre tarifas aduaneiras, mas também recrudesceriam os argumentos em favor da lavoura, sobretudo da bancada paulista no Congresso, por meio de críticas à proteção que era dispensada à indústria. A participação do imigrante estrangeiro na industrialização do país, sobretudo em São Paulo, acentuava ainda mais o clima de hostilidade contra a indústria nacional, adquirindo, por vezes, traços xenófobos. Não bastasse tudo isso, eram crescentes os movimentos sociais que criticavam a redução do poder de compra da população brasileira. Depois do fim da guerra, as indústrias haviam conseguido, entretanto, maior reconhecimento da política nacional, tornando-a parte da realidade econômica do país.

Continuava sem haver, contudo, medidas que pensassem a industrialização em longo prazo, fazendo com que o governo brasileiro ao final do primeiro período republicano não tivesse conseguido organizar uma tarifa alfandegária que refletisse um planejamento mais amplo nem que se aprofundasse nas bases de uma proteção racional. As ações governamentais continuavam a seguir a orientação da “solução” em lugar da “prevenção”, isto é, as medidas adotadas eram feitas de acordo com as circunstâncias internas e externas que se apresentavam. Até o final da Primeira República, a proteção mais efetiva dispensada à indústria brasileira continuava a residir na depressão cambial, levando os industriais a pressionarem a estabilização da moeda à taxa cambial baixa.

Se por um lado, os industrialistas não obtiveram uma verdadeira tarifa protecionista em razão da pressão exercida não apenas pelo setor agropecuário, mas como também pelo fisco e pelo mercado consumidor, por outro lado, conseguiram muitos favores governamentais como isenções de impostos, empréstimos, prêmios e, em

a filha espúria da União.” ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 1º de novembro de

alguns casos, proteção alfandegária. No entanto, o setor cafeicultor não deixava de pressionar por medidas que favorecessem a cultura do café, criticando as medidas tomadas em proteção da indústria. Dessa forma, o governo trabalhou com duas soluções de caráter econômico que acalmaram, em parte, os ânimos dos setores adversários: a criação da quota-ouro sobre os direitos de importação, conciliando indústria e tesouro nacional; e a estabilização da moeda a câmbio relativamente baixo, solução buscada não só pela indústria como pelo setor cafeeiro e demais setores ligados à produção nacional exportável²⁹. Ambas as soluções contribuíram, contudo, para o aumento do custo de vida nacional, não colaborando, necessariamente, para maior harmonização entre indústria e lavoura. Porém, já se tornava tempo de buscar novas fórmulas de conciliação entre os dois setores: a urbanização inevitável processada em especial a partir da década de 1920 no Brasil iria trazer novos atores ao cenário político nacional, baseados na força do elemento urbano, afetando o perfil exclusivamente agroexportador brasileiro após 1930 e dando início a uma nova etapa da economia brasileira, fosse no âmbito doméstico, como no internacional.

3. Imigração: uma simples questão de mão-de-obra ou um problema de colonização?

A abolição do trabalho escravo e o início da experiência do mercado de trabalho livre no Brasil aconteceram às portas da proclamação da República, causando impacto não apenas na política e economia de então, como na estrutura social do país. A

1913. PP.74-77.

²⁹ LUZ, Nícia Villela. *Op.Cit.* P. 199.

abolição transplantou a anomia social da senzala para as cidades, fazendo com que os negros vivessem dentro da cidade, mas não progredissem com ela e através dela, uma vez que não houve uma política planejada de inserção da mão-de-obra negra no mercado de trabalho livre³⁰. Essa massa negra recém liberta era em sua quase totalidade analfabeta ou possuía educação rudimentar, opondo-se à elite letrada. O trabalho braçal ou manual era considerado degradante, próprio do trabalho escravo. Com a abolição, era necessário pensar em medidas que pudessem vir como substitutas à mão-de-obra negra e a atração de imigrantes ao país foi a solução encontrada pelo governo federal, com raízes, no entanto, que vinham desde o final do Império. Entre 1846 e 1875, o país havia recebido mais de 300 mil imigrantes, que vindos para trabalhar em grande parte na lavoura, concorriam com a mão-de-obra negra no mercado de trabalho livre. Entre 1887 e 1930, o Brasil recebeu mais de 3,8 milhões de imigrantes – tanto europeus como asiáticos – figurando como um dos maiores receptores de mão-de-obra estrangeira do período, ao lado dos Estados Unidos, Canadá e Argentina³¹.

O período de 1887 a 1914 concentrou o maior número de imigrantes (cerca de 2,8 milhões) em razão da forte demanda de trabalho na lavoura cafeeira. Como era de se esperar, a Primeira Guerra Mundial reduziu em muito o número de imigrações que só voltaram a acontecer após o fim do conflito, prolongando-se até 1930. A partir de 1930 e após os efeitos da crise econômica mundial de 1929, juntamente às mudanças políticas no Brasil e na Europa, fizeram com que o ingresso de imigrantes como força de trabalho fosse menos significativo. Dentre as regiões que receberam maior número de imigrantes destacam-se o centro-sul e o leste do país, sendo

³⁰ FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ed. Ática, 1978. P. 99.

que o estado de São Paulo recebeu a maior parte dos residentes estrangeiros em razão das condições de trabalho e facilidades que oferecia: passagens, alojamento e uma economia em plena expansão. A intensificação da industrialização, e não apenas o setor cafeeiro, também atraiu grande número de imigrantes estrangeiros na formação de mão-de-obra no Brasil.

Considerando o período de 1887 a 1930, a presença de imigrantes europeus superou os de origem asiática ou vindos do Oriente Médio. Em primeiro lugar encontravam-se os italianos, seguido pelos portugueses e espanhóis. Entretanto, grupos relativamente pouco numerosos em termos globais tiveram grande importância qualitativa, como foi o caso dos japoneses em São Paulo, que se fixaram, sobretudo, nos campos, e os sírio-libaneses e judeus que, de forma mais espontânea, se estabeleceram nos centros urbanos, visto que as subvenções eram dadas pelo governo apenas aos imigrantes que fossem trabalhar na lavoura³². Não resta dúvida, porém, que uma das etnias que mais contribuiu para o setor agrícola foi a italiana que, diferentemente dos grupos que imigraram para as cidades e contaram com maior mobilidade social e possibilidade de ascensão, sofreu com penosas condições de trabalho advindas do mal tratamento de cafeicultores habituados à mão-de-obra escrava³³.

A imigração européia era vista pela opinião pública, e principalmente pelas elites, como uma solução não apenas para o problema da mão-de-obra, mas também como elemento civilizador capaz de transformar a sociedade brasileira por meio da miscigenação e da fusão de culturas. O mesmo não se passava, contudo, com relação à imigração asiática que, desde o Império, era contestada por algumas correntes

³¹ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (USP), 2006. PP. 134 e 156.

³² FAUSTO, Boris. *Op.Cit.* P. 156.

³³ CARONE, Edgard. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1975. P. 13.

mais conservadoras por representarem uma ameaça ao sistema de trabalho livre, já que, normalmente, vinham de países onde trabalhavam em condições de quase servidão. Essa tese escondia outra mais contundente e eivada de preconceito³⁴: a predileção pela raça européia, considerada superior em força e hábitos morais³⁵. No Congresso Nacional, a discussão sobre o tema dar-se-ia essencialmente nos primeiros anos do novo governo republicano, em prosseguimento às discussões a respeito das políticas imigratórias adotadas ainda à época da monarquia. O assunto encontraria mais resistência na Câmara do que no Senado, trazendo à tona argumentos de ordem política e moral, mas, ao mesmo tempo, certa tendência a não aprofundar os exames sobre os impactos sociais, culturais, políticos e mesmo econômicos a respeito do tema. O que iria ficar claro no Congresso, contudo, era que a discussão sobre a imigração estrangeira seria vista sempre de dois pontos de vista, de forma alguma opostos, mas para alguns parlamentares excludentes entre si: a imigração como mão-de-obra e a imigração como elemento civilizador³⁶.

Em 22 de junho de 1892, entrava em discussão no Senado o projeto n.º 10, do mesmo ano, de autoria do Senador Monteiro de Barros, do Espírito Santo, a respeito da permissão da livre entrada, em território nacional, dos imigrantes de nacionalidade chinesa ou japonesa, bem como as providências cabíveis para auxiliar

³⁴ O Senador Ubaldino do Amaral do Paraná falava, de forma bastante tendenciosa, em epidemia amarela ou icterícia da nação pior do que a peste negra e acrescentava: “Fiz o elogio do celeste império e rendi os maiores encomios aos chineses. Não modifiquei esse meu modo de ver; admiro a China e os chineses, com a condição, porém que já de se de longe, de muito longe. (*Apoiados*). ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em Julho de 1893. Apêndice. P. 89.

³⁵ CERVO, Amado. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981. PP. 178-189.

³⁶ Como deixava claro o Deputado José Bevilacqua, respondendo ao aparte do Deputado Thomaz Delfino: “A divergência é simplesmente a intencidade, do modo de encarar a questão para que o nobre deputado que me honra com seu aparte ou quaesquer de seus ilustres collegas apologistas da immigração chinesa todos fazem distincção no elemento que deve ser chamado para auxiliar o nosso trabalho ou para ser assimilado à nossa população, SS. Ex.^a querem á selecção; e assim que se discute diariamente nesta casa qual o melhor immigrante sob este ou sob aquelle ponto de vista.” ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de setembro de 1892. P. 535.

essa imigração. Monteiro de Barros, ao defender o projeto, acolhia a tese corrente no Congresso que cada estado tinha a liberdade de colonizar seu território com imigrantes de qualquer procedência³⁷. Entretanto, ao mesmo tempo mostrava incoerência em sua argumentação ao ser contrário à revogação do Decreto n.º 528 de 28 de junho de 1890, que proibia a entrada de imigrantes asiáticos e africanos em território brasileiro. Como justificativa, lembrava que a revogação do decreto poderia apenas aumentar a resistência daqueles que eram contrários à imigração dos *chins* (chineses) ou daqueles que admitiam a entrada desses, mas eram contrários aos outros imigrantes asiáticos e aos africanos. Assim, o que Barros propunha com seu projeto, era a permissão de entrada apenas para chineses e japoneses, que já se haviam mostrado excelentes trabalhadores, mas não estendendo a permissão aos demais imigrantes originários da Ásia ou da África, deixando clara a necessidade do Brasil receber mão-de-obra estrangeira, mas com restrições³⁸.

O Senador Aristides Lobo, do Distrito Federal, era um dos ativistas pela causa da imigração européia, invocando, para tanto, o aspecto civilizador do tema. Defendia a tese de que a imigração asiática trazia consigo não apenas o perigo de uma corrente migratória fora de controle, que poderia causar uma superpopulação de *chins* em território nacional – perigo menor e menos provável –, mas, principalmente, o contágio das instituições democráticas, bem como da cultura e modernidade nacionais, por uma civilização encarcerada em si própria e atrasada em progresso em relação ao Ocidente. Apesar de reconhecer que a mão-de-obra asiática, se admitida, o seria por ser mais barata que a européia, Lobo defendia que a permissão de imigrantes asiáticos

³⁷ Embora tenha sido muitas vezes levantado na Câmara o problema da subvenção estatal à imigração em favor, especialmente, dos estados do sudoeste e do sul.

³⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 22 de junho de 1892. PP. 44-46.

poderia, talvez, resolver a urgência do momento, a necessidade da lavoura, mas que traria “a depressão da liberdade e da dignidade do país”³⁹.

Apesar da corrente no Senado contrária à imigração asiática – corrente que também estava presente na imprensa e na opinião pública –, a maioria dos Senadores votou a favor do projeto, a fim de ajudar a lavoura cafeeira. O Senador Baptista Laper, do Rio de Janeiro, resumia bem o estado de espírito daquela casa parlamentar:

“É certo que tem-se manifestado opiniões um tanto desfavoráveis a respeito do caracter do trabalhado asiático podendo compromettel-o na sua ordem moral, as quaes si porventura fundadas, teriam peso em condições favoraveis do paiz, não valem em vista da crise aguda e profunda porque passa a lavoura.”⁴⁰

O projeto chegaria à Câmara um mês após ser aprovado pelo Senado e enfrentaria maior resistência entre os deputados que, em oposição ao projeto, usavam argumentos não muito diferentes dos já apresentados pelos senadores contrários à idéia: o da ameaça moral, cultural à civilização brasileira, até a suposta inferioridade física do asiático em relação ao europeu ou mesmo ao africano. A corrente positivista dentro do Congresso era a que mais oferecia resistência ao projeto, baseando-se na “profunda diferença” que separava os brasileiros dos chineses⁴¹. Em defesa da imigração dos chineses e japoneses, os argumentos passavam da má adaptação do europeu ao norte do Brasil ao valor mais barato da mão-de-obra asiática.

O Deputado José Bevilaqua, do Ceará, veio à tribuna defender a tese de que era preciso reorganizar por completo o sistema adotado em relação à imigração, por meio de medidas eficazes. Bevilaqua também temia a ameaça de superpopulação do

³⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 10 de agosto de 1892. P. 170.

⁴⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 03 de agosto de 1892. P. 108.

⁴¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de setembro de 1892. P. 535.

elemento amarelo e defendia o imigrante europeu como melhor elemento civilizador para o país. Contudo, não ignorava a necessidade de braços para lavoura e, por isso, entre as medidas que propunha estavam a limitação do número de imigrantes asiáticos e a necessidade de se levar em conta a natureza e diversidade dos serviços prestados por europeus e *chins*. Na defesa de sua tese, Bevilaqua não atacava as idéias tradicionais contra a imigração asiática defendidas pelos Senadores contra o perigo amarelo, isto é, a ameaça à mão-de-obra livre e ao sistema democrático brasileiro. Preferiu atacar a doutrina do antigo primeiro ministro do gabinete imperial, Visconde de Sinimbu, que era defensor da corrente imigratória para o Brasil como elemento de avanço nacional, devendo-se estabelecer uma imigração em grande escala a fim de promover a civilização material nacional⁴². Para Bevilaqua, não era mais cabível a defesa de tal doutrina pelo governo brasileiro vez que, além do perigo da superpopulação – e Bevilaqua preocupava-se apenas com os asiáticos – tal doutrina trouxera despesas grandiosas e inadmissíveis para o tesouro nacional⁴³.

Não eram poucos os deputados que lembravam os efeitos nefastos da abolição da escravatura, sem a preocupação da inserção social do negro e da readaptação de sua mão-de-obra. Todavia, essa alusão era feita para criticar a entrada de imigrantes asiáticos no país, atentando-se para o risco que apresentavam vindos em grande número, da mesma forma que o negro, que havia se transformado em um cancro social. A defesa dessa tese também era corrente entre os parlamentares, que, entretanto, discutiam o problema da imigração como substituição à mão-de-obra escrava, mas sem uma maior percepção sobre a necessidade de medidas sociais profundas de inserção tanto do negro como do imigrante à ordem social brasileira. A ausência desse tipo de

⁴² CERVO, Amado. *Op.Cit.* PP. 174-175.

⁴³ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 23 de setembro de 1892. P. 538.

discussão deixava clara, uma vez mais, a adoção tradicional de políticas domésticas e internacionais de solução de problemas e não de prevenção característica dos primeiros trinta anos da República.

O debate sobre o tema, contudo, não pode ser considerado vazio. É possível perceber nos debates em torno da imigração que maior oposição se deu entre os congressistas principalmente quando da discussão sobre a imigração asiática no país. Havia certo receio entre os parlamentares favoráveis à imigração europeia, assim como na opinião pública, que a imigração asiática pudesse suplantar o número de imigrantes europeus; receio infundado visto que de acordo com os dados do IBGE, os imigrantes asiáticos presentes no Brasil no período de 1908 a 1912 representavam 5,27% da população total de imigrantes no país, enquanto os europeus representavam sua quase totalidade: 91%⁴⁴.

De todas as discussões havidas no Parlamento, nos primeiros anos do período republicano, percebe-se que as discussões mais polêmicas deram-se em torno do tema da imigração asiática, em especial chinesa. Desses debates podem-se inferir quatro argumentos principais que estiveram presentes, de uma forma ou de outra, no discurso daqueles parlamentares: i) aspecto político: os chineses vinham de um país imperial e representariam uma ameaça à democracia nacional recém instalada; ii) aspecto econômico: os chineses seriam uma ameaça ao trabalho livre porque estariam habituados a trabalhar em regime de servidão em seu país, não se diferenciando muito da mão-de-obra escrava do regime anterior, além do que China era um país atrasado, pouco modernizado e sem progresso material ; iii) aspecto antropológico: os chineses trariam a ameaça da superpopulação para o Brasil, afora que a raça amarela era

⁴⁴ Conferir tabelas sobre imigração no Brasil no Volume referente aos Anexos. PP. 354-356.

considerada por alguns inferior, assim como a raça negra; e, por fim, iv) aspecto moral: os *chins* eram considerados maus trabalhadores, menos fortes e morigerados que os europeus⁴⁵.

Apesar da forte resistência à imigração asiática encontrada entre os parlamentares, sobretudo deputados, é certo que havia aqueles que percebiam no imigrante o elemento essencial no processo de povoação do território nacional, muito mais do que braços para a lavoura. Os partidários da doutrina que via o imigrante como elemento civilizador denunciavam a forma irregular da distribuição dos imigrantes no Brasil, em especial no norte, não recebia o mesmo número de imigrantes que iam para as lavouras do sul, já que não contavam com a mesma subvenção e apoio do governo federal⁴⁶. Para esses parlamentares, os imigrantes atuavam como instrumento de desenvolvimento do país, no estilo do que pregava Sinimbu, desenvolvendo os transportes, a produção, a riqueza e o progresso do país. Tal tese ficava clara nas palavras do Senador Moraes de Barros, do Espírito Santo:

“Para que vias de comunicação onde não há qualidade alguma de produção, onde não há população? A população si existe é insufficiente para produzir e dar trabalho ás vias de comunicação. Para que vias de comunicação? Fazem parte do meu programma as vias de comunicação; são idéias correllatas, devem andar a par. [Imigração e viação] são ambas idéas correllatas. Si a immigração traz a viação, a viação traz a immigração; devem marchar a par completamente. Das forças unidas nasce a riqueza do paiz, a immigração e vias de comunicação.”⁴⁷

A presença do imigrante no Brasil, no entanto, tornou-se um fato indissociável da evolução econômica, política, social e cultural do país. Depois de

⁴⁵ Conferir ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessões em 1º, 03, 08, 09 e 23 de setembro de 1892 (PP. 5-6; 63-76; 124-130; 151-169; 524-538, respectivamente).

⁴⁶ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 16 de outubro de 1894. PP. 418-422.

⁴⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 17 de setembro de 1896. P. 34.

passada uma década do começo dos debates intensos sobre a utilização do imigrante como mão-de-obra livre na lavoura e mesmo na indústria nacionais, o Parlamento passou a ocupar-se da integração desse novo elemento à sociedade. As medidas que diziam respeito a essa integração atinham-se mais à formalização legal da situação desses imigrantes no país, do que propriamente a um projeto de inserção social mais elaborado, com a regularização das leis trabalhistas, de programas habitacionais, ou mesmo no campo educacional e cultural.

Entre os assuntos discutidos pelos parlamentares até a eclosão da Primeira Guerra Mundial referentes à imigração, incluíam-se a naturalização e expulsão de estrangeiros. Se no Império já havia sido discutida a naturalização de estrangeiros pelo Legislativo como modo de uniformizar o processo de concessão de cidadania a estrangeiros e eliminando os pedidos individuais, que afogavam o Parlamento⁴⁸, nos primeiros anos da República tentou-se definir melhor alguns aspectos da regularização de estrangeiros a partir de certas exigências como demonstração de boa conduta moral e civil, constatada por documento oficial e apresentação obrigatória de passaporte, como também se tentou regular o alistamento militar do imigrante e a conservação da nacionalidade brasileira para mulher casada com estrangeiro, entre outros assuntos⁴⁹. No que concernia à expulsão de estrangeiros do território nacional muito se debateu se a saída forçada do país deveria ser motivada pelos atos de crime comum ou apenas pelos atos que atentassem contra a ordem política nacional. Tal discussão teve lugar em um momento histórico agitado pelas primeiras manifestações anarquistas não só no Brasil, como nos países vizinhos como a Argentina e mesmo na Europa. Entretanto, a corrente mais forte entre os parlamentares era aquela contrária à

⁴⁸ CERVO, Amado. *Op.Cit.* P. 188.

expulsão de imigrantes motivada por simples crime comum, o que poderia trazer em um segundo momento prejuízos à lavoura e à indústria, ao se correr o risco de expulsar o estrangeiro já estabelecido no país com família e trabalho, por motivo bem menos grave que o atentado à ordem política, que contribuía para a instabilidade nacional⁵⁰.

Dessa maneira, a preocupação do Legislativo com a imigração passaria da inquietação inicial de atração de imigrantes, continuando um debate já iniciado no Império, e a discussão sobre a etnia dos mesmos e sua influência sobre a organização econômica e social brasileira, a um debate mais focado na regulamentação desses estrangeiros, quando a sua instalação no país já havia se tornado um fato. Na verdade, nos anos que seguem à eclosão da Primeira Guerra Mundial e as mudanças políticas ocorridas na Europa, com o movimento operário, o Legislativo teria que se ocupar com questões atinentes à organização de sindicatos e associações (e mesmo criação de partidos políticos), anunciando mudanças inevitáveis na política nacional, com a introdução de novos atores no cenário histórico brasileiro, preparando o fim do primeiro período republicano e o começo da era Vargas.

4. Comércio exterior e economia no pós-guerra

Até o começo do século XX as relações internacionais eram dominadas pelo imperialismo, que impunha o livre-comércio no cenário mundial. A Inglaterra despontava como líder desse mercado, controlando grande parte das finanças dos pequenos Estados. A partir das duas primeiras décadas do século XX iriam surgir dois

⁴⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessão em 04 de setembro de 1902. PP. 277-282.

outros atores que concorriam com o poder britânico no comércio internacional, como já se discutiu: os Estados Unidos e a Alemanha. O Brasil, como país então essencialmente agroexportador, passou a viver entre o imperialismo financeiro britânico e o imperialismo norte-americano, presente não apenas no corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, como principalmente nas relações comerciais traduzidas pelas exportações de café para os Estados Unidos, que impulsionavam a economia brasileira.

A introdução do regime republicano no Brasil trouxe um período ainda de maiores incertezas tanto no que se referia à política doméstica quanto à exterior, uma vez que o país caminhava na consolidação do sistema oligárquico, mas enfrentava graves problemas financeiros. É certo que, paulatinamente, o país foi-se aproximando dos Estados Unidos que clamavam para si o papel de defensores da América. Essa aproximação deu-se também à medida que os norte-americanos tornavam-se o maior mercado consumidor dos produtos exportados pelos brasileiros, em especial o café e o açúcar. A economia agroexportadora chegou ao seu ponto máximo no primeiro período republicano e a adoção de uma diplomacia mais próxima dos Estados Unidos representou uma adequação aos vínculos comerciais já existentes entre os dois países⁵¹.

A chegada de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores e o estabelecimento de um pacto político entre o governo federal e as oligarquias regionais, trouxe maior estabilidade ao cenário político nacional, amenizando o clima de incertezas e mudanças do início da República que, no entanto, continuava no ar. Rio Branco trabalhava pelo prestígio nacional e a liberdade de movimentos no contexto regional e o Congresso Nacional harmonizava-se com o poder Executivo no

⁵⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Sessões em 08 e 22 de setembro de 1903. PP. 310-314 e 434-441, respectivamente.

⁵¹ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 482.

fortalecimento mútuo das oligarquias nacionais e do poder central, e também na consecução de políticas econômicas que beneficiassem o setor agroexportador, base do modelo econômico nacional de então. O poder Executivo trabalhava pelo prestígio das elites cafeicultoras e essas, por sua vez, apoiavam o governo federal.

A chegada da Primeira Guerra Mundial abalaria a frágil estabilidade conseguida econômica, política e socialmente pela República. Com a eclosão do conflito, a população brasileira foi a primeira a sentir os efeitos imediatos do contexto de guerra no cenário mundial: a alta dos produtos do gênero alimentício. Logo depois os efeitos da guerra fizeram-se sentir na queda do volume do comércio exterior brasileiro, acarretando diminuição na renda pública, visto que mais da metade da receita orçamentária era proveniente dos direitos alfandegários. Diminuíram também o poder de compra do mercado brasileiro e as entradas de produtos considerados supérfluos, sobre os quais os impostos eram mais pesados. O conflito mundial evidenciou o quanto o país era dependente dos tributos sobre os produtos importados e, com isso, toda sua fragilidade⁵².

A criação das listas negras, que proibiam que nacionais de determinado país comerciassem com os países inimigos e o bloqueio marítimo alemão no canal da Mancha, que era responsável por capturar navios que transportassem mercadorias suspeitas de destino, propriedade ou de origem inimiga, iriam causar um forte impacto sobre a economia brasileira. Além disso, as exportações brasileiras já vinham sendo bastante prejudicadas pela classificação arbitrária dos produtos considerados como contrabando de guerra pelos países aliados⁵³. Em 29 de novembro de 1916, em pleno conflito, o Deputado Maurício Lacerda apresentava requerimento de informação na

⁵² *Ibidem*. P. 469.

Câmara para o Ministério do Exterior, como forma de pressionar o governo federal a prestar maiores esclarecimentos sobre a situação internacional do comércio brasileiro, com o seguinte teor: i) se o Brasil havia aderido à Conferência Naval de Londres e em que termos; ii) se o governo brasileiro havia recebido notificação de denúncia de qualquer dos países signatários da Conferência, quando e em que termos; iii) se o governo brasileiro havia aceitado o bloqueio e a extensão dessa medida ao café; e, por fim iv) se o Brasil teve oportunidade de reclamar da inclusão de firmas brasileiras nas *black lists* e se a mesma reclamação havia sido atendida⁵⁴. O Brasil não havia aderido à Conferência nem havia recebido notificação alguma dos países signatários do acordo, porém o Congresso forçava uma definição mais clara das ações internacionais do país e, dessa forma, um posicionamento no conflito; além do que atentava para os interesses do café no mercado mundial.

O Deputado Dunshee de Abranches também denunciava a violência das listas negras para o Brasil, que não impediam, entretanto, os comerciantes ingleses a fazerem negócios com os alemães no Brasil. Além disso, Abranches alertava para o tratamento rigoroso com o qual o café brasileiro vinha sendo tratado pelos ingleses, com o intuito de atingir a Alemanha; tratamento esse que não foi dispensado aos Estados Unidos quando ainda eram neutros no conflito. Para Abranches, a Grã-Bretanha, ao declarar contrabando de guerra o café, o algodão e a borracha do Brasil, a carne congelada da Argentina e o salitre do Chile estava, na verdade, visando beneficiar seu próprio comércio⁵⁵.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 29 de novembro de 1916. P. 529.

⁵⁵ *Ibidem.* PP. 529-544 e BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 471.

O conflito mundial atingiu, assim, o comércio exterior de forma impactante, ao contribuir para a baixa simultânea do café e da borracha, que representavam a quase totalidade da exportação nacional. Diminuíram as relações do Brasil com o exterior, desorganizou-se o crédito e cessaram-se as relações com importantes parceiros comerciais como a Alemanha e a Rússia. A pouca estabilidade do sistema econômico brasileiro foi abalada fortemente pelo conflito. Seria apenas na segunda década da República que o Brasil conseguiria reerguer-se, com a retomada das exportações. Apesar de o Brasil ter apresentado dificuldades na sua balança comercial com a retomada da produção e indústria em outros países, verificou-se a diminuição de produtos importados de primeira necessidade, em razão da tímida política de substituição de importações, discutida mais acima. A partir de 1921, as exportações brasileiras superariam as importações, até a implantação do Estado Novo. Embora o conflito tenha tido efeitos negativos nas contas públicas, contribuindo para o aumento de impostos e para uma política emissãoista, beneficiou a economia nacional com a substituição de importações e o estímulo à demanda interna de matérias-primas relacionadas com as exportações⁵⁶.

Vale lembrar ainda que o período compreendido entre 1913 e 1917 havia sido marcado por um refluxo geral do movimento operário, o que coincidiu com a queda dos produtos de exportação, associado à manutenção de elevado ritmo de importação e elevado déficit balança comercial. Com fim da entrada de capital estrangeiro as conseqüências para as classes mais pobres, principalmente para os trabalhadores urbanos, seriam drásticas, a começar pela redução de 20% em seus salários reais. Desencadeou-se um desemprego generalizado motivado por falências de

⁵⁶ BUENO, Clodoaldo. *Op.Cit.* P. 478.

muitas empresas e também pela paralisação de obras públicas e demissão, em massa, no setor público. Coincidindo com essa crise geral da economia brasileira que se arrastou até 1920, os movimentos reivindicativos por melhores condições de vida e de trabalho passaram a tomar força, ao longo da década de 20, principalmente após a Revolução Russa em 1917.

Aumentaram as greves nesse período, passando a ser amplas e universais, com o operariado exigindo seu reconhecimento como classe. O movimento anarquista passou a combater a ação desregrada do capital e a superexploração da força de trabalho, a falta de segurança no trabalho e os baixos salários. Seja como elemento civilizador ou como mão-de-obra, uma vez instalados em solo brasileiro, os imigrantes, enfrentaram mais do que a simples resistência política ou da opinião pública. A mão-de-obra estrangeira logo se identificou com as reivindicações do operariado, em razão da má qualidade de trabalho a que era subjugada, e reforçou assim, de forma significativa, os movimentos de classe que se deram nos anos finais da Primeira República. O Congresso Nacional passaria a ocupar-se de leis que regulassem não mais a entrada desses imigrantes, mas sim as condições de trabalho a que eram submetidos.

Em 1922, era fundado o Partido Comunista do Brasil, baseado na luta operário-camponesa levada a cabo na Rússia, e com o objetivo de defender a causa dos trabalhadores brasileiros. A reação, tanto no Congresso, quanto no governo federal, foi imediata. No mesmo ano o partido é colocado na ilegalidade pelo presidente da República Epitácio Pessoa. Seria apenas cinco anos depois, em 1927, com a eleição do Deputado Azevedo Lima que conseguiria voltar à legalidade. Essa, por sua vez, não dura muito tempo, e naquele mesmo ano é posto em ilegalidade novamente. O novo

partido brasileiro⁵⁷ representou não apenas um novo elemento no Congresso Nacional, como deu voz a novos atores na cena política nacional. Luís Carlos Prestes, um de seus principais líderes, contribuiu para as agitações crescentes no sul do país, ao propor uma rebelião ao sul do país com sua Coluna Prestes.

Os expoentes políticos da República vinham perdendo força com a mobilização do trabalhador industrial, com as inúmeras revoltas que eclodiam e as dissidências políticas que enfraqueciam as grandes oligarquias. A frágil estabilidade conseguida nas décadas anteriores parecia fortemente ameaçada. O Partido Democrático era fundado em 1926, como oposição ao Partido Republicano Paulista por meio da denúncia constante contra as subvenções estatais à lavoura cafeeira. Em 1929, a crise econômica mundial viria fragilizar ainda mais a situação política nacional, fazendo com que o Partido Republicano Mineiro passe para a oposição e fundasse a Aliança Liberal, reunindo as alas progressistas de outros partidos, lançando o nome de Getúlio Vargas para a sucessão presidencial. Quando em 1929, o paulista Washington Luís indicava outro paulista para sua sucessão – Júlio Prestes – a frágil aliança entre os estados se quebrava, expondo as vicissitudes do sistema político brasileiro. A insatisfação no Congresso aumentaria e novas forças políticas unir-se-iam ao crescente descontentamento dos novos atores, que já não vinham apenas da grande lavoura cafeeira, mas de distintos setores que foram se fortalecendo, principalmente, nos últimos anos da Primeira República.

⁵⁷ O Partido Comunista Brasileiro foi o partido com maior longevidade na história política do país. Criado em março de 1922, só foi extinto, por vontade dos próprios partidários, em 1992.

Considerações Finais

*“Caminhando pela noite de nossa cidade
Acendendo a esperança e apagando a escuridão
Vamos caminhando pelas ruas de nossa cidade
Viver derramando a juventude pelos corações
Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acorda novo, forte, alegre, cheio de paixão
Vamos caminhando de mãos dadas com a alma nova
Viver semeando a liberdade em cada coração
Tenha fé em nosso povo que ele acorda
Tenha fé em nosso povo que ele assusta
Caminhando e vivendo com a alma aberta
Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
Vamos, companheiros, pelas ruas de nossa cidade
Cantar semeando um sonho que vai ter de ser real
Caminhemos pela noite com a esperança
Caminhemos pela noite com a juventude.”*

Credo. Milton Nascimento e Fernando Brant

O primeiro período republicano brasileiro terminou como começara: envolto em incertezas políticas, em razão do surgimento de novos atores no cenário nacional e a insatisfação de velhos atores, como os militares. Ao romper-se o pacto político entre as oligarquias regionais e o governo central, pôs-se em evidência a fragilidade do sistema econômico brasileiro de então e a pouca abertura do quadro político à inclusão das novas forças que vinham crescendo ao longo da Primeira República. Entretanto, ainda que fossem variados os atores que reclamavam participação no cenário político nacional, o projeto vencedor conseguiu coadunar grande parte dessas forças divergentes e impor-se como alternativa mais bem definida, na figura de Vargas, do que havia conseguido à época da implantação da República com

Deodoro. Enquanto a Primeira República não simbolizou uma verdadeira ruptura com o regime anterior, apenas rearranjando o poder da elite escravocrata para a elite cafeeira, representando um rompimento mais de direito do que de fato com a velha Monarquia; a Revolução de 30 apresentou-se como uma ruptura de fato com os antigos atores que dominavam a cena nacional para a inclusão de outros novos, recorrendo-se para isso à tradicional forma autoritária de poder que marcará por várias vezes a história republicana brasileira. No plano internacional, de forma análoga ao que se passava internamente, antigos atores também passavam a ceder espaço para novos agentes que se fortaleceram após a Guerra. A Inglaterra cedia espaço para os Estados Unidos e a Alemanha, ainda que derrotada no conflito, preparava sua ascensão.

Durante o período aqui estudado, que se convencionou como os primeiros trinta anos do novo regime republicano, que vai de 1889 a 1930, pode-se perceber que, apesar das incertezas institucionais ocasionadas pela falta de um projeto definido de República, há uma harmonia entre os interesses da elite política, que controla o governo, e da elite econômica, representada pelas oligarquias regionais. Essa harmonia reflete-se na política externa adotada que estará preocupada em atender os interesses imediatos da elite econômica, beneficiando, dessa maneira, a continuação do poder da elite política¹. A República defrontou-se com a necessidade de reconhecimento interno e externo, buscando, por uma parte, identidade de objetivos e interesses nacionais no plano interno e, por outra, uma imagem e atuação que a legitimassem no plano internacional em um esquema de retroalimentação de poder: as elites econômicas

¹ *Revista Brasileira de Política Internacional*. Artigo: “A Diplomacia na República Velha: uma perspectiva” por Sérgio Danese. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano XXVII. N.ºs 105-108. 1984. P. 52.

buscam o prestígio internacional para atenderem seus interesses financeiros, e o fortalecimento desse prestígio pela elite política permite que conserve o poder.

O pacto, apesar de visivelmente frágil, era o motor das políticas doméstica e exterior adotadas no período. Em razão da fragilidade desse pacto, a política exterior brasileira de então vai sendo construída sem uma diretriz definida, clara e certa, que não a busca do prestígio internacional e a busca pela liderança regional no continente americano. As políticas adotadas parecem ocupar-se mais da solução dos problemas imediatos do que a prevenção de possíveis problemas futuros, inseridos em um projeto de política externa a longo termo. Se Rio Branco havia dado à política externa um caráter mais pragmático é porque esse pragmatismo era exigido pelas elites política e econômica de então, fazendo com que a política exterior do Barão estivesse atenta às necessidades do seu tempo.

A Primeira República permitiu a manutenção das estruturas de produção no interior do país, fortalecendo o vínculo da economia brasileira a mercados externos cada vez mais desequilibrados para o lado da oferta, ao mesmo tempo em que se acentuaram os problemas demográficos e sociais no nordeste, em razão da estrutura fundiária, e se permitiu a povoação de espaços ainda não valorizados no sul, sudeste e mesmo na Amazônia². Do ponto de vista político, buscou-se a integração nacional por meio do controle territorial e definição de fronteiras, ajudando a construir a imagem de prestígio internacional do Brasil e aparar as arestas com os vizinhos do Prata, na busca de um destaque regional. Do ponto de vista econômico, o interesse da lavoura cafeeira confundia-se o interesse nacional, fazendo com que houvesse políticas de valorização do café e gradual aproximação com os Estados Unidos, maior mercado consumidor do

² *Idem.*

produto, permitindo ao Brasil de sair do isolamento regional, representado por sua política imperial, e de transferir, progressivamente, o eixo da sua política externa de Londres para Washington. Por fim, do ponto de vista social, as correntes migratórias³ permitiram ao país povoar espaços geográficos importantes para a economia nacional, contribuindo também, assim, para a integração territorial do Brasil.

Nesse contexto, o Parlamento brasileiro do período pode ser considerado o local por excelência das articulações que se davam entre a elite econômica e a elite política de então, visto que, para que se firmasse o pacto entre as oligarquias regionais e o poder central, era necessário haver anuência das elites representadas no Congresso Nacional. Essa anuência não seria tácita nem forçada, como deixam supor muitas interpretações tradicionais sobre o tema. Ao contrário, ela era construída por meio de acordos políticos e políticas econômicas que atendessem os interesses das oligarquias dos estados, para que essas continuassem a dar suporte ao governo federal. Por tudo que se discutiu ao longo do trabalho, fica claro que quando essa elite econômica encontrava-se insatisfeita, seu descontentamento era levado a debate no Parlamento, exigindo explicações do poder Executivo e mostrando-se vigilante dos atos do presidente da República, dentro, no entanto, dos poderes que lhe eram conferidos pela Constituição Federal.

É certo que o poder presidencial passou a ser mais centralizador que o próprio poder imperial, o que, se por um lado sufocou o poder do Parlamento, por outro, permitiu que a articulação política fosse feita de forma mais desimpedida. O Parlamento apoiaria o Executivo não porque não tivesse escolha ou porque fosse forçado a tanto, mas sim porque era importante para a construção política do momento – onde as

³ E aqui estão incluídos não apenas as correntes de imigração estrangeira como as correntes migratórias

instituições políticas se fortaleciam – e porque também convergia com os interesses representados no Parlamento à época. Seria somente com a chegada de Getúlio Vargas ao poder que o Parlamento iria ser realmente alijado da participação da formulação de política externa, já que seria dissolvido pelo golpe que deu origem ao Estado Novo.

No jogo de forças profundas que movem as ações do Estado na política externa⁴, impactado pelas pressões diretas e indiretas da conjuntura e da sociedade, os parlamentares têm ação das mais significativas. Como se viu, quando da discussão sobre industrialização no último capítulo, por exemplo, os homens públicos podem atuar como grupo de pressão direta, influenciando a tomada de decisão do homem de Estado. E nos primeiros trinta anos da República esse grupo, dividido em partidos republicanos regionais, não deixaria de exercer esse poder de franca coação do poder central a fim de atender aos interesses das oligarquias dos estados, assim como também atuaria como agente da formação da opinião pública, pressionando a identificação do interesse nacional ao interesse agroexportador.

Todavia, assim como no Império, a política exterior continuou a ser assunto de domínio da elite, terreno no qual a maior parte dos ministros do Exterior e dos diplomatas representava os estados do centro-sul, ou seja, as regiões cafeeiras. Os representantes dessas elites também se faziam presentes no Congresso Nacional, com homens públicos de formações as mais variadas como profissionais liberais, militares, magistrados e representantes do setor agropecuário⁵. Visto o escopo limitado deste trabalho, optou-se por não estudar com maior profundidade a obra literária de muitos desses parlamentares, o que sugere novo campo de investigação para outros

dentro do próprio país.

⁴ Conferir DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout Empire Périra*. Paris : Publications de la Sorbonne, 1981.

pesquisadores. Seria de grande relevância para a análise sobre o Parlamento na Primeira República o estudo da prosopografia⁶ dos congressistas de então, identificando o pensamento autônomo sobre política exterior como foi feito com Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e mesmo Pandiá Calógeras. Seriam muitos os parlamentares que merecem destaque, por seu pensamento independente ou significativo para o exame de política exterior do Brasil: Quintino Bocaiúva, Dunshee de Abranches, Barbosa Lima, Maurício de Lacerda, Serzedello Corrêa, entre tantos outros.

O estudo minucioso dos discursos proferidos nos plenários de ambas as casas do Congresso – fonte principal da pesquisa – revelou, portanto, que o Legislativo teve um papel não apenas reativo às medidas tomadas pelo governo federal, como se pode inferir em uma primeira observação. O Parlamento agiu ativamente ao pressionar ações governamentais como quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, da discussão sobre industrialização ou mesmo sobre imigrações, quando o governo foi forçado a agir de forma a não se chocar contra os interesses representados no Legislativo.

É bem verdade que o presente trabalho abarcou um período de estudo muito extenso⁷, trazendo como desvantagem a falta de maior aprofundamento sobre alguns temas pontuais (o que excederia o tempo e limite da pesquisa). No entanto, o objetivo do presente estudo foi, principalmente, o de levantar e reunir as principais discussões havidas no Congresso Nacional sobre política exterior nos primeiros trinta anos da República, pesquisando-se, para isso, tudo o que havia sido discutido sobre o

⁵ Conferir Volume de Anexos para mídia contendo os dados de todos os Deputados eleitos no período de 1889 a 1930.

⁶ A exemplo do que fez o historiador Jean Garrigues em sua obra intitulada *La République des hommes d'affaires 1870-1900*. Paris: Aubier, 1997.

tema e o período até então e relacionando o resultado dessa pesquisa com os assuntos mais discutidos dentro do Parlamento da Primeira República. É certo que muitos temas mereceriam o olhar atento de outros investigadores de política externa sob o ângulo do Parlamento, como as discussões sobre comércio internacional, que, sozinhas, permitiriam a possibilidade de muitas outras pesquisas.

Se, entretanto, muitas vezes ao longo da República o Parlamento seria calado, nunca deixou de pronunciar-se, incentivando o debate nacional, quando teve espaço para isso. Esse debate foi amadurecido ao longo de todo período republicano e continua sendo até os dias atuais. Vale lembrar que nos primeiros anos de República o Parlamento precisou de tempo para afirmar-se como instituição democrática, a exemplo do que ocorria com as demais instituições do novo regime. Foi dissolvido de forma autoritária logo nos primeiros anos da República e o seria todas as vezes que apresentava empecilho à instalação de regimes autoritários. Essa simples constatação permite ao pesquisador atento perceber a importância da instituição parlamentar não apenas nos estudos sobre a política nacional, como também sobre política exterior. Enquanto o Parlamento esteve presente no cenário político nacional, sem ser calado, o poder Executivo, ainda que preponderante, tinha que articular acordos políticos para negociar e fazer avançar sua agenda. Não foi diferente nos primeiros trinta anos da República, quando, apesar da fragilidade das instituições e projetos de governo, o Parlamento atuou como espaço de articulação entre as elites política e econômica da República Velha.

Ao longo de toda a República, o Congresso tem demonstrado sua força e ânsia por aumentar seu poder de ingerência nas decisões do Poder Executivo

⁷ Que, por sua vez, já foi reduzido em relação à pretensão inicial, que incluía o exame do período que vai

relacionadas à política externa. Foi assim durante as décadas de 40 e 60 (em especial, dos anos que vão de 1946 a 1967⁸) e está sendo assim depois da reinstalação do regime democrático no Brasil a partir de 1985⁹. Pode-se inferir, portanto, que cada vez mais a vontade política por reformas no processo decisório de política externa cabe aos próprios parlamentares.

Esse movimento mais recente é resultado de um amadurecimento da instituição ao longo dos anos, o que não pode ser exigido nos primeiros anos de República, já que a própria identidade de um país republicano está em causa. Assim, não é apenas o Parlamento, mas todas as outras instituições governamentais que estão em constante reformulação durante esses últimos 120 anos de história republicana. Nesse ínterim, muitas foram as vicissitudes internas e externas, fruto do próprio amadurecimento do país como nação, mas também de um cenário internacional em plena ebulição atingido por duas guerras mundiais, uma grave crise econômica entre elas, seguidas de uma guerra fria e espacial, com o temor de uma guerra nuclear.

Percebe-se hoje que o Parlamento quer chamar mais para si tais responsabilidades tanto com propostas de emendas à Constituição, com o intuito de garantir aos parlamentares atribuições para acompanhar o processo negociador de acordos internacionais que versem sobre comércio exterior¹⁰ ou mesmo de aprovar

da proclamação da República em 1889 ao golpe militar de 1964.

⁸ Conferir BARBOSA, Antônio José. *O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961-1967)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000.

⁹ Conferir CESAR, Susan Elizabeth Martins. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira (1985-2002)*. Tese de Mestrado. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

¹⁰ Como foram os casos das Propostas de Emenda à Constituição apresentadas pelos Senadores Roberto Requião (PEC 52/2001) e Aloízio Mercadante (PEC 345/2001), ambas arquivadas, no entanto, ao final da legislatura de 2007. Na Câmara, as iniciativas foram mais modestas, como o Projeto de Lei 4.274/2008, apresentado pelo deputado Miguel Martini (PHS-MG), que exige a aprovação prévia do Senado a todos os ocupantes de cargos que representem o governo brasileiro em organizações internacionais, ainda em tramitação. A proposta faz exceção aos cargos militares. Hoje, o Senado já aprova ou não os indicados

tratados com ressalvas ou emendas, não se limitando a exames *ex post* que não gerem efeitos. A mudança de nome da antiga Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, que evocava a supremacia do Executivo sobre o Legislativo na matéria, para Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, permite perceber que o Parlamento está passando a exigir para si uma ação mais abrangente no campo da formulação da política exterior. Espera-se, sobretudo, que essa exigência se robusteça afim de que traduza, com isso, um fortalecimento efetivo das instituições políticas brasileiras.

para os cargos de chefe de missão diplomática de caráter permanente, incluídos os organismos internacionais como Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos e União Européia.

Documentação

“A sabedoria é o trabalho incessante do espírito sobre a ciência”.

Camilo Castelo Branco

I. FONTES PRIMÁRIAS

1. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
2. ANAIS DO SENADO FEDERAL.
3. ATAS DAS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
4. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.
5. Regimento Interno da Câmara dos Deputados de 1904.

II. BIBLIOGRAFIA SELETIVA

i) Relações Internacionais

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *L'Europe de 1815 à nos jours*. Paris: PUF, 1970.

_____. *Tout Empire Périra*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

_____ et KASPI, André. *Histoire des Relations Internationales de 1919 à 1945*. Paris : Armand Colin, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *L'Age des Extremes. Histoire du court XX^{ème} siècle*. Bruxelles: André Versaille Editeur, 2008.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformações Econômicas e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina (Estudos em Homenagem a Amado Luiz Cervo)*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2003.

REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2003.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais Contemporâneas: da Construção do Mundo Liberal à Globalização, de 1815 a Nossos Dias*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 1997.

_____. *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*. Vol. I e II. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2004.

WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a Comparative Historical Analysis*. London and New York: Routledge, 1992.

ii) **História da Política Externa do Brasil**

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editora Associados, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Unimarco, 1999.

_____. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos EUA no Brasil: Dois Séculos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *O Expansionismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.

_____. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (UNESP), 1995.

_____. *Política Externa da Primeira República: os Anos de Apogeu, de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas. Rui Barbosa: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERVO, Amado L. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1981.

_____ & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

_____ & DÖPKE, Wolfgang (org.). *Relações Internacionais dos Países Americanos. Vertentes da História*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB)/Linha Gráfica Editora, 1994.

_____ (org.). *O Desafio Internacional. A Política Exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1994.

COSTA, Sérgio Côrrea da. *A Diplomacia do Marechal. Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada*. Rio de Janeiro/ Brasília: Ed. Tempo Brasileiro/Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1979.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DREIFUSS, R. A. *A Internacional Capitalista. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1918 - 1986)*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1987.

FAUSTO, Boris et DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro : Ed. Contraponto, 2005.

_____. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005.

_____. *Entre América e Europa: a Política Externa Brasileira na Década de 1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB)/ Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2006.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O Brasil e a Crise Internacional (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *O Brasil e a Crise Mundial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1984.

LIMA, Maria R. S. & CHEIBUB, Z. *Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Debate Intelectual e Produção Acadêmica*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1983.

MOURA, Gérson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1991.

PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires: Ed. Universidade de Buenos Aires (UBA), 1965.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

ROLLAND, Denis (org.). *Le Brésil et le Monde. Pour une Histoire des Relations Internationales des Puissances Emergentes*. Paris: L'Harmattan, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

VIANA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1961.

iii) **História do Pensamento Político Brasileiro**

ACCIOLI, Robert B. & TAUNAY, Alfredo D'E. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1973.

AGOR, Weston H. *Latin American Legislatures: Their Role and Influence*. New York: Praeger, 1971.

ALENCAR, José Almino et SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Meu Caro Rui, Meu Caro Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.

AVELAR, Lúcia et CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma Introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung/ Ed. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2004.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto Campos Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Coleção: O Parlamento em Teses, 2006.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. São Paulo: Edições LB, 1962.

BELLO, José Maria. *A History of Modern Brazil (1889-1964)*. California: Stanford University Press, 1966.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo e Cia., 1930.

CARNEIRO, Levi. *Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, duas vidas paralelas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Divisão Cultura, Ciclo de Conferências de 1949, 1949.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Formação das Almas: o Imaginário Republicano no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1998.

CRIPA, Adolpho (coord.). *As Idéias Políticas no Brasil*. V.II. São Paulo: Ed. Convívio, 1979.

DELGADO, Lucília de Almeida & FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan & SALOMÃO, Nelma (orgs.). *Histórias do Poder. 100 Anos de Política no Brasil*. Vol. 02. Ecos do Parlamento. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

_____. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo (Edusp), 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da Crise Brasileira*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1965.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB)/ Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil (1808 – 1930)*. São Paulo: Difel, 1978.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Mercado Aberto Ltda./ Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1999.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix/ Ed. Universidade de São Paulo (Edusp), 1978.

MORAZÉ, Charles. *Les Trois Âges du Brésil : Essai Politique*. Paris: Armand Colin, 1954.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Grande Transação. 1500-2000, a Experiência Brasileira*. Vol. 02. São Paulo: Senac, 2000.

PENNA, Lincoln de Abreu. *A República Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

S/A. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XXXI, Tomo I, 1904. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos (1930-1942)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1889: A República não Esperou o Amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2001.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

_____. *Poder Local na República Velha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

VILLELA, Annibal Villanova. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 2001.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Liberais e a Crise da República Velha*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

iv) Parlamento e Instituições Democráticas

BAECHLER, Jean. *Breviario de la Democracia*. Paris: Ed. UNESCO, 1996.

BEETHAM, David et BOYLE, Kevin. *Cuestiones sobre la Democracia*. Paris: Ed. UNESCO, 1995.

BELORGEY, Jean-Michel. *Le Parlement à Refaire*. Paris: Gallimard, 1991.

BENEDICTS, Angela de. *Política, Governo e Instituzioni nell'Europa Moderna*. Bologna: Il Mulino, 2001.

CHANDERNAGOR, André. *Un Parlement Pour Quoi Faire ?* Paris: Gallimard, 1967.

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2001.

DAUPHIN, Noëlle. *La Chambre des Députés et l'Opinion Publique (Août 1815 - Avril 1816)*. Tese de Doutorado. Paris: Departamento de Literatura em Paris X, Nanterre, 1975.

GARRIGUES, Jean. *La République des Hommes d'Affaires, 1870-1900*. Paris: Aubier, 1997.

_____. *Les Grands Discours Parlementaires de la Troisième République. De Clemenceau à Léon Blum*. Vol. 02. Paris: Assemblée Nationale/Armand Colin, 2004.

_____. *Les Grands Discours Parlementaires de la Cinquième République*. Paris: Assemblée Nationale/Armand Colin, 2006.

LINZ, Juan J. et STEPAN, Alfred. *A Transição e a Consolidação da Democracia: A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOPIN, Michel. *Les Grands Débats Parlementaires de 1875 à Nos Jours*. Paris: La Documentation Française, 1989.

NETO, Casimiro. *A Construção da Democracia*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2003.

PASCAL, Jan. *Les Assemblées Parlementaires Françaises*. Paris: La Documentation française, 2005.

PIERRE, Eugène. *Traité de Droit Politique, Electoral et Parlementaire*. Paris: Editions Loysel, 1989.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2000.

ROLLAND, Denis. *A Crise do Modelo Francês: a França e a América Latina. Cultura, Política e Identidade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2005.

v) Obras gerais

ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*. Nova York: Viking Press, 1961.

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONIER, Frédéric. *Les Années 20*. Paris: Le Livre de Poche, 1999.

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 1991.

ROLLAND, Denis et alii (org.). *Intellectuels et politique : Brésil-Europe*. Estrasburgo: L'Harmattan, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

vi) Trabalhos Acadêmicos

ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *Filibusteiros, não, brasileiros: Uma Visão Interna da Questão do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

BARBOSA, Antônio José. *O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961-1967)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000.

CÉSAR, Susan Elizabeth. *Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira (1985- 2002)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O Mecanismo das Comissões Verificadoras de Poder*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília, 1986.

MANZUR*, Tânia Maria Pechir Gomes. *A Opinião Pública e a Política Externa do Brasil: da Independência a Castelo Branco*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 1994.

_____. *Opinião Pública e Política Exterior nos Governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Dezembro, 2000.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a Atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005.

ROCHA, Carolina da Cunha. *Chama da Fé, Luz da Razão: O Ideário de Frei Servando Teresa de Mier no Contexto das Independências Hispano-americanas*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 2006.

* Por vezes encontrada nas referências com a grafia equivocada “Mansur”.

ROCHA, Regina da Cunha. *Entre o Trono e o Altar: A Política Pendular da Santa Sé no Reconhecimento das Independências Hispano-Americanas*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

vii) Conferências

Chapters from the History of Representative and Parliamentary Institutions. Conferência: “54th Conference of the International Commission for History of Representative and Parliamentary Institutions in Prague”. Prague: Eurolex Bohemia, 2004.

O Legislativo e a Política Externa. Seminário: “O Papel do Poder Legislativo na Política Externa Brasileira” por Maria Regina Soares de Lima. Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, 2002. PP. 41-72.

Anais do Simpósio do Cone Sul no Contexto Internacional. Conferência: “Idealismo e Rivalidade na Política Externa Brasileira da República: as Relações com a Argentina (1889-1902)” por Clodoaldo Bueno. Porto Alegre: EdiPucRS, 1995. PP. 41-46.

O Poder Legislativo no Brasil: 1823- 1973. Conferência: “História das Idéias no Parlamento” por Afonso Arinos de Melo Franco. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1975. PP. 17- 44.

O Poder Legislativo no Brasil: 1823- 1973. Conferência: “Atuação do Parlamento no Império e na República” por Gilberto Freyre. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1975. PP. 65-85.

O Poder Legislativo no Brasil: 1823- 1973. Conferência: “A Vocação Política dos Brasileiros e a Ascensão dos Parlamentos no Mundo” por Aliomar Baleeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1975. PP. 113-151.

Vanguarda e Modernidade nas Artes Brasileiras. Seminário: “A Semana de Arte Moderna e a Crítica Contemporânea” por Maria Eugênia Boaventura. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Artes e do Departamento de Artes Plásticas da Universidade de Campinas (Unicamp), 2005. PP. 01-12. Disponível em: http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos_pdf/maria_eugenia.pdf. Último acesso em: 07 de janeiro de 2009.

viii) Revistas

Clio. Artigo: “Fronteiras: o Estilo Negociador do Barão do Rio Branco como Paradigma da Política Exterior do Brasil” por Synesio Sampaio Góes Filho. Lisboa. Vol. 06. 2002. PP. 79-102.

Dados. Artigo: “Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil”, por Fabiano Santos. Rio de Janeiro. V. 42. N.º 01. 1999.

História. Artigo: “O Cotidiano no Processo de Elaboração das Decisões em Política Exterior e o Início da República no Brasil” por Clodoaldo Bueno. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Vol. 05-06. 1986-1987. PP. 11-17.

Missões de Paz: a Diplomacia Brasileira nos Conflitos Internacionais. Artigo: “Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações” por Fernando de Mello Barreto. Edição comemorativa dos cem anos de paz nas fronteiras do Brasil. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo6.html. Último acesso em 07 de março de 2009.

Plenarium. Política Externa. Brasília: Câmara dos Deputados, Ano II. N.º 02. Novembro de 2005.

Política e Estratégia. Artigo: “O Esquerdismo na Política Exterior da Nova República” por L. de A. Nogueira Porto. Vol.6. N.º 01. Janeiro-Março de 1988. PP. 150-152.

Revista Brasileira de História. Artigo: “A Diplomacia dos Armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923” por Eugênio Vargas Garcia. São Paulo: Associação Nacional de História (ANPUH). Vol. 23. N.º 46. 2003. PP. 173-200. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200008&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em 07 de janeiro de 2009.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “A Diplomacia na República Velha: uma Perspectiva” por Sérgio Danese. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano XXVII. N.ºs 105-108. 1984.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “Eixos conceituais da política exterior do Brasil” por Amado Cervo. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 41. Número Especial “40 anos”. 1988. PP. 66-84.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “Opinião Pública e Política Externa no Brasil” por Tânia Maria Pechir Gomes Manzur. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 42. N.º 01. 1999. PP. 30-61.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “Os Parlamentos e as Relações Internacionais” por Lúcio Alcântara. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 44. N.º 01. 2001. PP. 13-21.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “Rui Barbosa e a Política Externa Brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903)” por José H. Fischel de Andrade e Danilo Limoeiro. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 46. N.º 01. Janeiro-Junho de 2003. PP. 94-117.

Revista Brasileira de Política Internacional. Artigo: “Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático” por Amado Cervo. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ano 46. N.º 02. Julho-Dezembro de 2003. PP.05-25.

Revista Espaço Acadêmico. Artigo: “O Brasil como Potência Regional e a Importância Estratégica da América do Sul na Política Exterior” por Luiz Alberto Moniz Bandeira. Ano VII. N.º 91. Dezembro de 2008. PP. 01-20. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>. Último acesso: 07 de janeiro de 2009.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Artigo: “*Flirts no footing* da Avenida Central” por Robert M. Pechman e Walcler de Lima Júnior. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ano 01. N.º 05. Novembro de 2005. PP. 34-37.

Revista de Informação Legislativa. Artigo: “Política Exterior da República Velha (1889-1930)” por Norma Breda dos Santos. Vol. 28. N.º 111. Julho-Setembro de 1991. PP. 253-270.

Revista de Informação Legislativa. Artigo: “A Presença Britânica na Ilha de Trindade: a Reação do Parlamento Brasileiro” por Virgílio Caixeta Arraes. Vol. 39. N.º 153. 2002. PP. 241-253.

Revista de Informação Legislativa. Artigo: “Parlamento e Tratados: o Modelo Constitucional do Brasil” por Francisco Rezek. Vol. 41. N.º 162. Abril-Junho de 2004. PP. 121-147.

Revista Mexicana de Sociologia. Artigo: “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional. 1889-1930” por Paul Singer. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Vol. 36. N.º 03. Julho-Setembro de 1974.

ix) Fontes Eletrônicas

Câmara dos Deputados. Acesso disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Último acesso: 14 de julho de 2009.

Museu da República. Acesso disponível em: <http://www.republicaonline.org.br>. Último acesso: 14 de julho de 2009.

Presidência da República. Acesso disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Último acesso: 14 de julho de 2009.

Senado Federal. Acesso disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Último Acesso: 14 de julho de 2009.

x) Fontes Radiofônicas

Rádio Senado. Série: “180 Anos do Senado Brasileiro. Um Roteiro pela História do Senado no Brasil e no Mundo”. Agência Senado. Produzido pelo jornalista Jefferson Dalmoro. Programa veiculado em Maio/2006 em comemoração aos 180 anos do Senado Brasileiro e distribuído em CD na mesma ocasião.

xi) Teoria e Metodologia da Pesquisa

BASTOS, Lília da Rocha *et alii*. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____ & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CARR, E. H. *Que é História?* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985.

FRAGNIÈRE, Jean-Pierre. *Así se escribe una monografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARTINS, Estevão Chaves Rezende de. *Relações Internacionais. Cultura e Poder*.

Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2002.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Normas para apresentação de documentos científicos*. 10 v. Paraná: Ed. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2001.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve História*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 1992.